



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Atas de Comissões Temporárias

ANO LXVIII – SUP. “B” AO Nº 092 – TERÇA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28 Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25 Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Eduardo Lopes (37,45,63,100) Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Ataídes Oliveira (102,108) Cyro Miranda (31,103) Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1- SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS		
1.1.1 – Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal		
Ata da 7ª Reunião, realizada em 29 de maio de 2013.....	0004	
Ata da 8ª Reunião, realizada em 6 de junho de 2013.....	0015	
1.1.2 – Comissão de Juristas destinada a elaborar anteprojeto do Código Penal		
Ata da 11ª Reunião realizada em 21 de maio de 2013.....	0029	
		1.1.3 – Comissão externa destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras de Transposição do Rio São Francisco
		Ata da 4ª Reunião, realizada em 11 de dezembro de 2012.....
		0050
		Ata da 6ª Reunião, realizada em 19 de fevereiro de 2013
		0080
		1.1.4 – Comissão externa criada para realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais
		Ata da 4ª Reunião, realizada em 10 de maio de 2013.....
		0091

“COMISSÃO MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DESTINADA A CONSOLIDAR A LEGISLAÇÃO FEDERAL E A REGULAMENTAR DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL”.

ATA DA 7ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião, realizada em 29 de maio de 2013, às 12 horas e 27 minutos, na Sala nº 09 da Ala Senador Alexandre Costa, ocorrida sob a Presidência do Deputado Candido Vaccarezza (PT/SP) e com a presença dos Senadores: Romero Jucá (PMDB/RR), Vital do Rêgo (PMDB/PB), Jorge Viana (PT/AC), Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP); e dos Deputados Edinho Araújo (PMDB/SP), Arnaldo Jardim (PPS/SP) e Miro Teixeira (PDT/RJ). Deixou de comparecer o Senador: Pedro Taques (PDT/MT); e deixaram de comparecer os Deputados: Eduardo Barbosa (PSDB/MG) e Sérgio Zveiter (PSD/RJ). Na ocasião foi debatida a minuta da proposta de regulamentação da Emenda Constitucional nº 72 de 2013, apresentada pelo Relator da Comissão, Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar os dispositivos da Constituição Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, coloco em votação a Ata da 6ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura da mesma.

Os Srs. Deputados e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovada.

Esclareço que a primeira reunião destina-se à preparação da proposta de regulamentação da Emenda Constitucional 72, de 2013.

Com a palavra, o nosso brilhante Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Cândido Vaccarezza, Sr^{as} e Srs. Parlamentares da Comissão, senhores da imprensa, todos aqueles que estão nos acompanhando pelas redes sociais, pela TV Senado, pela Rádio Senado, primeiro quero pedir desculpas pelo pequeno atraso, mas eu estava atendendo agora o Conselho da Igualdade Racial e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, junto com o Senador Paulo Paim, discutindo questões relativas à regulamentação da Emenda Constitucional de que estamos tratando e apresentando propostas.

Na verdade eu me atrasei um pouco e peço desculpas aos companheiros.

Gostaria de fazer um relato sobre o andamento dos trabalhos e o porquê desse relatório de certa forma ajustado que estou entregando hoje. Durante toda semana, com base no relatório inicial que apresentamos, procurei manter contato com segmentos com que eu já tinha conversado. Nós tivemos reunião com o Tribunal Superior do Trabalho novamente, nós tivemos reunião com o Ministério Público do Trabalho, com diversos segmentos, com a Caixa Econômica Federal, com o Ministério da Fazenda, e tivemos ontem uma reunião com as centrais sindicais, com as cinco centrais sindicais, que estavam anteriormente tratando desse tema junto ao Governo. E como a Presidenta Dilma, num gesto de atenção à Comissão, de respeito ao Congresso, em vez de discutir e encaminhar um projeto de lei mandou contribuições do Governo para que a Comissão pudesse efetivamente se debruçar sobre elas e ajustar ao tema que estamos tratando, de certa forma as centrais sindicais se viram na necessidade de transferir a mesa de negociação para o Congresso, para a Comissão, para que eles pudessem então interagir e apresentar as sugestões.

E pediram um prazo até terça-feira para apresentar, até porque o relatório estava sendo ajustado, como eu informei e vou registrar aqui. Então nós marcamos para a próxima terça-feira essa reunião com as centrais sindicais por determinação e decisão do Presidente Cândido Vaccarezza, que participou da reunião também com as centrais sindicais.

Qual é a ideia hoje? A ideia é apresentarmos esse relatório consolidado. Nós recebemos contribuição de diversos parlamentares e inserimos a maioria delas no novo texto. E também, com base nessas conversas, nós, por exemplo, retiramos alguns dispositivos e ajustamos alguns que poderiam ser discutidos pela sua inconstitucionalidade. Então nós fizemos aqui a correção.

Eu vou fazer um relato breve, Sr. Presidente. O documento foi disponibilizado para todos os membros, está no *site* da Comissão, está no meu *site* pessoal www.romerojuca.com.br, está no Facebook, estamos divulgando de todas as formas possíveis para que as pessoas possam interagir.

No art. 1º há uma polêmica. Estou mantendo no texto como está, mas eu gostaria de colocar aqui para que os membros da Comissão já fossem pensando. No parágrafo único nós estamos vedando a contratação de menores de 18 anos para o desempenho do trabalho doméstico. Estamos vedando isso. Foi levantado aqui por alguns parlamentares que, em tese, isso poderia estar ferindo a Constituição, que diz que pode haver

trabalho de 16 a 18 anos, em determinadas situações, desde que não seja trabalho noturno e tudo mais.

Nós discutimos, inclusive com o Ministério Público do Trabalho e com setores de combate ao trabalho infantil, que reafirmam a necessidade de se manter a proibição dos 18 anos, mas nós temos uma construção alternativa, se for desejo da maioria – é claro que não vai ser decidido hoje porque nós só deveremos votar, dependendo da decisão do Presidente, na próxima semana –, mas o texto alternativo à questão do trabalho proibido de 18 anos seria um outro parágrafo único, dizendo o seguinte: é permitida a contratação de menores entre 16 e 18 anos de idade desde que em período parcial e que não prejudique o desenvolvimento físico e mental do adolescente e tampouco a sua frequência à escola, vedado o trabalho noturno. Então, isso poderia ser uma saída para esse impasse, porque estamos aqui entre duas inconstitucionalidades: de um lado, existe a questão da possibilidade do trabalho de 16 a 18 anos nessas condições previstas na Constituição e, de outro lado, existe um acordo internacional de que o Brasil foi signatário, que proíbe o trabalho de 18 anos e coloca o trabalho doméstico como uma das piores formas de trabalho infantil.

Na verdade, é um tema que vai ser discutido aqui quando da votação, mas eu gostaria de colocar...

Deputado Miro Teixeira com a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Só para observar que, se chegarmos à conclusão quanto à inconstitucionalidade, a inconstitucionalidade não pode ser amenizada, não pode ser para meio expediente, deixa de ser inconstitucional.

É só para ficar esse registro.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Na verdade, é porque os defensores dos dois mecanismos discutem inconstitucionalidade, dizem que proibir os 18 anos é uma inconstitucionalidade porque a Constituição prevê os 16 e tem uma situação de fato, que são pessoas que trabalham meio expediente, especialmente como babá, para ter o sustento e para estudar – portanto, é uma situação de fato que a Constituição, em tese, prevê, e quem defendeu levantou essa questão – e tem a questão do acordo internacional, que também seria uma inconstitucionalidade. De forma que estaremos aqui entre duas inconstitucionalidades que poderiam ser levantadas.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Penso que a fórmula que V. Ex^a encontrou nessa primeira versão é a melhor.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É o que estou mantendo no texto.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Porque não existe meia inconstitucionalidade. Eu não quero me alongar, só isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu estou mantendo a proibição, mas estou registrando, pois foi levantado por diversos parlamentares na reunião anterior e foi levantado também por segmentos que nos procuraram e colocaram a questão do trabalho aos 16 anos.

Fizemos também uma inserção no art. 3º, que considera o regime doméstico de trabalho em tempo parcial. Não estava previsto aqui na legislação...

Aliás, quero registrar que o Senador Aloysio Nunes encaminhou uma série de dispositivos e sugestões que, na sua maioria, foram acatadas. Então, esse trabalho em regime parcial nós estamos prevendo também, um trabalho que seria regulamentado com duração que não exceda a 25 horas semanais. Portanto, é uma possibilidade que nós estamos colocando. E aí o art. 3º discorre sobre a forma de remuneração e sobre a forma de férias também nesse trabalho de regime parcial, da proporcionalidade das férias.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Podemos ir falando dos outros pontos?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Podemos, claro, claro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E pequenas observações...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Claro, claro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Essa questão do salário a ser pago aos empregados sob regime de tempo parcial será proporcional a sua jornada em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral. Acontece que a categoria de domésticos não tem o salário profissional. Não sei como V. Ex^a resolveria isso, porque há uma diversidade...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É, se não tem, é o salário mínimo. Em tese, é o salário mínimo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pois é, o salário mínimo... O mínimo é regional, mas eu digo o mínimo profissional, profissional, de domésticos, porque essa redação induz a isso, mas é apenas uma anotação, é botar um asterisco.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Anotação registrada.

Então, aqui tem, nos parágrafos que estamos vendo, a proporcionalidade das férias...

Nós tínhamos colocado também a questão da contratação provisória, ou pelo MEI, para cumprir, por tempo determinado, a falta do empregado doméstico. Nós discutimos, com o Tribunal Superior do Trabalho

e com o Ministério Público e estamos ajustando, estamos colocando no art. 4:

Art. 4º É facultada a contratação por prazo determinado do empregado doméstico, mediante contrato de experiência, para atender necessidades familiares de natureza transitória e para substituição temporária de empregado doméstico, com contrato de trabalho interrompido ou suspenso.

Parágrafo único. No caso do inciso II do artigo, a duração do contrato de trabalho é limitada ao término do evento que motivou a contratação.

Então, vai ser um contrato com prazo determinado. Não será um contrato sem vínculo. Será um contrato com vínculo, por prazo determinado, exatamente para cumprir férias, licença-maternidade, licença gestante, licença doença, mas será um contrato por tempo determinado, com todos os direitos que prevê a legislação. Nós estamos fazendo este ajuste aqui.

No art. 11, como tinha ficado em dúvida a questão da viagem, nós estamos dizendo:

Em relação ao empregado responsável por acompanhar o empregador prestando serviço em viagem, serão consideradas apenas as horas efetivamente trabalhadas no período, podendo ser compensadas em horas extraordinárias em outro dia, observado o art. 3º.

Então, nós estamos colocando o “efetivamente”, para não ficar em aberto e contar o tempo de dormida, o tempo de 24 horas e tudo o mais. Nós estamos registrando essa questão.

No art. 14, eu estou fazendo um ajuste. Nós tínhamos colocado que a hora de trabalho noturno era 60 minutos, e nós estamos adequando a legislação para 52 minutos e 30 segundos, exatamente para não haver diferença entre qualquer tipo de trabalhador. É assim que prevê a CLT, e nós estamos registrando e mantendo o mesmo tempo, no art. 14, §1º.

Na mesma forma, no art. 15, nós tínhamos colocado 10 horas de descanso mínimo consecutivo. Nós estamos trazendo para 11 horas, exatamente para manter o mesmo padrão dos outros trabalhadores, para que não haja nenhum tipo de diferenciação. Estamos mantendo o padrão, para não abrir nenhum tipo de diferença ou diminuição de direito no caso do empregado doméstico. Assim, no art. 15, estamos colocando 11 horas consecutivas de descanso.

Nós apresentamos, no relatório, a questão do período de férias, que poderia ser dividido em até três parcelas, com um período mínimo de 14 dias. Isso foi trazido pelo Sindicato das Empregadas. Estivemos conversando também com o TST e com o Ministério Público, e a CLT diz que podem ser dois períodos.

Então, isso foi questionado pelo Ministério Público do Trabalho, se poderiam ser só dois períodos, com o valor mínimo de 15 dias, ou a gente manteria os três períodos. Não é para ser discutido aqui, mas é um ponto que foi levantado e que eu vou colocar, e vou acatar a decisão da maioria da Comissão.

Também colocamos, até por sugestão do Senador Aloysio e do TST, no §3º, que “é facultado ao empregado doméstico converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe é devida correspondente”. Ou seja, o que é possível para os outros trabalhadores nós estamos também trazendo para o trabalhador doméstico. Estamos acatando essa sugestão que foi feita, até dando igualdade, podendo facilitar a vida do empregado e do empregador, se assim for o entendimento entre eles.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Como encrerça pouca não satisfaz a gente, e nós temos recebido muitas observações, faço uma observação única: no caso do caseiro que não tem para onde ir, ele tem as férias, e o proprietário da casa será obrigado a colocá-lo para fora da casa. Eu acho que, se houver alguma possibilidade de haver um parágrafo, dizendo que, se a pessoa não tiver... Enfim, se encontrássemos uma fórmula de dizer que a pessoa, não tendo para onde ir, ou sendo de sua vontade, pode permanecer na residência do trabalho, conforme o contrato, eu penso que se está fazendo bem ao empregado, nesse caso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É. Nós já estamos dizendo, aqui no texto, que os domingos, os dias não trabalhados, as horas não trabalhadas, a questão do caseiro, isso não conta como jornada de trabalho. Nós poderemos também botar – eu peço à Mariângela que anote aí...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É que, no Brasil, férias não está obrigado a deixar...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – E que o gozo de férias no local onde reside não implica contabilidade para horário de trabalho e que é possível. Então, apenas fazer essa observação.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não querendo não, tem que ser posto para fora.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não, exatamente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Senão ele é posto para fora.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Nós vamos colocar essa observação também e vamos prever isso.

No art. 18, nós proibimos os descontos de alimentação e tudo o mais.

O Senador Aloysio Nunes fez uma proposição, que acatei aqui, diminuindo o percentual, que é a seguinte:

É facultado efetuar desconto no salário de empregado, em caso de adiantamento salarial e mediante acordo escrito entre as partes, para inclusão do trabalhador em plano de assistência médica, hospitalar, odontológica, seguro e de previdência privada, não podendo a dedução ultrapassar a 20% do salário.

A proposta era 30%, nós caímos para 20%. Mas é uma faculdade entre as partes e pode ser pago um plano de saúde e haver o desconto. Então, é um dispositivo que estamos inserindo, por sugestão do Senador Aloysio Nunes, para discussão. Mas eu acho que isso faz parte do entendimento, não é obrigatório. Pode haver o entendimento e, de certa forma, é uma vantagem para o empregado, se assim combinarem as partes. Estou prevendo essa possibilidade aqui, na legislação, também.

Nós estamos colocando um §5º no art. 18: “Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto será lícito, desde que a possibilidade tenha sido acordada, ou no caso de dolo do empregado.”

Então, é a possibilidade do desconto em eventuais situações. A CLT prevê isso para todos os trabalhadores. Nós estamos prevendo aqui também, no caso, para o emprego doméstico. É o mesmo dispositivo que já existe e estamos trazendo para esta discussão também.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Quanto à questão do dolo, se o dolo não remete à justa causa?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Isso é para o desconto, não é para demissão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu coloquei a questão do dolo só para colocar um asterisco. O dolo, em qualquer atividade, se quebrar uma máquina, deliberadamente...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Há o desconto.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ...está submetido à justa causa. O dolo é diferente do acidente, do caso fortuito. Mas boto o asterisco. A questão do dolo é uma questão muito delicada, porque não há testemunha. Dificilmente há testemunha.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É difícil. Nós estamos prevendo porque a CLT prevê para outras situações, mas...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O dano é um crime. Sempre que se fala em dolo nesse tipo de relação, eu tenho uma preocupação de fato com a questão da prova. Como é que se prova? Pode ser alegado que houve dolo, então? Alguém alega: “olha, você trabalha para mim, mas esse prejuízo que você

causou aqui tem um caráter doloso. Você está demitido por justa causa.” É uma questão delicadíssima essa questão. Casos fortuitos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – É culpa, não é dolo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É, imagina. Caso fortuito.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Então, eu peço à assessoria que anote, para a gente tentar construir uma questão mais clara para evitar... nós vamos estender o dispositivo, mas vamos procurar...

No art. 19, nós estamos tratando das questões do repouso semanal remunerado. Estamos colocando aqui o dispositivo do vale-transporte. Só que, no parágrafo único, eu estou colocando que, em vez de obrigar a entrega do vale-transporte, o empregador pode dar o vale-transporte, ou, mediante recibo, pode dar o recurso referente ao vale-transporte, para não obrigar o empregador a ter que ir à rodoviária comprar o vale-transporte, para poder entregar o vale-transporte. Na verdade, é apenas uma facilitação do procedimento, mas o direito está assegurado aqui, nesse parágrafo único. Alguma observação, Dr. Miro?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vamos aqui para o caso que, de certa forma, é o mais palpitante: a questão do FGTS.

Eu tinha colocado a contribuição de 8% e de 3,2%, somando 11,2% no FGTS.

Conversei com diversos segmentos, conversei com o governo e, na verdade, existia a preocupação de colocar tudo numa conta só e a gente indenizar tudo, sem ter a questão da justa causa, sem levar em conta a questão da justa causa, isso poderia gerar um precedente para outras categorias, isso poderia gerar, na demissão, por exemplo, por uma violência, por um crime, que você pudesse, de certa forma, acionar o empregado, isso poderia gerar um direito que não fosse transitado em julgado a favor do empregador, gerar o direito de ter que receber de volta o empregado porque foi tirado o emprego. Então, estamos retornando a questão da justa causa. Vamos fazer o depósito de 8% e vamos fazer o depósito segregado, separado, num fundo também do empregador, dos 3,2%.

Vamos deferir os 40% do FGTS, só que haverá demissão por justa causa ou sem justa causa, ou pedido de saída. Se houver a demissão por justa causa ou o pedido de demissão do empregado, esse fundo de 3,2% volta para o empregador. Se não houver, fica com o empregado.

Acertei com a Caixa Econômica a segregação das contas. É possível fazer. Então, operacionalmente, já está combinado. Não há nenhum tipo de dificuldade.

E nós estamos trazendo também, por sugestão de várias pessoas, inclusive do Senador Aloysio, a questão da culpa recíproca, que já existe na CLT. Se houver culpa recíproca no entendimento, esse valor será dividido: a multa será de 20%, portanto, metade ficará para o que está no fundo, 3,2%; metade ficará com o empregado e metade ficará com o empregador. Previsto na CLT, nós estamos estendendo o mesmo dispositivo também.

Na verdade, aquela posição inicial de que seria pago de qualquer jeito a multa, a indenização referente à multa de 40%, ela volta para o dispositivo natural dos outros trabalhadores, mas com uma situação que facilita o entendimento, com esse deferimento que estamos equalizando, retirando do INSS do empregador. Então, na verdade, isso não representará um acréscimo para o patrão. Haverá esse fundo e esse fundo facilitará, sem dúvida nenhuma, o entendimento entre patrão e empregado, porque o recurso já estará lá na conta vinculada e, portanto, não representará nenhum ônus a mais no momento da demissão, o que vai, de certa forma, estabilizar melhor a relação.

Então, estamos aqui prevendo todo esse mecanismo que traz de volta essa questão da demissão com ou sem justa causa, mas deferindo o fundo da forma como eu expliquei.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu continuo achando, aliás, compartilhando da preocupação do relator e do presidente, que é preciso facilitar a vida das pessoas. É preciso que haja um formulário único, à disposição de todos na Internet, com o pagamento ótico...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vou falar disso também.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Se o senhor vai falar ainda, tudo bem.

Outra coisa que talvez me poupe e poupe os ouvidos de V. Ex^a é começar a colocar números, exemplificando, em trabalho à parte, porque quando se houve falar de 40%, mais 10%, é sobre o quê? Isso representa quanto? Repercute em quanto? As pessoas se preocupam muito com isso. Isso vai onerar em quanto o meu orçamento? Aí, de repente, diz assim: não, espera aí, não é tanto.

E a discussão, quando sai do plano da lei e vai para os quantitativos que serão despendidos, talvez reduza as áreas de tensão.

Isso, só para analisar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu farei esse exercício matemático, até para dar dados também sobre arrecadação, para mostrar que o governo não está perdendo. Estou com os números aqui, são números extremamente significativos para o País.

Então, essa questão fica dessa forma. Estamos prevendo a questão do horário de trabalho durante o período de rescisão, se o empregado estiver pagando o aviso prévio, como prevê a CLT também – portanto, decorrendo da forma normal. Estamos prevendo a questão da confirmação da gravidez, mesmo no período de aviso prévio. Então, estamos registrando aqui os direitos.

Art. 25. A confirmação do estado de gravidez advindo do curso de contrato de trabalho, ainda que durante o prazo previsto trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória prevista na alínea das Disposições Constitucionais Transitórias.

Então, estamos referenciando essa questão do direito da gravidez.

Eu tinha colocado um dispositivo porque a gente quer evitar o acordo, o jeitinho, a burla à questão do seguro desemprego. Eu tinha colocado aqui que a recontração por parte do empregador ficaria proibida pelo prazo de dois anos. Em reunião com o TST, foi colocado que isso é inconstitucional, que não pode haver prazo. Então, estamos retirando essa proibição de prazo para recontração, não é possível fazer isso. Mas estamos, então, registrando, no art. 26, § 2º, que o benefício do seguro desemprego será cancelado sem prejuízo das demais sanções civis e penais cabíveis, quando pela recusa do trabalhador, por comprovação de falsidade, por comprovação de fraude, por morte do segurado. Então, estamos elencando algumas questões que podem ser objeto de ação, no § 2º, exatamente para ressaltar ao empregador que, se ele fizer algum tipo de conluio, é fraude ou estelionato...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Mas nós estamos registrando na lei porque, como essa lei vai ser uma bússola para o empregador e para o empregado, é importante saber que aquela história de “me demite, eu quero ganhar três meses de seguro desemprego porque eu preciso pagar uma conta atrasada, depois eu volto”, isso é fraude e será...

No art. 27, nós estamos colocando os itens que tratam da questão da justa causa. O item 1, fiz questão de registrar, submeter idoso, enfermo, pessoa com deficiência ou criança, sob cuidado direto ou indireto de empregado, a maus tratos e as hipóteses todas previstas no art. 42 da CLT. Então, a legislação de demissão por justa causa será efetivamente a legislação que cobre e que é imputada a todos os trabalhadores do País. Portanto, não há nenhum tipo de modificação quanto a isso.

A questão do Simples Doméstico. Estamos reafirmando a questão do Simples Doméstico, dando prazo

de 120 dias para o Governo implementar o Simples Doméstico, a partir da lei. Quero dizer que tratei com o Ministério da Fazenda, o trabalho já está bastante adiantado, haverá essa guia simplificada, Deputado Miro Teixeira, que será feita pela Internet. O sistema vai cadastrar o empregador, vai cadastrar os empregados, o cadastro será feito só uma vez; depois, com o CPF, será acessado e colocados os valores, as contas vão sair. Vamos ter o pagamento do INSS do empregador, do 8% do FGTS, do FGTS do fundo de demissão, de 3,2, do desconto do INSS do empregado, que o empregador vai fazer, e, quando houver o seguro para acidente de trabalho, que é de 0,8%, e, quando houver o desconto de Imposto de Renda, para valores maiores, o empregador vai fazer e recolher também nessa guia. Será uma guia única, emitida com o código de barras, que será paga em qualquer local, pela Internet, qualquer correspondente bancário e, importante, nesse código de barras, já estará a distribuição dos recursos, para onde serão destinados. Será um processo extremamente simplificado.

Qual o problema que estou discutindo com a Receita Federal e com a Caixa Econômica? Este País é imenso. Existem locais neste País em que não há Internet, que não tem como as pessoas acessarem a rede. Tem banco postal, mas não tem como o cidadão ingressar no sistema da Receita para fazer o cálculo e emitir a guia. Então, nós estamos vendo se o correspondente bancário tem condição de emitir isso ou se será uma guia em papel que será preenchida, porque em lugares, principalmente da Amazônia, do Centro-Oeste, do interior do Nordeste, em tese, não tem Internet e isso aí é uma dificuldade.

Então, nós estamos discutindo, ainda, essa saída.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Posso dar uma sugestão.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pois não, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Inclua, por favor, entre esses que estão sendo consultados, o pessoal de logística dos Correios.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Está. Não, está sendo conversado com os Correios, o Banco Postal e com o Banco do Brasil.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Com o Banco Postal, e não só com o Banco Postal, com o pessoal de agência também, porque tem agência no Brasil inteiro.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É, no Brasil inteiro. Está sendo discutido isso. O problema que eles dizem é o seguinte: é que o Banco Postal ou a agência tem o sistema para ela, ela tem condição de receber a guia para fazer o pagamento, mas o problema é a emissão da guia, quer dizer, o cadastro do

empregador e o cálculo do empregado que, em tese, teria de ser feito nessa agência também, o que poderia gerar uma demanda maior.

Então, nós estamos discutindo isso e haverá excepcionalidade para esses casos do Brasil real, onde não há como se chegar.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Temos situações, por exemplo: como é que se resolve pagamento ou benefício para pessoas que moram em áreas isoladas na Amazônia?

Eles fazem uma sistemática que tem de ser diferenciada, às vezes, porque tem gente que mora tão longe que demora 15 dias fazendo a viagem. Então, se ele vai receber um benefício, até ele voltar, ele já tem de estar de novo, então, ele passa a vida inteira em viagem.

O que eles fazem? Eles acumulam. Tem situações, até, que dá um tratamento cumulativo, então, realmente, vai ter de deixar alguma margem...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É, esse é um...

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – ...para que a pessoa possa legalizar, fazer os recibos ou fazer a cada três meses, quatro meses. Vai ter de ter uma excepcionalidade posta, senão não tem solução.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É, nós estamos discutindo isso e espero que na próxima semana a gente já tenha um texto com a Receita, mas eu queria levantar esse tema, porque...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Bom, por solicitação da Receita, nós estamos dizendo que as informações prestadas no sistema eletrônico têm caráter declaratório e elidem qualquer outra necessidade de qualquer outro tipo de registro. Portanto, essa é a simplificação para, amanhã, não ser exigido qualquer outro tipo de declaração a respeito do empregador.

Então, nós estamos resolvendo essa questão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Por solicitação da Fazenda e da Caixa, o produto da arrecadação será centralizado na Caixa Econômica Federal e a data será o dia 7, a data de pagamento, porque é a data de correção dos benefícios do FGTS, então, nós centralizamos tudo. No dia 07, a Caixa fará a distribuição.

Nós estamos, na legislação previdenciária e tributária, ajustando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Nós viemos do artigo... Estamos no 36, agora.

Então, aqui, na legislação previdenciária e tributária, nós apenas estamos colocando a questão do acidente de trabalho.

Na legislação trabalhista: acidente de trabalho, empregado doméstico, empregador doméstico, inserindo na legislação trabalhista a figura do empregador doméstico, então, é só complementado a legislação que já existe. Nós não estamos acrescentando nenhum tipo de dispositivo, apenas inserindo a figura do empregador ou do empregado doméstico.

Então, em toda essa parte trabalhista é assim.

A questão do programa de recuperação, aí já art. 39. No programa de recuperação, nós estamos levando o parcelamento 30 de abril, porque nós já estamos em maio.

A pedido da Receita, nós colocamos o art. 41, em que há opção pelo Redom. Sujeito contribuinte: a confissão irrevogável, a aceitação irretratável e o pagamento regular dos débitos consolidados a partir da data do parcelamento, o que é natural em todo tipo de parcelamento.

Portanto, é apenas reafirmação dos preceitos que são exigidos para fazer o parcelamento.

No art. 43, nós estamos botando a questão da prescrição do direito de 5 anos ou 2 anos após a extinção do contrato de trabalho. Estamos realçando essa prescrição, que já é da legislação, mas nós estamos colocando, aqui, exatamente para que se torne pública e as pessoas tenham esse tipo de conhecimento.

No art. 44, §11, “a”, por solicitação do Ministério do Trabalho e também do Ministério Público, nós inserimos o § 4º e o § 5º na questão da fiscalização, que é o seguinte. O § 4º diz: § 4º Na hipótese de impedimento injustificado à realização da inspeção oposto pelo empregador, inverte-se o ônus da prova em relação a questões que poderiam ser provadas mediante a inspeção.” E o § 5º: “§ 5º Em face da suspeita de ocorrência de trabalho escravo, de tortura, maus-tratos e tratamento degradante de trabalho infantil ou de qualquer violação de direitos fundamentais do indivíduo, o auditor fiscal poderá requisitar autorização judicial para a realização de inspeção compulsória no local de prestação do serviço doméstico.” Ou seja, se houver algum tipo de desconfiança desse tipo de trabalho, o auditor fiscal pedirá autorização judicial para ingressar no imóvel e fazer a constatação ou a verificação, se estiver sendo proibido, impedido de fazer a marcação da visita da forma como está propondo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu tenho duas dúvidas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pois não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A primeira é quanto a essa verificação pelo auditor fiscal do trabalho com dia e hora marcada. Ele pode fazer um *tour* pelo domicílio ou ele ficará adstrito à área de serviço?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Deve ficar restrito à área de serviço, mas...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Se não está expresso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – ...mas vamos ajustar, para evitar que seja uma inspeção em toda a Casa e vire um abuso.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E possa servir até a alguns episódios políticos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Anotado e ajustado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não, mas a autorização judicial...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Aí pode ser até para autoria de crime, busca e apreensão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pertinente. Está ajustado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ela tem uma pergunta que talvez seja relevante aqui. Alguém falou alguma coisa e eu acho bom ouvir.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pois não. (Intervenção fora do microfone.)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A outra coisa...

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Ministro e amigo Miro, no caso da reunião, o Regimento não permite que as pessoas falem. Mas nós estamos abertos, e o Relator ouvirá todas as pessoas. Mesmo hoje, se alguém tiver...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, desculpe, é um cacoete. É que ouvi um comentário e gostaria de ouvi-lo realmente.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – ...ou se a pessoa que se manifestou quiser mandar por escrito agora e, se for uma coisa importante, a gente lê ou, depois, o Relator vê.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A minha preocupação é evitar incidente.

O § 5º – Em face da suspeita de ocorrência de trabalho escravo, a suspeita de qualquer fato precisa ser fundamentada. Em qualquer fato. Quer dizer, não existe busca e apreensão motivada pura e simplesmente por uma suspeita. Não estou falando deste projeto de lei. Estou falando de Código Penal, qualquer coisa. O juiz determina... Aqui é a preocupação.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Poderá, mediante fundamentação, requisitar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Exatamente. Porque é o mesmo princípio que se aplica.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Para não haver abuso.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É, imagine. Eu sou do Rio de Janeiro. Uma coisa é o Rio de Janeiro, onde é difícil acontecer isso. Agora, o Brasilzão pode ter um delegado do trabalho...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Que seja inimigo de...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ... Que seja inimigo de alguém, e essa coisa toda. Então, é preciso fundamentar. Por quê? Porque trará responsabilidade ao servidor.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Claro. O cara que colocar por lá vai ter que comprometer...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E, de alguma forma, mentir.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Então, nós colocaríamos: o auditor fiscal poderá, mediante fundamentação, requisitar autorização judicial.

Acatado. Agradecido pela colaboração.

No art. 15, eu estou colocando aqui um item sobre o qual estivemos conversando com muitos setores. O art. 15 está dizendo o seguinte: “Art. 15. O empregador e o empregado doméstico ficam isentos de pagamento de contribuição sindical.”

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Art. 45.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Art. 45, no meu. Não sei se é art. 46 aí, pode ter mudado.

“O empregador e o empregado ficam isentos de pagamento de contribuição sindical.” Qual é a questão? A questão é a seguinte: primeiro, sindicato de empregadores é algo complicado, porque não é categoria econômica, não há como definir. Não há como discutir a base de cálculo da remuneração de um dia, vai ser em cima de quê? Do empregador? É uma situação complicada.

Tirando a contribuição do empregador, quer dizer, manter a contribuição do empregado também... Então, o que estamos fazendo? Em tese, estamos colocando isso para discussão, mas procurei, de certa forma, simplificar e diminuir a participação do empregado e a do empregador em determinado sindicato, voluntariamente, contribuindo e tudo mais, é possível. Não vamos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não, é do imposto sindical.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Do imposto sindical. Não, é imposto. Não é contribuição, aqui saiu errado. É imposto sindical.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É, mas é bom dizer imposto sindical, em vez de contribuição. Porque contribuição pode parecer que é contribuição que ele queira fazer voluntariamente. Então, vamos colocar imposto sindical. A decisão é imposto sindical. É imposto sindical.

E o art. 46, atendendo à colocação do Senador Pedro Taques e do Senador Aloysio, quando foi discutida a questão se seria lei complementar ou não, eu fui atrás da jurisprudência da decisão do Supremo, do Ministro Gilmar Mendes, que foi feito na lei, já que colocamos complementar. Estou colocando que as matérias tratadas nessa lei complementar que não sejam reservadas constitucionalmente a lei complementar poderão ser objeto de alteração por lei ordinária. Portanto, estamos...

Qual é a ideia? É manter a unicidade da peça numa lei complementar para não haver compartimentalização, e fazer duas ou três leis. Isso poderia gerar, de certa forma, uma fragmentação e até coisas votadas em momentos diferentes, coisas discordantes, então, nós vamos fazer numa lei só, complementar, por conta do FGTS, mas os dispositivos que não são de lei complementar poderão ser mudados por lei ordinária. Já aconteceu isso com a Lei da Micro e Pequena Empresa. E, na verdade, estamos utilizando aqui o mesmo dispositivo.

Então, basicamente, são essas as mudanças que fizemos.

Atendendo à solicitação do Deputado Miro Teixeira, quero registrar o seguinte: na cobrança do empregador e do empregado, nós procuramos fazer uma equação neutra do que é o sistema atual para os empregados normais, e tiramos a situação do FGTS. Como é a situação do empregado? O empregador paga 12% de INSS patronal; paga, em situações normais, para os trabalhadores, 8% do FGTS; paga PIS; paga contribuições; e paga Seguro de Acidente de Trabalho, de 1% a 3%, dependendo do risco em que é enquadrado. Mas vou deixar isso de lado. Vou somar só 12% de INSS patronal e 8% de FGTS. Isso dá 20%. E paga, quando demite sem justa causa, 40% do saldo do recolhimento do FGTS como indenização. Esse é o quadro normal.

O que nós estamos fazendo para o empregador doméstico? Nós estamos colocando 8% do FGTS, estamos colocando 3,2% desse FGTS do fundo de demissão, estamos colocando 0,8% do Seguro de Acidente de Trabalho e estamos descendo de 12% para 8% a questão do INSS do empregador. Então, estamos mantendo aqui os mesmos 20% da carga anterior, só que com uma vantagem: nós estamos acabando, aqui, com a discussão e a multa excedente dos 40% do FGTS, que seria um ponto de discórdia. Então, se

nós tivermos um tíquete médio de salário de R\$1 mil, que é pago com um pouco de hora extra e tudo mais, nós estamos falando de 20% de tudo, de encargos, o que representa R\$200,00 por mês. Nesses R\$200,00 por mês, o patrão estará livre da indenização dos 40% do FGTS que seria feito no momento da demissão. Então, essa é a conta.

O Governo reclamou da diminuição de 12% para 8%, porque haveria uma queda de arrecadação. Eu quero aqui falar dessas contas, para mostrar que nós estamos fazendo uma medida que é excelente para o Brasil.

Hoje, o Governo dá um abatimento no imposto de renda – o que nós estamos tirando – para os mais ricos, de R\$896 por ano, referente ao INSS pago de um trabalhador doméstico, desde que o empregador declare o imposto de renda pelo sistema completo. Ou seja, a nata da sociedade brasileira, que tem um, dois, três, dez empregados, abate R\$896 de um. Isso não atinge a maioria da população. Esse abatimento representa por ano, no imposto de renda, R\$800 milhões.

Esses R\$800 milhões representam para o Governo Federal R\$400 milhões. Porque abatimento em imposto de renda impacta Estados e Municípios. Então, Estados e Municípios estão pagando uma conta de formalização do emprego doméstico, do abatimento dos mais ricos, de R\$400 milhões, que eles não deveriam pagar. Então, nós estamos acabando com isso. Ou seja, nós estamos fazendo o Governo diminuir o abatimento que ele dava. Ou seja, o Governo está ganhando R\$400 milhões com o fim desse abatimento.

Hoje é recolhido INSS de 1,5 milhão de empregados domésticos. Nós estamos baixando de 12% para 8% a alíquota do empregador. Isso vai representar uma diminuição de receita do INSS, para esses casos, de R\$650 milhões.

Como o Governo deixou de perder R\$400 milhões, o saldo negativo, para a gente resolver esse imbróglio do FGTS, dar condição ao empregador, estabilizar e tudo mais, é de R\$250 milhões por ano. O.k. Isso, **ce-teris paribus**, mantida a situação atual.

Só que a situação não será essa. Por quê? Porque nós estamos possibilitando e obrigando a regularização e a formalização do emprego doméstico e do FGTS.

Hoje nós temos sete milhões de empregados domésticos. Se nós fizermos uma conta de que já há 1,5 milhão formalizado, pagando – há 500 mil que estão atrasados e que vão voltar a pagar –, e se dissermos que metade vai se regularizar – portanto, 3,5 milhões de regularização –, teremos um acréscimo de 2 milhões de formalização, de ingresso na Previdência de trabalhadores domésticos. Isso, a um tíquete médio de R\$700, porque estou colocando aqui meio expediente,

estou colocando aqui um salário mínimo, estou fazendo a conta por baixo.

Se eu pegar R\$700 e multiplicar por 16%, que vão entrar no INSS – 8% do empregador e 8% do empregado –, isso dá R\$112. Se eu multiplicar por 13, que são 12 meses mais o décimo terceiro, e multiplicar por 2 milhões, isso dará um acréscimo anual de R\$2,9 bilhões por ano de recursos ingressos no INSS.

Se nós formos para o FGTS: hoje nós temos só 100 mil trabalhadores domésticos regularizados no FGTS. Se nós estamos falando de 3,5 milhões – a metade – que vão se regularizar, nós estamos falando de um acréscimo de 3,4 milhões trabalhadores no FGTS. Se nós colocarmos o tíquete médio lá embaixo por R\$700,00 e o multiplicarmos por 8%, multiplicarmos por 13 e, depois, por 3,4 milhões no ano, o total será de R\$2,5 bilhões de acréscimo no FGTS só para os 8%. Se eu colocar também os 3,2% do fundo que estamos criando para as demissões, isso traz mais R\$990 milhões.

Então, com isso, vamos formalizar, vamos aumentar a condição, vamos incrementar a arrecadação de INSS. Os trabalhadores que não estamos formalizados no INSS, no quadro atual, buscariam a Loas ou uma bolsa, não ficariam à míngua, seriam aposentados de alguma forma social, e o Governo terminaria pagando a conta também.

Então, na verdade, essa é uma equação de equilíbrio, que atende ao País e que atende ao trabalhador. Nós não estamos onerando a classe trabalhadora em nada e estamos criando uma situação efetivamente pró-ativa no sentido de melhorar a formalização e de dar as condições necessárias ao trabalhador doméstico. Com essa legislação, sem dúvida alguma, vai se fazer justiça a muita gente.

Então, esses dados eu gostaria de lhes passar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Acho que estamos chegando a um ponto ideal, e está muito visível que não há paternalismo nisso, não!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não há paternalismo. Há equilíbrio econômico.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Essa é uma correção até atrasada de uma situação que, de certa maneira, era vergonhosa na organização social do País, em função da ausência de lei. Não é responsabilidade de um cidadão, não. É responsabilidade do Poder Público. A primeira coisa é essa.

A segunda coisa é que aquele ambiente inicial de conflito e de susto desapareceu, porque a grande maioria das pessoas – não sei se reflito apenas sobre a situação do Rio de Janeiro – só tinha dificuldade de pagar o Fundo de Garantia. Já se pagava a previdência, já se pagava o 13º salário, já se pagavam as fé-

rias remuneradas. Agora, a dificuldade para recolher o Fundo de Garantia é enorme. Então, isso está resolvido da maneira como V. Ex^a expõe. Acho que esses esclarecimentos numéricos vão acalmar ainda mais as pessoas, porque não se está falando de coisas que não estejam ao alcance da grande maioria.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Exatamente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Há compensações de 12% para 8%. Acaba sendo a mesma importância paga, com uma relação mais justa. E isso seria justo ainda que não fosse a mesma importância. Mas é a mesma importância.

Foi feito também o esclarecimento sobre a incidência do Fundo de Garantia devido no caso de demissão. Acho que é bom esclarecer isso, porque algumas pessoas que são dedicadas a afazeres domésticos quase exclusivamente não têm noção exatamente da base sobre a qual incidem os 40%. Então, fica aquela questão: são 40% de quê? São 40% do que foi recolhido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Do que foi recolhido corrigido.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Corrigido! Então, é preciso mostrar isso, pois 40% é um número que assusta, não é?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É um número que assusta.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É preciso mostrar isso aí.

Acho que nós estamos chegando a um plano que permitirá que haja uma relação muito civilizada entre os cidadãos de um modo geral, quer sejam empregadores, quer sejam empregados. E a legislação será cumprida.

Essas contas ainda demonstram que longe estará esse projeto da acusação de ser algo paternalista etc. Não o é, não! Não o é, não! Traz receitas para o Governo, mas traz economias lá na frente, ainda por cima, que não estão calculadas. Então, acho que, em pouco tempo, estaremos em condições, penso eu, de votar, com ênfase à simplificação do pagamento. Dou ênfase à simplificação do pagamento!

A logística dos Correios resolve aquelas situações do Senador Jorge Viana. Há o mesmo sistema de pagamentos de aposentadorias e de pensões nos mais distantes locais do Brasil. Os Correios têm solução para isso. Conheço gente que já trabalhou por lá e que sabe que os Correios têm uma grande logística, uma espetacular logística.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) O Deputado Arnaldo Jardim quer fazer algum comentário?

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Quero saudar o nosso Relator, Romero Jucá, cumprimentar o Deputado Vaccarezza e o Deputado Miro.

Eu estou muito de acordo com o rumo em que as coisas estão evoluindo. Primeiro nós tínhamos uma questão que sobreveio à reunião anterior, que foi a questão da justa causa.

Todos compreendemos a colocação feita pelo Relator, que era o temor de que isso pudesse ocasionar um momento de tensão que poderia, pelo empregador, ser antecipado com a disposição de não formalizar, por conta desse risco da multa. Então todos nós caminhamos nesse sentido.

Depois sobreveio essa questão da justa causa e de isso poder abrir um caminho por isso. Então essa formatação, acho que está boa.

Segundo, a questão do trabalho do menor.

Acho também que essa conceituação da parcialidade da jornada de trabalho, aliando isso a uma condição que não comprometa o desenvolvimento do menor, acho que estamos caminhando para uma boa equação também nesse rumo.

Finalmente, as medidas tomadas no que diz respeito ao Simples doméstico, o cuidado da simplificação, guia única, procedimentos que sejam bem desburocratizados, acho que também vão no bom sentido.

Esses pontos, eu ressalto.

Talvez seja emblemática disso tudo, como um processo de construção, aquela questão da fiscalização do inspetor do trabalho. Nós vimos que não poderia ser regra o acesso indiscriminado ao local de trabalho. Passou na primeira proposta apresentada a nós aqui aquela mediação da prévia anuência e depois se abriu a possibilidade de que em caso de alguma fundamentada suspeita grave pudesse haver alguma incursão.

Então estou sentindo que é uma coisa que está sendo moldada, um processo de construção que tem o nosso Relator, sem dúvida, como indutor e condutor, mas todos estamos participando aqui. Acho que está muito interessante, estamos caminhando num ritmo bastante célere, esse diálogo com as entidades sindicais vai completar isso.

Acho que devemos, meu caro Deputado Vaccarezza... Permanentemente, novas questões sempre surgirão. Como faremos depois todo o pente fino e o processo de deliberação vai se passar no Senado e na Câmara, eu diria que estamos caminhando bem, há uma evolução sensível, mas nós devemos buscar caminhar para que na semana que vem possamos votar, ainda que sabendo que isso poderá e será aperfeiçoado no Plenário. Há uma expectativa na sociedade, a imprensa tem feito uma cobertura bastante consistente e detalhada até das diferentes questões, então, para nós

seguirmos esse ritmo, acho que a Comissão deveria se encaminhar para uma resolução na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Eu queria pedir ao Relator – já conversamos e essa é a intenção também do Relator –, se pudermos, para na terça à noite ou na quarta de manhã encaminhar a proposta definitiva para todos os Deputados e Senadores. Então faremos a votação na quinta-feira, às 14 horas.

A minha ideia é, na votação, nós levarmos de forma bastante tranquila, ou seja, votar ponto a ponto. Se algum Deputado ou Senador quiser destacar ou apresentar emendas será sem muitas amarras regimentais ou posições partidárias ou votação em bloco, dado o trabalho que o Relator apresentou e a contribuição de todos os Senadores e Deputados.

Também, se for possível e se o Relator tiver condições – eu sei que já é uma carga grande trazer o trabalho até aqui –, se houver unidade e se houver condições de nós termos o relatório do terrorismo, porque, apesar de o tema ser complexo, ele é mais simples e pode ser aprimorado no Plenário da Câmara e do Senado, se o Relator tiver segurança, nós poderemos fazer, também na quinta-feira, a votação desse tema, se houver segurança.

A minha ideia é iniciarmos essa discussão. Nós vamos ver como vamos iniciar, mas precisaríamos ter os dois temas num termo rápido.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Acho que não deveríamos ter duas votações desse calibre no mesmo dia, não.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Nós vamos examinar. Vamos fechar aqui, Relator. Relator, eu quero pedir. Como a palavra do Relator é definitiva, porque ele é que vai preparar...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PTB – RJ) – Ah, mas é que senão o abacaxi fica no ombro dele, o que não foi a sua intenção.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Não é minha intenção e nós somos amigos, e eu não vou fazer isso, mas...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PTB – RJ) – Mas só amigo é que faz esse tipo de coisa com o outro mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – ...mas eu estou pensando... *(Pausa.)*

Vamos fazer o seguinte: nós vamos ter a oportunidade de encaminhar. Está bom? Mas a minha ideia é dar celeridade a todos os temas e acho que nós precisaríamos ter... *(Pausa.)*

Há uma observação e eu vou ler, pela importância e pelo pedido do Deputado Miro de ouvir a observação, porque eu não permito que fosse feita aqui.

Quero até explicar às pessoas que, além de o Regimento não permitir, mesmo que haja observações

que vêm para contribuir, nós não sabemos a evolução dos trabalhos, se a gente começar a permitir que as pessoas se manifestem, chega uma hora em que a gente é obrigado a não permitir. Então, quem quiser fazer manifestação no plenário pode mandar por escrito, e eu vou ver se a gente lê ou não.

A observação aqui é sobre o art. 44, Relator, que modifica o art. 11-A; §3º. “Observo que, no caso do empregado doméstico, o local do trabalho ou a área de serviço é toda a casa/domicílio. Assinado: Tatau Godinho” Ela é representante de algum órgão do Governo. Sei que ela trabalha no Governo.

Essa observação – e, antes de encerrar, eu vou passar a palavra ao Relator – vem no bojo de um conjunto de observações que o Relator já vai observar com calma e trará no momento oportuno.

Deputado Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PTB – RJ) – Se houver grave irregularidade, ou a prática até de crime, é contraditório marcar dia e hora para ir lá. Então, eliminar-se-iam dia e hora. Eu não sei se estou sendo claro. Fica uma coisa meio esdrúxula ter que marcar dia e hora para verificação de um fato grave, porque, ao chegar lá, não vai encontrar o fato grave. Se marcar dia e hora, vai ver o quê? As condições em que a pessoa está trabalhando; se pernoitar no trabalho, vai ver as condições do alojamento, do quarto de empregada; vai ver até as condições das instalações físicas. Se for para todo o domicílio, eu proponho que se retire a autorização prévia, porque se estará diante de um fato tão grave que não se justifica. Eu topo, também, mas desse outro jeito.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Está bom.

Com a palavra o Relator antes de a gente encerrar a reunião.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a todos os Parlamentares que participaram da reunião e aos que interagiram – alguns não participaram, mas encaminharam propostas – e dizer que, como já disse o Deputado Arnaldo Jardim e o Deputado Miro Teixeira, é um processo em construção. Nós estamos abertos. Nós estamos querendo ouvir todos os segmentos. Nós queremos acertar.

Essa é uma lei que diz respeito à vida do povo brasileiro e, na verdade, tem que ser uma coisa amadurecida, mas também rápida. Concordo que nós tenhamos a votação na próxima quinta-feira. Eu acho que até lá nós vamos receber a contribuição das centrais sindicais e ajustaremos o texto para discutir e votar aqui na próxima quinta-feira, entregando para o Plenário da Câmara e do Senado a discussão, a votação e a própria melhoria.

Recebo com toda a satisfação o que poderá ser feito no plenário da Câmara e do Senado em prol de melhorar o texto que nós estamos apresentando aqui coletivamente. É um trabalho que nós estamos fazendo com a consciência de que é um processo em construção permanente e de que o melhor texto será definido na última votação no plenário das duas Casas.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PTB – RJ) – Eu tenho um solicitação sobre outro assunto da minha área, a área de segurança. Apresentei a parte do terrorismo e estamos começando a trabalhar a parte da polícia, daquelas condições ideais, simplificando, para se manter a segurança e tudo mais.

Se o Presidente da Comissão puder pedir a colaboração do Governo, seria útil. Eu não gosto muito de contatos diretos. O Presidente e o Relator é que devem tratar disso, senão fica um paliteiro, cada um vai falando de um lado. Pelo menos da minha parte em relação ao Governo, eu peço que o Presidente ou o Relator entre em contato com o Ministério da Justiça ou outra área governamental qualquer para dizer que nós estamos regulamentando toda a parte relativa à segurança, que está na Constituição, no art. 124, etc... Eles lá sabem de cor. Se puderem e se já tiverem algum trabalho avançado, será...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Nós poderíamos marcar uma conversa com o Ministro da Justiça para discutir essa questão.

O SR. MIRO TEXEIRA (PDT – RJ) – Podemos, por iniciativa sua.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Muito bem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Marcaremos.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Não havendo mais nada a tratar, convoco a próxima reunião para o dia 06 de junho, na sala 03, às 14h.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 12 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 32 minutos.)

Deputado **Cândido Vaccarezza**, Presidente.

“COMISSÃO MISTA, CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DESTINADA A CONSOLIDAR A LEGISLAÇÃO FEDERAL E A REGULAMENTAR DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL”.

ATA DA 8ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião, realizada em 06 de junho de 2013, às 14 horas e 35 minutos, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, ocorrida

sob a Presidência do Deputado Candido Vaccarezza (PT/SP) e com a presença dos Senadores: Romero Jucá (PMDB/RR), Pedro Taques (PDT/MT) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP); e dos Deputados Edinho Araújo (PMDB/SP), Sérgio Zveiter (PSD/RJ) e Miro Teixeira (PDT/RJ). Deixaram de comparecer os Senadores: Vital do Rêgo (PMDB/PB), Jorge Viana (PT/AC) e Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP); e os Deputados: Eduardo Barbosa (PSDB/MG) e Arnaldo Jardim (PPS/SP). Estiveram, também, presentes os Deputados não membros da comissão: Otávio Leite (PSDB/RJ), Carlos Sampaio (PSDB/SP) e Carmen Zanotto (PPS/SC). Na ocasião foram aprovados: Relatório Parcial acerca da regulamentação do § 1º do Artigo 81 da Constituição Federal, concluindo pela apresentação de um Projeto de Lei e Relatório Parcial acerca da regulamentação da EC nº 72, de 2013, concluindo pela apresentação de um Projeto de Lei Complementar.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, coloco em votação a Ata da 7ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Deputados e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Ata aprovada.

Esclareço que, conforme convocação, a presente reunião destina-se à apreciação da proposta do §1º do art. 81 da Constituição, que prevê eleição indireta para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, em caso de vaga nos últimos dois anos do período presidencial e da proposta de regulamentação da Emenda Constitucional 72, de 2013.

Antes de passar a palavra para o Relator, eu queria pedir aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores que nós – como esse tema não é um tema de debate profundo, o tema sobre a vacância do Presidente e do Vice, e nós estamos precisando regulamentar todos os itens da Constituição, se não houver problema de fundo, eventuais emendas secundárias – não pedíssemos vista desse tema que, aí, já segue para o plenário da Câmara ou do Senado, a depender da decisão do Presidente Renan e da ordem. Então, se não houver problema, que a gente vote com certa rapidez.

Com a presença, o Relator, Senador Jucá, para falar sobre o primeiro item, não o item do trabalho doméstico. E, em relação ao trabalho doméstico, o Senador Jucá fez uma pequena alteração...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – ... de um item, que ele vai explicar, por isso que é melhor a gente votar esse e, em seguida, será distribuído para V. Ex^{as}.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu tenho uma objeção.

Um pequeno item que vai modificar.

Eu acho que nós estamos com projetos de tamanha repercussão, que nós não podemos...

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Não é modificação, é um esquecimento: da licença-maternidade.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não. É porque agregamos a licença-maternidade, que não podia escapar do texto.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, não precisa, eu acho que tudo bem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não é nenhuma modificação não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não precisa nem debate.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não. Não é modificação não, é porque não tinha sido explicitado. Como nós estamos explicitando tudo...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É cumprimento da lei.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – ... a gente está explicitando licença-maternidade.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Então, não é...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, já está, eu acho que podemos submeter aqui. Todo mundo concorda com essa alteração por quê? Porque já é lei a licença-maternidade.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Não, mas nós vamos votar.

Vai ter que distribuir.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas, como votar, se o projeto não está em votação?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não. O que o Presidente está dizendo é que nós vamos discutir depois.

Na verdade, ele está botando como primeiro item o trabalho sobre a...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Tudo isso eu ouvi.

É que há uma confusão.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Deputado Miro, eu peço desculpa pela confusão, mas, pelo Regimento, nós só podemos votar um item, mesmo que seja uma questão como essa, quando ela chegar na mão de V. Ex^{as}. Como nós vamos ter um trabalho demorado nesta Comissão...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – ... eu não quero abrir nenhuma exceção desnecessária. Foi o caso, na reunião passada, por exemplo, quando alguém se manifestou, e eu pedi que não houvesse manifestação. Nós não sabemos o que pode acontecer, então eu quero seguir...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, é que isso aí é apenas uma retificação por incorreção.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Isso, mas, mesmo assim...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não precisa nada, é só acrescentar e distribuir.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É. Não precisa tirar nova cópia.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Eu sei.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não precisa nada.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Mas, Deputado Miro, mesmo que não precise, a orientação que eu passei para a Secretaria é para imprimir. Nós vamos imprimir 20 cópias e vamos entregar para V. Ex^{as}.

Então, o primeiro item que nós vamos discutir.

Com a palavra, o Senador Romero Jucá, para a primeira votação, que é a vacância do Presidente e do Vice.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, esse item, que regulamenta a Constituição e que define o preenchimento dos cargos de Presidente e Vice-Presidente, se houver vacância, faltando menos de dois anos para o final do mandato, e a Constituição determina que assim seja feito por eleição no Congresso Nacional, foi fruto do trabalho que apresentei, de um trabalho muito bem elaborado, extremamente competente e detalhado, do Senador Pedro Taques.

O Senador Pedro Taques apresentou a proposta. Nós a analisamos. Fiz apenas dois pequenos ajustes de texto: no art. 2º, colocando “Presidente do Senado Federal” em vez de ser só Presidente, e no art. 12, onde havia “Presidente do Senado Federal” fica “Senado Federal”. No art. 13, nós inserimos um parágrafo único, Senador Pedro Taques, dizendo o seguinte: “Não se fará eleição indireta se a última vaga ocorrer a menos de 30 dias do fim do período presidencial, aplicando-se, no que couber, o disposto no **caput**”, porque, se faltarem só 30 dias para preencher, não teria sentido fazer a eleição, que seria o prazo em decorrência da eleição.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Outro já estará outro tomando posse.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É. Outro já estará...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Só se morrerem os dois de uma vez.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Ou serem cassados.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – É um preságio de mau agouro, vamos dizer assim.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não, não. Eu acho que esse é um dispositivo que precisa estar regulamentado. Torcemos para que não ocorra, mas, se num momento, ocorrer e houver esse ato, na verdade, vamos ter que discutir, primeiro, como vai regulamentar para, depois, fazer a eleição, o que seria um tumulto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Claro. Imagina um duelo entre o Presidente e o Vice, um atirando no outro, e morrem os dois.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Então, eu disponibilizei, ontem, esse documento. O trabalho do Senador Pedro Taques foi extremamente competente, extremamente profissional, extremamente construtivo e detalhado. Então, com essas pequenas correções e esse parágrafo, eu coloco em discussão para que possamos evoluir na proposta que foi apresentada.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Me permita, Sr. Presidente, rapidamente. Quero cumprimentar o Relator, o Senador Romero Jucá, e, data vênica, não concordar com as alterações propostas pelo senhor no *caput* dos arts. 2º e 12, porque a Constituição, no art. 57, estabelece diferenças entre as funções do Presidente do Senado e do Congresso. Nós todos sabemos que o Presidente do Senado, automaticamente, é Presidente do Congresso, mas até a substituição do Presidente do Congresso é diferente da substituição do Presidente do Senado. Veja que, hoje, V. Exª estava dando uma entrevista, recebendo a Ministra, com o Presidente do Senado, e o Presidente do Congresso era o Vice-Presidente da Câmara dos Deputados. Se nós pudéssemos alterar aqui para Presidente do Congresso... Tem que ser Presidente do Congresso e não Presidente do Senado nos arts. 2º e 12.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Concordo com V. Exª. A Consultoria havia feito essa sugestão. Concordo com V. Exª. Trago de volta “Congresso Nacional”.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito obrigado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem. Eu não sei se existe a figura, Senador Pedro Taques, de Presidente do Congresso. Uma coisa é ele presidir o Congresso – entenda.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Essa é a discussão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu acho que a figura de Presidente do Congresso não existe. Quem coordena os trabalhos do Congresso é o Presidente do Senado. Eu estou, realmente, com uma dúvida, Senador Pedro Taques.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não. Na verdade, a Constituição fala Presidente da Mesa do Congresso.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu gostaria só de uma pequena intervenção de 15 segundos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Então, talvez, colocar assim...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Presidente da Mesa do Congresso.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Talvez essa correção.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Para que isso, hein? Basta dizer: para essa eleição, o Congresso Nacional será convocado mediante publicação no *Diário do Congresso*, em até 48 horas, porque pode ser pelo Presidente do Senado Federal, pode ser pelo Vice-Presidente do Congresso Nacional, no caso de impedimento. Se for explicar cada coisa dessas, vai haver aqui um monte de alíneas. Basta dizer: para essa eleição, o Congresso Nacional será convocado mediante publicação. É suprimir essa história de pelo Presidente do Senado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Nós suprimimos isso e a discussão se é Presidente ou não. Concordo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ele só pode ser convocado por quem de direito.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Talvez fosse a melhor alternativa.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Concordo. Concordado, porque aí evita essa discussão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Só pode ser convocado por quem de direito.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vamos racionalizar e simplificar.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Está pronto o texto? (*Pausa.*) Eu vou pedir ao Relator para esclarecer o que nós vamos votar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O art. 12: o Presidente do Senado convocará, em até 48 horas... Então, vou colocar: o Presidente da Mesa do Congresso, o.k.? Porque tem que ser um ato do Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Pode botar como o Miro falou: o Congresso será convocado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O Congresso convocará em até 48 horas após apuração sessão solene para... O §2º também faz o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Convocará.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – Convocará para quando?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT. *Fora do microfone.*) – Só pode ser no prazo...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – De 48 horas. Então, realizará.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT. *Fora do microfone.*) – Realizará?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – Não. Realizará a sessão solene. É claro que, para realizar sessão solene, terá de haver convocação. O Presidente do Senado Federal... Ou melhor, o Congresso Nacional realizará em até 48 horas após a apuração do resultado sessão solene para a proclamação do resultado da eleição e posse dos eleitos.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, aqui, permita-me, a dúvida, e ela tem pertinência com todo respeito, no art. 12, de acordo com o texto que o senhor trouxe, é o Presidente do Senado Federal. Então, hoje, quem está presidindo o Congresso Nacional não é o Presidente do Senado...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Claro. Isso aí nós já evoluímos para o Congresso.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Então, é o Presidente do Congresso. Realizará e convocará. É isso? Realizará...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O texto alternativo que o Deputado Miro está propondo é: “O Congresso Nacional realizará, em até 48 horas, após a apuração do resultado sessão solene para a proclamação.”

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ótimo, já resolve a dúvida.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – É mais ou menos isso: “O Congresso Nacional proclamará, em até 48 horas após a apuração do resultado, em sessão solene, a proclamação do resultado...” Outra vez? Não. “Proclamará o resultado da eleição e a posse dos eleitos.”

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Só pode proclamar em uma sessão solene, então, não precisa nem escrever.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E só pode realizar sessão solene se tiver sido convocada e por quem de direito.

“O Congresso Nacional proclamará, em até 48 horas após a apuração do resultado...”

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vamos deixar: “O Congresso Nacional convocará, em até 48 horas após a apuração do resultado, sessão solene para a proclamação do resultado.”

Vamos usar a mesma linguagem.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Duas vezes “proclamação do resultado”! Está uma redação canhestra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Porque o §2º do art. 12 diz o seguinte: “O Presidente do Congresso Nacional receberá o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República eleitos na forma do art. 78 da Constituição.” Então, vamos colocar: “O Presidente da Mesa do Congresso Nacional.”

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Por que o Presidente da Mesa e não o Congresso Nacional?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Porque é o Presidente quem recebe. É ele quem recebe.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – É o Presidente da Mesa.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Quando o artigo da Constituição fala da posse do Presidente, ele diz: “O Presidente e o Vice tomarão posse em sessão solene do Congresso Nacional”. Não fala nada em Presidente e Vice. O ideal seria nós mantermos assimetria entre as redações, por uma questão de topologia legislativa.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Topologia legislativa?!

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Legística.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – E ficamos como, então?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – É isso, a redação da Constituição: O Presidente e o Vice tomarão posse em sessão solene do Congresso Nacional... Como está no...

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Isso. Quarenta e oito horas depois da proclamação do resultado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – O Senador Romero Jucá vai ler o texto para nós vermos como ficou e votarmos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Temos no art. 2º: “Para essa eleição, o Congresso Nacional será convocado mediante publicação do *Diário do Congresso Nacional* em até 48 horas da abertura da última vaga.”

Aí, nós temos o art. 12: “O Congresso Nacional proclamará, em até 48 horas, a apuração do resultado em sessão solene...” (*Pausa.*)

O Congresso Nacional, em até 48 horas, após a apuração do resultado... (*Pausa.*)

O Congresso Nacional realizará, em até 48 horas após a apuração do resultado, sessão solene para proclamação e posse dos eleitos.

O Presidente...

Aí é que fica o texto – § 2º – da Constituição.

Presidente e o Vice-Presidente tomarão posse perante o Congresso Nacional na forma como estava previsto. O.k.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Isso. Está no 78.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Então é o 78.

Essas são as modificações.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Em votação.

Podemos votar?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Podemos votar e deixar a votação da redação final, para a semana que vem, para o Relator poder olhar com calma, para ficar aberta essa possibilidade de ajuste, se acharem que é útil; não é uma queda de braço.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vamos votar. Assim o texto já fica ajustado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Está bem. Está tudo correto. Está bem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Está tudo correto.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Srs. Senadores e Srs. Deputados, em votação.

A Comissão, Deputado Miro, não tem votação da redação final. Eu acho que, da forma como foi lida, está razoavelmente esclarecida. Está resolvido. Uma é a redação da Constituição que o Senador já leu.

Os Srs. Deputados e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Essa é a primeira votação desta Comissão.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Muito bem, Pedro Taques!

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Parabéns ao Senador Pedro Taques! Parabéns ao Relator, Romero Jucá!

Vamos ao próximo item.

O texto foi distribuído desde o começo desta semana ou na semana passada – não me recordo.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar, antes de começar a falar em alguns pontos que são mais afeitos ao debate, que procedemos até hoje, até ontem, à oitiva, à discussão, ao debate com diversos segmentos, culminando na terça-feira com as cinco centrais

sindicais do País, que interagiram, apresentaram sugestões e nós efetivamente pactuamos dentro do que foi conversado um texto que tem, assim, a aprovação também das centrais sindicais.

Tivemos uma nova reunião com o TST. Hoje, inclusive, pela manhã, recebi a Ministra Delaíde no gabinete da Presidência do Senado. Tivemos reunião, novamente, com o Ministério Público do Trabalho. Na verdade, esse texto é fruto de um amplo debate, levando em conta contribuições que recebemos de parlamentares e da sociedade organizada.

Então, vamos ao texto, Sr. Presidente. Não vou lê-lo, vou apenas registrar quais são os pontos que, em tese, serão mais objeto de discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Uma informação, Senador. O senhor ouviu ou obteve informações do Conselho Gestor do FGTS sobre...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu tive reunião com o FGTS, com o Conselho Gestor e com a Vice-Presidência da Caixa Econômica, que opera o FGTS. Então, foi discutido também, inclusive eles pediram um ajustamento da operacionalidade da questão dos 3,2% que substitui a multa por demissão sem justa causa na operação, exatamente para facilitar o trabalho de equacionamento junto ao FGTS. Participaram da discussão o Ministério da Fazenda, o Ministério do Trabalho, a Casa Civil, enfim, conversamos com diversos atores responsáveis pela operação.

No art. 1º, nós tivemos um debate sobre o parágrafo único, que diz respeito à questão do trabalho do menor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu não tenho o projeto aqui. Secretaria, por favor, eu queria a cópia.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu gostaria de pedir à Mesa que distribuisse cópia para os membros.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu desconho que está aqui sim.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Está junto com o seu relatório. Logo após o relatório.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Está aqui no avulso. Ele me chamou a atenção.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Bom, então, qual é o primeiro ponto que eu quero colocar para debate?

No Parágrafo único do art. 1º, eu estou vedando a contratação de menor de 18 anos para o desempenho do trabalho doméstico, de acordo com a Convenção nº 182, de 1999, da Organização Internacional do Trabalho, e do Decreto nº 6.481, de 2008, reconhecido pela Presidência, e que, portanto, passa a ser inserido na Constituição.

Esse foi um debate que nós tivemos. Alguns segmentos defenderam o emprego doméstico com 16 anos. Eu quero registrar que, nesse acordo internacional, o emprego doméstico com menos de 18 anos está caracterizado como uma das piores formas de trabalho infantil. Então, na verdade, nessa discussão, eu mantive a proibição. Eu sei que existem outros que defendem os 16 anos, mas eu entendo que, pesando todas as questões, eu preferi manter a proibição dos 18 anos. Era o primeiro ponto que eu gostaria de registrar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Senador, eu gostaria de dizer a V. Ex^a que, apesar de...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Vamos...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Desculpe-me. É que ele me passou a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Eu acho melhor, como nós vamos ter uma votação, o Senador apresentar todos os itens.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Nós vamos ter votação depois?

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Se tivermos...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Na verdade, eu não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Por exemplo, já tem uma inscrição. Então, o Senador Aloysio já está inscrito.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, ele falou em votação.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Não, é porque nós convocamos para votar. Se não tiver condição de votar, não terá votação; se tiver, vai ter votação. Mas a reunião foi convocada para votar hoje. Então, é melhor V. Ex^a se inscrever. O Senador apresenta o relatório e aí abrimos as inscrições. Acho melhor assim, porque esse debate já foi feito. E para não o repetirmos, já abrimos a inscrição para cada um falar, sem controle de tempo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Bom, a segunda modificação que foi feita dos relatórios anteriores para cá é que nós trocamos o termo “banco de horas” por “compensação de horas”. Por que nós trocamos?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está onde?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – No art. 2º, do parágrafo 4º.

Por que nós retiramos a nomenclatura “banco de horas”? Isso foi ponderado pelas centrais. Porque o banco de horas é fruto de um acordo coletivo entre sindicatos de empregados e empregadores. Como nós não vamos ter sindicatos de empregadores, na verda-

de, isso fugiria à questão técnica e eles disseram que poderia abrir precedente. Então, como é uma mudança de nomenclatura, mas fica mantido o espírito da compensação, só mudando o nome...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Por que não teremos sindicato dos empregadores?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Porque não será obrigatório; não será obrigado a ter acordo coletivo. Não, pode ter, mas não será obrigatório. E nós estamos retirando a cobrança obrigatória do imposto sindical.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Se tiver, não me representa, como diriam os opositores do Feliciano.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Esse foi um acordo feito com as centrais sindicais, inclusive, de não ter a cobrança do imposto sindical. Então, nós estamos usando compensação.

No regime de compensação, nós avançamos aqui com o pleito das centrais sindicais e eu entendi que seria justo, que é o seguinte. As centrais sindicais ponderaram que todo o trabalhador tem o limite de duas horas extras por mês e essas horas extras são pagas – esse limite de duas horas extras, que pode chegar a quarenta – no final do mês; elas são pagas dentro do mês.

Nós tínhamos criado a compensação geral no ano. Só que, da forma como estava previsto, não haveria no mês nenhum tipo de pagamento de hora extra, porque isso podia ficar sendo acumulado até o final do ano. Nós não colocamos limite para o tempo de serviço do empregado doméstico, porque, em tese, num caso de emergência, ela pode trabalhar, em vez de duas horas, quatro horas, seis horas a mais, pois pode haver uma criança doente, pode haver um idoso doente. Então, tudo isso será computado.

Qual foi o pleito das centrais? E eu entendi que era justo. Foi que, dentro do mês, ou se compensasse ou – o que chegasse até a 40 horas, o que os outros trabalhadores recebem dentro do mês – que eles pudessem receber dentro do mês, até o dia 7 do mês seguinte. Ou seja, em tese, iria se pagar até 40 horas no mês, se não houvesse compensação, e o restante ficaria para o banco de horas, para a questão do ano.

Eu entendi que era um tratamento justo, igualitário aos outros trabalhadores, e que permitiria o encontro de contas dentro do mês. Por exemplo, para o empregado que não trabalhar no sábado, o empregador já tem quatro horas a mais para abater, para compensar. Então, eu entendi que era um dispositivo que faria mais justiça e pagaria algum tipo de hora extra ao trabalhador. Nós ajustamos então esse mecanismo, em acordo com as centrais sindicais e com os sindicatos das do-

mésticas. E aqui no art. 2º, §5º, nós estamos definindo esse procedimento dentro dessa explicação que eu dei.

No § 7º: “Os intervalos previstos nesta lei, o tempo de repouso, as horas não trabalhadas, os feriados [...]”. Nós colocamos os feriados, também, que tinham escapado. É uma mudança de ajuste.

Na questão da contratação, é facultada a contratação por prazo determinado do empregado doméstico, mediante contrato de experiência ou para atender à necessidade de uma licença gestante ou de um auxílio-doença.

As centrais pediram que colocasse o limite da CLT para essa contratação temporária. O limite da CLT é o limite de dois anos. Então, estamos aqui colocando, no parágrafo único, o limite de dois anos, também, para ficar claro para os empregadores que há um limite específico para essa substituição de contratação por tempo determinado para suprir algum tipo de necessidade.

No art. 10, nós inserimos também os feriados, porque estava “descanso semanal remunerado”, e não tinha os feriados.

No art. 11, nós inserimos um parágrafo único, colocando que “o acompanhamento do empregador em viagem será condicionado à prévia existência de acordo escrito entre as partes”, para haver esse entendimento de que no contrato de trabalho poderá haver viagem do empregado doméstico. É apenas um item, para que conste efetivamente do entendimento.

No art. 13, a questão do desmembramento. No texto anterior, tinha sumido “no caso de empregado que resida no local do trabalho”. Então, nós estamos reinserindo isto, porque era o espírito dessa divisão de jornada de trabalho poder ser separada em até quatro horas, desde que o trabalhador resida no imóvel, exatamente para não ter que sair de casa e voltar em casa. Era uma coisa que já estava definida.

Na questão das férias, a CLT fixa em até dois períodos. Nós tínhamos fixado em até três períodos a divisão das férias, sendo trazido o período com menos de 14 dias. Mas as centrais sindicais solicitaram que fosse cumprido o que diz a CLT, que é a divisão em apenas dois períodos, com o mínimo de 14 dias. Então, estamos restabelecendo os dois períodos.

Nós estamos colocando que o abono de férias deverá ser requerido até 30 dias antes do período aquisitivo. Nós estamos colocando essa questão, que foi uma sugestão do Tribunal Superior do Trabalho, para que houvesse efetivamente o comunicado das férias, para que o empregador pudesse ser comunicado até com 30 dias, para se programar. Até para contratação, se for o caso de algum contrato por tempo determinado.

No §5º, nós estamos colocando que “é lícito ao empregado que reside no local de trabalho nele per-

manecer durante as férias.” Isto não estava previsto nós inserimos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – O caseiro do Miro.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É. O caseiro do Miro, por exemplo, está de férias e continua, então...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É um apartamento funcional.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É. Então, não tem nenhum tipo de problema.

No art. 21, respondendo ao Senador Aloysio Nunes, diz: “É devida a **inclusão do empregado doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**, na forma do **regulamento a ser editado pelo Conselho Curador e pelo Agente Operador do FGTS.**” Eu inseri isto no art. 21 exatamente a pedido do Conselho Curador e do FGTS, para eles poderem regulamentar essa operação, portanto.

No art. 22, nós ajustamos, também, a pedido da Caixa Econômica, essa questão da operacionalização dos 3,2% de depósito. O art. 22 foi adequado a essa questão da operação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Como é que fica o art. 22?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O art. 22 está assim:

O empregador doméstico depositará a importância de 3,2% sobre a remuneração devida, no mês anterior, a cada trabalhador, destinada ao pagamento da indenização compensatória da perda, sem justa causa ou por culpa do empregador, do emprego do trabalhador doméstico, não se aplicando ao empregado doméstico o disposto nos §§ 1º a 3º do art. 18 da nº Lei 8.033, de 11 maio de 1990.

Esse é um texto operacional da Caixa Econômica, do Conselho Curador, exatamente para dar condições de eles operarem. Eles pediram para fazer.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Mas isso vai para o bolo do FGTS?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vai para o bolo do FGTS.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Teria anualidade ali no caso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Por solicitação também das centrais sindicais, a regra que determinava como vai ser a operacionalização do seguro-desemprego, que para as outras categorias é definido pelo Codefat, nós estávamos definindo em lei. Eles pediram que colocássemos isso também para a definição do Codefat, porque se essas regras mudarem para as outras categorias, o Codefat poderia mudar para as outras categorias, mas constaria em

lei; e na questão do emprego doméstico, ficaria difícil de mudar. Então, nós estamos também adequando à mesma linguagem, colocando para o Codefat essas questões todas que dizem respeito à operacionalização e aos prazos do seguro-desemprego.

No art. 27, nós elencamos, a partir do inciso II; em vez de remeter à CLT os itens que a CLT prevê de demissão por justa causa, para ficar mais claro para o empregador e para o empregado, já que essa vai ser uma lei que vai nortear a relação empregado/empregados; então, nós elencamos aqui. Não há nenhuma novidade. Nós repetimos a CLT.

Na questão do Simples Doméstico, por uma sugestão das centrais e também do Ministério Público, nós colocamos, no art. 34, o §6º, que diz que o empregador fornecerá mensalmente ao empregado doméstico cópia do documento previsto no *caput*; ou seja, cópia da guia de pagamento simplificada. O empregador vai recolher a guia simplificada, mas deve dar uma cópia ao empregado, para que o empregado tenha cópia desse pagamento para ter uma garantia de que ele foi feito.

Eu quero registrar, inclusive, que a Receita Federal já disponibilizou no *site* da Receita Federal, no eSocial, uma minuta desse *site* e dessa programação de emissão do cadastro e da guia simplificada. É um procedimento que está em teste. Eu gostaria de publicar isso e de comunicar aos Parlamentares para que todos nós possamos entrar nesse *site*, analisar como isso está sendo feito. E qualquer sugestão, qualquer mudança, nós estaremos à disposição para encaminharmos à Receita Federal qualquer necessidade de adequação, melhoria ou simplificação dos procedimentos. Então, a Receita está agindo rapidamente e já está à disposição esse *site* exatamente para ser avaliado, para ser testado e para ser criticado e sugerido os seus ajustes, para que, no prazo da aprovação, os 120 dias, isso possa ser feito rapidamente e testado.

O Redom nós estamos mantendo da mesma forma; a legislação previdenciária também.

Nós estamos colocando no art. 44, que é aquele artigo da fiscalização Nós tiramos o §5º, que é o da prova invertida, porque isso iria criar dificuldade para o empregador, iria criar uma situação de dificuldade. No §4º, nós colocamos uma questão que foi levantada pelo Deputado Miro Teixeira, que é: Poderá ser requisitada, mediante justificativa fundamentada, a questão da fiscalização, para a Justiça autorizar, no imóvel, no local de trabalho, no domicílio do empregador.

No art. 44, §4º ...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pode-se discutir ou não pode?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pode, pode falar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Diz o §4º do art. 44:

Em face da suspeita da ocorrência de trabalho escravo, de tortura, maus tratos e tratamento degradante, de trabalho infantil ou de qualquer violação aos direitos fundamentais do indivíduo, poderá ser requisitada, mediante justificativa fundamentada, autorização judicial para realização de inspeção compulsória no local de prestação do serviço doméstico.

Acho pouco, porque, nesses casos, existem as leis gerais, que são muito mais rigorosas, porque são casos de tortura, de trabalho escravo. É o caso de a polícia fazer. Estou achando muito ameno. O que eu falei aqui da autorização judicial, mediante um requerimento fundamentado, foi para uma visita, pura e simplesmente, do fiscal à casa do cidadão, não pode ser uma coisa aleatória: “Eu quero ir ali.” Tem que ser fundamentado. Nesses casos de crime, aqui, pelo amor de Deus, aí é delegacia de polícia.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não é caso de crime, é em caso de...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Trabalho escravo não é crime? Tortura, maus tratos?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Mas é a denúncia!

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sim, mas é a suspeita de crime. Desculpe. Hein?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Aí qualquer um do povo pode intervir.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É isso exatamente. Aí não tem que haver requisição mediante justificativa fundamentada. Fica muito aquém das leis gerais, fica muito aquém! O que eu digo é o seguinte: eu não quero esse poder de um fiscal, pura e simplesmente, combinar comigo e entrar na minha casa. Se eu disser que não quero, posso cair aqui em resistência ou embaraço à fiscalização. Isso vai ser um fator de tensão na votação do Plenário. Estou achando melhor suprimir o 11-A todo, porque botar que, no caso de crime, o Estado pode intervir, me parece que já é assim! Imagina, no caso de tortura!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vamos por partes. O 11-A, o artigo diz:

Art. 11-A. A verificação, pelo Auditor-Fiscal do Trabalho, do cumprimento das normas que regem o trabalho do empregado doméstico, no âmbito do domicílio do empregador, depende de seu prévio consentimento, expresso e por escrito, em dia e horário predeterminado.

O.k?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Eu não sei o que é 11-A...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Permite, Relator. Assiste razão o Deputado Miro porque não se dá flagrante com data e hora marcada, perdeu o sentido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Como é que você vai fazer? Você vai invadir a casa sem marcar?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Ao contrário, perdeu o sentido. Porque, se você diz: “Olha, vou analisar se realmente você vive numa situação desumana tal dia e tal hora.” Vai no primeiro dia, ele está arrumando a casinha, ainda não terminou de arrumar. Marca outro dia, outra hora. Ele já terminou a reforminha dele, pode entrar. Não tem sentido. Flagrante com data e hora marcada não é flagrante.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Qual é a sugestão?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Suprimir. Eu acompanho o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Penso que, embora redundante, pode, o que está expresso no §4º, que é redundante, é claro. “No caso de trabalho escravo, tortura, maus tratos e tratamento degradante, de trabalho infantil ou de qualquer violação aos direitos fundamentais do indivíduo”, não é “poderá ser requisitada, mediante justificativa fundamentada”, não, a autorização judicial, tem que ser mais grave. Nesses casos aí deverá existir a autuação ou a requisição.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A autuação tem que ser comprovada, porque me preocupa aqui também a denúncia vazia. Um inimigo seu vai lá e diz...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Aí tem a denúncia caluniosa. Agora, isso aqui nunca vai ser verificado com uma combinação de dia e hora para visita. É uma inutilidade.

O SR. SERGIO ZVEITER (PSD – RJ) – Meu Presidente, por gentileza, a sistemática é o Relator terminar. Já terminou?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Com esse item aqui eu terminei.

O SR. SERGIO ZVEITER (PSD – RJ) – Vamos para a discussão, então.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Vou pedir o seguinte: sobre esse ponto – vou voltar a palavra para o Deputado Miro –, eu permiti que a gente fizesse aparte, porque é um ponto delicado, trata-se de uma questão que foi o próprio Deputado Miro que sugeriu, por isso permiti que ele falasse fora da ordem. Então, vou dar a palavra para ele terminar, nós abriremos a discussão...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Registrando, só para concluir, só para registrar, que nós colocamos, o que falei a mais que temos colocado foi o

art. 25, “A empregada doméstica gestante tem direito à licença-maternidade de 120 dias...”

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso já é lei também.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Apenas para registrar e ficar pactuado, porque vai aparecer no texto.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Assim como já é lei o Estado não permitir a tortura de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Conclua essa parte, por favor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – V. Exª me dá quanto tempo para concluir?

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – O tempo que V. Exª precisar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, posso dizer que está concluído. Concluo ou pela supressão disso ou voto contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Muito bem.

Em discussão o relatório do Senador Romero Jucá.

Nós vamos abrir o processo de discussão hoje. Se houver condições, faremos a discussão hoje. Se não, encerraremos a discussão e, na semana que vem, viremos somente para a votação.

O primeiro inscrito é o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, quero mais uma vez, creio que todos nós temos a mesma opinião, cumprimentar o Relator pela diligência e pelo trabalho incansável com que vem se dedicando à elucidação desse tema tão delicado.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero voltar a uma objeção que já formulei na primeira reunião da nossa Comissão destinada a esse tema, que é o tema da reserva da lei complementar. A Constituição, como todos nós sabemos, reserva determinadas matérias para a lei complementar, matérias que são de natureza melindrosa, que exigem um grau de consenso mais amplo e que, portanto, para sua aprovação, exigem um quórum mais elevado do que o quórum para a aprovação da lei ordinária.

Entre os objetos tratados nesse tema, nesse projeto de lei complementar, dois são tipicamente de lei complementar. Um é o que trata da indenização no caso de dispensa imotivada e o outro é aquele que institui o regime simplificado de arrecadação, o Simples Doméstico, feliz criação do nosso Relator. As demais matérias são matérias de lei ordinária, que, trazidas para a lei complementar, poderão gerar uma controvérsia. Será que elas devem ser corretas? Para a sua modificação é preciso um quórum de lei complementar

ou não? Conheço o argumento de V. Ex^a, que diz que quando uma matéria que não é reservada pela Constituição, a lei complementar, for disciplinada por lei complementar, entende-se que ela é uma lei ordinária.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – E eu coloquei isso no art. 46.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Está no art. 46, é verdade. Por que não fazemos as coisas direito? Se nós sabemos que lei complementar é só dispensa imotivada e Simples, não vejo por que juntarmos tudo numa mesma lei complementar.

Vamos respeitar as regras de elaboração legislativas presentes na Constituição. Já não se respeita a Lei 95, essa é letra morta. A Lei Complementar 95 é letra morta, acabou, o Congresso a desrespeita o tempo todo, não dá a menor bola para isso. Em razão desse desrespeito, estamos acumulando um entulho legislativo de proporções wagnerianas.

Enfim, a minha proposta era dar à lei complementar o que é da lei complementar e o que é da lei ordinária à lei ordinária. O argumento de juntar tudo numa mesma lei vem da “estatutite”, nós padecemos de uma doença atual chamada “estatutite”, que diz que tudo tem de ser objeto de um estatuto.

Fiquei sabendo hoje, por exemplo, que a Comissão de Finanças aprovou o Estatuto do Nascituro. Então, não há mais o cidadão brasileiro, o que você tem são pessoas enquadradas em diferentes estatutos. Além dos estatutos que têm o nome de estatutos, como o do idoso, do índio, o Estatuto da Igualdade Racial – tem uma coisa esquisitíssima aprovada, o Estatuto da Juventude –, e assim por diante, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, sem falar nas diferentes profissões regulamentadas, cada uma em si é um estatuto. O Estatuto da Pedicure, o Estatuto do Médico, o Estatuto do Cuidador de Idoso, do Garçom, vamos regulamentar por lei a gorjeta. Enfim, é esse o sistema que estamos vivendo hoje, Sr. Presidente, da “estatutite”. Eu já tenho o meu Estatuto, sou idoso, estou bem, mas me pergunto: e o cidadão que não tem estatuto nenhum?

Mas, enfim, eu queria lembrar que, já que estamos legislando, vamos legislar direito, fazer a coisa certa, o que a Constituição manda fazer. Aí seria dispensável até essa folha de parreira que o senhor pôs no final do seu texto, que onde está escrito “lei complementar” leia-se “lei ordinária”. É uma folha de parreira.

Bem, folha de parreira por folha de parreira, eu acho que não seria mal, meu querido Relator Romero Jucá, colocarmos uma folha de parreira para encobrir o fato de que nós estamos dando uma anistia de tributo e que não estamos prevendo o seu impacto na receita. Então, por que não estabelecer, colocarmos aí uma cláusula da qual nós nos servimos usualmen-

te – o próprio Poder Executivo, então, se serve mais usualmente ainda –, que é dizer que, enfim, é aquela cláusula clássica de que “O Orçamento contemplará [...]” etc., só para nos cobrirmos quanto a essa falha em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal sobre renúncia de receita.

O que mais? Eu tinha uma objeção séria em relação à contribuição que o senhor pretendia instituir e que agora foi transformada, enfim, num depósito no Fundo de Garantia, para que inclusive esse depósito, em vez de ser uma simples provisão particular, possa engrossar o Fundo de Garantia, que tem finalidades sociais da mais alta relevância, embora esteja sendo dilapidado também gravemente nos dias atuais.

Acho que toda essa discussão a respeito do auditor do trabalho, meu prezado Miro Teixeira, poderia ser resolvida se o projeto dissesse o seguinte: aplica-se subsidiariamente à lei a CLT, a disciplina das relações de trabalho entre o empregado doméstico e o empregador. Ficaria mais tranquilo; aplica-se subsidiariamente, inclusive essa competência do auditor do trabalho que, entendo eu, é diferente da competência da autoridade policial, que vai lá para fiscalizar o cumprimento das regras trabalhistas, instituídas pela CLT e por essa lei complementar.

De modo que o artigo que se pretende excluir do projeto de lei diz muito claramente, no *caput*, que ao auditor do trabalho se aplica tal, tal e tal. Então, não é uma disposição que se dirija à autoridade policial, mas apenas ao auditor do trabalho.

O que mais?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – Você é a favor ou contra a permanência...?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Eu sou a favor da permanência do texto tal como ele está, porque, claro, quando a polícia tem que intervir a polícia intervém mesmo. O fato de estar previsto ou não na lei não tira da polícia o dever de intervir.

Acho que é isso, Presidente. Não tenho mais nada a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – O próximo inscrito é o Deputado Carlos Sampaio.

Há outros deputados inscritos. Pela norma, vou chamar primeiro os da Comissão e, depois, os que não são da Comissão, como é da praxe.

Desculpe. V. Ex^a está inscrito, mas houve inscrição de quem não é membro da Comissão anteriormente. Essa é a praxe em todas as comissões aqui, e vou seguir essa praxe.

Deputado Carlos Sampaio.

Depois é V. Ex^a.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, nobres pares, caro Relator, primeiramente,

eu queria cumprimentar o Senador Romero Jucá pelo esforço de estar ouvindo todos os órgãos, instituições, segmentos que tinham uma ligação direta ou indireta com a presente formatação legislativa que, a meu sentido, ficou muito bem elaborada, muito bem formulada.

São duas reflexões que faço, apenas reflexões. Isso não me oporia a votar o texto. O PSDB estará votando favoravelmente.

Tenho ainda algumas dúvidas sobre a questão da OIT, os 16 anos, na medida em que qualquer trabalhador com 16 anos pode atuar em qualquer atividade que não seja insalubre ou noturna. Então, tenho um pouco de dúvida sobre isso porque, às vezes, passa-se uma impressão de que essa atividade doméstica seria vexatória ou diferente das demais. Eu penso que é uma coisa sobre a qual a gente deve refletir, mas votarei favoravelmente ao texto.

A segunda é uma sugestão. Apesar de ter se mudado, no art. 22, o termo “contribuição social de 3,2% ao mês” no que tange à questão da multa dos 40% do FGTS, eu percebi um esforço de V. Ex^a, como Relator, em suprimir a contribuição social, porque ali está caracterizado um tributo, com a utilização do termo “destinado a pagamento de indenização compensatória da perda”. Apesar de ser uma indenização compensatória, ele é impositivo, ele é mensal, ele é obrigatório. Perceba: a pessoa não tem a opção de pagar os 40% em vez de recolher obrigatoriamente 3,2% ao mês. Ela pode ter uma dificuldade, digamos, pessoal de recolher esses 3,2% por mês e pode preferir...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu queria só lembrar que eu estou diminuindo o INSS do empregador...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu sei, eu sei. Só continuando o raciocínio...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – ... exatamente para que a pessoa possa ter condição de pagar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Só continuando o raciocínio. O que eu quero dizer? Como V. Ex^a mesmo disse, ao final, se houver uma dispensa por justa causa – e é V. Ex^a quem elenca os casos de justa causa – ou mesmo um pedido de dispensa, ele vai poder recolher... Veja: se impôs a ele o dever de recolher 3,2% mês a mês, e, ao final, ele pode ter tudo de volta. Mas quem disse que ele queria fazer essa poupança obrigatória?

Eu apenas pondero com V. Ex^a se não poderia ser facultativo. Seriam 3,2% ao mês ou os 40% ao final, mas, pelo menos, se dá a faculdade àquele que está contratando de dizer: “Não. Eu vou continuar com essa pessoa que está comigo.”

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O problema é o seguinte: se eu fizer facultativo, eu não vou

poder dar o desconto... Eu vou dar dois tratamentos: eu vou dar um desconto de 8%... Por que eu estou criando uma sistemática única? Porque eu estou compensando, eu estou fazendo uma equação neutra. Eu estou dando a condição de o empregador pagar 3,2% desse fundo mais 0,8% do seguro contra acidente de trabalho, de um lado, e 4%...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Por que baixou o INSS.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – E estou reduzindo o INSS de 12% para 8%, exatamente para compensar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Senador, essa foi a proposta que nós fizemos, inclusive é texto de lei.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Pois é. Se eu deixar optativo, eu vou dar uma vantagem para quem não estiver pagando ou, então, ele vai ter que pagar 12%, em um, e 8%, em outro.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Senador, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vai ficar complicado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu discordo pelo seguinte: ao final, ao final, se tiver que pagar a multa na íntegra, ele não terá benefício algum. Ele pagou os 40%; ele pagou os 40%.

Eu estou apenas ponderando sobre uma faculdade, porque, se a ideia é manter empregos e evitar demissão, a pessoa pode preferir pagar os 40% ao final a recolher, obrigatoriamente, 3,2% ao mês e, depois de um ano, ver restituído esse dinheiro, tendo em vista que a demissão foi imotivada, ou seja, não foi por justa causa, mas a pedido.

Eu apenas pondero isso e encerro aqui as minhas considerações, dizendo que, independentemente do acolhimento ou não, nós estaremos apoiando a iniciativa de V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu gostaria só de registrar que, quando eu procurei criar essa sistemática automática e fazer o recolhimento mensal, com o deferimento, foi exatamente para evitar o conflito.

O que vai acontecer na prática, na minha visão? Como o dinheiro já vai estar recolhido, já vai estar lá, quebrou-se a confiança do empregado doméstico para o empregador, a não ser que seja um caso muito grave de roubo, de violência, normalmente, o patrão vai dar a demissão sem justa causa – a regra vai ser essa –, e o empregado vai retirar o dinheiro. A sistemática vai estar equilibrada. Na verdade, a intenção foi essa.

Nós só mantivemos a questão da justa causa ou não, porque poderia haver uma agressão, um roubo ou alguma coisa, e estaríamos premiando se déssemos

o mesmo tratamento a esse tipo de funcionário. Mas o ideal é que, em tese, o empregado possa retirar esse FGTS quando houver uma quebra de relação de confiança, porque, sem a relação de confiança, em tese não pode haver trabalho doméstico em condições de atender à família.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – O próximo é o Deputado Zveiter.

O SR. SERGIO ZVEITER (PSD – RJ) – Sr. Presidente, eminente Relator, meus colegas Deputados e Senadores, se houver votação hoje, eu quero adiantar o meu voto favorável ao projeto apresentado pelo eminente Relator Romero Jucá.

Obviamente me preocupou essa questão levantada pelo eminente Deputado Miro Teixeira. Essa é uma discussão relevante. Essa lei é importantíssima para todo o País. Portanto, ao tempo em que eu já manifesto e adianto o meu voto favorável, eu queria fazer um pleito. Caso essa matéria não seja votada hoje, que a nossa reunião marcada para a próxima quinta-feira seja na parte da manhã, com hora para começar e sem hora para terminar, para exaurirmos a discussão e realmente elaborarmos o projeto definitivo para submeter ao Congresso Nacional, porque, afinal de contas, já é a sexta reunião que temos e muita coisa já avançou.

Em resumo, adianto o meu voto favorável. E, caso não seja votada hoje – estou justificando porque vou ter que me ausentar daqui a pouco –, que a reunião da semana seguinte comece na parte da manhã sem hora para terminar para resolvermos o problema.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Deputado Miro Teixeira.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria só de dizer que, no art. 47 desse último texto, sumiu a revogação do inciso VII do art. 12 da Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995 – e estou pedindo para recolocar –, que eu já tinha anunciado na reunião anterior, que era exatamente a questão do desconto no Imposto de Renda do valor para quem declara a forma completa, que eu tinha retirado no relatório anterior. Isso aqui sumiu por uma falha, e estou registrando que estou restabelecendo.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Vou antecipar o meu voto a favor. Também preciso sair.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Antes de V. Ex^a se pronunciar, eu queria dizer que, pelo que vimos, na verdade onde reside ainda uma questão efetiva de dúvida é no art. 44, na questão da fiscalização.

Estou aberto. Eu tenho dito isso o tempo todo e quero fazer construtivamente. Então, eu queria pedir uma ajuda aos “universitários”. Que efetivamente tivés-

semos uma posição. Se for o caso, se não chegarmos a um texto hoje, eu retiro o inciso e boto que se aplicará a fiscalização conforme a CLT. Para mim, não há nenhum tipo de problema.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu acho que a melhor solução é a regra comum, porque, senão, gera...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu não quero gerar o debate. Eu volto esse texto...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É isso. Porque nós votarmos aqui que, no caso de tortura, pode haver uma requisição judicial...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A ideia não é complicar, a ideia é simplificar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ... eu tenho a impressão de que não faz bem à Comissão. Mas a aplicação da CLT...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Fica modificado. O artigo 44 passa a ser: a fiscalização será executada nos termos da CLT.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pronto. Está resolvido. Antecipo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Romero, por que não se aplica subsidiariamente à CLT ao conjunto das relações trabalhistas?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Porque está sendo questionada aqui essa questão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Miro, desculpe. Eu acho essa solução muito boa, mas por que não se faz isso de uma maneira mais ampla? Aplica-se subsidiariamente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É a não repetição da lei na lei, na lei. E nós que somos também uma comissão de consolidação das leis estamos aqui repetindo um mundo de coisas.

Tudo bem, porém, eu quero só limitar aqui a minha participação com o Senador Aloysio, por quem eu tenho muito apreço. Eu penso que essa fórmula da aplicação da CLT resolve tudo. Acho que não nos ficaria bem definir que, no caso de tortura, no caso de trabalho escravo, o fiscal pode requisitar. Não é o fiscal não, é qualquer pessoa. Nós estaríamos ficando aquém do que é concedido ao reconhecimento de direitos individuais, direitos humanos até, não apenas na relação trabalhista.

Pode, eu acho, se V. Ex^a quiser, dar a redação ao art. 44, pegar esse §4º apenas como uma simbologia, porque tudo isso já existe. Já há todas as previsões legais, constitucionais, tudo mais. É crime considerado inafiançável a tortura, por exemplo. Colocar isso aqui como *caput*, pura e simplesmente, para V. Ex^a pensar. Mas eu acho que essa outra fórmula de aplicação da CLT resolve, contempla. É isso. Penso que...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vamos colocar da CLT para, efetivamente... Se a gente colocar um *caput* e não colocar os outros, vai parecer que a gente está incluindo...

O SR. MIROTEIXEIRA (PDT – RJ) – Agora, estou também com o Senador Aloysio, que isso vai acabar, no fim das contas, em plenário, sendo uma regra para a maioria dos dispositivos. Mas, no que nos toca hoje, voto, então, a favor dessa nova redação e na aplicação da regra geral. Por quê? Porque é um emprego como outro qualquer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Deputado Otavio Leite.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Edinho Araújo, Sr. Presidente.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PMDB – SP) – Sr. Presidente, apenas, porque tenho também que me retirar, quero cumprimentar o Senador Jucá, como sempre incansável, pelo seu relatório e dizer que o art. 44 me parece que era o ponto nevrálgico. E eu queria antecipar, portanto, meu voto, se a votação se der hoje, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Muito bem.
Otavio Leite.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, muito obrigado pela deferência em me conceder a palavra. Nesse caso, não vale a máxima: os últimos serão os primeiros. Os últimos prosseguirão sendo praticamente os últimos. Mas a ordem dos fatores não alterará o produto, vez que é uma oportunidade especial para eu poder expressar, mais uma vez, algo sobre o qual venho insistindo de forma muito incisiva. Não sem antes cumprimentar o Relator por seu belo trabalho, e que, num processo de costura complexo, conseguiu conceber a estruturação do *modus faciendi*, por assim dizer, de n aspectos que precisam ter operacionalidade prática, conforme utilizou o próprio Relator em vários momentos de sua exposição.

No entanto, eu queria ser bem objetivo e trazer aqui uns dados que me chegaram e que me parecem da maior importância. Estou preocupado com o mercado de trabalho no País, em especial o das domésticas, que é o nosso foco. São 6 milhões, que se estimam no Brasil – uns dizem 6,5 milhões – e, no entanto, para se identificar propriamente quantos são os trabalhadores com carteira assinada, há poucos caminhos para se chegar a esse dado. O PNAD de 2011 fala que são 2 milhões no Brasil. No entanto, o que foi que eu fiz? Fui à arrecadação de INSS, porque hoje quais são os encargos que o empregador tem? O INSS e o FGTS, facultativo. O FGTS ninguém recolhe; só tem o INSS.

Qual foi a arrecadação do INSS em 2011, 2012 e 2013? Peguei o mês de abril, o mês anterior, para ter, assim, uma similitude, uma proximidade com as nossas reflexões. Identifiquei o seguinte: a cada montante de arrecadação e comparado ao salário mínimo que se aplicava à ocasião e, em consequência, inserindo nessa equação o recolhimento que se fazia, identificamos, em 2011, 1,3 milhão trabalhadores; em 2012, 1,4 milhão; e, em 2013, agora, 1,306 milhão. Qual a observação mais nítida desses números, que são provenientes da arrecadação do INSS? É que houve uma queda – essa é a verdade – no emprego formal no Brasil, de abril do ano passado para abril, ontem, de 95 mil postos de trabalho.

Ora, se nós estamos falando de um conjunto de regras que vão, ao mesmo tempo, trazer direitos novos, a que fazem jus sim, são direitos legítimos dos trabalhadores e trabalhadoras que estão no mercado de trabalho do emprego doméstico. Por outro lado, ninguém aqui há de discordar de que esses novos direitos implicam novos encargos. Só para se ter uma ideia, se estamos saindo hoje de 12%, que é o que tem que recolher o empregador, para 20%, que é o somatório da sugestão do relatório, nós vamos ter um aumento de 60% de encargos para as famílias. Volto a dizer: famílias não são empresas, famílias não visam a lucro, famílias têm orçamentos muitas vezes estanques, que têm de ser considerados.

Muito bem. Então, qual é a proposta que nós aqui insistimos ponderar junto ao Relator? É que é preciso avançar na compensação, que é absolutamente justa, para que não apenas esses direitos sejam assegurados, garantidos, como também nós possamos apontar definitivamente no Brasil para a formalização desse monte, ou seja, de dois terços do total do mercado que hoje é informal. São realidades brasileiras.

Dados importantes do instituto Doméstica Legal, que vem trabalhando muito essa questão, indicam que em São Paulo a formalização é de 58%, no Rio, 50%, no Piauí, 12%, em Pernambuco, 18%. São os brasis nos quais vivemos. E não é fácil encontrar um denominador comum, mas uma coisa é certa, se é verdade que esses novos direitos são justos, é verdade que todos esses novos direitos geram encargos, na ordem de 60% a mais do que existe hoje.

Portanto a lei deve ser sábia o suficiente para encontrar um mecanismo que arrefeça, que diminua, que alivie as famílias brasileiras, sob pena de nós acompanharmos uma vertente, um indicador que eu acho que vai agravar por conta do burburinho do advento da PEC. Se nós temos 95 mil menos postos de mercado de trabalho formais, formais, os informais, nem seis quantos, sei a notícia de hoje de um grande

jornal que dizia o seguinte: o volume de trabalho de serviços das lavanderias aumentou muito, os donos de lavanderias estão comprando mais equipamentos. Por quê? Porque estão sendo mais demandados. Por que estão sendo mais demandando? Talvez em função muito de dispensa de trabalhadores domésticos. São verdades que têm que ser consideradas.

Então, eu propus, eminente Relator, dois caminhos, nós temos três, na verdade. Primeiro, diminuir mais o INSS; enfim, se tem prejuízo porque se vai diminuir, alguém paga a conta. Ninguém aqui, enfim, está desconsiderando isso. Mas o imposto de renda eu acho que é o grande vetor para a gente poder fazer essa justiça legislativa que se advoga aqui, seja encontrando aí um percentual, que eu sugeri, de início, para um debate, 30% do que eu recolher a mais eu puder abater no imposto de renda, 26 milhões de brasileiros declaram imposto de renda, declararam agora em abril, 11% declaração simplificada, tem um desconto único, e 14 milhões de brasileiros fazem a completa. O que existe hoje na legislação, de diminuição de imposto de renda, vai acabar ano que vem, se também não prorrogar, não existe. Então, se não prorrogarmos, também será um problema. Então, é preciso considerar que o grande mercado empregador são esses que pagam imposto de renda. Não tem outro caminho.

Então, para concluir, eminente Relator, eu sugeri que nós pudéssemos avançar nessa dedução do imposto de renda. E mais, sabemos que o imposto de renda é uma fonte muito preciosa para o Governo Federal e para os Estados e Municípios, que têm a sua partilha ali do FPE e do FPM. Eu propus nessa sugestão que a conta seja paga pela União e não pelos Estados e Municípios, que já estão, como sabemos, com a parte do bolo muito pequena – os Municípios, 17%, os Estados, 27% e União fica com o resto, quase 60% de tudo que se arrecada no Brasil. Aliás, a União é a prima rica nessa história e tem que ir atrás do primo rico, que é a União.

Portanto eu queria reiterar essas ponderações neste instante de culminância de um processo de debate que certamente se traduzirá num consenso em se aprovar esse texto, acho que a sociedade requer logo uma solução, mas queria fazer esse recurso extraordinário aqui ao Relator, para que pudesse compreender esses números que são provenientes de dados oficiais, de arrecadações que implicam uma diminuição da arrecadação por conta da diminuição de emprego formal e considerar que houve um encargo acima de 60%. Nós precisamos encontrar outro caminho.

Do contrário, eu temo, sinceramente, olha que fui às ruas, no Rio de Janeiro, conversei com muita gente e tenho observado que há uma tendência que sai desse instante de dúvida, não há um lar brasileiro

hoje que não esteja tomado de dúvidas, para uma decisão que às vezes é muito perversa. A presença da empregada doméstica é fundamental para as famílias como as famílias são fundamentais para a empregada domésticas, seis milhões e pouco de noventa e tantos milhões de trabalhadores brasileiros da população economicamente ativa. Quer dizer, é muito significativo, é muito importante.

E eu queria mais uma vez sublinhar esse apelo, para que pudéssemos fazer mais justiça às famílias brasileiras e viabilizar a garantia desses empregos que todos queremos cada vez garantidos de forma muita sólida e mais ampliados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Obrigado, Deputado Otavio Leite.

A última inscrita é a Deputada Carmen.

A SR^a CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – Obrigada, Presidente, Deputado Cândido Vaccarezza.

Quero, em nome do PPS, que eu estou representando neste momento, pois quem é desta Comissão é o Deputado Arnaldo Jardim, cumprimentar o Senador Romero Jucá e dizer que estamos contemplados com relação ao art. 44. Essa era uma preocupação e uma das anotações que nós tínhamos feito, até porque nós sabemos da complexidade que é entrar no individual de cada residência.

Por outro lado, não podemos permitir que o individual, o íntimo de cada casa faça com que a gente tenha ainda trabalho escravo ou qualquer outro tipo de exploração ou de direitos não assegurados, em especial desse profissional que permite que os demais trabalhadores possam estar fora de casa, porque, graças às trabalhadoras domésticas e aos trabalhadores domésticos, a gente exercer as outras atividades fora de casa. Então, acredito que a gente conseguiu avançar.

Fico por aqui para garantir o quórum para votação ainda na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Encerrada a discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Eu queria apenas um esclarecimento, Senador Jucá, em relação à preocupação do Deputado Otavio Leite. A legislação em vigor já não contempla a possibilidade de, na hora de pagar o imposto de renda, certa dedução do imposto devido?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – A legislação hoje contempla a dedução para quem faz o sistema completo de declaração, o abatimento de um trabalhador no valor de R\$896,00. Esse é o abatimento que se faz.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – E isso continua existindo? Não é revogado?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não, isto eu estou revogando.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Por quê?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Porque eu estou revogando esse tipo de abatimento e estou diminuindo o abatimento do INSS, que atende a todos indistintamente. Nós estamos atendendo a todos os segmentos indistintamente.

Para V. Ex^a ter uma ideia, esse abatimento gera uma despesa ou uma não receita para a União, de R\$400 milhões, e para Estados e Municípios, de R\$400 milhões. Estados e Municípios não têm nada a ver com isso. Com todo o respeito ao Deputado Otavio Leite, eu reajo a dar incentivos em cima do imposto de renda, porque nós imputaríamos 50% a Estados e Municípios que estão sendo desonerados, que estão perdendo IPI. Então, nós tiramos dessa questão do imposto de renda e trouxemos para o INSS, que permeia a todos. Essa foi a ideia.

Só para registrar, nesse 1,5 milhão, a diminuição de 12% para 8% desses 1,3 milhão de trabalhadores que o empregador recolhe dá um abatimento de 650 milhões. Então, se a gente 400 e pôr 650, a União ainda tem uma diminuição de arrecadação de 250 milhões, que, na minha visão, será compensada pelo acréscimo de arrecadação, em face da formalização dos trabalhadores do INSS.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – O senhor me permite, Senador? Uma questão na linha do raciocínio do eminente Senador Aloysio Nunes. Hoje o empregador tem que obrigatoriamente recolher 12%. Se amanhã, com o advento dessa lei, ele passar a ter que recolher 20%, mesmo que ele tenha diminuído esses 12% para 8%, cresceram outros encargos e que chegaram a 20%. Portanto, ele oscilou de um encargo que era de 12% para 20%, ou seja, ele teve um aumento de 60% do encargo – lógico.

Permita-me, Presidente? E mais, eu fiz a ressalva de que a conta a ser paga, com o eventual acréscimo de compensação, não ter que ser dos Estados e Municípios. Basta uma ressalva na lei dizendo que vai sair da cota-parte da mãe rica do processo, que é a União. E, veja bem, nós temos que nos preocupar basicamente não apenas em concretizar, viabilizar esses direitos, como também em atrair a formalização no mercado, porque, quanto mais pessoas tiverem empregados domésticos, não tenha dúvida de que mais recolhimento de INSS haverá, mais recolhimento de FGTS haverá, mais receita o Governo terá.

Então, a lei, no meu entendimento, poderia ter o condão de ir mais adiante: de se preocupar em atrair para o mercado formal que vai trazer mais tributos, inclusive para o Governo.

Queria, compreendo perfeitamente a ...

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Para concluir.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – ... posição do Senador. Quero deixar claro, Presidente, que eu vou adiante nessa proposta. Vou apresentar em plenário...

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Claro.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – ... as emendas, vou procurar a sociedade civil, porque eu temo que uma lei que foi consequência de algo tão festejado, como absolutamente justo – todos votamos a favor – finde por não ter a capacidade, a sabedoria suficiente de avançar na formalização do emprego doméstico no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Muito bem, Deputado.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Então, são essas as ponderações que eu queria apresentar. Vou apresentar as minhas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Cândido Vaccarezza. PT – SP) – Obrigado, Deputado Otavio Leite.

Encerrado processo de discussão.

Iniciado o processo de votação.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados e os Srs. Senadores que concordarem com o relatório, apresentado pelo Senador Romero Jucá, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

Parabéns de toda a Comissão ao Senador Romero Jucá. *(Palmas.)*

Antes de encerrar, convoco a próxima reunião para quinta-feira, dia 13, às 14h, nesta mesma sala.

Encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 51 minutos.)

Deputado **Cândido Vaccarezza**, Presidente.

COMISSÃO ESPECIAL INTERNA DO SENADO FEDERAL DESTINADA A EXAMINAR O PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 236, DE 2012, QUE REFORMA O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO.

ATA DA 11ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 11ª Reunião da Comissão realizada em 21 de maio de 2013, às 14 horas e 48 minutos, na Sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) e com a presença dos Senadores (as): Jorge Viana (PT-AC), Pedro Taques

(PDT-MT), Cícero Lucena (PSDB/PB), Magno Malta (PR-ES), Armando Monteiro (PTB-PE), Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Pimentel (PT/CE). Deixaram de comparecer, justificadamente, os Senadores (as): Lídice da Mata (PSB-BA), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Benedito de Lira (PP/AL) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP). Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com o tema: Crimes Contra a Pessoa com a presença dos Senhores: Cláudio Lemos Fonteles, Coordenador da Comissão Nacional da Verdade e Hécio Maciel França Madeira, Professor da Universidade de São Paulo – USP.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Boa tarde a todos.

Há número regimental. Declaro aberta a reunião.

Conforme convocação, a presente reunião foi agendada para realizarmos audiência pública da Comissão Especial, com a presença dos seguintes convidados:

- Dr. Cláudio Lemos Fonteles, a quem convido para sentar à mesa, Coordenador da Comissão Nacional da Verdade;
- Hécio Maciel França Madeira, Professor da Universidade de São Paulo – USP, a quem também convido para compor a mesa;
- Dr. Roberto Luiz d'Ávila, Presidente do Conselho Federal de Medicina, que já havia agendado e confirmado a sua presença, mas nos encaminha o Ofício nº 4.867, de 2013, justificando o seu não comparecimento a esta Comissão.

Esta Comissão tem procurado se reunir mesmo com todas as dificuldades inerentes aos nossos trabalhos nos dias de terça-feira, quarta-feira e quinta-feira. Hoje, por exemplo, temos oito eventos no mesmo horário. Inclusive, está aqui o Presidente do Banco Central; a Comissão de Relações Exteriores está reunida; a Comissão de Orçamento está reunida; está ocorrendo um evento nacional do PMDB Mulher; está sendo instalada a Comissão de Combate à Seca simultaneamente à Comissão de Negociação de Dívidas de Agricultores.

Nós teríamos de estar presentes a todas essas reuniões. Mas, lamentavelmente, temos de fazer opções e nos dividir na Casa. Temos procurado tratar da forma mais aberta possível. O Senador Pedro Taques, que é o Relator desta Comissão, tem aprovado seguidos requerimentos, convidando a todos para que, ao ser apresentado o relatório, ninguém possa dizer que não demos a oportunidade, ao menos, de se fazer a discussão e o debate.

É lamentável que muitas pessoas se apresentem para vir a esta Comissão e, quando convidados, co-

locadas todas as condições para que se desloquem, para que venham a esta Comissão, justifiquem de última hora a ausência – o que também entendemos.

Quanto aos trabalhos de hoje, como é regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Especial Interna destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que trata da reforma do Código Penal Brasileiro.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, coloco em votação a ata da nossa reunião anterior, solicitando a dispensa da leitura e pedindo as Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores – ao menos temos o quórum no livro de frequência – que permaneçam como se acham em relação aos presentes, para que aproveemos a Ata da 10ª Reunião.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, com a palavra o nosso Relator, Senador Pedro Taques. Tem a palavra V. Ex^a, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dr. Cláudio Lemos Fonteles, Dr. Hécio Maciel França Madeira, muito obrigado pela presença dos senhores. É uma honra recebê-los aqui no Senado.

Infelizmente, Sr. Presidente, o Prof. Dr. Roberto Luiz d'Ávila, convidado confirmado, agora, às 12h05, protocola um ofício – ele, como Presidente do Conselho Federal de Medicina –, dando conta de que ele aqui não poderia estar em razão de compromisso inadiável e de última hora.

Ele é Presidente do Conselho Federal de Medicina. Espero que não seja uma doença. Eu não sou um homem cordial, mas isso aqui se me apresenta como total falta de educação, no mínimo, e falta de respeito, uma vez que o Conselho Federal de Medicina, pelo seu Presidente, propalou pela imprensa nacional uma decisão do Conselho Federal de Medicina. Várias entrevistas foram ofertadas, nós o convidamos para estar aqui, para que o contraditório possa ser aberto a respeito de um tema de suma importância que é o projeto do Código Penal. Aqui, mais especificamente e mais em particular, a questão do abortamento, ou seja, a possibilidade de, em 12 semanas, em razão da vontade da mãe, com autorização de médico ou psicólogo, de alargar as possibilidades do abortamento.

Muito bem. Ele foi convidado, para que nós pudessemos estabelecer o contraditório. E não há que se falar que seja alguém insubstituível, porque o Conselho Federal de Medicina é uma instituição que ostenta a natureza de autarquia especial, portanto aqui também vigora o princípio da continuidade do serviço público em sentido restrito. Desta feita, poderia ser substituído por outro.

Mas nós, Sr. Presidente, queremos, sim, ouvir todos os segmentos da sociedade. Assim, eu faço um

pedido a V. Ex^a para que nós possamos dar oportunidade para que o Conselho Federal de Medicina aqui venha expor a posição que não é dele, Presidente, mas, segundo consta nos documentos, é dos 27 Conselhos Regionais. Ele diz aqui: “Diante do exposto, o Conselho Federal de Medicina e os 27 Conselhos Regionais de Medicina expressam o entendimento alcançado nesta posição.” Portanto é uma posição dos 27 Conselhos Regionais. Assim, nós teremos oportunidade de ouvi-lo em outra oportunidade, se assim ele entender ou se puder ser substituído por outro.

Nós teremos uma outra audiência pública, Sr. Presidente, para debater crimes contra a pessoa – uma segunda audiência, no dia 25 de junho. Portanto, o prazo está longo: dia 25 de junho, às 14h30 aqui. Que o convite possa ser feito de novo a essa importante instituição, que representa importantes profissionais.

Não veio. Infelizmente o contraditório aqui não será exercido na sua plenitude. Mas eu procurarei fazer algumas indagações aos ilustres convidados que aqui vieram. Mais uma vez, eu agradeço a presença dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Eu concedo a palavra ao Dr. Cláudio Lemos Fonteles, regimentalmente, por 20 minutos, mas o tempo pode ser prorrogado, se necessidade houver.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Sr. Senador Eunício Oliveira, Presidente desta assentada, querido colega e amigo, Senador Pedro Taques, que honrou o Ministério Público Federal quando ali desempenhou a função de Procurador da República e depois Procurador Regional da República; Prof. Hércio Maciel França Madeira, Senadores, senhoras e senhores, no intuito de democraticamente colaborar com esta Comissão, eu me permito apresentar algumas sugestões ao capítulo de crimes contra a vida. Pontuei cerca de nove sugestões.

A primeira diz respeito ao art. 121, §1º, inciso I, em que digo ser desnecessária a expressão final do texto “em situação de especial reprovabilidade ou perversidade do agente”, ao tratar do homicídio perpetrado em situações de violência doméstica ou familiar. Digo eu: ora, se o homicídio se dá em contexto de violência doméstica ou familiar, como expresse, o contexto de violência no lar ou na família a ponto de matar já configura situação especial de reprovabilidade ou perversidade do agente. Assim, me parece redundante essa expressão. Depois entregarei a V. Ex^a tudo isso, mas faço uma abordagem até para que possamos debater após a intervenção.

Essa é a minha primeira proposta em relação ao inciso I do §1º do art. 121 nesse contexto de violência no homicídio, achando que é redundante.

Também aqui é um tema interessante, mas não vejo sentido em manter-se a modalidade de homicídio qualificado pela tortura, quando no próprio texto normativo do Título XVI, que trata dos crimes contra os direitos humanos – não contra as pessoas, mais grave ainda, – há um capítulo específico, o Capítulo II, dedicado aos crimes de tortura, e o apresenta – o comento está na introdução – como crime autônomo. Portanto, crimes contra direitos humanos, crimes de tortura, crime autônomo. Ou seja, a tortura se praticada fora do contexto de violência sistemática, dirigida contra a população civil no ambiente de hostilidade e de conflitos realizados, correspondam a uma política de Estado ou uma organização, também é prevista fora dessas hipóteses contra o próprio Estado, contra a própria organização do Estado. Portanto, uma conduta individual.

Então, se há a tortura qualificada pelo resultado morte (§3º do art. 468), não há espaço para que se preveja a qualificação do homicídio mediante tortura. A minha conclusão é esta: a morte decorrente de tortura é sempre tortura qualificada e não homicídio qualificado pela tortura, dado que, no capítulo específico, contempla-se a tortura não em relação à pessoa, mas em relação a grupos determinados ou como política de Estado.

Também agora uma terceira sugestão que faço é a supressão da expressão “dois ou mais”, que está no inciso VI, §1º do art. 121, a falar de grupo de extermínio. Digo eu, suprima-se a expressão “dois ou mais”, dizendo, sem quantificar, “por agente em atividade típica de grupos de extermínio”. Até porque grupo de extermínio é incompatível com a realidade de duas pessoas. Como falar em grupo de extermínio se somos nós dois só. É impossível isso, juridicamente impossível. Eu acho que há uma imprecisão total aqui da Comissão em falar de grupo de extermínio e caracterizar grupo de extermínio com duas pessoas. Não há uma boa lógica aí.

Acho que se deve também acrescentar no §6º do art. 121, como hipótese de culpa gravíssima, o conduzir veículo em velocidade a caracterizar excepcional temeridade, ainda que o agente não esteja sob influência de álcool ou substância de efeitos análogos, ou ainda que o agente não esteja em situação de corrida de carros, o tradicional “pega”.

E crio aqui uma terceira hipótese, Senador Pedro Taques: conduzir veículo em velocidade a caracterizar excepcional temeridade. Aqui em Brasília, tivemos, há uns dois ou três meses, um cidadão que saiu com o

carro e não estava em estado etílico, estava normal em sua consciência, mas imprimiu 140km/hora, em plena consciência, sem estar perturbado e causou danos graves, obviamente.

Então, para meditação, mas eu ampliaria essa terceira hipótese.

Considero a hipótese de isenção de pena prevista no §1º do art. 122: “a pena não se aplica pela avaliação judicial das circunstâncias do caso, bem como a relação de parentesco ou de estreitos laços de afeição do agente com a vítima”; conflita com a descrição típica do ilícito, porque estipular matar por piedade ou compaixão é o problema da eutanásia.

Ora, os sentimentos de piedade e compaixão, por certo, são sentimentos que movem parentes ou pessoas com estreitos laços de afeição a atender ao pedido consciente de alguém para que seja morto. Como, então, no tipo penal criminalizar se essa é a realidade e, depois – vejam bem, no tipo penal existe essa situação de piedade, afeição –, essa mesma realidade motivar isenção de pena? A mim, me parece que é uma contradição. Além do mais, avaliar as circunstâncias do caso na configuração típica que se analisa é impróprio – colocou-se também a avaliação das circunstâncias do caso. Por que é impróprio? Porque esse tipo penal da eutanásia é o que a doutrina chama de tipo extremamente fechado. Veja, estaria dito: “matar, por piedade ou compaixão, paciente em estado terminal, imputável e maior, a seu pedido para abreviar-lhe sofrimento físico insuportável em razão de doença grave”. Quais diversas circunstâncias poderiam ser consideradas para isenção de pena em descrição típica tão fechada e tão completa? É impossível. A meu juízo, há um ilogismo aí.

Ainda a palavra paciente, presente no tipo penal, conduz a caracterização da infração como própria. Se falar em paciente, o autor só pode ser médico, não seria o familiar. Na relação familiar, eu não posso falar de paciente. Parece que há aqui também outra impropriedade jurídica nessa causa de isenção de pena.

Também quanto ao art. 123 – induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio –, o §1º é desnecessário, visto que, se na fixação da pena já se diz de um a quatro anos, se na tentativa resultar lesão corporal grave em qualquer grau, não há por que se dizer, ao comentar o §1º, que não se pune a tentativa sem que da ação resulte ao menos lesão corporal grave. É chover no molhado aí.

Também o §2º do art. 123 carece de sentido quanto ao tipo examinado – situações ensejadoras de suicídio – e quer estender as hipóteses de isenção de pena ou de excludente de ilicitude do crime de eutanásia. Aqui me parece também que há outra grave

incoerência. É que, em ambas as hipóteses, exigindo-se a relação de parentesco ou de estreito laço de afeição do agente com a vítima ou do consentimento de ascendente, descendente, cônjuge, companheiro ou irmão, dessas pessoas, dos familiares para aquele que quer se suicidar, dessas pessoas que têm um vínculo extremamente afetivo, que são familiares de quem está num estado de suicídio, o que se há de exigir não é que se estimule o seu familiar ao suicídio, mas a sua conduta inversa, porque dessas pessoas, pelo estado concreto de proximidade que assim as vincula estreitamente ao suicida, o que se espera e se há de estimular é comportamento diverso em relação ao suicida, ou seja, o comportamento de atenção, de cuidado perene, afetuoso, justo para que o suicida seja demovido da intenção de eliminar a própria vida.

Então, nós vamos estimular o parente que tenha uma causa de isenção por ter estimulado o seu parente a se suicidar. Não, é o inverso. O que se há de exigir do grupo familiar, nesse caso, é que o parente desestimele aquela pessoa de se suicidar, acolhendo-a, debatendo com ele, cuidando dele, oferecendo carinho a ele e não o estimulando ao suicídio, porque esse é o grande – e nós vamos ver isso no aborto mais fortemente até – pano de fundo que está por trás, porque aqui não é exatamente um Código Penal pelo Código Penal. Isso é o que temos que ter muito em mente, e os Srs. Legisladores, Senadores principalmente, têm que ter muito em mente. Não é aqui só o Código Penal, é o que traduz esse Código Penal. Essa é a grande questão. Não é aqui um exercício mero de tipos penais.

Ao se discutir isso, no Senado da República, que é efetivamente a Casa, a meu juízo, mais motivada a isso, a grande reflexão poderia ser a que está aqui para os Srs. Senadores, que seria a seguinte: que modelo de sociedade brasileira nós vamos implantar? Essa é a grande questão que perpassa todo um debate sobre o Código Penal. Não é o Código Penal *stricto sensu*, não é o artigo *stricto sensu*. Eu avalio, sim, claro, o artigo, mas os Srs. Senadores têm que perguntar o seguinte – essa é a grande questão e que o Código Penal responde –: que modelo de sociedade brasileira nós vamos querer criar? Essa é a grande pergunta.

E esse é o Senado da República, mais do que a própria Câmara dos Deputados, sem menosprezar a Câmara dos Deputados – não estou menosprezando a Câmara dos Deputados –, mas porque aqui é a representação da Federação paritária, com Senadores do Amazonas ao Rio Grande do Sul, e essa representação provoca reflexão sobre o modelo de Federação que se quer implantar. Então, a discussão atinge um patamar muito mais profundo. Esse é o grande ponto.

Então, no caso aqui do suicídio... Não o que se tem... Essa é a sociedade humanista: o que se tem que incentivar é a participação dos familiares a que o suicida seja demovido da intenção de se matar. Esse é o grande ponto.

Também em relação ao estado puerperal, que se suprima a expressão tradicional de “sob a influência do estado puerperal” por “sob a influência perturbadora deste. Eu digo: a substituição é cabalmente inadequada. O estado puerperal não é fruto de exclusiva influência perturbadora do feto – o feto não causa isso em mulher alguma –; o estado puerperal; repito, não é fruto de exclusiva influência perturbadora do feto ou de recém-nascido sobre a própria mãe. Até porque, no quadro gestacional ou de nascimento, é a vida em gestação, o feto, ou a vida nascida, o recém-nascido, que tem o direito de ser protegida. O justo é que possa viver.

O estado puerperal, porque estado, contempla quadro de todo pertinente com a estrutura biopsíquica da mulher, composta também por situações alheias à estrita relação mãe e filho, tais como o comportamento do marido ou companheiro, a atividade laboral da mulher, enfim, uma gama de realidades a desaguar em momento que ela experimenta de desequilíbrio emocional. Mas esse momento de desequilíbrio emocional da mulher não é causado pelo feto; há toda uma gama de situações que ela experimenta, e eu aqui narrei algumas.

E espere aí, convenhamos; convenhamos. “Seja esclarecido” [eu coloco aqui] “que, nos dias de hoje, há plethora de informações amplamente difundidas e popularizadas sobre a realidade gestacional”.

Pelo amor de Deus, estamos nós aqui a debater, isso faz parte da mídia, de programas televisivos, programas radiofônicos; hoje há uma plethora enorme de informações sobre a realidade gestacional que, por certo, em muito contribuem ao apequenamento desse quadro de puerpério. A se manter, que se mantenha a redação que existe aí.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – (*Fora do microfone.*) Pior por pior, que se mantenha o que há aí.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – É

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – (*Fora do microfone.*) Para piorar, deixa o que está.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Deixa o que está. Aqui, sim, agora já entrando até na prática do aborto, eu sugeriria para reflexão dos Srs. Senadores o acréscimo de um parágrafo único ao art. 125 com a seguinte redação: “Na hipótese de ré primária [a mulher que pratica o aborto] e atendendo às circunstâncias do caso concreto, o juiz poderá aplicar pena restritiva de direitos, objetivando a não reincidência.” Digo: justifico essa inserção normativa dado que ela contempla

quadro não raro em que a mulher grávida experimenta, mais das vezes, sentimentos de abandono, de solidão, de rejeição, causados por comportamento do próprio esposo, ou do companheiro, ou de familiares, ou do grupo social; e, diante disso, toda sua condução ao cárcere seria totalmente incoerente – a meu juízo, porque há esse estado claro da mulher –; ao passo que, mantida a “reprovabilidade” em sua conduta, todavia, a sua inserção em prestação de serviços à comunidade compatibiliza-se com o escopo que visa a estimulá-la a assumir a atitude pessoal não mais sacrificando a vida do filho; antes sendo encorajada, até pela natureza dos serviços comunitários que venha a prestar, à luz do critério judicial fixado, a comprometer-se com a defesa da vida.

Então não é o cárcere, não é o cárcere! Eu poria aqui a possibilidade judicial em situações da não reincidência, a substituição da pena corporal por prestação de serviços à comunidade; mas dentro dessa diretriz, do envolvimento da própria mulher, em uma revisão de vida, inclusive, a ser estimulada, agora, sim, a lutar pela vida. Porque há essas situações, realmente, do total abandono.

No tocante ao crime de aborto consensual provocado por terceiro, aqui há uma incoerência. “A pena deve ser de um a quatro anos, porque não faz sentido estabelecer sanção idêntica àquele terceiro à fixada para a gestante na prática do aborto. A esse que é o terceiro, obviamente, não se aplicam as mesmas razões que autorizam, no caso, para a gestante – o terceiro não tem nada a ver com o quadro da gestante aqui.

E a Prof^a Janaína Paschoal, livre-docente de Direito Penal na Universidade de São Paulo, já refletindo sobre isso em um debate que fez para o *site* Zenite, indagada: E sobre o tema da vida humana, qual é a proposta do anteprojeto? Diz a professora, uma mulher:

A vida fica flagrantemente desvalorizada. [Não sou eu, é uma professora, uma mulher, livre docente de Penal, São Paulo.] *Eis alguns artigos, mas, em resumo, onde eles estão criando os crimes de abandono e omissão de socorro a animais* [vejam que coisa bárbara], *punindo-os de maneira mais severa do que ocorre com relação às pessoas.*

Crime de omissão de socorro ou abandono a animal é punido mais severamente do que em relação a pessoas!

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Isso já mudou.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Ah, já mudou?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Já mudamos.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Ah, bom! Mas mudaram aqui?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ah, sim.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Ah, bom, mudaram aqui.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Mas ele pode falar, porque a proposta é ridícula. Ele está falando da proposta.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – É, estou falando da proposta, à luz da proposta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A gente mudou.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Sim, mas mudou-se aqui. Eu estou no quadro da proposta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Doutor, sem atrapalhar o senhor...

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Não, não há problema.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – No caso do animal, eu até tenho dito aqui o seguinte: se o cachorro lhe morder, é melhor você bater no dono, porque só são seis meses. Se você bater no cachorro, são cinco anos.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – É verdade.

Então, ela até concluiu que...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É melhor não bater em ninguém, não é?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Não, mas, se acontecer, lesão corporal só são seis meses! Bater no cachorro são cinco anos. É melhor dar um tapa no dono.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A cidade livre de violência. É melhor não bater em ninguém.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – A professora conclui assim:

Eu não sou uma ativista pro ou contra o aborto. Mas a racionalidade está sendo ofendida com esse projeto. E as pessoas não estão se dando conta de tal situação. O que intriga é que se alardeia que o projeto veio para corrigir desproporcionalidades.

E eu estou aqui a elencar – depois, quando tudo estiver mais sereno, mais calmo, todos terão vista – uma série de incoerências.

Finalizando aqui, eu digo: quanto às causas de exclusão do crime de aborto, não se justifica a sua permanência na lei codificada, que é até ampliada pela proposta, com todas quase submetidas ao consentimento da gestante.

Digo eu: isso estabelecido, sociedade e Governo – aqui em todos os níveis, federal, estadual e municipal; esse é o ponto; esse é o ponto – devem desenvolver

políticas públicas efetivas em favor da saúde e da vida da mulher e do seu filho! Esse é o ponto. Políticas públicas efetivas em favor de quem? Da mulher e do seu filho, em vez – jamais a abandonando – de a mulher incentivá-la ao descarte de vida presente em seu ser e ao filho matá-lo.

Portanto, uma vez comprometidos sociedade e Governo com correta diretriz política de defesa da vítima – e aqui é um meritório programa que eu cito, da Presidente Dilma, o Programa Cegonha, um programa importantíssimo –, a mulher gestante e o embrião gestado não devem ser abandonados, tal qual sucede com a Lei Maria da Penha.

Por que, senhores, nós fazemos uma Lei Maria da Penha...

(Soa a campanha.)

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sem problema.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Fazemos uma Lei Maria da Penha perfeita, corretíssima, que sanciona o marido, o companheiro, enfim, o agressor, em relações de coabitação, e aí obriga todo um mecanismo protetivo da mulher e de seu filho. Perfeito, maravilhoso isso! Por que não se avança e não se cria a Lei Maria do Abandono? Em vez de chamar de Lei Maria da Penha, chamemos de Lei Maria do Abandono, em que a mulher, numa situação de gravidez, pressionada para abortar, abandonada, desesperada, vai ao aborto. Por que o Estado não cria os mesmíssimos mecanismos que criou para a Lei Maria da Penha e estende esses mesmíssimos mecanismos para a Lei Maria do Abandono? Essa é a pergunta. Fica a reflexão para os senhores.

Então, vejamos: medidas de acolhida, amparo e proteção da gestante e de seu filho em todos os aspectos de saúde física, psicológica, inclusive pelo tempo que se fizer necessário. Esse claro postulado a sociedade verdadeiramente humanista... Isto é o que eu dizia para os Srs. Senadores: vamos construir uma sociedade humanista ou não vamos?

Sociedade verdadeiramente humanista, a significar o primado da pessoa humana, por certo não se concilia com a permanência em lei de exclusão de causa legal do aborto, todas essas coisas a estampar coisificação da vida da mulher e de seu filho, realidade, sim, inerente a uma sociedade mecanicista e funcionalista, calcada no desprezo e banalização da pessoa.

Este é o grande debate: criamos uma sociedade humanista, da acolhida, da fraternidade, como manda a Constituição, para que não fique lá o palavreado no

art. 3º, “sociedade justa”? Sim, mas e daí? Isso é pavloviano, *verba volant*, as palavras o vento leva.

Criamos ou não uma sociedade humanista ou permanecemos na sociedade mecanicista e funcionalista do mero descarte? Olhe aqui, o inciso IV está dizendo da exclusão do crime:

[...] se por vontade da gestante, até a 12ª semana da gestação, quando o médico ou psicólogo constatar que a mulher não apresenta condições psicológicas de arcar [olhe como esse verbo trai] condições de arcar com a maternidade.

É primor de desrespeito a dignidade da pessoa humana. Com efeito, expressamente dizendo que não possui condições de arcar – arcar – com a maternidade, a proposta traveste em insuportável fardo. Porque arcar é um fardo. Traveste em insuportável o fardo a essência mesma do ser mulher. Aqui há mulheres, podem até discordar de mim, mas é a essência mesmo de ser mulher, quando acolhe e gesta a vida. Quando a mulher acolhe e gesta a vida, não arca com nada, é da essência dela isso, não é peso, não é ônus, não é arcar. Meu Deus do céu, esse verbo trai, e trai fortemente! A mulher, neste momento, é a própria essência dela quando acolhe e gesta a vida presente em seu ser.

Depois, o projeto contenta-se com a mera constatação de um único médico. E aqui, dada a generalidade da palavra “médico”, poderia tal constatação ser atribuída a um ortopedista, urologista, oftalmologista. Falou um médico, então, pode ser um urologista? Pode. Ou, então, um único psicólogo sobre não apresentar a mulher condições psicológicas. E, em relação à constatação da anencefalia, em inciso imediatamente anterior, faz-se a exigência de atestação por dois médicos.

A falta de coerência e de precisão são notórias. O que é, senhores, não apresentar condições psicológicas? Como é que se deixa esse juízo num plano brutalmente subjetivo – “não apresentar condições psicológicas” – a uma pessoa só? Como se constata tal situação? Ora, se adotados parâmetros de integral proteção à mulher gestante e a seu filho sobre os quais discorreremos, a propósito, as considerações anteriormente feitas na afirmação da sociedade humanista, por certo, nenhuma mulher vivenciará condições psicológicas negativas no “arcar” com a maternidade. Até porque neste modelo de sociedade...

(Soa a campanha.)

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Termina já, Sr. Presidente. Até porque, neste modelo de sociedade, ser mãe não é desnaturar-se negativamente, mas afirmar-se essencialmente. A proposta no tópico curva-se aos postulados da sociedade mecanicista e

funcionalista, que reduz a pessoa humana ao objeto de descontrole pessoal a pretexto de, no recorrente modismo, sempre superficial, apresentar-se como atualizada.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Senadores.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu que agradeço a V. Exª, Dr. Cláudio Lemos Fonteles, que é o Coordenador da Comissão Nacional da Verdade.

Na sequência, vou passar a palavra...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ... ao Dr. Hécio Maciel França Madeira. Mas, antes, pede a palavra o Senador Magno Malta pela ordem.

Peço aqui a permissão para que eu possa abrir uma reunião da Bancada. Convido nosso 1º Vice-Presidente, o Senador Jorge Viana, para assumir a presidência dos trabalhos. Peço desculpas ao nosso Relator, Pedro Taques. Vou lá e ainda volto, se Deus quiser.

Senador Jorge Viana. Tem a palavra V. Exª, Senador Magno Malta, pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Pedro, Dr. Cláudio Fonteles, Dr. Hécio, Senador Jorge Viana, quero cumprimentar o Dr. Cláudio, até porque suas posições são conhecidas e são claras, bem objetivas, e o seu entendimento jurídico mais o seu entendimento sobrepujam as questões que foram postas por essa proposta absolutamente horrorosa. Essa proposta é um frankenstein, é a mesma proposta que propõe, para o estupro de vulnerável, 12 anos, ou seja, tira-se a pena de 14 para 12. O crime aumenta, e a gente vulnerabiliza e banaliza a vida de uma forma tão irresponsável! E olha que isso veio de uma Comissão de Notáveis, não sei de que área, mas o nome foi este o nome que deram: Comissão de Notáveis.

E, para discutir de uma maneira muito específica o aborto, o Presidente do Conselho Federal de Medicina foi convidado e disse que vinha. Fiz o requerimento porque havia uma resolução para dar apoio ao aborto a partir de 90 dias, ou seja, com 12 semanas já se pode matar, sem problema nenhum. Essa é uma orientação do Conselho Federal de Medicina, como se estivesse um pouco acima de Deus ou tivesse vontade de tomar o lugar de Deus por ser assim tão acintoso contra a vida. Mas ele justifica a sua ausência em um ofício que mandou para cá ao meio-dia – foi recebido ao meio-dia.

Eu vou ler o ofício dele:

Em aditamento [...] do Ofício nº 4.824, datado de 17 de maio de 2013 [foi quando a Comissão mandou o ofício para ele], informamos que não será possível a participação deste presidente na audiência de discussão sobre [...] do Código Penal Brasileiro, a realizar-se [...], às 14 horas, devido a um compromisso inadiável de última hora.

Foi a primeira vez na minha vida que eu ouvi esta frase: “compromisso inadiável de última hora”. Se é de última hora, é inadiável; se é inadiável, é de última hora. Mas, agora, ao meio-dia? Poderia ter telefonado às 11 horas, às 10 horas; ontem; poderia ter ligado para o Senador Pedro, para o nosso Presidente, para o Vice-Presidente, para qualquer um. É a mesma coisa de um juiz mandar prender alguém sem fundamentar o mandado de prisão. “Não, o senhor mandou prender.” “Mande!” “Sim, mas com que fundamento?” “Eu sou juiz.” Que história é essa?

Então, isso aqui é ridículo.

Eu espero que ele apareça para fazer o debate, porque, a meu juízo, ele correu do debate; a meu juízo. A afirmação é minha, não tem nada a ver com a Comissão. A meu juízo, correu do debate o Presidente do Conselho Federal de Medicina ao tomar essa posição. Há n médicos no Brasil, centenas, milhares, que dizem que ele não os representa nessa proposta e que fazem enfrentamento a isso na defesa da vida, como nós fazemos. Seria preciso que ele viesse ao debate e é preciso que venha. É preciso que venha debater.

O senhor colocou que há tanta coisa, tanta palavra subjetiva a respeito da gestação, como se fosse um peso para a mulher, um fardo. É como se a lã fizesse peso para o carneiro, para a ovelha. Gestação é um privilégio, uma bênção de Deus. Ter filho não adoce a mulher. Dar à luz é um privilégio. E aí um psicólogo que não pode receitar um analgésico pode receitar a vida e a morte. É um negócio de outro mundo.

Eu quero parabenizar o senhor.

Na verdade, eu queria fazer o registro desse ofício que ele mandou ao meio-dia, informando sobre um compromisso completamente inadiável, e dizer que os jovens brasileiros, para desmentir a grande mentira que os abortistas estão falando neste País, não estão a favor do aborto, não.

Esses jovens que estão aqui no plenário, jovens de todas as regiões do País, inclusive jovens indígenas – há indígenas aqui – não são a favor do aborto; são a favor da vida e são militantes de organizações. Eles não vieram aqui simplesmente segurar cartaz; são militantes de organizações. É preciso realmente criar

essa cultura, porque, se essa aberração vem nesse tempo, agora – somos nós os contemporâneos desse tempo –, vamos imaginar o que eles vão querer daqui a cinco, dez anos, com a tecnologia avançando e essa coisa toda globalizada.

Eu quero parabenizar esses jovens que aqui vieram; o Deputado Federal Paulo Freire, que é Presidente da Frente Evangélica na Câmara; e o Deputado Antonio Bulhões, que é Vice-Presidente; todos estão completando aqui.

Quero falar para o Presidente e para o Relator da minha tristeza.

Esta Comissão é muito importante. Todo mundo fez força para entrar nesta Comissão – os onze que entraram. Esse assunto é muito importante. Queriam aprovar tudo no afogadilho. Agora, ninguém aparece nem para a reunião, ninguém aparece nem para a reunião. Daqui a pouco, a mídia vai começar a nos escancarar, a nos ridicularizar, porque estamos querendo discutir o Código Penal Brasileiro, fazer uma substituição daquilo que achávamos que era velho – esse é muito mais idoso –, mas ninguém aparece.

De maneira que eu quero louvar V. Ex^a pelos seus esforços; o Jorge, que tem estado presente o tempo inteiro; o Eunício, que acabou de sair.

Não sei por que perderam o estímulo por algo tão importante que trata da vida neste País.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, o Sr. Relator Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Quero só dar conta ao Senador Magno Malta que o Conselho Federal de Medicina poderia ter aqui enviado um dos seus representantes. Ele não é o único, não é insubstituível. Mas não faltará oportunidade uma vez que temos outra audiência pública para debater novamente os crimes contra a pessoa no dia 26 de junho; portanto daqui a mais de mês. E aí os compromissos não serão inadiáveis, não serão de última hora, a não ser que o Conselho Federal de Medicina, depois que edita um documento, não queira participar dos debates, queira só participar de entrevistas. Aí faz parte da democracia, e temos que acolher e aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu queria, antes de tudo, dizer que é entendimento do Relator, do Presidente Eunício e dos membros da Comissão de que, sempre que trouxermos um tema, trazermos o contraditório. Então, nós trabalhamos, buscamos, e o Senador Pedro Taques tem sido incansável nesse aspecto. Nós estamos fazendo um debate do qual queremos tirar o melhor para a sociedade brasileira e não o melhor para minha opinião ou para a posição de

um ou outro colega Senador. E só vamos alcançar isso quando ouvirmos, com tempo necessário, as opiniões divergentes. E, lamentavelmente, nesta reunião isso está prejudicado, por conta da ausência do convidado.

O prejuízo para nós é grande, porque essa reunião só alcançaria seus objetivos maiores com a presença do contraditório. Mas isso agora está prejudicado. E o Senado Pedro Taques vai propor que possamos recuperar mais a frente.

Então, agradecemos, mais uma vez, ao Dr. Cláudio Lemos Fonteles, pela exposição e por aceitar o convite em nos ajudar a aprofundar o debate sobre matéria tão importante para a vida neste País.

Eu passo a palavra ao Hécio Maciel França Madeira, professor da Universidade de São Paulo.

Eu tenho experimentado em conversas, estou sendo cobrado em redes sociais, cobrado nas conversas que encontremos uma solução para isso. Salvo engano, completou agora a guerra da Síria 60 mil mortos, em dois anos, Dr. Cláudio. E no nosso país nós temos 52 mil mortos só em homicídios por ano, mais 40 mil no trânsito e, se formos pondo vírgulas, nós vamos chegar a centenas de milhares de pessoas que perdem a vida, porque a vida neste país está tendo pouco valor.

Então, eu passo a palavra ao Prof. Hécio, ao mesmo tempo em que agradeço a sua colaboração com o Senado Federal, com esta Comissão que tem uma missão difícil, mas que tem um bom e dedicado Relator que é o Senador Pedro Taques.

Com a palavra, V. S^a.

O SR. HÉLCIO MACIEL FRANÇA MADEIRA

– Exm^o Senador Jorge Viana, Vice-Presidente desta Comissão; Exm^o Senador Pedro Taques, digno Relator; Exm^o Senador João Costa, pela leitura de nosso parecer e indicação de nosso nome para oitiva nesta audiência pública; Exm^o Sr. Cláudio Lemos Fonteles, coordenador da Comissão Nacional da Verdade, a nossa veemência não está nas palavras como as do coordenador Cláudio Lemos Fonteles, mas nos estudos que temos dedicado ao tema dos direitos do nascituro.

E, especificamente para esta audiência de hoje, o nosso parecer, a nossa opinião e propensão ao debate é para discutir o texto do antigo projeto, especialmente dos artigos 125 a 128 do anteprojeto do Código Penal, relativos ao aborto.

Não somos penalistas; somos da área de sistemas jurídicos e fazemos análise dos sistemas jurídicos. São poucos os sistemas jurídicos no mundo, mas a análise daqueles grandes grupos de sistemas jurídicos que existem entre nós, entre eles, o nosso sistema latino, que é um subsistema do Direito romano atual, que foi construindo, no caso do nosso sistema, muito lentamente, ao longo dos séculos, desde o mundo romano

aos tempos de hoje – e o Brasil tem uma importância muito grande nessa trajetória de conquistas de direitos –, uma terminologia própria em matéria de nascituro, em matéria de aborto. Foi construindo um conjunto de princípios jurídicos que são estáveis ao longo do tempo. E, ao mesmo tempo nos faz perceber que a questão não se trata de o tema ser conservador ou reacionário, ou ser tema em relativo de esquerda ou de direita. Ao contrário, como as lutas pelos direitos das mulheres, como a luta pelos direitos humanos, como as diversas lutas na história da humanidade, a luta pelos direitos dos nascituros foi sendo construída, ao longo dos séculos, por batalhas vencidas pouco a pouco, especialmente na resistência social e na resistência também dos juristas.

Eu apenas tenho uma colaboração, tentando trazer um pouco de como os juristas, ao longo dos séculos, têm resistido às pressões de outros setores para que se subvertam, se modifiquem ou se retirem esses princípios conquistados ao longo dos séculos.

O tema é um pouco árido, é técnico demais, espero não cansá-los, mas é de suma importância porque, como a legislação penal, e toda a legislação, é um todo, modificar um artigo, como o artigo de aborto, do Código Penal, introduzindo essas diversas propostas de alteração, gera no sistema como um todo um conflito de princípios e uma perplexidade terminológica. A nossa intenção, ainda que o tema seja técnico demais, é procurar demonstrar como a fórmula, a sistemática da atual proposta de modificação do Código, do anteprojeto, vai trazer essas perplexidades e uma possibilidade de interpretações muito subjetivas, que vão retirar e excluir justamente os direitos conquistados ao longo do tempo, intencional ou não intencionalmente.

Eu vou poupá-los das referências históricas e desse *contínuum* que vem desde o mundo romano ao mundo moderno, mas vou fazer algumas citações. Primeiramente, que a matéria do nascituro não toca somente ao Direito Privado, nem toca somente ao Direito Penal, que é um ramo do Direito Público, mas toca também àquilo que o Professor e Coordenador Fonteles fez referência, toca à uma grande questão política sobre o que queremos e o que vamos preservar.

O Direito Romano tratou do tema do nascituro juntamente com temas relativos à política. Foi sendo dada proteção, aos poucos, à vida do feto, à vida da criança por nascer, dando a ele curadores, dando a ele ações de alimentos, dando a ele ações de curatela, dando a ele sucessão testamentária, dando a ele sucessão não testamentária. Ao longo dos séculos, essas conquistas foram sendo feitas tendo em vista uma projeção também política. Ou seja, um Estado que queira preservar um direito igual para todos, ou uma

sociedade que queira preservar o direito de todos é um Estado que vai unir os princípios de que não podem ser excluídas as pessoas, concretamente falando. Não se pode excluir o estrangeiro da sociedade; não se pode excluir o imigrante da sociedade; não se pode excluir o nascituro da sociedade. A grande compreensão desse sistema jurídico é de introduzir normas que vão protegendo o nascituro, seja pela sua própria vida, como o Direito Privado, seja pelo também pela República, pela construção de uma sociedade que protege os seus e todos os outros, como disse, do imigrante ao nacional.

Dessas referências mais históricas eu vou poupá-los, mas fica no parecer que consta dos textos e que são tão importantes. Em vão, vai procurar alguém, nas civilizações antigas, estudar como era criminalizado o aborto, porque, na verdade, esse tema não estava no âmago das questões delas. Isso vai se dando lentamente. Curiosamente, foi com os rescritos de imperadores não cristãos Septímio Severo e Antonino Caracalla que houve uma progressiva construção da proteção da criança por nascer, desde as leis romanas e dando continuidade a todo o sistema romano.

Mas essa construção jurídica – não vamos ficar no mundo romano apenas – formou uma unidade indissolúvel de proteção, que pode ser distinta sob as perspectivas complementares, tanto do Direito Público como do Direito Privado. Na primeira, resulta a defesa do nascituro, inserido nos fundamentos da própria República, que deve proteger todos que estão em seu território, como uma cidade que não deve parar de crescer, em favor de uma cidadania máxima, uma cidadania universal, já que o Direito virtualmente entende que não há essa distinção entre nascituro e nascido, entre uma raça e outra, entre um acolhente e um imigrante.

Esse mesmo Imperador, Antonino Magno, foi o mesmo que concedeu, pela primeira vez na história, uma cidadania estendida a todos os habitantes de um império, ou seja, de completa indistinção entre as pessoas. Essas amplificações de cidadania, com a inclusão definitiva do nascituro e do estrangeiro no gozo dos direitos da cidade, foram estabelecidas ao longo dos séculos, repetidas e desenvolvidas num sentido humanitário que as Constituições imperiais tiveram, mesmo sem uma intenção ou uma relação direta religiosa, ainda que tenhamos conhecido a perseguição anticristã ou antijudaica do mundo romano. Ao contrário, foi nesse sistema romano que, desenvolvido depois nas diversas outras civilizações com outras religiões, se deu a continuidade do princípio de que se deve sempre proteger a pessoa de existência real. É muito importante figurar essa ideia de que estamos tratando de um assunto concreto e não abstrato, estamos tratando de uma

vida que está ali presente, real, concreta. O fato dessa concretude do sistema jurídico nosso, essa percepção de que, desde o tempo da concepção – hoje se fala na fusão dos gametas –, já existe concretamente um novo ser, leva a concluir que é preciso proteger esse ser. Mas de que forma, de que maneira, como foi que a latinidade, especialmente a nossa América Latina, deu continuidade a esses princípios?

Tanto no Brasil como em Roma, a defesa do nascituro sempre prescindiu, sem nenhum conflito, de distinções da Medicina que buscam interpretar maior ou menor viabilidade do parto, que procura interpretar maturidade ou imaturidade fetal. O Direito brasileiro também não conflita, na sua tradição, com as variadas distinções religiosas sobre o momento em que o concebido nascituro se tornaria almadado ou desalmado. Isso não é relevante do ponto de vista estritamente jurídico.

Do ponto de vista estritamente jurídico, nós vamos reconhecer que o nascituro está *in rerum natura*, está na natureza das coisas. E, com o fim de proteger sempre que há vantagens, foi-se construindo o princípio dos *commoda* dos nascituro, das comodidades do nascituro, ou seja, sempre que houver dúvida, deve-se favorecer a vida; sempre que houver dúvida, criamos, entre os medievais latinos, traduzido dos nossos grandes autores, inclusive do Império e da República do Brasil, a proteção daquele que está na natureza, como se já estivesse **in rebus humanis**, ou seja, já vivendo o dia a dia fora do útero.

Assim, entre nós, foi se construindo expressamente pelas normas, de maneira explícita e até não explícita, um rol de direitos não taxativos do nascituro. Nesses dois últimos séculos, no Brasil, inúmeros juristas pátrios se notabilizaram na defesa, acrescentando esses elementos conceituais e interpretativos, especialmente na doutrina civilística, entre os quais se destaca o nome do grande Teixeira de Freitas, circundado por Beviláqua, por Limongi França, Pontes de Miranda, André de Franco Montoro, Anacleto Faria. Passei agora pela Ala Senador Josaphat Marinho, igualmente quem lutou pela inserção e manutenção no novo Código Civil da ideia da não taxatividade dos direitos do nascituro. Ou seja, se reformarmos o Código Penal como está previsto no anteprojeto, teremos uma contradição explícita entre os infinitos direitos garantidos à criança que está por nascer. Eu prefiro a expressão criança por nascer – já é uma criança, como é a expressão alemã, como é a expressão de Teixeira de Freitas, como é a expressão do Código Civil argentino: *el niño por nacer*.

Então, essa é a linha de direitos não taxativos do nascituro, que hoje se complementa com direitos autorais, com direitos, como grandes professores já

desenvolveram, como a Prof^a Silmara Chinelato, pelos direitos do nascituro.

Mas essa conquista lenta é um aperfeiçoamento de alguns princípios, não é? E se pudéssemos relacionar – vou poupá-las também dessa relação – mas são dezenas de direitos não taxativos, ou seja, não são em **numerus clausus**, não são em números fechados, são amplos, são abertos. A nossa jurisprudência está aberta para proteger o nascituro.

E é com base nessa abertura que temos tido grandes decisões, como, por exemplo, decisão de Renan Lotufo, o grande desembargador de São Paulo, que concedeu, mesmo não explicitamente, os alimentos ao nascituro, embora previstos indiretamente no Código de Processo Civil e em toda a tradição milenar, bimilenar do sistema jurídico ao qual pertencemos.

Se mantivermos o texto como está, entraremos em conflito, em perplexidade, em antinomias insuperáveis em relação não só ao Código Civil, como também, e eu passo agora a dizer, como também em relação ao próprio Código Penal. Porque esse anteprojeto de Código Penal constrói, ou tenta construir, a partir de uma análise não jurídica, a partir de termos provavelmente ainda não passados por um crivo mais dedicado, mais atento, que certamente agora esta Comissão está tendo.

A expressão, as expressões utilizadas nos artigos do 125 ao 129 do antigo projeto são contraditórias, são explicitamente contraditórias e levariam ao mesmo tempo à monarquia e à república, como levariam à vida e à não vida ao mesmo tempo.

Então, dentre essas diversas, e eu vou citar apenas algumas dessas diversas contradições lógicas, insisto, se mantivermos as contradições lógicas nós nos deixaremos governar pelo Poder Judiciário e não pelas leis feitas por esta Casa. Nós nos deixaremos governar por um Poder Judiciário que vai estar aberto a resolver essas antinomias sem sentido. E certamente, em matéria criminal, isso é um perigo muito grande, porque o Direito Criminal, em especial, é aquele em que deve haver maior atenção. São os mais antigos direitos do mundo, e a base fundamental, mais do que a constituição para a coesão social.

Mas isso não é meu tema, não sou penalista, e insisto apenas nas contradições lógico-sistemáticas dos textos dos arts. 125, 126, 127 e seguintes.

Então, entre outros, a expressão... Primeiro, vamos ver o que há de preservação ou o que há de novidades interessantes. A localização do crime de aborto, no art. 125, do anteprojeto, está como crime contra a pessoa. Felizmente não mexeram nisso: o nascituro continua pessoa. E não venha nenhum abstrato tirar a personalidade do nascituro, porque foi com a manipulação do conceito de pessoa, quando os homens

excluíram o conceito de pessoa e substituíram por personalidade jurídica, por conceitos abstratos, que permitimos que a humanidade pudesse excluir da sociedade raças inteiras, etnias inteiras, religiões inteiras, e assim por diante.

Então, nós não podemos mexer com termos concretos, como termos da pessoa. O nascituro é pessoa, e é ótimo que se mantenha como tal na tradição latina, na tradição romano-latina do Direito que é o nosso sistema.

Mas, ainda como uma modalidade, no título Do Crime Contra a Vida, na parte especial, Título I, Capítulo I, e como uma modalidade de homicídio **lato sensu**, homicídio no sentido amplo, ao lado do homicídio **stricto sensu** e do infanticídio, corresponde, portanto, ainda, pelo menos, a uma exata posição, que se mantenha o conceito de aborto nesses capítulos.

A expressão “crime de aborto” utilizada no art. 128 refere-se, por sua vez, a três modalidades de aborto provocado, referidas, respectivamente, no 125, 126, 127. O uso do termo “abortos” como categoria jurídica, para referir não somente ao fato involuntário, o aborto natural, mas também ao lícito voluntário de matar aquele que está no ventre, aparece pela primeira vez na história, talvez até por uma infelicidade, numa constituição de 533, nos tempos bizantinos, período em que a defesa do nascituro, até assumir uma específica relevância sancionatória penal, era não taxativa de proteção. Todavia, o termo aborto surge como categoria comum aos inúmeros ilícitos contra os direitos da pessoa por nascer, seja do ponto de vista penal, seja do ponto de vista civil, e somente sob essa perspectiva deve ser preservado o termo.

Rigorosamente falando, se quisermos manter o termo aborto, tanto para palavra crime, quanto para a palavra aborto natural, que não é crime, isso causa uma perplexidade. Mas, como já é da nossa tradição, precisamos tomar muita cautela e compreender que, na verdade, são duas situações diferentes: uma é o aborto natural; outra é o “feticídio”, é o “nascituricídio”, é a morte do nascituro, a morte da pessoa, da criança que está por nascer.

Essa terminologia tripartite do anteprojeto, que segue o próprio Código Penal anterior, do homicídio-infanticídio-aborto – homicídio, gênero; infanticídio, espécie; e aborto, uma segunda espécie –, que relaciona dois ilícitos (homicídio e infanticídio) a um termo não necessariamente ilícito (pois o aborto pode ser provocado ou natural), se for anacronicamente considerada pelos intérpretes modernos, poderá induzir, no futuro, aos mesmos erros do passado, como foi a tentativa da desumanização ou “despersonalização” do nascituro por meio da manipulação daquelas categorias abstratas,

como a da “personalidade jurídica”. Recorde-se que, mesmo no passado recente, quase que o novo Código Civil fora vitimado por uma terminologia que retirava do nascituro a condição de *homo* ou de pessoa, mas foi a sociedade, as forças políticas, e também as razões jurídicas – e é nessas que venho insistir – que resistiram, mantendo no novo Código Civil a pessoa do concebido e, muito importante, a não taxatividade dos direitos do nascituro, em plena consonância com o princípio, que foi construído ao longo dos séculos, “princípio dos **commoda** do nascituro”, o princípio chamado, também, “princípio da paridade ontológica entre o nascituro e o nascido”, que se desenvolveu nesse espaço romano-ibérico-latino-americano.

Resta ao novo Código Penal não inverter essa principiologia jurídica de proteção à vida, zelando para que a equivocada redação do art.128 não possa servir de pretexto, por uma falha de redação, às suas futuras e imprecisas “exclusões” do crime de aborto, como um fator de indução às interpretações em favor de uma “não taxatividade do direito ao aborto”.

Então, é nesse aspecto que começo a falar das correções lógico-sistemáticas e da necessidade de manutenção do Código Penal vigente. No anteprojeto de código, todos têm o texto, do 125 ao 128, não vou repetir em razão do tempo.

O artigo 128 do anteprojeto encerra tantas contradições que deve sofrer as seguintes modificações: os antecedentes (arts. 125, 126 e 127), para os quais o presente rol de “exclusão do crime” foi proposto, estabeleceram as diversas espécies de aborto, com perfeito endereçamento na sistemática jurídica romana. Do ponto de vista sistemático, a pessoa do nascituro e a sua vida estão inseridas dos valores mais prezados pelo direito, em perfeita harmonia com o princípio, também nosso, da primazia do homem sobre as normas. O homem é mais importante do que as normas, o homem é o fim do direito, e não o direito o fim do homem.

Guardando a mesma coerência, ao tratar dos crimes em concreto (na denominada “Parte Especial”), o anteprojeto manteve, também, a ordem da prioridade dos valores consagrados (primeiro, o **homo**; segundo, o *personae*; depois a *res*), tratando, primeiramente, dos temas pertinentes às pessoas concretas, sejam elas nascidas, sejam elas nascituras.

Essa tradição vem de uma longa... Vou deixar de falar mais da tradição histórica, em razão do tempo, mas quero fazer referência a, pelo menos, dois aspectos: do ponto de vista jurídico, as hipóteses de exclusão do crime em relação ao nascituro estão mais restritas do que as do próprio homicídio. Sendo o nascituro incapaz ativamente de provocar a morte de alguém ou de exercer a legítima defesa e, também, inexistindo a

hipótese de alguém agir em legítima defesa contra um ato praticado por um nascituro, a única hipótese que resta para a exclusão é se houver conflito entre “uma vida” e “a vida da criança ainda não nascida”, ou seja, o famoso “estado de necessidade”. É exatamente esse o princípio que norteia o nosso sistema jurídico, que foi desenvolvido na longa duração dos direitos criminais codificados na família romano-germânica.

Assim, o Código Penal vigente, como qualquer legislação que tenha adotado e respeitado logicamente o princípio da primazia do direito à vida, admite-se a legítima defesa, para proteção da própria vida, como a *necessitas*, que leva alguém à autopreservação, com sacrifício da vida alheia. Esse é estado de necessidade. Essa é a segunda hipótese, a do estado de necessidade, a única em que há possibilidade concreta de ocorrer com os nascituros.

Desse fundamento jurídico excepcional, a *necessitas*, decorreu uma moderna expressão muito técnica que estamos perdendo no novo Código: a expressão do aborto necessário. O art. 128 do Código vigente diz e qualifica, numa rubrica, como aborto necessário, ou seja, não se pune aborto praticado por médico se não há outro meio de salvar a vida da gestante. A *necessitas*, a necessidade como situação em que cessam as regras para se preservar o direito à vida, em que a vida é superior ao direito, foi introduzido pelo mundo romano, recorrente nas fontes antigas até transformar-se naqueles antigos e famosos brocados jurídicos medievais, de autoria incerta e de aplicação até hoje. A necessidade não tem lei, *necessitas non habet legem*. Aquilo que não é lícito pela lei, a necessidade transforma em lícito.

Vou poupá-los das citações, mas, na *lege ferenda*, lei que deve ser tratada e referendada por este Senado, há a expressão aborto necessário, porque é tecnicamente alusiva a *necessitas* e porque nos remete ao princípio da **lex tempore**, ou seja, de que deve se preservar o templo da concepção. Essa expressão da emergência do fato, a decisão sobre a igualdade dos bens sobre os quais recairá a escolha de salvamento ou do sacrifício deve ser mantida no Código Penal. A manutenção da expressão da necessidade, somente essa seria um equilíbrio entre a vida *versus* vida. Que outro valor poderia ser? Não há outro valor.

Falei muito pouco, gostaria muito de expressar as diversas outras contradições. Deram-me mais quatro minutos, então eu vou me permitir expressar um pouquinho mais rapidamente.

Ao contrário, o art. 128 do projeto invoca, nos seus Incisos. II, III e IV, casuísmos como exceção a um crime, e não levam em conta o fundamental conceito de necessidade, ou da *necessitas*, subordinando di-

versas situações à mera opinião circunstancial de um médico ou psicólogo ou flexibilizando e subordinando a decisão de sacrificar o maior dos direitos, o direito à vida, não por outro direito à vida, mas por outras coisas.

Que outras coisas são essas? Que outros valores são esses? Por mais que eu tente interpretar, tenho dificuldade, mas, por um respeito aos redatores do anteprojeto, eu procurei identificar quais são os pressupostos lógicos, ou seja, que valores estariam sendo eleitos em troca do valor à vida. E um dos valores eleitos, com o qual um jurista que preserva a vida em primeiro lugar não poderia concordar é que, primeiro, prefere-se a vida pela inviabilidade da vida futura, ou seja, trocou-se a morte consentida da criança por nascer que padeça de uma anomalia grave e incurável, que inviabilize a vida pós-nascimento equiparando, indevidamente, a situações de ausência de forma humana com situações de forma humana débil, que deve ser continuada, protegida. As pessoas débeis agora passaram a ser não protegidas e, se não são protegidas, deixaram de ser pessoas. Ai de nós, o que vamos fazer? Será que seremos como os espartanos, vamos matar os nossos doentes para preservar a saúde?

Outra torça de valores foi a troca do valor vida pela dignidade sexual da mulher. Conceito vago, que mudaria indevidamente o eixo do debate atual, sobre o vigente art. 128, já mencionado, estabelecendo uma nova categoria jurídica inexistente até então, excepcionalmente superior ao que se pretendia valor à vida.

Outro pressuposto lógico não coerente seria a vontade da gestante, em certo prazo, se consentido por um médico ou psicólogo a opinar sobre as condições psicológicas de arcar com a maternidade.

As três últimas hipóteses do art. 128 a par da afronta direta ao princípio da primazia do direito à vida, foram redigidos com falta de técnica legislativa e lógica jurídica, pois contrariam o disposto na parte geral, contrariam as rubricas do respectivo título e capítulo aos quais pertence, contemplam o regime de exceção incompatível com a precisão esperada em matéria criminal, fazendo do crime de aborto a exceção, e não a regra. Transforma a regra em exceção. Então, ou se assumo, não queremos as nossas crianças que estão por nascer, aceitem e afirmem isso, ou não venham criar distinções ilógicas que prejudicam o próprio conhecimento, entendimento da lei.

As três últimas hipóteses subordinam também, em contradição à ordem dos bens jurídicos eleitos, o direito à vida da criança por nascer, outros direitos e situações inferiores, mas são várias as hipóteses. Estou abusando do tempo, Excelência, e quero, mais do que nunca, respeitar o tempo. O nosso parecer é longo, trata de cada uma dessas incoerências lógico-

-sistemáticas. Muito antes de pensar em outros temas, mesmo de política ou de religião, é uma visão jurídica.

Enquanto temos o princípio da dignidade, o princípio da primazia da vida sobre os outros bens, não se pode tratar como regra aquilo que deveria ser exceção.

É o nosso parecer, Excelência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, para economia processual aqui, para nos ajudar – e é tão importante – eu gostaria que pedisse aos assessores que fizessem uma cópia da papelada do Dr. Fonteles e do nosso Hécio Maciel. Já o parabenei, e agora parabeno o outro, antes de falar qualquer coisa, porque acho que a profundidade, o entendimento, a capacidade, o conhecimento jurídico extrapola até o emocional, porque tem gente que fala: “não, esse Magno Malta é só o emocional”. Às vezes, quem sabe muito jurídico não sabe passar o emocional, mas o Dr. Hécio está de parabéns! E, de repente, nós fomos até brindados com a ausência do outro lá que teve um compromisso inadiável do inadiável. Eu nunca vi uma frase dessa. Foi ele que inventou.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Magno Malta, obrigado Professor Hécio Maciel. E não tem jeito. Nós, aqui, temos a missão de buscar agora ouvir também o outro lado. E vamos fazê-lo, como o Relator já apontou, numa próxima sessão.

Eu não sei, normalmente... Você tem algum pergunta?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Temos aqui o nosso Relator que certamente fez algumas observações ou tem algumas observações a fazer.

Passo a palavra então para o Senador Suplicy, que pediu...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Relator não vai falar antes?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Vou. Se me permite?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Então poderíamos fazer, primeiro o Relator, como temos feito nas outras...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Primeiro quero aprender com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – É porque a minha intenção era ver se não havia perguntas e já passaria direto para o Relator, que faria os questionamentos finais.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senador Pedro, só para o senhor fazer o registro dos Deputados Federais que estão aqui, que vieram inte-

ressados na matéria, compor a comissão conosco. É muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Está bem.

Eu vou, atendendo também a outra solicitação de V. Ex^a, Senador Magno, pedir à mesa que nos assessorar que providencie as cópias, fazendo-as chegar às mãos dos Senadores, como o Senador Magno Malta pediu.

Agradeço, mais uma vez, encarecidamente, a presença dos Deputados Federais que nos ajudam com suas presenças, acompanhando, desde agora, dos debates, a discussão do novo Código Penal Brasileiro.

Eu passo então, pedindo desculpas ao Senador Pedro Taques, a palavra a S. Ex^a. Obviamente, depois da fala do nosso Relator, se algum colega achar conveniente ainda fazer alguma intervenção, aí, sim, poderá fazê-la.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu quero agradecer e cumprimentar os expositores. Vou ser bem econômico para que possamos possibilitar aos Senadores e, se V. Ex^a permitir e o Regimento acolher, aos Deputados que nos honram com a presença nesta oportunidade.

Assim, eu vou agradecer a contribuição...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Há uma Deputada. Seja bem vinda Deputada.

Eu vou agradecer as contribuições que o Dr. Fonteles e o Dr. Hécio vão nos enviar, e eu, como Relator, vou lê-las com respeito e consideração, uma vez que eu já estou preparando o parecer, um relatório a respeito do projeto que nos foi enviado.

Mas de uma forma bem objetiva, Dr. Fonteles, do ponto de vista jurídico, o que está em jogo quando se trata do tema do aborto, na opinião de V. Ex^a? Qual ponderação de valores deve ser feita para que se encontre uma solução adequada do problema?

Essa é a primeira indagação.

A segunda. A partir da concepção, o feto pode ser considerado um ser humano, na opinião de V. Ex^a, para fins de proteção do art. 5º, quando fala em vida, sem adjetivação, no **caput** do art. 5º da Constituição?

Na terceira indagação, eu me valho do Pacto de São José da Costa Rica, ao estabelecer a consagração à proteção à vida ao instituir no seu art. 4.1, que toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.

Do ponto de vista do Direito Internacional e a recepção do Pacto de São José da Costa Rica, tendo em

conta o art. 5 § 2º da nossa Constituição, seria constitucional o alargamento dos casos de abortamento na visão de V. Ex^a?

Ao Prof. Hécio quero agradecer as construções sobre topografia, topologia, legística, sob a topografia legislativa. E, do ponto de vista da paridade ontológica, alguns defendem, ao justificar o abortamento, que a Constituição estabelece uma proteção gradativa de menor intensidade para o feto do que para o indivíduo nascido. V. Ex^a entende que esta paridade ontológica existiria na Constituição? Seria possível retirarmos da Constituição isso? E, tendo em conta também a norma subconstitucional, isso seria possível?

O senhor fez referência ao Direito alemão ao estabelecer a proteção à criança, que é uma criança por nascer. Essa seria uma denominação, um nome jurídico melhor aparelhado para a nossa sistemática legal, na opinião de V. S^a?

Suas essas indagações. Mais uma vez agradeço a oportunidade e, mais uma vez, agradeço a presença dos dois que não se furtaram ao debate.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu não sei se teria a concordância dos colegas Senadores, do Relator e dos nossos convidados, já que o nosso Relator foi tão curto e objetivo nos seus questionamentos, de ouvirmos mais alguma pergunta e, depois, passaríamos, mais uma vez só, para os nossos convidados.

Então, se algum colega quiser fazer alguma indagação... O Senador Magno fez várias e aproveitou até as exposições, mas os colegas que estão aqui, se quisessem, poderiam fazê-las. Eu só pediria que o fizessem de maneira objetiva para facilitar as respostas dos nossos convidados, que fizeram exposições tão importantes.

Eu queria, antes de tudo, fazer o registro, mais uma vez, e agradecer a presença dos Deputados Antonio Bulhões, José Felinto, ex-Deputado, e a Deputada Lauriete. Muito obrigado pela presença de V. Ex^{as} aqui. Igualmente ao Deputado Paulo Freire, também.

Obrigado pela presença.

É muito importante esse estreitamento dos representantes da Câmara.

Passo para o Senador Eduardo Suplicy para que possa, de alguma maneira...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Ah! Deputado, eu vi que V. Ex^a estava aqui, e depois não o encontrei mais. Seja bem-vindo, obrigado.

Senador Eduardo Suplicy, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, V. Ex^a não destacou

um fato muito especial: a Deputada Lauriete é senhora do Senador Magno Malta. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Ela está ao lado do Senador Magno, mas ela está aqui também comprometida com essa causa, com esse tema, não é, Deputada?

Bem-vinda a senhora.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu acho que os pontos de vistas do Dr. Cláudio Lemos Fonteles e Hécio Maciel França Madeira foram bem expostas no que diz respeito à questão do aborto, ainda mais tendo em conta as questões formuladas agora pelo Relator, Senador Pedro Taques. Eu acho que, ao ouvir as respostas, estarei contemplando.

Mas, se me permite, faço duas perguntas relativas à reforma do Código Penal, ainda mais tendo em conta toda a experiência, como Ministro, do Dr. Cláudio Lemos Fonteles. Cumprimento-o também como Coordenador da Comissão Nacional da Verdade, que tem um papel de extraordinária importância para a nossa história, sobretudo para que não venhamos a repetir os erros cometidos durante os anos do regime de exceção.

Eu gostaria muito de lhe perguntar acerca das suas recomendações a esta Comissão e ao nosso Relator sobre se devemos, e em que medida, expandir as formas de penas alternativas previstas no Código Penal. Eu tenho algumas sugestões sobre isso, mas eu agradecerei muito se os senhores puderem nos informar qual a sua visão, pois acredito que, mais e mais, as penas alternativas, se ampliadas, contribuirão, de um lado, para diminuir a superlotação do sistema penitenciário brasileiro e, por outro lado, as evidências são de que aquelas pessoas submetidas ou punidas pelas penas alternativas têm um índice de reincidência criminal muito menor do que aquelas que são trancafiadas nas prisões nas condições precárias que, infelizmente, ainda existem nas prisões.

A segunda questão sobre a qual gostaria de ouvir a opinião de ambos... Respeitosamente eu tenho muita afinidade com alguns pontos em relação ao Senador Magno Malta, que tem debatido pela diminuição da maioridade penal. Mas, ainda na última semana, nós ouvimos o Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, que, primeiro, disse que diminuir a idade da maioridade penal é algo que não pode ser feito por se tratar de cláusula pétrea. Segundo, porque eu sinceramente acredito – ainda hoje fiz um pronunciamento cuja cópia dei para o Senador Magno Malta para enriquecermos a nossa discussão –, que muito mais adequado é a ênfase em se prover boas oportunidades de educação, de cultura, esporte e todos os tipos de atividade, além de, ao lado de se prover a boa educação, se prover a garantia de uma renda básica

universalmente para todo e qualquer brasileiro como um direito à cidadania.

Então, gostaria muito de ouvi-los sobre esses dois temas também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu agradeço a intervenção do Senador Suplicy. V. Ex^a vai fazer uso da palavra?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu achei que o debate se deu só em torno do aborto e não entrei nessa questão. Até porque ele me entregou aqui o discurso que ele fez, e eu já olhei, porque, do dele, eu vou tirar o meu daqui a pouco. Já estudei os pontos dele e eu tenho resposta para todos eles.

Mas não entrei nesse debate, porque achei que nós fôssemos ficar concentrados neste aqui. É tão importante esse viés do debate que eu não quero polemizar aqui com redução da maioridade penal. Independente do que vocês vão responder, eu não vou nem fazer tréplica, para a gente não perder esse tempo de debater o aborto. A gente pode depois falar sobre a redução da maioridade penal. Mas eu vou lhe dar uma informação para V. Ex^a levar para o seu Partido: esse tema é tão forte que pode estancar o ciclo de poder do seu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Certamente nós vamos debater esse outro tema, conforme nosso cronograma de trabalho aqui.

Mas eu passo a palavra para o convidado, Dr. Cláudio Fonteles, para que ele possa iniciar os comentários e, dentro do possível, dar respostas para as questões colocadas.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Senador Pedro Taques, eu vou começar pela segunda pergunta, porque engloba a primeira e a terceira. Pergunta o Senador Pedro Taques: “A partir da concepção, o feto é vida?”

Claramente, da união dos gametas, ou, como se queira falar – o professor falava a pouco –, da concepção, o feto é vida. E por quê?

E eu fiz isso a propósito do tema da anencefalia na Suprema Corte, respeitando a decisão da Suprema Corte e a ela me curvando, mas não deixando de discutir amplamente decisões do Poder Judiciário. Devemos todos cumprir, no regime democrático, as decisões do Poder Judiciário. Isso é manifesto, é fundamental à democracia. Mas também é alimento da democracia que tudo seja amplamente debatido, inclusive as decisões do Poder Judiciário, com fundamentação.

Pois bem, ali eu desenvolvi dois fundamentos, respeitando os julgados, mas que não me foram respondidos pelo julgado.

Por que digo que, a partir da concepção, há a vida humana? Porque nem um médico – nesta sala deve haver algum médico; que me diga, então, se eu estiver errado, e eu me calarei – nega que, no momento da concepção e naquele exato momento, não trinta segundos depois, não um minuto depois, não uma hora depois, mas no exato momento da concepção, da união dos gametas, todos nós, naquele exato momento, temos o que, naquele exato momento? Temos o nosso código genético. Eu nasci em outubro de 1946. Então, quando o espermatozoide mais rápido de Geraldo Fonteles atingiu o óvulo de Maria Fonteles, em janeiro de 1946...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nidação.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Não, nidação é outra coisa!

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Zígoto.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Não, nidação é outra coisa. Já digo ao senhor.

Naquele exato momento, já se sabia que eu teria este nariz, que eu seria calvo, que eu teria este tipo de unha, este tipo de orelha, naquele exato momento da concepção, e em nenhum outro momento!

Então, senhoras e senhores, se, na concepção, você tem definido o seu código genético, meu caro Senador, o que é aquilo ali, se ali está o código genético?

A nidação acontece depois. E aí é outra linha de argumentação que eu desenvolvi.

O zigoto, que é totipotente... E o que acontece a partir dali? A partir dali, o zigoto, ou seja, a célula única totiponte, o que ela faz, por si mesma? Não a mulher, não a mãe; a mãe não tem nada. Aquela célula primeira e única, o zigoto, a partir daquele momento, por si mesma, o que ela faz? Ela começa a se autodinamizar, de sorte que, no dia seguinte, Senador Magno Malta, já são duas células. Mas ela, em movimento dela! Não da mãe! Dela! Dela própria. No terceiro dia, ela já se quadriparte. No quarto dia, ela já está em oito. Ela própria vai se autodinamizando e também, Senador Pedro Taques, desde aquele momento, ela começa a se automovimentar em direção ao útero, que alcançará, mais ou menos, pelo terceiro dia de gestação. Mas, desde aquele momento da concepção, ela já começa a se autodinamizar, a já ir montando a sua própria estrutura, ela própria, por força externa nenhuma, por ela própria, e ela própria se automovimenta em direção ao útero.

Não é o útero da mulher que dá a vida. A vida já existe! O útero da mulher acolhe a vida! Ninho! Nidação! (*Palmas.*)

Esse é o ponto que ficou para mim, na Suprema Corte, não respondido e até hoje não respondido! Não estou me fazendo dono da verdade, pelo amor de Deus! Mas eu quero que me respondam. Como eu estou fazendo esta fundamentação estritamente científica, nada religiosa – não é? –, estritamente científica, eu quero que me respondam isso! É isso só que eu quero.

Então, vejam: você já tem o código genético e você, por si mesmo, já se autodinamiza e se automovimenta. Então, aí não há vida? Há o que aí?

Há vida, meu caro Pedro Taques! Por isso é que, por esta fundamentação clara, concreta, científica, a vida surge no momento da concepção.

O que está em jogo sobre o tema do aborto eu falei. O que está em jogo é... E o Senado da República e a Câmara, sim, sem dúvida, mas o Senado, depois com a Câmara. Certo? É o grande momento. É sério, não estou brincando. O que está em jogo é: que sociedade nós queremos construir neste País?

Isso é Parlamento puro! Isso não é Poder Judiciário! Isso é Parlamento puro! Esse é o sentido do Parlamento. Qual é o modelo de sociedade? Isso tem que ser debatido pelos Parlamentares, não pelos juízes; pelos Parlamentares. Qual é o modelo de sociedade que temos que criar? É uma sociedade da qual a Constituição está lá a dizer justa – prefiro dizer humanista – ou é uma sociedade puramente funcionalista da relação custo/benefício do descarte?

Emmanuel Mounier, que é um pensador humanista – rapidinho, para não cansá-los – diz uma coisa lindíssima:

[...] a pessoa surge-nos como uma presença voltada para [...] o mundo, [e] para as [outras] pessoas [olha a beleza aí], sem limites, misturada com elas, numa perspectiva de universalidade. As [outras] pessoas não a limitam: fazem-na ser e crescer. [Olha o papel da vida, da gestação, ser e crescer, Emmanuel Mounier.] Não existe senão para os outros, não se conhece senão pelos outros, não se encontra senão nos outros. [Olha que frase lapidar!] A experiência primitiva da pessoa é a experiência da segunda pessoa [não do eu, do tu. Olhe que pensamento maravilhoso desse filósofo Emmanuel Mounier, do personalismo.] A experiência primitiva da pessoa é a experiência da segunda pessoa. O tu e, adentro dele, o nós, [que] precede o eu, ou pelo menos acompanha-o. [E olha que bonito esse final, Senador Magno Malta.] Quando a comunicação se enfraquece [o senhor é o homem da comunicação] ou se corrompe, perco-me profundamente eu próprio: todas as loucuras são uma falha nas re-

lações com os outros. Todas as loucuras são uma falha nas relações uns com os outros – o alter [o outro] torna-se alienus, torno-me também estranho a mim [...] [mesmo], alienado. Quase poderia dizer que só existo na medida em que existo para os outros, ou numa frase-limite: ser é amar.

Ser é amar, e a gestação é a expressão mais eloquente do amor. (*Palmas.*)

Como eliminar isso da mulher? A sua essência?

Meu caro Senador, o que está em jogo é isso: vamos fazer essa sociedade amorosa como a Constituição pede, ou não vamos? Ou vamos continuar no mecanicismo da relação custo/benefício?

E a terceira e última, caro Senador, sem dúvida alguma, à luz do Pacto de São José – que fala em concepção, veja que ele fala, como o Senador notou muito bem, o Pacto de São José fala em concepção –, seria flagrantemente inconstitucional se viéssemos aqui a cancelar o aborto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Dr. Hécio Maciel França Madeira, por favor.

O SR. HÉLCIO MACIEL FRANÇA MADEIRA – Em resposta às perguntas do Senador Pedro Taques e do Senador Suplicy. O Senador Pedro Taques menciona algumas linhas interpretativas da Constituição Federal atual, de que supostamente não teríamos uma paridade antológica propriamente entre o nascituro e o nascido, não uma igualdade entre o nascido e o nascituro, mas teríamos uma progressão da menor intensidade para a maior intensidade dos direitos do nascituro.

Mais uma vez, quem quer que faça interpretações como esta, está saindo da concretude e indo para a abstração. As abstrações no Direito são perigosíssimas, porque elas permitem a manipulação. Então, dizer que os direitos do nascituro são pequenos e vão crescendo ao longo do tempo é uma contradição, porque, na verdade, o que acontece? Na verdade, o nascituro é protegido no Direito Civil, no Direito Penal indiretamente pelo aborto, pelos *commoda*, pelo antiquíssimo princípio de que na dúvida favorece-se o nascituro e aplicamos ao nascituro todas as vantagens que lhe são possíveis e não as desvantagens. Então, nós reservamos tudo para depois do nascimento, mas as vantagens ficam resguardadas desde já.

Ora, se dizemos que o nascituro não tem as desvantagens, só tem as vantagens, isso quer dizer que ele tem menos? É o contrário. É dizer que ele tem mais. Então, na verdade, o nascituro, hoje, tem uma maior intensidade de proteção pelo Direito enquanto está nessa fase vulnerável, nessa fase sem proteção, mas não totalmente sem proteção, porque a lei dá tantas, inclusive a possibilidade de nomeação de um curador

de ventre ou de um advogado dativo para protegê-lo, mesmo contra os interesses da mãe. Isso ocorre historicamente há mais de dois mil anos.

Então, esse princípio da paridade ontológica – eu aproveito para responder também ao Senador Suplicy –, a expressão paridade ontológica foi criada pelo professor italiano, que também submeteu um parecer a esta Casa – nós sempre sugerimos a sua leitura –, Pierangelo Catalano, da Universidade de Roma, que, há mais de 40 anos, vive no Brasil e na América Latina. Ele ficou notável por esse estudo do sistema jurídico latino-americano.

A expressão paridade ontológica, como uma forma de explicar mais facilmente os princípios bimilenares do Direito do nosso sistema jurídico, foi apresentada, de acordo com grande exposição de um jurista, juntamente com um Senador do seu Partido, Senador Suplicy. V. Ex^a pode buscar as suas raízes históricas e ver em Hédio Bicudo um grande defensor em Roma, ao lado do Prof. Catalano, dos direitos do nascituro. Ele expôs e escreveu artigos em favor dessa proteção ao nascituro, e, curiosamente, isso nos une.

Conheci o Senador Hédio Bicudo em 1997, quando, em Roma, apresentávamos juntos, num congresso jurídico, o tema. Um dos frutos desse trabalho – aproveito para entregar ao Senador Suplicy esse material – demonstra, naquela linha já mencionada por Fonteles, que mais do que proteger a vida do nascituro é preciso proteger a vida da própria sociedade: proteger a vida, dar atenção e impedir a exclusão de quem quer que seja por conceitos abstratos.

Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, eu não fiz nenhuma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – ... mas fui despertado por uma que o senhor fez. Toda regra tem exceção. A lei tem que ser feita da regra para a exceção e não da exceção para a regra. Se toda regra tem exceção, normalmente os abortistas, com raras exceções, são contra a redução da maioridade penal.

Eu gostaria de ouvir um comentário. Não é contraditório que quem não aceita, não quer que um homem de 17 anos seja punido por um crime que comete também considere perfeitamente simples uma vida indefesa ser assassinada? Eu concordo que se trata de uma vida, como cientificamente o senhor explicou. Trocando em nota de R\$1,00, ficou absolutamente claro; não há complicação nisso que o Dr. Hécio acabou de falar. Mas alguns são a favor de que essa vida seja assassinada de forma bruta. Aliás, eu acho que o médico que pratica aborto deveria ser enquadrado no

elenco de crimes hediondos, porque assassinar uma vida indefesa na sua formação, quando já respira...

Agora, veja se não é contraditório este comportamento: “Eu sou a favor de que se mate uma vida ainda no seu nascedouro, mas sou contra qualquer punição para um homem de 18, 17, 16 anos, que estupra, mata e sequestra. Ele precisa ser tratado como criança, mas esse aqui pode morrer; esse aqui pode morrer.” É absolutamente contraditório esse comportamento.

Eu gostaria de ouvir um comentário dos dois, mas, se não quiserem comentar, fiquem à vontade.

Eu venho, Senador Pedro, nesse debate de aborto há algum tempo, e na discussão sobre a redução da maioria penal eu já me senti até como João Batista: a voz que clama no deserto. Mas hoje vejo fazer coro até um grande exército das pessoas que já descobriram que não vivemos no país de Alice; não vivemos mais no país de Alice.

Nós temos realmente que ter a visão do conjunto desse elenco de crimes hediondos praticados por esses maiores vestidos de criança no Brasil. Há um elenco de crimes que não são crimes hediondos, mas há um elenco de crimes que o são. E estou dentro dos dois debates já faz muito tempo. E sobre esse procedimento absolutamente contraditório, eu gostaria de ouvir um comentário, mas fiquem à vontade se não quiserem fazer também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, eu gostaria de propiciar a palavra ao Dr. Cláudio Lemos Fonteles e ao Dr. Hércio Maciel França Madeira, em seguida, se desejarem falar tanto sobre a questão da maioria penal quanto das penas alternativas que sugeri.

Tem a palavra o Dr. Cláudio Lemos Fonteles, que nos brindou com uma explicação muito bonita sobre a vida, sobre como é concebida a vida desde o primeiro momento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – A minha intenção é só de que as pessoas pensem, não quero convencê-las de nada. Eu quero que elas pensem, simplesmente isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu fiquei observando aqui a minha orelha, o meu cabelo. Ele foi formatando aqui como eu vim ao mundo. Então me senti com muita vida hoje.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Dois temas que o senhor trouxe. Penas alternativas – sou amplamente favorável. Nós temos que perder essa mania de achar que colocando no cárcere resolvemos os nossos problemas. Acho que não. Que se deva ir ao cárcere, sim. Isso eu defendi enquanto Procurador-Geral

da República e falei nesta Casa quando era sabatinado aqui na Comissão de Constituição e Justiça. O Direito Penal não é, como dizia o Prof. Heleno Fragoso, de três pés: do preto, do pobre e da prostituta. O Direito Penal não é um direito seletivo, todos têm que ir ao cárcere quando praticam crimes graves, gravíssimos.

Senador Magno Malta, tudo bem, concordo. Veja bem, o estupro violento, o homicídio violento... Mas e também a evasão de divisas? Ou a prática de corrupção que impede a construção de escolas, de hospitais? Aquele corpo ali em que dei 21 facadas, sangrou exangue na minha frente, todos nós colocaríamos na cadeia aquele autor. E aquele personagem que numa prática corruptiva violenta impediu que casas de saúde fossem construídas, impediu que escolas fossem construídas?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Aí nós vamos divergir. Mas, veja bem, então francamente favorável à adoção de penas alternativas. Eu propus até uma aqui hoje, instituição de pena para mulher com prática do aborto, você pode ver, ler. Agora, o cárcere sim reservado para os crimes de intensa gravidade, como chamo. Ao cárcere.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Sim, Senador.

Agora vamos ao problema da maioria penal. A sua argumentação é muito forte, eu sei, é lúcida, é válida, não peço que mude, nem nada. Agora, veja bem, eu acho que o fato de só reduzir essa maioria penal para 16 anos – daqui a pouco para 15, daqui a pouco para 11, para 6, como fazem os ingleses...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Mas a minha proposta é para nenhum. Depois eu vou falar. A minha proposta não trata de faixa etária.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Eu não conheço a sua proposta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu vou apresentar para o senhor.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – O que se fala é em redução da maioria penal. Não resolve, para mim.

O grande problema está em que temos que atuar em grande setor aí: o setor educacional. Se nós conseguimos colocar neste país, e não conseguimos há décadas, e sei lá, desde que existo, se o professor neste país tiver uma única escola para transmitir seus ensinamentos, horário integral e salário compatível, para cima de R\$15 mil. De sorte que ele, como professor, possa ali se dedicar à formação da juventude, sem ter que estar correndo para duas, três, quatro,

cinco, seis escolas. Uma política educacional nesse sentido, em que o professor se dedica àquela escola e vai atuar com seus alunos ali e formar cidadania e apresentar valores, o caminho, Senador, eu acho que é por aqui. Outra coisa também: se passamos todos nós – e é bastante caro o que eu vou falar agora – a criar mecanismos de diálogo, de programas sociais, da estabilidade familiar.

Senador, passei oito anos num presídio, não preso – posso até um dia estar lá ainda, não sei –, trabalhando com presos, quando eu era do Conselho Penitenciário do Distrito Federal. Toda sexta-feira eu estava lá e me dedicava àquelas pessoas, claro. Um dos grandes equívocos é fazer enormes presídios, porque a maioria da população não é ruim. Tem gente muito ruim? Tem, mas não é a maioria. O que se tinha que fazer eram presídios localizados, pequenos.

Trabalhei durante oito anos lá dentro. Toquei no coração de pessoas e não toquei no coração de pessoas. Pessoas mudaram a sua vida e pessoas não mudaram a sua vida. Mas foi uma dedicação total. E botei uma frase, Senador, que não é uma frase de efeito, mas uma frase de oito anos lá dentro, semanalmente, quando fui embora dessa missão e fui para outra. Pertence me chamou para a Procuradoria-Geral, aquela história toda, é outra coisa. Eu fiquei de 1977 a 1985. Quando veio a Nova República, tentei fazer um novo Ministério Público. Foi outra missão. Então, eu tenho uma frase assim: “nunca se perde a esperança quando há a boa palavra no bom momento.” É difícil, às vezes, eu dizer uma boa palavra. Às vezes eu digo, mas o momento não era aquele, e às vezes eu não sei dizer a palavra no bom momento. Agora, insistindo muito, falando muito, se doando muito. O senhor faz esse trabalho, eu sei disso. Então, está partilhando um pouquinho comigo disso. A gente se dedica, se doa. Pessoas mudam. Homens que praticaram latrocínio, hoje, passam por mim e conversam. Cometeram crimes graves, mas hoje estão integrados à sociedade, porque paramos para ouvi-los e nos dedicamos muito a eles. É um pouco dentro da sociedade humanista, está entendendo? Eu acho que nós temos que ir para esses dois grandes pilares: a educação, trabalhar fortemente na educação, como professor, tranquilo, numa só escola, desenvolvendo todas essas atividades, e a família estável, o respeito do homem pela mulher e da mulher pelo homem. Família estável. Se a gente conseguir isso, cai muito. E não precisa reduzir não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Dr. Cláudio, me permita. Eu sou seu fã, o senhor sabe.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Também sou seu fã.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu fui à Procuradoria lhe falar isso.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Eu sei.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – E tudo o que o senhor falou sobre sua sabatina para procurador, eu e Suplicy estávamos aqui. Tive o prazer de lhe dar meu voto.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. *Fora do microfone.*) – Eu também estava aqui.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Veio acompanhá-lo?

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Estava como colega, apoiando.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Também já tive o prazer de ter a companhia dele. Nós fomos buscar o Arcanjo lá no Uruguai, um serviço que ele prestou ao Brasil.

Mas eu concordo com o senhor em alguns pontos e, em outros, eu discordo veementemente. Eu acho o seguinte: nós estamos vivendo num país em que a violência se avassalou de maneira tal que você ainda não enxergou a luz. Chegamos a um ponto em que Ministros de Estado fazem declaração em nome de um governo, mas não apresentam a saída, não apresentam a solução. Agora, em outubro, faz 35 anos que tiro drogados da rua. Eu tenho uma instituição que comecei dentro de casa. Eu tinha dez colchonetes, eu tinha dez marginais na minha sala, num apartamentinho de um quarto. E foi lá que eu comecei. Minhas filhas foram criadas nos braços de drogados, de gente marginal.

E é aqui que eu coloquei minha vida. É a única coisa que eu sei respirar. Eu tenho hoje lá, nessa instituição, mais de 250, que fazem seis refeições por dia. Nunca vi um centavo de governo. E não quero, porque a vida pública no Brasil é criminalizada. Amanhã, por mais certo que eu seja, eu estou exposto para apanhar no rosto, porque ninguém quer saber o que eu fiz em 34 anos da minha vida. Eles estão lá.

Tenho um centro de treinamento de MMA, de artes marciais, tenho sete atletas do UFC americano saído das drogas nas ruas. Eu tenho a proposta da redução da maioridade penal, mas eu tenho a saída. Eu tenho a saída. Eu mostro a saída. Quando a gente fala em redução da maioridade penal neste País, aqueles que acham que não se deve fazer, a princípio, dizem o seguinte: “vai se pegar uma criança dessas?” Chamam um menino de 17 anos de criança, que pode mudar a cor da bandeira, que pode mudar o hino nacional com o voto dele, mas é um menino na hora que comete o crime – falo do crime no elenco hediondo porque há um elenco que não é hediondo. Roubou um tênis, roubou um toca-fitas, fez uma malcriação, quebrou um vidro. Não estou falando nada disso. Estou falando do

crime de natureza hedionda. Aí vai levar uma criança dessa para dentro do presídio? Ora, o cara que está no presídio tem medo dessa criança, de ele chegar lá e matá-lo enquanto dorme. Ele é que está morrendo de medo desse menino ir para lá.

Então não estou falando disso também. “Ah, mas os nossos presídios estão cheios, estão lotados, vai botar onde?” No pior dos mundos. No pior dos mundos. O que é mais interessante? Tê-lo na rua continuando a cometer crime com natureza hedionda ou ele lá embotado? Embotado. No pior dos mundos. Agora, a minha proposta não é essa.

A minha proposta não é essa. A minha proposta é porque eu acredito em recuperação de gente. Olha, eu tenho 35 anos que tiro drogados das ruas. Eu conheci as drogas aos treze anos de idade. Então, eu sei exatamente o que eu estou falando, e a minha proposta é debatida lá na minha casa de recuperação. Chamei o Senador Suplicy para lá, para ele sentar lá no campo com os meninos e debater lá. Debati lá com eles nesses 34 anos de vida.

Então, qual é a minha proposta? Uma proposta que eu dei escrita para o Presidente Lula. Já dei para a Presidente Dilma também. Mas, infelizmente, o Partido do Senador Suplicy é assim: se não forem eles, não é mais ninguém. Então, é uma proposta que eu dei escrita.

Olha aqui. Qual é a minha proposta? Não trato com faixa etária. Ah porque um é sete anos, outro é doze, outro é treze. Quem tem 16 e 18 não muda nada. Está pronto para ir para a faculdade, para ser pai, está pronta para ser mãe, os mecanismos todos estão prontos, os reflexos, está tudo pronto. Isso é bobagem. Dezoito, dezesseis... É só para dar um cala boca para a sociedade que está aflita ficar quieta. Não, nós reduzimos. Não reduziu nada. Então veja: Dezesete, dezesseis, quatorze, quinze. Experiência é igual dentadura. Só cabe na boca do dono. A de cada um é a sua. A nossa tem que ser outra.

Então se o crime não trata com faixa etária... Aos treze anos, ele tem coragem de queimar alguém dentro do pneu? “Não, o menino de treze anos...”. Ele não é avião, não. Alguns são, mas avião, saltador de pipa do tráfico é gente de 50 anos, de 60 anos. No tráfico, manda quem tem sangue no olho para cometer as maiores atrocidades. Teve coragem de incendiar um ônibus com gente dentro? Tem quatorze anos, ele vai mandar. E, na hora que ele for pego, ele vai entrar lá na instituição com ares de coronel, pelo tamanho do crime que ele cometeu. E isso não são todas as crianças. O nosso grande problema é que nós depositamos tudo na conta dos pobres.

Hoje os roubos que acontecem nas lojas de conveniência dos grandes postos do Brasil são cometidos pela classe média alta. As indignidades que estão acontecendo, de crimes, latrocínios, crimes perversos, tudo isso é cometido pela classe média alta. É porque os pobres ainda têm que pagar o preço disso. Vai para a conta deles. Tem envolvido? Tem. Mas não são todos. E aí quando a política põe a mão ele diz: “tira a mão de mim, que eu conheço os meus direitos”. E conhece mesmo, porque a lei dá direito a eles. Eles só não conhecem deveres.

Então veja, o que a Bíblia diz: Ensina a criança o caminho que deve andar, e, quando for grande, não se desviará dele.

A minha proposta é a seguinte. Cometeu crime com natureza hedionda? Perdeu. Perdeu a moralidade. “Perdeu” é até um termo deles, não é? Assalta: “Perdeu, vagabunda!” Para tudo, falam: “perdeu, vagabundo!” Você pode ser aposentado, você pode ser um senhor de idade, mas eles falam: “perdeu, vagabundo! Perdeu, vagabunda!” Não respeitam ninguém.

Perde. Cometeu crime de natureza hedionda? Perdeu a menoridade. Pronto, independente da faixa etária dele. Estava mamando no peito da mãe, mas saltou, pegou uma escopeta, entrou num banco atirando, matou gente, roubou o cofre, com trinta dias de nascido, perdeu.

Então veja, isso é uma caricatura para entenderem o que eu estou falando. Então, veja o que eu estou propondo? No bojo da minha lei diz o seguinte: Ao aprovar-se a redução da maioridade penal, ficam os Estados obrigados a construir, no período de um ano, centros de reabilitação para formação de campeões em esporte de alto rendimento para o País. Nós temos vocação para o esporte. Nós temos na Marinha, no Exército e na Aeronáutica atletas de alto rendimento hoje, que só treinam. Eles seriam designados. Vamos mudar o que tiver que mudar aqui no papel, para tomar conta dessa instituição.

Por quê? Porque lá não vai ter cubículo, lá não vai ter solitária e lá não vai ter nem beliche. Vai-se fazer a triagem com esses que perderam a menoridade. Se basquete, basquete. Se vôlei, vôlei. Se boxe, boxe. Se Muay Thai, Muay Thai. Sei lá o quê. Há esportes de alto rendimento aqui dentro. Se a família dele tem envolvimento com crime, a Justiça determinará uma família para ele com um tutor de formação religiosa e um assistente social, que, durante o período da pena, ficam com ele de sexta-feira e ficam com ele até domingo à tarde. Se a família não tem envolvimento com o crime, entram membros da família, ou pai ou mãe, com esse mesmo tutor de formação religiosa, um assistente social que o assumem ele até o encerramento da pena.

O que é que eles vão ter lá dentro? Treinamento de alto rendimento. O treinamento de alto rendimento suga as energias e tem a filosofia da luta. Eles vão ter tratamento de caráter, ou seja, de cura interior, problemas emocionais, coisas que vieram a acontecer, e estudo. As competições – porque treinar sem competir é um drama, eu sou do esporte – acontecerão dentro das instituições. Depois do cumprimento da pena, esse menino vai sair para competir fora, aqui ou no exterior, para dar alegria a um país que lhe ajudou a chorar. Tem saída. Tem saída. Tem saída. Então, não estou falando para reduzir por reduzir, por irresponsabilidade. Eu não estou falando em Febem, isso é esgoto de ser humano. Não estou falando nesses esgotos. E também não estou falando para levar lá para Bangu 1, não. Está certo?

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Entendi.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Até porque, em Bangu 1, eles têm medo desses meninos. Então, eu não estou falando nem disso. Estou falando é de reabilitação de gente. É de dar dignidade, sabe? É dar a ele o que ele não teve. Você acha que um menino desses num presídio, lá, assistindo a luta de Anderson Silva, ele não ficava doido para ser Anderson Silva? Ele fica lá, assistindo jogo, ele não era doido para ser Neymar? Mas ele não tem oportunidade.. Então, vamos dar oportunidade aqui, entendeu? “Ah, mas esses moleques vão acabar quebrando”. A gente conserta. “Ah, mas não tem dinheiro para fazer isso”. Tem, olhem o estádio de Brasília: nem futebol tem aqui, olha lá o estádio que fizeram ali, não arrumaram o dinheiro? Então, tem.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Não, aí tudo bem, tudo bem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Aí estamos caminhando juntos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Dr. Cláudio Fonteles, eu...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Muito obrigado, adorei esta frase: “estamos caminhando juntos”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Marquei para breve um...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – E o convido para ir à minha instituição, Dr. Cláudio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu vou lá...

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Eu também atuo aqui, Senador. Eu também atuo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Então eu estou me convidando para ir à sua.

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Vamos lá. Terça-feira. Terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Farei uma visita em breve. Agora, por favor, tem a palavra Dr. Hércio Maciel França Madeira. Por favor.

O SR. HÉLCIO MACIEL FRANÇA MADEIRA – Senador, pessoalmente não tenho estudos sobre a maioria penal e prefiro não falar sobre o assunto, mas posso municiá-lo a partir do seu discurso ou subsidiá-lo de alguns princípios do sistema jurídico romano, relativo a esses dois temas.

Eu vi que V. Ex^a tem a preocupação pela pessoa mais do que pela lei, ou seja, em resolver a pessoa mais do que saber se vai ter uma instituição pública cuidando ou não. Esse foco na pessoa é um princípio superior à própria lei. A lei está inferior à dignidade da pessoa humana. A lei não educa, quem educa é a família. Quem educa é a escola. Quem educa é a sociedade. Mas a lei não educa. Não deve ser criada para educar. Eventualmente, é para punir, como é o nosso caso. Ao contrário, quanto corrupta uma república – *corruptissima respublica, plurimae leges* – mas leis ela tem.

Desconfie da sociedade que tem muitas leis, porque significa que a coisa está tão ruim que foi preciso criar tanta lei, tanta lei, tanta lei. Então, nós temos que ter um equilíbrio entre isso e ter sempre na mente – está na nossa mente, do sistema jurídico romano – que o homem vem antes da lei. A lei é feita para os homens. E não os homens para o Direito. Então, dedicar-se à pessoa antes de se dedicar a ter a lei é, sem dúvida, um caminho muito bom. Mesmo sendo da área do Direito, nós reconhecemos esse princípio.

Do outro ponto de vista, quando V. Ex^a fala sobre o aborto, e falou dos “abortistas”: eu tenho muito cuidado e estudo – procuro sempre estudar com o mesmo equilíbrio – os argumentos daqueles que defendem o aborto e os que não defendem. E já aprendi muita coisa em ambos os lados.

Em relação aos que defendem o aborto, em geral, os argumentos não são de caráter propriamente jurídico, mas decorrem de estatísticas, de saúde pública, de outros valores que não são valores da vida. Mas há, recentemente, um grande movimento, desde a origem dos chamados “abortistas”, na intenção de tentar valorizar o aborto pelo direito da mulher. Então, começam a insistir nessa expressão: “direito da mulher”, “direito da mulher”. Mas nós temos que usar esse argumento. Esse argumento é importante, o direito da mulher é fundamental, e o direito da mulher nascitura, porque o feto também é mulher. O nascituro também é mulher.

Então, eu queria apenas complementar com esses dois fatos, sem tocar propriamente no assunto da maioria penal, sobre o qual eu nunca estudei. Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu quero agradecer a contribuição, viu? E já quero convidar os dois, até porque o meu sonho era ser advogado, viu, doutor? E fiz vestibular três vezes, não consegui passar. Então, quando eu escuto uma mente arguta, brilhante, estudiosa e com argumentos plausíveis, com esse conhecimento em conteúdo jurídico que o Dr. Cláudio e o Hécio, que é um jovem – você também o é, Cláudio, mas ele é mais jovem...

O SR. CLÁUDIO LEMOS FONTELES – Já tenho 67, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sessenta e sete turbinados, não é, Jorge?

Eu fico muito impressionado, dá-me a capacidade de aprendizado e acrescenta muito à minha fala o que o senhor acabou de falar.

Eu gostaria de convidá-los, até porque o Paulinho, acho, vai fazê-lo primeiro do que eu, para uma audiência pública, uma bancada evangélica da Câmara, de que vou participar. Mas eu quero pedir a ele para juntar essa iniciativa com a Frente Parlamentar da Família, que congrega todos os credos e até quem credo não tem, debate e faz a defesa de todos esses temas. Eu agradeço muito.

O SR. HÉLCIO MACIEL FRANÇA MADEIRA – Isso é até uma questão existencial. Sou o décimo quarto de quinze filhos. Imagine se eu fosse a favor do aborto por relações, eu não teria nascido.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Exatamente. Olha, esse é um bom argumento também. Eu até agradeço a Deus aquele rapaz não ter vindo. E ele sabia o que ia enfrentar aqui, por isso ele não veio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem.

Agradecemos muito os depoimentos do Dr. Cláudio Lemos Fonteles, do Dr. Hécio Maciel França Madeira, do nosso Relator Pedro Taques, ao Senador Magno Malta. Quero muito agradecer esse interessante debate. Quero também aqui agradecer a presença dos Deputados Antonio Bulhões, Paulo Freire, José Felinto e da Deputada Lauriete, do Espírito Santo.

A nossa Ordem do Dia já se iniciou, Senador Magno Malta; então, temos que ir ao plenário.

Muito obrigado a todos.

Dou por encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 48 minutos.)

Senador **Eunício Oliveira**, Presidente

COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO RQS Nº 514 DE 2011, DESTINADA A ACOMPANHAR TODOS OS ATOS, FATOS RELEVANTE, NORMAS E PROCEDIMENTOS REFERENTES ÀS OBRAS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL, POPULARMENTE CONHECIDA COMO “TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO”, BEM COMO O PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO.

ATA DA 4ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião da Comissão, realizada em 11 de dezembro de 2012, às dezesseis horas e sete minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB) e com a presença dos(as) Senadores(as): Humberto Costa (PT/PE); Lídice da Mata (PSB/BA); Paulo Davim (PV/RN); Cícero Lucena (PSDB/PB); Inácio Arruda (PCdoB/CE); Antônio Carlos Valadares (PSB/SE) e Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). Estiveram presentes, ainda, os seguintes parlamentares não membros: Senadores Casildo Maldaner (PMDB/SC) e João Capiberibe (PSB/AP); Deputados Federais Luiz Sérgio (PT/RJ) e Aníbal Gomes (PMDB/CE). Na presente data foi realizada audiência pública com a presença dos seguintes convidados: Ministro Fernando Bezerra Coelho, Ministério da Integração Nacional; General de Exército Joaquim Maia Brandão Júnior, Chefe do Departamento de Engenharia e Construção, Representando o Ministério da Defesa e Roberto Nami Garibe Filho, Secretário do Programa de Aceleração do Crescimento – Substituto, Representando o Ministério do Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Muito boa tarde, senhoras e senhores.

Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 514, de 2011, destinada a acompanhar todos os fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecido como transposição do Rio São Francisco, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Coloco em votação a Ata da 3ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Conforme convite, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a presença dos seguintes convidados: Sr. Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho; General de Exército Joaquim Maia Brandão Júnior, Chefe do Departamento de Engenharia e Construção que representa o Ministro da Defesa; Roberto Nami Garibe Filho, Secretário do Programa de Aceleração do Crescimento, que representa a Sr^a Ministra do Planejamento.

Em conformidade com o art. 398 do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes providências.

Os convidados terão o tempo necessário para fazer suas exposições. Em seguida, abriremos a fase de questionamento aos membros inscritos acerca do assunto tratado – definimos isso com o Relator e consulto o Senador Cássio.

O Ministro Fernando Bezerra haverá de fazer a sua exposição inicial.

Em determinado momento, o Sr. General vai se sentir à vontade para fazer algumas intervenções na fala do próprio Ministro e, ao final, ficam tanto o Sr. Secretário do Programa de Aceleração do Crescimento quanto outros representantes não mencionados que estejam nesta audiência prontos para serem sabatinados pelos Srs. Senadores.

Com a palavra o Sr. Ministro da Integração Fernando Bezerra Coelho pelo tempo que S. Ex^a achar conveniente – acho que aqui o senhor estaria melhor localizado, Sr. Ministro, pela inclinação de seu campo visual.

O SR. FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO – Meu caro Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão Especial Externa; meu prezado amigo, Senador por Pernambuco e Relator desta Comissão, Humberto Costa. Queria cumprimentar também o meu amigo e Senador Cássio Cunha Lima, membro desta Comissão que se faz aqui presente.

Quero registrar, com satisfação, como já anunciado pelo Sr. Presidente, a presença do General de Exército Joaquim Maia Brandão, que representa aqui o Ministro da Defesa e o Comandante Militar do Exército, General Enzo.

Cumprimento o companheiro de trabalho do Ministério do Planejamento, representando a Sr^a Ministra Miriam Belchior, Roberto Garibe.

E gostaria, Sr. Presidente, com a sua permissão, de registrar a presença de diversos colaboradores do Ministério da Integração, mas destacando aqui os que estão mais envolvidos na obra de integração de bacias no Nordeste setentrional. Eu queria destacar aqui a presença do Secretário de Infraestrutura Hídrica, Dr. Teixeira, e do Diretor de Projetos Especiais, responsável pela execução do empreendimento, Dr. Robson.

Eu queria também dizer que, ao longo das indagações e inquirições, eles poderão nos auxiliar nas respostas que serão aqui oferecidas a esta Comissão.

Queria dizer de minha alegria de voltar a esta Casa do Legislativo brasileiro e, desta feita, para poder trazer informações e prestar esclarecimentos sobre uma das mais importantes obras, não só de engenharia, mas uma das mais importantes obras político-social e econômica, que vêm sendo tocada pelo Governo brasileiro.

Gostaria, de início, de sublinhar que esse programa, esse empreendimento não se traduz apenas em uma obra de pedra e cal. Aos que aqui viveram – e o Senado da República teve um papel importante na discussão e no encaminhamento da solução para viabilização do empreendimento – é preciso lembrar os debates acalorados que foram travados sobre a oportunidade e a iniciativa de se lançar tão grandioso empreendimento em benefício de mais de 12 milhões de nordestinos que habitam e moram no Semiárido brasileiro.

Foi uma obra de engenharia política, foi uma obra de coragem política o fato de tomar a decisão de levar a feito esse empreendimento tão importante. Lembro os oportunos questionamentos com relação à questão ambiental que foram suscitados não só no próprio Nordeste, mas em todo Brasil, e vejo que, ao cabo dessa discussão, o empreendimento, se não conta com a unanimidade da sociedade brasileira, conta com a compreensão, com o apoio e, sobretudo, com o reconhecimento da importância dessa que é uma obra decisiva para oferecer ao Nordeste o que ele precisa, sobretudo em momentos como este que nós estamos atravessando, que é uma das mais severas estiagens que castigam o Nordeste brasileiro nos últimos 40 anos. Portanto, o que o Nordeste clama e precisa é de segurança hídrica. E obras como essa e empreendimentos como esse já, hoje, merecem o reconhecimento e o respeito pela importância que ele proporcionará ao Nordeste ao permitir que sua população possa melhor conviver com períodos de estiagem crítica.

Eu quero iniciar minha apresentação chamando as primeiras lâminas. Sobre tudo peço para colocar o primeiro mapa, para que a gente possa aqui contextualizar a importância da obra e, mais uma vez, realçar que essa obra dialoga com diversas outras que o Governo Federal vem executando ou que estão em fase de contratação, de elaboração de projetos para executar. Portanto, ela é uma obra que determina outras obras; é uma obra que inaugura outras iniciativas.

O mapa em verde busca destacar os dois eixos: o Eixo Leste, cuja captação sai do lago de Itaparica, na altura do Município de Floresta, e vai até a cidade de Monteiro, na Paraíba; e o Eixo Norte, que se inicia em

Cabrobó e se estende até a barragem de Engenheiro Ávidos, na cidade de São José de Piranhas – o Senador Cássio Cunha Lima me corrige. Até Engenheiro Ávidos é onde se conclui o que chamamos de Eixo Norte do PISF, de Eixo Norte da Transposição, como é comumente chamado. Então, esses são os dois eixos, que correspondem à primeira etapa do empreendimento.

Toda vez em que falamos de custo de obra, estamos nos referindo a essas duas grandes intervenções. E aqui vamos detalhar o que esse valor de R\$8,2 bilhões representa para a viabilização dessas importantes intervenções.

Próxima.

Agora, estou destacando em vermelho outras intervenções, que chamamos de segunda etapa do Programa de Integração de Bacias, que a própria obra da transposição vai alimentar ou desencadear. Começando pelo lado direito, o Eixo Leste, na altura da barragem de Barro Branco, no Município de Sertânia, vamos iniciar o que chamamos de Ramal do Agreste, que é a derivação da água do São Francisco para alimentar a Adutora do Agreste, que é outra obra do PAC, oferta de água, que já está em início de execução no Estado de Pernambuco, que vai ser, portanto, a fonte de solução para a questão da restrição hídrica para quase 50 Municípios do agreste pernambucano. E, na sequência, mais em cima – quero cumprimentar a Senadora Lídice da Mata, também membro desta Comissão –, quero destacar outro empreendimento, que já iniciamos, dessa feita, no Estado da Paraíba, que se chama Sistema Adutor de Acauã ou, como o Ministério da Integração está chamando, vertente litorânea da Paraíba, um empreendimento de quase R\$900 milhões, cujas obras já se iniciaram e que pretende, portanto, oferecer a solução de água para milhares de paraibanos, inclusive chegando à bacia da região da Grande João Pessoa.

No Eixo Norte, estamos destacando três empreendimentos: o Ramal do Entremontes, que sangra água na altura de Salgueiro e a leva para dois reservatórios já existentes, o de Chapéu e o de Entremontes, e que vai permitir alimentar o Sistema Adutor do Oeste, em Pernambuco, que é o responsável pelo abastecimento de água de toda a região do Sertão de Araripe; na sequência, em cima, o Cinturão das Águas do Ceará (CAC), que vai sangrar do Eixo Norte, na altura de Jati, na barragem de Jati, e que vai na direção do Cariri cearense, na direção do Crato, na direção de Juazeiro do Norte; e, mais em cima, estamos destacando, na fronteira entre Rio Grande do Norte e Paraíba, o que chamamos de o Ramal do Apodi, onde vamos pegar água, lá em Engenheiro Ávidos, e levar até a Bacia do Apodi, no Rio Grande do Norte.

Essas intervenções nós chamamos de segunda etapa do empreendimento do Projeto de Transposição do São Francisco.

E, aqui embaixo, o mapa não deu para mostrar – a Presidenta Dilma Rousseff já autorizou –, nós deveremos, até o final de janeiro e início de fevereiro, lançar o edital para a elaboração do projeto do Eixo Sul, que vai pegar água no Lago de Sobradinho e, por uma extensão de quase 300 quilômetros, levá-la para o Semiárido baiano.

Portanto, vai haver os três eixos: Leste, Norte e Sul, que levarão água até o Semiárido baiano.

Próxima.

Aqui, em azul, destacam-se empreendimentos já concluídos, os que estão em conclusão e os que receberam recursos do Ministério da Integração nos últimos 10 anos para poder permitir o melhor abastecimento de água na região semiárida do Nordeste. Foram diversos os sistemas que estão sendo construídos ou que foram construídos. A água da transposição alimentará esses sistemas, como é o caso, por exemplo, da adutora do Pajeú, que já está pegando água no São Francisco e agora, dia 20 de dezembro, Senador Humberto Costa, vai livrar a cidade de Serra Talhada do colapso d'água, levando água bruta para o sistema da Compesa, no Município de Serra Talhada.

Senador Cássio Cunha Lima, a Presidenta acaba de autorizar a segunda etapa da adutora do Pajeú, que vai prosseguir, desde Afogados da Ingazeira até São José do Egito, de São José do Egito até a cidade de São José dos Cordeiros, e também chega na área das terras de Ariano Suassuna, ali na Paraíba, na fazenda Taperoá, esse que é um símbolo da cultura nordestina e que ainda tem suas raízes fincadas em solo paraibano. Essa adutora vai permitir a chegada de água até a região da fazenda Taperoá.

Próxima.

Na Paraíba, nós queríamos destacar o projeto das Vertentes Litorâneas. Eu acabei de falar há pouco que a água chega em Monteiro, cai no rio Paraíba, que eleva a água até a barragem de Acauã, e deste começa o projeto das Vertentes Litorâneas para poder, então, levar água até mais próximo de João Pessoa.

Próxima.

Outro sistema que queremos destacar é o do Alto Oeste, na Paraíba. Esse sistema, no Rio Grande do Norte, iremos inaugurar em fevereiro. Essa região está toda em colapso d'água. Essa é outra obra financiada com recursos do PAC e que será alimentada pela barragem de Santa Cruz do Apodi e vai, portanto, já aliviar a situação de 16 cidades no Rio Grande do Norte. Queremos inaugurar a primeira etapa desse sistema adutor agora em fevereiro.

Finalmente, quero destacar outra obra que está em execução e que deverá ser 100% concluída em março do próximo ano. Falo da obra denominada Eixão das Águas, que faz a captação de águas na barragem do Castanhão, no Ceará, e leva água até Fortaleza, chegando a Pecém. Eu tive a alegria de inaugurar, ao lado do Governador Cid Gomes, o trecho IV do Eixão das Águas no mês de setembro. O Eixão das Águas hoje coloca, dentro da grande Fortaleza, seis metros cúbicos de água por segundo. A grande fortaleza consome dez metros cúbicos. Se não fosse essa obra, Fortaleza estaria em colapso d'água, como esteve lá atrás, em 93, ainda na época em que Ciro Gomes era Governador do Ceará, quando teve de fazer o Canal do Trabalhador.

A água do Eixo Norte vai alimentar o Castanhão. Portanto, assim que as águas chegarem ao Castanhão, a água da transposição já estará chegando a Fortaleza, maior região metropolitana dos quatro Estados, o que, portanto, mostra, de forma clara, a funcionalidade dessas intervenções que nós estamos promovendo.

Próxima.

Aqui também destaco outro trabalho que está por iniciar, mas com projetos já contratados pelo DNOCS, que é a recuperação, a revitalização e a modernização de 20 barragens, açudes públicos já existentes, que servirão como pulmões de água da própria transposição e que receberão as águas tanto do Eixo Leste quanto do Eixo Norte.

Eu vou destacar um açude que é muito importante, que é o Poço da Cruz, que fica no Município de Ibimirim, em Pernambuco. Esse açude alimenta um perímetro irrigado. Esse perímetro irrigado, hoje, não irriga sequer 2.000 hectares e, com essa seca que estamos vivendo, está com as atividades do perímetro também ameaçadas. Estaremos quinta-feira em Pernambuco para dar início às obras de recuperação da barragem e lançar a recuperação do perímetro irrigado, que vai poder passar para 6.000 hectares. Essa intervenção já faz parte do programa Mais Irrigação e terá a segurança hídrica ofertada pelas águas do São Francisco que virão com a obra do Eixo Leste. Essa água ali do Ibimirim fica distante do rio aproximadamente 150 quilômetros. Nessa distância, nós queremos chegar com essa água, no primeiro semestre de 1914, na Barragem de Poço da Cruz, no rumo de Monteiro, na Paraíba.

Próxima.

Aqui também queremos trazer uma informação que consideramos importante, antes de entrar no detalhamento da execução da obra dos dois eixos. É sobre as providências que o Ministério da Integração está adotando para a correta operação desse sistema

de águas, que é o sistema de integração de bacias do São Francisco.

É importante lembrar que o que regula a gestão desse empreendimento é o Decreto Federal nº 5.995, de 2006, que compartilha as responsabilidades entre o Governo Federal e os Governos de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Fazem parte desse conselho gestor não só o Ministério da Integração, mas o Ministério de Minas e Energia, o Ministério do Meio Ambiente e a Casa Civil da Presidência da República; e o órgão regulador é a Agência Nacional de Águas.

A responsabilidade da União é quanto à construção do empreendimento. Então, a União é responsável pela construção das obras de captação e adução. Também é responsabilidade da União a formalização da proposta do ente operador, que nós já decidimos que será a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, a Codevasf, que já está iniciando as tratativas para se estruturar, criando uma gerência própria dentro da empresa para poder operar o sistema adutor e o sistema de captação de água da transposição. Também é responsabilidade da União promover a segurança dos reservatórios, dos 20 reservatórios que funcionarão como pulmão de água da transposição, e essa responsabilidade ficará afeta ao DNOCS. O DNOCS é que vai compartilhar a gestão desses 20 reservatórios com os quatro Estados, e o DNOCS está concluindo os projetos, como acabei de informar, para poder, já em 2013, iniciar o trabalho de modernização e revitalização dessas barragens. Por último, a outra responsabilidade da União é priorizar recursos para dar sequência à construção de outros empreendimentos de infraestrutura hídrica, que é o que nós estamos fazendo. Por isso, apresentei Etapa 1, Etapa 2 e um conjunto de obras que vêm sendo tocadas em parceria com os Governos Estaduais e todas voltadas para ampliar a oferta de água no Semiárido nordestino.

Próxima.

Aqui, de forma muito breve, mostro como vai funcionar a operação desse ente gestor, como será feita a operação das águas do São Francisco no âmbito da transposição. Nós já temos elaborado um plano de gestão anual que está recebendo as sugestões das empresas operadoras no âmbito dos quatro Estados. Temos recebido também sugestões da ANA, do Ministério de Minas e Energia, da Chesf, entidades que têm participado com frequência das reuniões do Conselho Gestor. E estamos também com uma grande preocupação. De quando em quando a imprensa questiona o custo da água da transposição: quanto custará a água? Quem pagará pela água? Quais as iniciativas que estão sendo tomadas para viabilizar a comercialização da água para a população no Semiárido do nordeste?

Próxima.

Aqui a gente traz a última estimativa feita pela Fundação Getúlio Vargas, num trabalho encomendado pela ANA, sobre uma idéia do que pode vir a custar o metro cúbico de água da transposição, que será, portanto, comercializada para as empresas estaduais que vão operar, ou que vão receber essas águas. Então, nós temos aqui uma idéia de rateio. Primeiro, rateio das vazões de água. Temos aqui uma vazão referência. Os canais da transposição foram feitos de forma a transpor volumes superiores a esses que estão indicados, porque nas cheias do Rio São Francisco, ou em períodos hídricos mais favoráveis, você poderá levar mais água para alimentar os reservatórios pulmões, para injetar nos sistemas adutores. Portanto, o Eixo Norte e o Eixo Leste poderão, no conjunto, transpor até 100 metros cúbicos de água, mas a vazão de referência é em torno de 26 metros cúbicos de água, que serão – digamos assim – aduzidos nos dois Eixos. E o rateio, que foi feito de acordo com o critério populacional das comunidades que serão atendidas, ou que serão servidas pelas águas da transposição indica que Pernambuco, a preços de hoje, ficará responsável por pouco mais de 30 milhões; o Ceará, por pouco mais de 57 milhões; o Rio Grande do Norte, por quase 19; e a Paraíba, por quase 30 milhões daquilo que, efetivamente, chegar de água para alimentar seus respectivos sistemas adutores. Esse é o primeiro desenho de como a água do São Francisco será partilhada.

Aqui ao lado, mostramos o que esse valor representa da receita fiscal de cada um desses Estados, mostramos que esse custo, esse ônus que os Estados estão assumindo é relativamente modesto para uma necessidade social muito grande e que afeta muitos Municípios, sobretudo, em períodos críticos, como esse que estamos vivendo. O custo da tarifa foi estimado em R\$0,46 por metro cúbico. É importante destacar que é muito provável que o custo seja ainda menor em função de que o principal componente, o principal insumo, do ponto de vista de custo, é o da energia, e nós estamos caminhando para reduções significativas do custo da energia em nosso País.

Então, é importante dizer que nós estamos trabalhando com o custo de energia que hoje está sendo praticado e é fruto do último trabalho de atualização pedido pelo Conselho Gestor da transposição do São Francisco, apenas para dar uma informação à Comissão do Senado, à sociedade, aos órgãos de informação que acompanham com muito interesse esse debate.

É importante destacar que as empresas de água dos respectivos Estados já trabalham com a política de subsídios cruzados, ou seja, vendem a água mais cara para o setor industrial ou para as áreas urbanas

mais ricas e vendem uma água que tem o nome de tarifa social mais barata para a periferia das cidades. Ora, o que as empresas estaduais de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará irão praticar é um subsídio cruzado. A água cara que vai ser vendida, por exemplo, em Pecém, certamente à siderúrgica, à refinaria, aos grandes empreendimentos industriais, servirá para subsidiar o valor da água que será cobrado daquele que mora nas pequenas comunidades ou nas pequenas cidades que são abastecidas, por exemplo, pela Cagece, no Estado do Ceará.

Portanto, é importante que se faça esse questionamento do custo da água, mas ele não é um fator importante do ponto de vista da viabilidade para as empresas estaduais, porque o pior mesmo é não haver água para ofertar, seja para as populações, seja para promover o desenvolvimento dessas regiões.

Próxima.

Agora trago informações sobre as obras e sobre o empreendimento. Nós estamos trabalhando com a estimativa de custo do empreendimento da transposição de aproximadamente R\$8,2 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. Bloco/PMDB – PB) – Está atualizado esse número?

O SR. FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO – O Senador Vital do Rego me indaga se esse número está atualizado. Essa é a última atualização feita pelo Ministério da Integração e é referente ainda a fevereiro deste ano. Nós não estamos atualizando o número, porque estamos no processo de conclusão da contratação daquilo que mais na frente vou explicar e que diz respeito aos saldos remanescentes de obra. Quando nós concluimos a contratação dos saldos remanescentes de obra, temos uma segurança maior para estimar o custo da transposição.

Eu vou ilustrar. É óbvio que hoje nós sabemos que há alguns elementos que vão custar mais do que aqui já está indicado, mas nós tivemos também surpresas muito agradáveis na licitação, por exemplo, daquilo que nós chamamos de Meta 2N, que inclui o Lote 5. Nós estimamos um custo de R\$690 milhões e contratamos por R\$521 milhões. Portanto, houve redução, mas a obra ainda está em execução. Preferimos dar uma nova estimativa. Queremos fazer, Senador, uma nova estimativa atualizada do custo da transposição em março, quando concluiremos a contratação, a licitação de todos os saldos remanescentes da obra.

Em relação a essa última estimativa, há um custo de R\$8,2 bilhões; supervisão e gerenciamento, aproximadamente R\$419 milhões; as obras civis estão estimadas em R\$6 bilhões; a parte eletromecânica, em R\$690 milhões; as ações de compensação socioambiental, quase R\$1 bilhão – R\$970 milhões; e as

despesas e custos com o projeto executivo, da ordem de quase R\$76 milhões. Então, esses são os grandes componentes do empreendimento daqueles dois Eixos a que eu me referi no início da minha apresentação.

Próxima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB)

– O projeto executivo está pronto? Está 100% pronto?

O SR. FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COLHO – Vou abordar. Há uma pergunta do Senador Cássio sobre o projeto executivo. Nós vamos abordar cada um desses pontos.

Aqui nós trazemos, portanto, um resumo de como organizamos agora a obra e como nós estamos planejando a sua conclusão.

Vocês vão perceber mais adiante que, por decisões anteriores, a obra terminou sendo muito fragmentada, dividida. Só para que os senhores tenham uma ideia, havia 14 empresas de supervisão da obra, e agora nós estamos reduzindo. Nós concluiremos, até o final de dezembro, com apenas três empresas de supervisão: uma será responsável pelo Eixo Leste, e duas vão ficar responsáveis pelas obras do Eixo Norte. A ideia é que todo o planejamento, o gerenciamento e a funcionalidade da obra sejam feitos a partir das metas que estão definidas, isso para poder simplificar e racionalizar o gerenciamento, o planejamento e a execução da obra.

Então, nós vamos trabalhar agora com estes indicativos: no Eixo Leste: Meta 1L, Meta 2L, Meta 3L. Por exemplo, vamos clicar aqui na Meta 1L, Meta 2L. Aqui vocês vão perceber como a obra foi dividida. Nós temos uma pequena meta no Eixo Leste, que é da captação até a barragem de Areias, que foi construída pelo Exército Brasileiro. Essa captação, esse trecho que chamamos de trecho piloto nós queremos colocar em operação até o final de 2013. Depois, eu vou detalhar. Ele está quase pronto. Está faltando apenas contratar o saldo remanescente. Mas esse trecho de aproximadamente 18 quilômetros tem tudo o que há na obra toda: captação, estação elevatória, bombeamento, aqueduto, canal e barragem. Então, tudo o que há na obra, nos seus mais de 400 e tantos quilômetros, quase 500 quilômetros, vai haver nesse trecho. E é aí que a gente vai iniciar o trabalho de formação, de treinamento, de capacitação dos operadores que a Codefasf vai contratar para poder operar toda a obra da transposição. A Meta 2L sai de Areias e vai até Barro Branco. E, depois, sai de Barro Branco e vai até a cidade de Poções, onde termina a Meta 3L. Então, são três Metas no Eixo Leste.

Serão três Metas também no Eixo Norte. A Meta 1N, que sai de Cabrobó e vai até Jati; a outra que sai

de Jati e vai até Mauriti; e de Mauriti até Engenheiro Ávidos, chegando já à Paraíba.

São essas, portanto, as metas divididas e toda a lógica do novo planejamento e do novo gerenciamento da obra da transposição.

Voltemos ao quadro anterior.

Para os senhores entenderem, muito se fala que a obra está parada, que a obra está abandonada. Isso, de fato, é duro aceitar, porque nós temos executado já 43% da obra. E temos contratos que estão em execução, 33%. Está faltando contratar 23%, 24% da obra. Agora, é evidente que ela não está no ritmo que deveria. Gostaríamos de que estivesse muito mais adiantada.

Agora vocês vão ver, depois das minhas informações a seguir, que a negociação de cada um desses contratos é uma dificuldade infernal, em função daquilo que encontramos, fruto das decisões que foram tomadas. E não são decisões que eu questione, não, porque todas as decisões foram tomadas com amparo legal. É pela dimensão da obra e pela complexidade da obra.

Então, nós estamos acreditando que, pelas medidas que tomamos e que estamos viabilizando, é possível que a obra finalmente ingresse em velocidade de cruzeiro entre maio e junho do próximo ano. Queríamos estar vindo a esta Comissão com toda a obra contratada. Mas tivemos alguns percalços. Um deles foi um dos lotes do Eixo Norte, que estava em plena execução, mas parou com o episódio da Delta. Simplesmente parou. Nós tivemos que rescindir o contrato e estamos agora tratando de receber a obra, aquilo que foi feito, de verificar o saldo para poder relançar a licitação da obra.

Tivemos recentemente, antes disso, um pouquinho mais atrás, uma empresa que negociou, mas, na hora de assinar o contrato, não tinha garantia para oferecer. E não tínhamos como assinar um novo contrato sem ter as garantias que a lei exige. Então, tivemos que licitar e, portanto, atrasar aquilo que imaginávamos estar contratado.

Por último, a mais recente dificuldade que enfrentamos, mas já estamos tendo notícias melhores, em função das negociações a que estamos procedendo, é que dois Lotes, o Lote 12 e o Lote 10, que, no mês de setembro, anunciaram que não teriam mais interesse em prosseguir com a obra, reavaliaram e deverão estar retomando a partir de janeiro.

Na sequência, vou explicar as dificuldades que enfrentamos na obra para que ela, de fato, possa chegar a ter uma implementação na velocidade que deve, para a conclusão desse empreendimento que toda a sociedade do Nordeste exige e que é de grande importância para resolver os problemas de restrição de abastecimento de água em muitas comunidades.

Próxima.

Aqui estamos apresentando, a partir daquela re-engenharia no planejamento e no gerenciamento da obra, as providências que encaminhamos e o que já fizemos. Por exemplo, para a Meta 1L, nós lançamos o edital e deu deserto, porque as negociações de preço são duríssimas com os órgãos de controle. A nossa orientação é acatar e aceitar todas as recomendações dos órgãos de controle, seja TCU, seja CGU. Lançamos uma vez e não apareceu ninguém. Agora, lançamos a segunda vez. E estamos mais animados de que teremos interessados para podermos concluir esse saldo pequeno de que falei, da Meta 1L. A Meta 2L vamos publicar até o final do ano. A Meta 3L, até o final de fevereiro. Da Meta 1N, estamos no processo de abertura das propostas. A Meta 2N já está contratada e já iniciada – nesta semana ou na próxima, estarei visitando uma nova frente de serviços no Eixo Norte –; e, quanto à Meta 3N, também deveremos publicar seu edital até o final de fevereiro.

Estamos encerrando o contrato das supervisões, porque uma das grandes reclamações é a melhor supervisão e fiscalização da obra. Vamos falar de cada ponto na sequência. Então, todas essas obras vão partir com a supervisão já contratada. A do Eixo Leste já está contratada. A do Eixo Norte esperamos concluir a contratação até o final deste ano. Em relação ao Ramal do Agreste, queremos publicar o edital até o final de janeiro.

Próxima.

Aqui, agora, é para que os senhores possam compreender de onde vêm nossas dificuldades. Vejam bem, o projeto básico dessa obra foi iniciado por volta de 1999. Só para terem uma ideia do projeto básico, de qual é a data de elaboração do projeto básico e que serviu de referência para os contratos, aqui temos as três empresas, duas empresas na realidade, três lotes que foram contratados e que foram entregues; isso ainda em 1999, 2000 e 2001. Quais foram os problemas que os projetos básicos apresentaram? Os projetos básicos apresentaram problemas de topografia, de geotecnia e quantitativo que terminaram não traduzindo a real necessidade de campo. Essas são, digamos assim, as grandes deficiências decorrentes do projeto básico.

Agora, pergunta-se: é proibido licitar com projeto básico? Não; a lei permite. E é possível ter distorções como essas em projetos básicos, em obras de engenharia como essa? É; é comum ter. Não estamos aqui falando de nada que só tenha acontecido na obra da transposição. Em obras grandes que foram licitadas em cima de projetos básicos, essas diferenças ou essas distorções de quantitativos, diferenças de realidade

entre o projeto e o campo normalmente ocorrem e os ajustes são promovidos.

Próxima.

Licitação. A licitação foi feita num momento em que a orientação, seja por parte do Governo, seja por parte dos órgãos de controle, foi a de que a obra deveria ser a mais dividida possível, para que se pudesse ensinar a participação não só de grandes empresas, mas também de médias empresas. Eu acho que essa é uma das maiores críticas que pode ser feita a essa obra. A obra foi dividida demais. Ela gerou uma complexidade para sua gestão e para sua fiscalização que é incomum. Nós temos 59 contratos, 90 empresas envolvidas. Então, na realidade, a dificuldade de cada contrato desses... Agora, vejam que a contratação se faz pela Lei nº 8.666, preço unitário. Se um preço unitário encrenca num contrato desses, encrenca toda a obra. Tem de se negociar permanentemente e respeitar – é evidente que temos de respeitar – os limites da legislação. Agora, todos os editais da licitação foram auditados pelo Tribunal de Contas da União. Portanto, foi algo que todos entendiam, à época, que era a melhor solução. Só que, com a execução da obra, hoje, eu posso afirmar que, se essa obra tivesse sido organizada como estamos organizando os saldos remanescentes, ela teria uma implementação e uma velocidade muitos maiores que aquelas que foram verificadas até aqui.

Outra explicação. Com os problemas que vinham ocorrendo – aí respondo à pergunta do Senador Cássio Cunha Lima sobre os projetos executivos –, a ordem da Presidenta Dilma foi a de que só queria agora licitação com projeto executivo. Como já estávamos tendo muitos problemas dentro da transposição, solicitamos os Lotes 8 e 5 quando os projetos executivos foram concluídos. Todos os projetos executivos, Senador Cássio Cunha Lima, estão praticamente 100% concluídos. Os que não estão estarão até fevereiro. Agora, eles prosseguem, porque existe a figura – ajudem-me os engenheiros – da ATO, que é a Assistência Técnica Operacional, que os projetistas têm de dar ao longo de toda a execução da obra. Por isso, os contratos com as empresas projetistas se prolongam até o final do empreendimento.

Outra dificuldade que nós gostaríamos de destacar: o projeto executivo. Já falamos da licitação. No projeto executivo, logo na partida, a empresa que o Ministério contratou para fazer os serviços de topografia desistiu, em função de preços etc. Para que a obra não paralisasse, essa tarefa foi transferida para as empresas projetistas. Isso determinou o atraso no início dos projetos, porque elas tiveram de fazer, primeiro, o levantamento topográfico. O que as empresas projetistas alegam, de forma muito recorrente, é que,

quando a obra foi abrindo muitas frentes de serviço, o tempo para elaboração do projeto executivo se tornou mais exíguo. Isso para justificar eventuais imperfeições ou distorções que se verificaram também na elaboração dos projetos executivos.

Próxima.

Quais são as dificuldades que podemos colocar na obra? Já falamos do parcelamento da obra – e corrigindo: são 57 contratos em vez de 59. A necessidade de incremento nos quantitativos e de adição de serviços novos, associada às dificuldades para a negociação desses aditivos, culmina com a paralisação de vários lotes no final de 2010, início de 2011. Nós vamos apresentar aqui um histograma da mobilização da obra. E vocês vão perceber que os problemas começam a ocorrer em meados de 2010, quando os consórcios construtores não têm mais como executar, porque falta preço ou falta um item, porque o contrato não previa itens que precisariam ser executados para a obra ser feita.

O Ministério, quando nós chegamos, tinha mais de cem pedidos, mais de cem pedidos de preços ou de itens novos, e nós tínhamos de fazer uma análise. Teríamos de fazer uma análise com muito cuidado, porque uma decisão de um aditivo desse pode distorcer a licitação inicial.

Então, nós procuramos trabalhar em sintonia muito fina e muito próxima com os órgãos de controle, sobretudo com o Tribunal de Contas da União. Não há registro de nenhuma recomendação do Tribunal de Contas da União que nós não tenhamos implementado. Procuramos responder todas as indagações. Todas as sugestões de correções de editais têm sido acatadas de forma célere, então, nós temos criado um ambiente de aproximação e de colaboração com o Tribunal de Contas da União, para que possamos dar velocidade à obra.

A outra dificuldade que a gente tem procurado superar é essa articulação interinstitucional. Vou dar um exemplo: para remover uma rede de energia da Coelce ou da Celpe, muitas vezes, passam-se meses discutindo como contratar o serviço. Aí, você me pergunta: “Mas por quê?” Porque existem interpretações, nas consultorias jurídicas, nos órgãos de controle, de que você precisa licitar aquela obra de remoção da rede de energia, mas só quem tem a concessão desse serviço naquele Estado é a concessionária, e ela quer fazer ou ela quer contratar, e você tem de aceitar os preços que ela indica para que a rede seja removida. Eu estou pegando, aqui, um caso.

Outra dificuldade: a desapropriação de terras que não têm titularidade. Você tem de fazer quase que um trabalho fundiário de legalização das terras, porque só

se tem posse no Nordeste, não se tem título de terra. Para você fazer a desapropriação, para você passar a rede de energia, para você passar o canal, muitas vezes não liberam a frente de serviço.

Nós vamos falar de uma série de providências que nós tomamos que vêm agilizando e superando essas dificuldades.

Outra dificuldade – certamente, esta Comissão deve estar lendo os relatórios do Tribunal de Contas da União –, uma das críticas que o Tribunal de Contas faz, de forma recorrente, é que a obra deveria ter sido colocada sob a responsabilidade de uma empresa federal – ou a Codevasf, ou o DNOCS –, ou que deveriam ter criado um órgão específico, uma secretaria especial para tocar a obra, para não misturar sua execução com órgão de formulação de política pública.

Então, esse é um debate que tem defensores e tem não defensores, mas o que eu posso dizer é que, quando a obra, de fato, partiu, não havia estrutura no Ministério da Integração para tocar uma obra daquela dimensão. Só que foram tomando as providências por parte do Ministério do Planejamento e do Ministério da Integração e, hoje, nós temos 122 pessoas trabalhando *full-time*. Não são 122 engenheiros, mas, entre engenheiros, analistas, analistas de gestão, servidores, temos 122 pessoas que estão trabalhando na obra da transposição. É evidente que gostaríamos de ter mais, mas, hoje, temos um quadro que dá segurança para que possamos tocar o empreendimento.

Bom, na supervisão, só para dar um exemplo: a supervisão foi feita para que a obra fosse feita de forma linear. Ela sai de um marco e vai até o outro. Na medida em que os projetos executivos foram liberando frentes que não coincidiam com a linearidade da obra, foram existindo diversas frentes de serviço, e os contratos da empresa de supervisão não estavam dimensionados para ter várias frentes de supervisão. Então, isso é o que as empresas de supervisão colocam para justificar eventuais, digamos assim, omissões ou falhas no trabalho de supervisão.

Há outra coisa para a qual eu gostaria de chamar atenção. Não é nenhuma crítica ao Tribunal de Contas da União, mas é a realidade que vivemos e que precisamos compartilhar com esta Casa. E isto afetou de forma decisiva as empresas supervisoras. Por volta de 2011, o Tribunal de Contas da União publicou um acórdão dizendo que o contrato das empresas supervisoras estava todo errado, que as empresas supervisoras teriam que ser glosadas e teriam que devolver dinheiro ao Ministério da Integração. Isso foi uma confusão para as empresas supervisoras. Elas já não estavam satisfeitas com o serviço, e agora, com a

decisão do Tribunal de Contas da União, tinham que devolver dinheiro.

Depois de muitas tratativas, de muitas explicações, de muitas informações, o Tribunal de Contas, este ano, publicou outro acordo em que revogou a decisão anterior. Mas se passou um ano com essa insegurança e com essa situação. Isso também precisa ser colocado, para que quem esteja avaliando as dificuldades que estão sendo enfrentadas possa levá-las na devida conta.

Uma das colocações também feitas é que o mercado de construção civil aqueceu muito, sobretudo na área onde a obra se desenvolve. Aí também está a obra da Transnordestina, que é um conjunto de obras do Governo Federal. Então, os salários da mão de obra das empresas supervisoras que estão no contrato são incompatíveis com os valores que estão sendo oferecidos no mercado.

Próxima.

Aqui temos a parte ambiental, para trazer também uma informação sobre os programas ambientais. Foram 38 programas ambientais. Uma obra dessa dimensão significou que o Ministério da Integração teve que assumir, portanto, o compromisso de implementar 38 ações de compensação socioambiental. Muitos programas geram uma demanda de ampla articulação com os Municípios e com os Governos estaduais, para que se possa fazer avançar esses programas. Por exemplo, um dos programas é a elaboração de planos diretores para os Municípios da área de influência dos dois Eixos. Então esse é um trabalho em que você caminha melhor em determinado Município, caminha pior em outro, pela própria, digamos assim, percepção da importância de se realizar ou de se implementar o plano diretor na respectiva cidade.

Os conflitos sobre os quais já falei, da parte fundiária, os conflitos que tivemos que enfrentar na faixa de obra não foram poucos, com terras indígenas, com assentamentos do Incra, com terras de quilombolas. Então, uma série de realidades foram enfrentadas e necessitam da devida negociação e dos devidos encaminhamentos.

Realocações de famílias foram feitas. Um dos instrumentos para isto foi a implantação das Vilas Produtivas Rurais, as famosas VPRs.

À parte fundiária já me referi.

Próxima.

Para que os senhores possam ver, digamos assim, como a obra se comporta do ponto de vista da mobilização da mão de obra, fica claro para quem olhar ali no gráfico que, em junho de 2010, a obra começa a sofrer um processo de desmobilização em função de tudo aquilo que eu falei. Então, a primeira coisa para

colocar é que a obra não se desmobiliza em 2011, ou ela não se retarda a partir de 2011. Já era um processo que vinha ocorrendo, fruto de todas essas dificuldades que nós aqui comentamos. E ela começa a retomar a partir de 2012.

Ela tem essa caída por causa do lote da Delta. Se não tivéssemos rescindido o contrato com a Delta, no Lote 6, nós estaríamos com essa coluna ascendente, porque, em fevereiro, falamos que queríamos chegar, em dezembro, com 6 mil pessoas. A Delta chegou a mobilizar 1,1 mil pessoas. À época em que ocorreram os problemas com a Delta, ela tinha próximo de 500 pessoas no lote. Então, esse gráfico de 2012 explica um pouco o congelamento ali em torno de 4 mil pessoas mobilizadas na obra em função desses episódios ou dessas adversidades que nós vivenciamos neste ano de 2012.

Eu queria dizer a esta Comissão, aos Srs. Senadores que, na coluna de dezembro, podemos perceber que a mobilização começa, de novo, a ser ascendente. E isso é porque nós estamos já mobilizando, no Lote 5, a construção de sete barragens entre Jati e Mauriti, no Ceará. Então, eu tenho muita, muita esperança de que, até junho, vamos estar próximos de 6 mil pessoas mobilizadas nessa obra, tanto por causa da Meta 2N como também pela volta da Ensa no Lote 10 e do consórcio liderado pela OAS no Lote 12. Isso vai permitir, portanto, que voltemos a ir para uma curva ascendente.

Essa obra não vai voltar a 9 mil pessoas mobilizadas. Por quê? Porque há muitas frentes que vão terminar em 2013. Então, na medida em que forem terminando trechos, os outros vão ficando com a mobilização mais forte. Nós estimamos que a obra deverá, ao longo de 2013 e ao longo de 2014, variar entre 6 a 7 mil pessoas. Essa é a ideia que temos em relação ao Plano de Mobilização.

Hoje, nós temos 4.172 pessoas e 1.183 equipamentos mobilizados na obra. Então, a obra ainda, repito, não está na velocidade de cruzeiro que nós gostaríamos que estivesse, ao final de 2012, mas nós estamos a caminho das providências – e aí vou começar a falar das providências, das iniciativas que o Ministério da Integração adotou – que vão permitir, portanto, que possamos concluir essa obra até o ano de 2015.

Medidas tomadas.

Negociação com os consórcios construtores, permitindo, portanto, o retorno às obras. Por exemplo, os lotes 1 e 2, cujo consórcio é liderado pela Carioca, já vão com mais de 900 pessoas contratadas. Esses dois lotes chegaram a praticamente desmobilizar global, geral, no ano de 2011. Então, hoje, esses dois lotes já estão com quase mil pessoas contratadas.

Novo planejamento, a que me referi, de simplificar o trabalho de acompanhamento, do gerenciamento, da supervisão da obra. Há o lançamento dos editais dos remanescentes. Já avançamos, estamos com um contratado, que é o 2N, estamos com dois lotes já na praça, para poder encerrar a contratação até o final do mês de janeiro e estamos com três lotes que deverão estar publicados até o final de fevereiro.

Nós também abrimos processos investigativos. Para você também merecer a compreensão por parte dos seus parceiros, sejam projetistas, supervisoras, consórcios construtores, o Ministério também teve de tomar medidas enérgicas, duras, no sentido de fazer valer o cumprimento dos seus contratos. E, nesse sentido, o Ministério já, a partir de 2011, abriu processos investigativos para apurar eventuais irregularidades por faltas contratuais. Nós estamos finalizando esses processos investigativos para poder demandar as devidas providências, correções aos consórcios construtores, ou às empresas supervisoras, ou às projetistas, em relação àquilo que apontarmos como faltas contratuais. E abrimos também processos com relação a todas as empresas que pararam, o que vai gerar multa e inclusive a possibilidade de sair da contratação para obras no âmbito da Administração Federal. Então, há uma série de providências que estão sendo tomadas para que o Ministério da Integração possa fazer valer as suas posições e, evidentemente, com pressão maior, cumprir os contratos que não estão ainda em execução.

Procuramos também melhorar a articulação institucional com os Governos estaduais, com os outros órgãos do Governo Federal – e aqui eu gostaria de destacar a parceria com o Exército brasileiro. O Exército foi responsável por dois trechos importantes da nossa obra, duas tomadas d'água, a de Cabrobó e a de Floresta; e aqui e acolá observamos na imprensa algum comentário: “O Ministério deveria botar o Exército para concluir esses saldos remanescentes”.

Vou passar a palavra ao General Brandão, para que ele possa fazer um breve comentário sobre essa parceria e esse relacionamento do Ministério da Integração com o Exército brasileiro, em relação às obras que estão sendo e que já foram concluídas, e a outras obras que o Ministério da Integração tem convocado o Exército para ser o nosso parceiro e poder contribuir para a implantação desse importante empreendimento.

Passo a palavra ao General.

O SR. JOAQUIM MAIA BRANDÃO JÚNIOR – Muito obrigado, Ministro. Senador Vital do Rêgo, Srs. Membros da Mesa, Srs. Senadores, antes de mais nada, gostaria de agradecer a presença e o convite para estar aqui, primeiramente representando o Minis-

tro da Defesa e falando em nome do Comandante do Exército, General Enzo.

Foi uma satisfação muito grande quando, semana passada, recebi o convite do Ministro Fernando Bezerra para estar aqui hoje, e levei ao conhecimento do Comandante. Coincidentemente, o destino nos oferece algumas condições. Estou sentado, hoje, à mesa em que o nosso comandante estava sentado quando tudo isso começou. Então, a maneira como nós conversamos sobre isso nos permite vir aqui hoje falar o que temos que dizer, mostrar o que fizemos no passado, o que estamos fazendo agora e o que talvez venhamos a fazer no futuro no Projeto de Integração do Rio São Francisco.

Lembro que o nosso Exército possui no Nordeste um Grupamento de Engenharia, que tem em suas mãos cinco Batalhões de Engenharia que, desde o início do século passado, trabalham em proveito do Nordeste. Nossos batalhões – um em Teresina, um em Picos, outro em Caicó, outro em Natal e outro em Barreiras – vivem exclusivamente realizando alguma coisa que contribui com o desenvolvimento nacional, alguma coisa que leva o bem-estar ao homem do Nordeste e alguma coisa que permite o nosso adestramento, numa situação de não guerra para uma situação de guerra, quando necessário.

Isso tudo nos faz estar muito próximos da população; faz com que o Exército tenha uma aceitação muito grande do Nordeste e, quando falamos que vamos embora, isso soa mal para quem recebe essa notícia. Vivi isso recentemente, quando estivemos em Cabrobó e fomos entregar o Eixo Norte, o Canal de Aproximação e barragem Tucutu. Algumas pessoas, moradores do local, me cercaram e perguntaram: “General, e agora?” Eu falei: E agora o quê? “Os senhores vão embora! Os senhores ocuparam a região conosco, os senhores nos deram apoio, os senhores nos deram emprego, os senhores nos auxiliaram, os senhores construíram, e agora os senhores vão embora!” Eu falei: Não, não, não. Nós não vamos embora. Nós vamos para outro lugar fazer as mesmas coisas que fizemos aqui com vocês, vamos oferecer as mesmas condições a outras pessoas. Evidentemente que não fui feliz na minha colocação, porque eu estava me afastando com um Batalhão de Engenharia e isso causa sempre algum mal estar.

Falando do presente, hoje o que nós temos a apresentar para todos? O que estou chamando de agrovila, o Ministro, na sua linguagem, chama de Vilas Produtivas Rurais. Nós temos um acerto com o Ministério do Interior para a construção de 10 vilas, 10 agrovilas, 10 Vilas Produtivas Rurais. Nós tivemos um acerto para a construção do Canal de Aproximação e barragem

do Tucutu, no Eixo Norte, e o Canal de Aproximação e barragem de Areias, no Eixo Leste.

Por favor.

Nas nossas agrovilas – na realidade, eu estou prestando uma conta aos senhores todos –, nós já temos, das 10 previstas em construção, cinco já ocupadas. Já construímos da ordem de quase 500 residências e, em janeiro de 2014, estamos terminando a nossa missão junto ao Ministério da Integração no que diz respeito às Vilas Produtivas Rurais.

Vale ressaltar aqui que, na nossa organização, nós temos uma diretoria do nosso departamento que cuida das obras de cooperação – coincidentemente, o seu Diretor está aqui, o General Gonçalves – e também outra diretoria que cuida das obras militares. São as obras voltadas para o interior do Exército. No momento em que nós aceitamos construir essas Vilas Produtivas Rurais, nós destacamos entes das nossas diretorias de obras militares para fazer esse trabalho de cooperação. Então, colocamos mais uma condição, para nós positiva, para oferecer melhores condições ao Ministério da Integração.

Em seguida, nós vamos ao nosso Canal de Aproximação do Eixo Leste. Por favor.

Aí tudo o que o Ministro falou nós vivemos intensamente. Cada palavra dele nos faz recordar os momentos vividos. Começamos em 2004, somente fazendo uma pavimentação de 18 quilômetros próximos a Cabrobó. Em 2005, e aí começam os problemas e as soluções, nós iniciamos, o Exército, nós mesmos fizemos, preparamos e iniciamos o projeto executivo dos dois Eixos. E, ao mesmo tempo, recebemos o projeto básico do Ministério da Integração para que nós iniciássemos os planos de trabalho para realização das obras. No ano seguinte, nós entregamos o executivo ao Ministério da Integração e somente em 2007, depois de solução dos problemas fundiários ambientais políticos e outros, nós pudemos iniciar a obra.

Observem que o tempo e tudo aquilo que o Ministro falou foi vivido intensamente: projetos com problemas, licenças ambientais, questões judiciais, relocação de pessoas, desapropriações. A tudo isso nós, como executantes, apesar de sermos o órgão público federal, de sermos uma instituição militar, estamos sujeitos, a todas as condições que foram colocadas aqui, todas. Nada difere do que todos passaram.

Em seguida, por favor, aí lembramos que, para caracterizar, o pouco que parece que fizemos, tanto no Eixo Leste quanto no Eixo Norte, é muito pouco pela dimensão do projeto como um todo, mas foi muito importante, porque hoje nós já podemos captar água para colocar nas nossas estações elevatórias para iniciar o processo de transposição dos dois Eixos. Já falamos

isso. O Ministro já colocou muito bem. É apenas uma colocação de onde trabalhamos, no Canal de Aproximação e na construção da barragem de Tucutu e Areias.

Siga.

Aí está o resultado do trabalho: Canal de Aproximação do Eixo Norte e Canal de Aproximação do Eixo Leste. Aí estão as características dos dois canais e das duas barragens. E hoje, com muito orgulho, com muita satisfação, o Exército diz tranquilamente – por favor –: está tudo concluído. Está concluído. Já afastamos do Eixo Norte e hoje nós temos pessoas do Ministério da Integração para receber o Eixo Leste. Com isso, o Exército se afasta, neste momento, da transposição do São Francisco. Neste momento! Por que estou falando isto entenderemos daqui a pouco.

Siga, por favor.

Tenho que caracterizar como ponto forte – e aí lembro que somos uma instituição militar – que até aqui fica muito claro um dos motivos do nosso sucesso e de nós termos concluído tudo agora, em 2012: em todos os instantes, o Ministério da Integração esteve presente, apoiou, compreendeu e atendeu às nossas solicitações, que não foram poucas. Os problemas que surgiram não foram poucos. No entanto, por conta desse atendimento, nós chegamos aonde chegamos.

Temos que colocar, agora, estou falando como uma instituição militar presente numa região do País, que, em todo instante, a população esteve do nosso lado, facilitando, permitindo que o nosso trabalho acontecesse sem nenhum problema, lembrando que nós estávamos numa região de alto índice de criminalidade. E nada ocorreu nesse tempo em que lá estivemos.

A partir daí, a partir daí, uma resposta aos nossos interesses militares: por conta da obra, nós nos adestramos, por conta da obra, nós conseguimos reequipar algumas coisas que precisávamos para aproveitar na própria obra e, por conta da obra, nós cumprimos uma missão constitucional do Exército Brasileiro, que é a participação no desenvolvimento nacional.

Mas também – por favor – nós tivemos os nossos pontos fracos. Se nós traduzirmos isso, nós vamos traduzir as palavras do Ministro. A pressa de que nós hoje falamos é uma pressa que causa atraso. Corremos muito por conta de determinações, de colocações, de imposições, no entanto, a pressa determinou o atraso. Tivemos problemas sérios no início da obra quanto aos licenciamentos ambientais, provocando mais atraso, e tivemos problemas com desapropriação e relocação da população – por favor – e aí está o resultado: aí está o Eixo Norte, entregue em setembro; canal de Aproximação completamente pronto, toda a parte de meio ambiente e de restituição ambiental feita.

Prossiga.

Aí está a barragem do Tucutu, pronta.

Prossiga.

Aí está o Eixo Leste, num processo de construção hoje praticamente já pronto – praticamente, não; já pronto.

Prossiga.

Aí está o Eixo Leste, Canal de Aproximação pronto. E mesma coisa: uma estação bombeadora.

Prossiga.

Aí está também a drenagem do Eixo Leste.

Observem todos, por favor, que o Exército trabalha de várias formas: ou nós realizamos todo o trabalho, por administração direta, ou, quando nós não temos a *expertise*, quando não interessa ter essa *expertise*, nós contratamos, nós terceirizamos; às vezes, por conta da insuficiência de meios, nós precisamos contratar alguém. Em alguns casos, como foi aqui, nós fazemos um pouco de tudo. E aqui fica caracterizado o homem trabalhando, um soldado que está prestando o serviço militar trabalhando em prol daquilo que ele, daqui a pouco, vai aproveitar, porque são todos da região. É um trabalho social que temos que fazer e aproveitamos esses momentos para isso, e agradecemos, porque assim cumprimos uma missão constitucional.

Prossiga.

Aí, por último, vemos a barragem de Areias, que caracteriza o nosso término de trabalho no Eixo Leste, na primeira etapa.

Isso é o que fizemos, vilas produtivas é o que estamos fazendo, e agora, o Ministério da Integração, como bem colocado pelo Ministro, nesse tempo todo nos procurou para que nós pudéssemos fazer mais coisas. Eu sempre disse ao Ministro: Ministro, a nossa capacidade operacional está toda empregada. Nós estamos na 101. Nós não estamos nos aeroportos São Gonçalo do Amarante, Guarulhos, São Luís, Rio Branco. Nós estamos na Amazônia em várias estradas. Nós estamos BR 135. Nós estamos em São Gonçalo do Amarante. Enfim, nós estávamos, até há pouco, com toda a capacidade operacional do Exército e engenharia de construção empregada.

A partir de agora, com essa entrega e outras que se avizinham a partir de abril e maio – na BR 101, nós vamos terminar tudo; em São Gonçalo do Amarante, somente ao final do ano que vem e há outras –, nós já começamos a ter capacidade de poder trabalhar em outros empreendimentos. Até agora, não tivemos como fazer mais do que fizemos e, por diversas vezes, fomos chamados ao Ministério para discutir a possibilidade de ser empregado em algum outro ponto, principalmente no que o Ministro chama de saldos remanescentes.

O que temos oferecido pelo Ministério da Integração para o futuro no São Francisco? Por favor.

Proposta de duas obras especificamente. A primeira é um conjunto de estradas de acesso às estações de bombeamento – são três estradas no Eixo Norte e seis estradas no Eixo Leste, além de execução de projetos executivos dessas estradas; essa é a primeira oferta – e a segunda oferta é o trecho 4, ou seja, é a etapa 2 do Eixo Norte. Observe que até agora o Ministro não falou na etapa 2; ele só falou na etapa 1. Não é isso?

O SR. FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO – É. No início, foi.

O SR. JOAQUIM MAIA BRANDÃO JÚNIOR – No início, mas o foco foi em cima da etapa 1, e agora somos chamados a estudar a etapa 2. Já iniciamos as conversações com o Ministério da Integração, e as informações obtidas estão aí mais ou menos não trabalhadas – por favor –; é aquele pedaço que está ali.

Por favor.

Trata-se do último projeto. Ligará o reservatório de Caiçara e Cajazeiras ao reservatório de Angico. Confere, Ministro? O Canal percorrerá, após Cajazeiras, a divisa entre Ceará e Paraíba, refletindo para leste.

Prossiga.

São 112 km de concreto, 6 arquedutos e 2 túneis. E o projeto executivo – isso é importante – ficará pronto e será entregue ao Ministério da Integração em maio de 2013. Até lá, nossas conversas não têm muita consistência, porque, a partir dele, é que podemos iniciar todos os planejamentos, os estudos de viabilidade, as licenças ambientais, o estudo do projeto, para que nós possamos ter a certeza de que vamos entrar novamente no processo, só que agora evitando todos aqueles pontos fracos que vivemos na primeira fase.

Por favor.

Caso ocorra a cooperação, imaginamos, não há certeza de nada – sou militar, e só podemos dizer o que vamos fazer, mesmo correndo um risco calculado, na hora em que soubermos o que vamos fazer e nós ainda não temos isso em mãos –, a gestão da obra fica realizada pelo Exército, e os projetos, licenças ambientais, locação, a cargo do Ministério. E os estudos de viabilidade técnica, que começam a partir de 15 de janeiro – Comando do Exército e Ministério da Integração –, iniciaremos para ver a possibilidade de continuarmos na integração do São Francisco.

Por favor.

Desde já, imaginamos que o início de obras, para não repetirmos os erros do passado, a fim de aproveitar as lições aprendidas no passado, vai ser com as licenças ambientais, que as desapropriações e as realocações estarão feitas, que os recursos serão liberados – e nunca tivemos problemas quanto a isso –, que as licitações serão conduzidas e estarão prontas. Se necessários, os equipamentos estarão

adquiridos e estaremos mobilizados completamente para conduzir o trecho 4.

Observem bem que, em nenhum momento, eu disse que vamos fazer, mas observem também a predisposição que temos de continuar no São Francisco. É importante para nós, é importante para o Exército, é importante para a população brasileira. E nós vamos responder àquilo que nos foi solicitado em todos os momentos da nossa história e da história do Nordeste principalmente.

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Ministro, pela oportunidade de ter colocado dessa forma. Continuamos prontos para atendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao General do Exército Joaquim Maia Brandão Júnior e devolvo a palavra para as suas considerações finais, nesta apresentação, ao Sr. Ministro da Integração Nacional.

O SR. FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COLHO – General Brandão, muito obrigado.

Agora eu me encaminho para o encerramento das minhas considerações.

Foi-me solicitado também trazer algumas informações sobre o Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco e da Bacia do Parnaíba. Então pediria que voltasse a apresentação.

A Bacia do São Francisco compreende 514 Municípios, uma população estimada de 15 milhões de pessoas, quase 16 milhões. E na Bacia do Parnaíba são 243 Municípios e uma população de quase 3,5 milhões de pessoas.

O Governo Federal, através do Ministério da Integração, tendo como braço executor a Codevasf e em algumas parcerias também em cooperação com o Ministério do Meio Ambiente, nós temos trabalhado basicamente em três eixos: coleta e tratamento de resíduos sólidos, esgotamento sanitário e abastecimento de água.

Entre 2011 e 2012, foram concluídos cinco aterros sanitários: um na Bahia, três em Minas Gerais e um em Pernambuco.

Em termos de esgotamento sanitário, entre 2011 e 2012, foram concluídos 42 empreendimentos: 3 em Alagoas, 18 na Bahia, 3 no Maranhão, 11 em Minas, 5 em Pernambuco, 1 no Piauí e 1 em Sergipe.

Em termos de sistemas de abastecimento de água, foram realizados sistemas simplificados de abastecimento de água para atendimento a 177 localidades concentradas: na Bahia, 167; 1 em Minas; e 9 em Pernambuco. E foram instalados nesse período 95 poços tubulares, sendo 51 na Bahia, 38 em Minas e 6 em Pernambuco.

No programa de revitalização, de 2007 a 2010, foram investidos R\$881 milhões. Nos dois últimos anos, deveremos ultrapassar R\$700 milhões no programa de revitalização a cargo da Codevasf. E temos ainda a realizar, até 2014, mais R\$1,8 bilhão. Eu diria que esse programa está andando muito bem. Tivemos algumas dificuldades no início de 2011, mas hoje praticamente todas as obras estão retomadas, novas licitações estão sendo feitas e devemos chegar, em 2014, muito próximo da aplicação dos recursos que estão disponibilizados.

Outro programa sobre o qual nos pediram para trazer uma breve informação é o Água para Todos, que foi lançado no ano passado, cuja coordenação está com o Ministério da Integração.

Destaco que, entre os anos de 2011 e 2012, nós já entregamos no semiárido nordestino 187.466 cisternas, que são executadas pelo MI, Codevasf e Dnocs, pelo MDS em parceria com a ASA e com os governos estaduais, pelo Ministério do Meio Ambiente, pela Fundação Banco do Brasil e pela Funasa. São os órgãos que executam o programa de cisternas.

Para citar um dado sobre a execução orçamentária e financeira do Água para Todos, agora, no ano de 2012, foram empenhados R\$1,4 bilhão e já pagamos R\$984 milhões.

O Água para Todos pretende investir, até 2014, R\$4,7 bilhões. O objetivo do programa são 750 mil cisternas, 6 mil pequenos sistemas de abastecimento d'água simplificados e mais de 6 mil pequenos barreiros ou barragens subterrâneas; enfim, tecnologias que já estão testadas para permitir uma melhor convivência com os períodos de estiagem.

E, finalmente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma última lâmina para destacar o esforço do Governo Federal, que não se inicia agora no Governo da Presidenta Dilma, mas vem do governo do Presidente Lula. A gente chama a atenção para o fato de que, no semiárido do Nordeste brasileiro, de 2007 a 2010, foram investidos, pagos, desembolsados quase R\$6,5 bilhões.

No PAC-2, já no Governo da Presidenta Dilma, nós temos disponíveis R\$12,627 bilhões e mais uns R\$585 milhões pós 2014 – obras que devem escorregar para 2015. Portanto, temos já uma dotação para investimentos no semiárido superior a R\$13 bilhões. Já pagamos R\$3,627 bilhões, que foram executados e liberados nesses primeiros dois anos. Temos ainda disponíveis, para pagamento, R\$12,222 bilhões, o que representa, de 2007 a 2014, R\$22 bilhões em investimentos, no semiárido, em obras voltadas para a ampliação da oferta d'água e para irrigação.

Se somarmos a esse PAC total, que é o número que está ali destacado, mais R\$3 bilhões que a Presidenta Dilma acabou de anunciar no PAC-Prevenção,

em parceria com os Governos Estaduais, nós vamos para R\$25 bilhões; e, com mais R\$4,7 bilhões do Água para Todos, nós temos, em investimentos em água no semiárido, nos dois Governos – do Presidente Lula e da Presidenta Dilma – cerca de R\$30 bilhões.

Quero dizer o seguinte: a cada valor da transposição, nós estamos investindo dois em outras obras de infraestrutura hídrica ou de revitalização, ou de saneamento, ou de irrigação. Isso é para enfatizar que o Governo Federal não faz a sua aposta numa única obra ou numa única tecnologia; nós estamos enfrentando os desafios da convivência com a estiagem e com a seca no Nordeste utilizando todas as tecnologias e promovendo todos os investimentos que foram, digamos, sugeridos pela Academia, pela Embrapa, pelo que se acumulou de experiência nos governos municipais e estaduais ao longo desses últimos 50 anos.

Então, se é verdade que o Governo investe em grandes obras como a transposição, é também verdade que o Governo investe em adutoras; é também verdade que o Governo investe em barragens; é também verdade que o Governo investe em cisternas; é também verdade que o Governo investe em pequenas barragens; é também verdade que o Governo investe em poços artesianos; e é também verdade que nenhum outro governo montou uma rede de proteção social como os Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

Para enfrentar essa estiagem, além do apoio do Bolsa Família, criaram-se instrumentos que fizeram chegar recursos para animar a economia da região do semiárido. Eu falo aqui do Bolsa Estiagem; eu falo aqui do Garantia Safra; eu falo aqui do esforço que está sendo feito – ainda não suficiente – de ampliação da oferta de milho para melhorar o acesso à ração, a fim de que possamos garantir a sobrevivência do rebanho na nossa região. Essa tem sido uma questão crucial.

Mas é também verdade, Senador Vital do Rêgo, eu trago essa notícia, que a Presidenta autorizou agora, nesta tarde, mesmo em viagem internacional, que eu anunciasse a ampliação em mais R\$400 milhões dos investimentos através do crédito emergencial do Bando do Nordeste. Em menos de 6 meses, aplicamos R\$1,5 bilhão e, agora, teremos mais R\$400 milhões para aplicar até fevereiro do próximo ano. Esses recursos estão chegando, em sua grande maioria, mais de 90%, ao pequeno produtor de agricultura familiar. A média dos contratos tem sido na faixa de R\$6 mil a R\$8 mil. E é esse dinheiro que mais de 200 mil pequenos agricultores e pecuaristas do Nordeste têm recebido para auxiliar na sua sobrevivência, na sobrevivência de seu rebanho e permitir que possam atravessar, com prejuízo menor, uma estiagem que está a causar sérios prejuízos para a economia da nossa região.

É evidente que nós temos a humildade de reconhecer que as ações ainda são insuficientes. Quem se dá ao trabalho de andar pelo Semiárido do Nordeste vai ver que estamos enfrentando uma situação dramática. As estimativas são que a redução do rebanho, seja de caprino ou ovino, seja de bovino, sobretudo para produção de leite, deverá alcançar 40%, a perda do rebanho no Nordeste – em algumas regiões de até mais. Falando em média, as estimativas são de perda em torno de 40% do rebanho da nossa região. E nós já estamos preocupados em como criar instrumentos que possam permitir a recomposição do rebanho, porque esse vai ser o prejuízo mais severo para não desarticular a base de produção das economias locais em muitas regiões do Semiárido nordestino.

Portanto, quero me colocar à disposição desta Comissão.

Esta Comissão, pela sua composição, tem Senadores e Senadora com experiência pública, que certamente haverão de trazer sugestões e indicações para que possamos não só aprimorar as ações que estamos realizando no âmbito do empreendimento da transposição, como também recolher desta Comissão ações complementares que sirvam para que possamos chegar com mais assistência, com mais solidariedade, com mais apoio aos que estão sofrendo com a severa estiagem que castiga todo o Semiárido do Nordeste.

Quero, portanto, finalizar, agradecendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadora, pela atenção com que nós fomos recebidos aqui nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos agora iniciar os debates. Antes, registro a presença, para honra desta Comissão, dos Senadores Cícero Lucena, Cássio Cunha Lima, Paulo Davim, Lídice da Mata e do Relator, Senador Humberto Costa.

Com a palavra, por ordem de precedência, o nosso Relator, o Senador Humberto Costa. Depois, Senador Cássio, Senador Cícero, Senador Paulo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui, inicialmente, saudar o Ministro Fernando Bezerra, da Integração Nacional; o General de Exército Joaquim Maia Brandão Júnior, Chefe do Departamento de Engenharia e Construção, que aqui representa o Ministério da Defesa; e o Dr. Roberto Garibe, Secretário do Programa de Aceleração do Crescimento, Secretário substituto, que representa o Ministério do Planejamento.

Acredito que boa parte das dúvidas e questionamentos que gostaríamos de fazer foi abordada e respondida tanto pelo Ministro Fernando Bezerra quanto pelo General Joaquim Brandão, mas algumas questões ainda restam para agregarmos a esses esclarecimen-

tos. A primeira delas: V. Ex^a falou das dificuldades e da limitação dos projetos básicos que fizeram com que tivéssemos um aumento no custo da obra, associado ao fato de que tivemos no Brasil inteiro um *boom* na área da construção civil e naturalmente isso levou a um processo de elevação de preços de obras. Eu gostaria de saber se, entre as causas do abandono de empresas ou da não continuidade de determinados lotes, existiu algum tipo de posicionamento das empresas, dando o que a gente chama de um mergulho, para depois tentar obter aditivos, outras vantagens. Se isso aconteceu, quais foram as providências tomadas pelo Ministério?

V. Ex^a aqui reconheceu o fato de que alguns lotes estão parados, apesar de terem obras iniciadas, e isso, naturalmente, leva a um processo de deterioração daquilo que já foi construído. Eu pergunto: quem será o responsável pelos custos associados à deterioração das obras que estão paradas?

Outra pergunta. V. Ex^a falou de alguns trechos, de alguma coisa de 2013, 2014, mas qual seria, de fato, um cronograma factível para o término das obras?

Do ponto de vista do Parlamento, existiria alguma coisa que pudesse ser feita no sentido de ajudar esse processo? Haveria alguma medida legal que pudéssemos aqui tomar?

Este Congresso Nacional aprovou, neste ano, o regime diferenciado de contratação, em que é possível se fazer uma contratação que já envolve o projeto básico, o projeto executivo e a própria execução da obra, que seria um fator de agilização. Aproveito e pergunto a V. Ex^a: existe alguma possibilidade de isso ser aplicado nessas licitações que estão vindo?

Outra pergunta que eu faço: essa decisão de ser a Codevasf o operador nacional já é uma posição definitivamente tomada? Eu pergunto, já que essa questão nos foi levantada, inclusive por Parlamentares da Paraíba que aqui estiveram e disseram isto: não seria a Chesf, talvez, uma empresa mais adequada para fazer esse gerenciamento, na medida em que é uma empresa estatal, tem maior flexibilidade e uma larga experiência de trabalhar no Nordeste? Queria saber sua opinião sobre isso.

Queria perguntar quantos trabalhadores estavam empregados na obra naquele momento de pico que V. Ex^a relatou e qual é a expectativa, com a retomada dessas obras todas, de quantidade de trabalhadores empregados?

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como nós estamos já com a Ordem do Dia iniciada...

(Intervenção fora do microfone).

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Já encerrou? A votação da MP já está concluída. Muito obrigado aos senhores.

Agora, vamos recolher todas as indagações dos Srs. Parlamentares.

Pela ordem de inscrição, Senador Cássio Cunha Lima com a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro Fernando Bezerra, que muito nos honra com sua presença nesta Casa; General de Exército Brandão, Dr. Roberto Garibé, Senador Cícero, Senadora Lídice, eu gostaria de, em primeiro lugar, dado o plano de trabalho que foi aprovado na sessão anterior, em que está previsto o convite de outros ministros, que possamos observar o art. 397 do nosso Regimento, até para que possamos ter um trabalho de melhor resultado, que sugere, que recomenda que as exposições possam ser encaminhadas com pelo menos 3 dias de antecedência. O Regimento fala em quando o Ministro fizer uma apresentação por escrito. À época do Regimento, não tínhamos ainda, seguramente, os recursos do Power-Point, do DataShow. Mas, se possível, para que possamos otimizar o bom desempenho desta Comissão temporária, que se faça cumprir, então, o art. 397, no seu §2º do nosso Regimento, para que as autoridades convidadas sejam notificadas da possibilidade de enviarem, com antecedência, o teor básico de suas respectivas apresentações.

Feita essa questão de ordem, assim digamos, passo a formular ao Ministro Fernando Bezerra um apelo e alguns outros questionamentos.

O apelo é feito, conhecendo a sua “nordestinidade” e o compromisso que V. Ex^a tem com a nossa Região, para que, na primeira oportunidade com a Presidenta Dilma, apele para que Sua Excelência possa baixar um decreto reconhecendo o estado de emergência da Região Nordeste. E vou justificar.

Dentre as exposições que foram feitas na parte final por V. Ex^a, houve uma referência à questão do milho. Hoje, o nosso rebanho está sendo dizimado, a avicultura praticamente está sendo inviabilizada, bem como a suinocultura, e assim sucessivamente, por um entrave burocrático. A Conab dispõe de milho em quantidade suficiente para alguns dias ou meses à frente. Contudo, esbarra num problema logístico e legal: no caso específico do Rio Grande do Norte e da Paraíba, a Conab não consegue atender à demanda por falta de condições de distribuição, tanto no transporte, quanto no armazenamento. Esses são os problemas logísticos a que acabo de me referir.

A solução seria muito simples se fosse utilizada a disponibilidade de armazenamento do porto de

Cabedelo, na Paraíba. Ocorre que, por uma questão legal, a Conab não pode contratar o porto de Cabedelo sem que haja a dispensa de licitação. Por sua vez, para que a Conab esteja legalmente autorizada a promover a dispensa de licitação, é preciso o decreto da emergência. Há quatro semanas, nós clamamos deste Senado para que esse decreto seja editado, para que o próprio Governo possa agir com a celeridade que a situação recomenda.

Esse exemplo específico e pontual, Sr. Ministro, termina revelando, um tanto quanto, a distância entre aquilo que é anunciado, aquilo que é dito como provável para a Região, e o que não acontece no dia a dia na ponta e numa situação de emergência, em que não se pode mais esperar. A situação do Semiárido nordestino é gravíssima. A nossa microeconomia está sendo desestruturada e levará muitos anos para se recompor, até porque parte do que está sendo disponibilizado de crédito não chegará à ponta, porque, de fato, a agricultura familiar termina tendo acesso a um limite de crédito.

Veja o nosso estado de pobreza! Quando falamos em teto, em dispensas, em anistias, em tolerância com a inadimplência, nós estamos falando de R\$100 mil. Se um produtor nordestino dever ao Banco do Nordeste R\$101 mil, R\$110 mil, R\$200 mil ou R\$300 mil, ele estará completamente fora de todas as ações que estão sendo anunciadas pelo Governo Federal. O nosso Presidente, Senador Vital do Rêgo, tem, inclusive, uma proposta nesse sentido, mas, infelizmente, o Governo não lhe dá a devida atenção, como se nós pudéssemos sobreviver no Nordeste apenas com essa faixa.

A crítica, tenha certeza, é leal e é extremamente preocupada com o que, hoje, acontece no dia a dia no Nordeste. Faz-se uma série de iniciativas e de anúncios, mas o fato é que a nossa Região está enfrentando a mais grave crise econômica das últimas décadas.

Não vamos aqui voltar a este discurso: “Ah, mas há a rede de proteção social, o Bolsa Família! Se não fosse o Bolsa Família, o problema seria muito pior”. Esse discurso nós já ouvimos. É um discurso que, lamentavelmente, reproduz um embate político que não levará o Nordeste nem tampouco o Brasil a lugar algum. Isso serve para palanque, isso serve para disputa de eleição, isso serve para tentar conquistar voto no momento próprio, mas não resolve o problema.

O que nos preocupa é que autoridades com posições estratégicas no Governo Federal se mostram completamente distantes da nossa realidade.

Eu estou apelando, Ministro, à sua nordestinidade. Conhecendo a sua trajetória, conhecendo o seu passado e o seu presente, apelo para que V. Exª possa ser uma voz ainda mais forte em defesa do Nordeste

neste instante, porque, ao que me parece, com toda a boa vontade do mundo, há um profundo desconhecimento da nossa realidade. Não por má-fé, não por descompromisso, mas por desconhecimento mesmo, por ignorância dessa realidade.

Isso me faz lembrar – foi mencionado aqui – Ariano Suassuna, com a nossa querida Taperoá. Permita-me, Presidente, só mais um minuto para contar este caso de Ariano. Ariano relatava que um pescador à beira de um açude, Senadora Lídice, estava ali, jogando a sua tarrafa, pescando e foi pesquisado por uma universidade, seguramente do Sudeste. O pesquisador perguntava ao pescador: “O senhor sabe quem é o Ministro da Integração Nacional”? Ele disse: “Não, não sei, não, senhor”. “O senhor sabe quem é o Ministro do Planejamento”? “Não, não sei, não, senhor”. “O Ministro da Agricultura”? “Sei não, senhor”. O entrevistado foi se irritando e, ao final, depois de cinco negativas, disse: “Mas o senhor é ignorante, não é”? Aí o pescador pegou do seu balaio um peixe e disse: “O senhor sabe que peixe é esse”? “Sei não”. “Isso aqui é uma tilápia”. “Sabe que peixe é esse? Esse aqui é uma traíra”. No quarto peixe, no curimatã, o pescador, então, respondeu: “Pois é, doutor, cada qual com sua ignorância”!

Então, o que está faltando é conhecimento da nossa realidade. E é muito grave isso, Ministro! Confiamos na sua voz; confiamos no seu brado, no seu grito, para que possamos sanar essa situação, que é, repito, gravíssima.

O Senador Wellington Dias esteve aqui, recentemente, informando que mais de 100 mil hectares de caju, no Piauí, já foram dizimados. O cajueiro morreu. Para não ficar preso ou restrito à Paraíba, que é o maior produtor de mel do nosso País, lembro que, no Estado do Piauí, as abelhas estão morrendo, o gado está desaparecendo.

E fica esse embate político, que – perdoem-me a franqueza da expressão e da indignação desta minha fala – é mesquinho!

Recentemente, Ministros do Governo Federal foram à Paraíba e declararam alto e bom som: “O problema não é grave, porque existe o Bolsa Família”, como se nós pudéssemos aceitar que toda a nossa microeconomia está sendo destruída sob o pretexto de que não há problema porque existe o Bolsa Família! É preciso dar um basta nessa situação e reverter isso, porque o preço que estará sendo cobrado do Nordeste é muito alto.

Eu tenho certeza absoluta de que a Presidenta Dilma não tem a noção exata do que vem acontecendo no Semiárido do Nordeste. E só V. Exª terá condições de chegar ao ouvido da Presidenta e pedir pelo menos um gesto burocrático de assinar um decreto

que possibilite ao próprio Governo, um decreto para viabilizar que a Conab trabalhe como maior agilidade, com maior rapidez.

Feito esse apelo, vou para alguns questionamentos específicos sobre a transposição, com máxima vênua, compreendendo todo o relato que V. Ex^a fez, que, na verdade, é quase o retrato do caos de planejamento.

Já fui Prefeito três vezes; Governador, duas vezes. Portanto, sei exatamente as dificuldades que a nossa burocracia, que a nossa própria legislação nos impõe para a realização das obras.

Mas, permita-me, Ministro, eu não estou responsabilizando V. Ex^a e nem quero responsabilizar nenhuma autoridade. Eu preciso apenas fazer a crítica, porque a crítica é feita em cima de uma expectativa que foi criada não por mim, nem pelo Senador Cícero, nem por nenhum de nós, mas pelo nosso ex-Presidente Lula, que foi ao Brasil inteiro e disse que a transposição estaria com suas primeiras etapas concluídas em 2012. E esse cronograma não se executou, à exceção do que foi atribuído ao Exército Brasileiro, como aqui disse o General Brandão.

Muito bem, quem fixou a data não foi a oposição do Brasil, não foi ninguém mais do que o próprio Presidente à época. E todas as dificuldades que foram relatadas até aqui são absolutamente previsíveis.

Imaginar que não teríamos problemas de desapropriação, imaginar que não teríamos problemas com as licenças ambientais, imaginar que numa obra dessa envergadura não teríamos uma linha de transmissão para ser removida é abandonar qualquer noção básica de planejamento.

Não quero aqui chorar o leite derramado. O atraso está posto. Uma obra com 43% – salvo erro de memória – de sua execução.

A pergunta, para encerrar – já falei demais diante da tolerância do Presidente Vital, talvez pelas nossas relações paraibanenses –, a pergunta fundamental, Ministro: quando a obra estará concluída?

As justificativas são plausíveis, são aceitáveis, as críticas da ausência de planejamento não ficam retiradas. É claro que mesmo o projeto básico – e aí, nesse embatezinho tolo, eu vou fazer a tolice de lembrar –, que tudo isso começa no governo Fernando Henrique e se faz sempre esse paralelo. É uma prática que, com o passar do tempo, não vai lograr tanto êxito, porque eu acho que o Brasil não cresce na sua perspectiva futura com esse tipo de dualismo, mas faço aqui o meu papel de Senador do PSDB de registrar que o *start* desse processo começa no governo de Fernando Henrique e que seguramente, por simplicidade ou humildade, o próprio Ministro da época, Cícero Lucena, talvez não queira trazer esses louros da gênese dessa ação como

um todo com as licitações para a realização desse projeto básico e, portanto, o *start* da obra.

Concluindo, definitivamente, Sr. Ministro, quando essa obra estará pronta?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Faço minhas as preocupações e as palavras do Senador Cássio quanto inicialmente à questão da preocupação com a seca, a sua reivindicação, o seu pedido, o seu apelo para que o decreto de emergência possa trazer, de uma forma clara, a possibilidade de o Governo agir em favor da seca que, compreendemos, não é deste momento nem deste Governo, mas uma realidade que estamos vivendo no presente.

Quanto à preocupação, Sr. Ministro, de repente, de se falar em mais de R\$1 bilhão de empréstimo pelo Banco do Nordeste, sabemos de forma clara que isso não irá resolver o problema, até porque estamos lutando há bastante tempo para que seja resolvido um problema de crédito em relação aos agricultores do Nordeste. Pelo contrário, o Banco do Nordeste tem movido ações de tomadas de terras dos pequenos e pobres agricultores do Nordeste. E já, já, ou se estanca essa orientação ou nós teremos no Banco do Nordeste o maior proprietário imobiliário rural deste País.

Eu gostaria também, Ministro, de fazer minhas as palavras de reconhecimento do valor que V. Ex^a tem, de conhecedor que é dos problemas dessa Região e da sua tentativa em dar a colaboração na busca pela solução dos problemas.

Há poucos dias, em um pronunciamento no plenário desta Casa, fiz o registro de uma fotografia de uma revista paraibana chamada *A Semana*. Esse registro fotográfico eu entendo que merecia ter prêmio internacional. Sr. Ministro – passarei às suas mãos –, havia um homem tomando água em uma garrafa e uma vaca esperando cair alguma gota para ela também ter direito a tomar. Essa é a realidade que estamos vivendo no Nordeste. Essa é a dificuldade presente de 15, 20 dias atrás.

Da mesma forma, na água distribuída por carro-pipa, que o senhor sabe muito bem não está sendo suficiente, por uma série de dificuldades, inclusive, por exemplo, pela cisterna que está sendo construída, de repente, chega um carro-pipa e o agricultor só falta ir a tapas com o motorista porque ele quer que encha a cisterna toda e o carro-pipa precisa também dividir um pouco mais aquela água com outros agricultores.

Também há outra fotografia em que uma vaca está amarrada porque não aguenta mais ficar em pé e o agricultor divide o pouco de água que tem com esse animal. Então, essa é a realidade da seca.

Dizer que a distribuição do milho resolve o problema, V. Ex^a conhece e sabe muito bem que 600 kg de milho não dão para sustentar o homem, quanto mais um pequeno rebanho.

Então, o que nós estamos tendo como dura, cruel e verdadeira realidade é o caos no Nordeste. Nós estamos falando em Copa do Mundo, nós estamos falando em problemas, em futuro deste País, em pré-sal, em tudo, mas a seca está sendo vivida agora pelos nossos conterrâneos, pelos sofridos conterrâneos. E eu disse, até em plenário, e repito aqui, me permita, Ministro, que, há muito tempo, o Governo Federal tinha um programa de construção de centros sociais urbanos, e criou centro social urbano dos tipos A, B e C. O centro social urbano do tipo A tinha até piscina, ginásio coberto, oficinas de qualificação de mão de obra, de treinamento de corte e costura e de muitas outras coisas. Então, dependia do Estado. Ele tinha uma cota e dizia quantos centros ele queria e de que tipo ele queria.

Eu me recorde de uma reportagem do Jornal Nacional, na década de 80, lá no Ceará, numa cidade pequena que, infelizmente, não recorde o nome. Foram ver a inauguração do centro social urbano tipo A, com piscina. A água da piscina era tratada, azul, da cor do céu quando está sem nenhuma nuvem. E a população foi convidada para ir para essa inauguração. Pois não é, Ministro, que toda a população compareceu a essa inauguração, só que com latas na cabeça, para tirar água da piscina porque não tinha água para beber na cidade!

Então, me preocupo, quando estamos fazendo investimentos que defendemos, com os quais concordamos, que se fazem necessários principalmente para a Copa do Mundo de 2014 – entendo como algo importante para o Brasil, para o turismo, para a economia, para o desenvolvimento, para a alegria nossa, também, ter um evento como esse –, com o fato de que nós não tenhamos nordestinos, nas cidades que vão ser sedes da Copa do Mundo, um bocado de nordestinos com latas na cabeça para pegar a água que irá irrigar o gramado.

Então, nós temos que tomar providência, e obras estruturantes são o grande clamor que todos nós fazemos. E, sem dúvida nenhuma, a maior obra é a transposição do Rio São Francisco, com todas as ações complementares que hoje se encontram sob a responsabilidade de V. Ex^a, mas o dever maior da Presidente Dilma.

Eu gostaria de dirigir-me agora à V. Ex^a quanto a alguns questionamentos, dizendo o seguinte: há dificuldade de recurso para tocar a transposição do Rio São Francisco? Na revitalização a que V. Ex^a fez refe-

rência, na preocupação com o rio São Francisco, com obras, por exemplo, de política de resíduos sólidos, de saneamento básico, de esgotamento sanitário e de abastecimento d'água das margens do Rio São Francisco, hoje, o que está sendo feito? Por onde vai ser feita a transposição e também obras nesse sentido?

De saneamento básico, de esgotamento sanitário nós não precisamos somente onde existem hoje. Têm que acontecer, o mais rápido possível, por onde o rio também vai passar e onde vai ser a transposição.

E mais ainda, como disse o Senador Cássio, nós estamos vendo a falência do planejamento, porque, sem dúvida nenhuma, a questão fundiária, a questão ambiental, as licenças ambientais, tudo isso estava previsto desde o início do projeto de transposição do Rio São Francisco.

Por fim, Ministro, o Senador Cássio perguntou o prazo. Permita-me dividir essa pergunta, Senador Cássio, porque não há necessidade de haver coincidência. Qual é o prazo do Eixo Norte? E qual é o prazo do Eixo Leste, que, foi anunciado desde o início, ficaria pronto, no mínimo, dois anos antes do Eixo Norte?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE .(Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu registro, para nossa satisfação, a presença do Senador Capiberibe, queridíssimo Senador, e do Senador Valadares.

Consulto a Senadora Lídice se deseja usar da palavra. (Pausa.)

Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro e demais autoridades convidadas, eu quero, em primeiro lugar, saudar a presença do Ministro Fernando Bezerra que, toda vez em que é chamado ao Senado e à Câmara, vem com toda presteza e aqui se manifesta sempre de maneira muito clara e satisfatória.

Quero até explicar, como Líder do Partido e também como membro desta Comissão e da Bancada nordestina, que nós tivemos há pouco a votação da Medida Provisória 579, do setor elétrico, que foi bastante demorada em função de toda polêmica que ela traz. A votação levou cerca de 2 horas e eu não pude estar aqui desde o início.

Este certamente é um tema muito caro ao Nordeste brasileiro e ao Brasil. É um tema que dividiu opiniões no País, especialmente no Nordeste. Temos, dentro da Região Nordeste, diversos Estados que lutaram muito pela transposição do Rio São Francisco, Estados que tiveram dificuldade de compreender e, finalmente, generosamente foram convencidos da necessidade dessa obra, como é o caso do Estado da Bahia, onde, em diversos lugares, a população sempre se manifestou

com muita dúvida sobre o projeto, em função, óbvio, de que a transposição se dá justamente nas águas que passam no nosso Estado para os demais Estados.

Ora, eu não tenho – volto a dizer – nenhuma dúvida da importância dessa obra para o Brasil, para os nordestinos. O que foi já anunciado aqui é que são 43% de obra realizada e reconhecidas pelo Governo as dificuldades que foram encontradas nessa obra. Falar de falência, de planejamento nessa obra, não posso ver como uma coisa que seja dissonante de todas as outras obras que acontecem no Brasil inteiro, em prefeitura, em governo de Estado e em Governo Federal. Creio que o planejamento de obra no Brasil passa todo por essas dificuldades.

Quando falamos da desapropriação, damos prazo para que esta ocorra e achamos que vai ser naquele prazo, vemos que é muito difícil isso ser realizado, porque estamos lidando com pessoas, não estamos lidando com máquinas. Existem aqueles que acham que a desapropriação pode ser rápida – retira-se a população, passam-se as máquinas por cima –, outros exigem um processo de negociação e compreendem que essa deve ser a metodologia do Governo. Acredito que tenha sido essa a metodologia usada pelo Governo Federal.

Toda obra que envolve desapropriação nós já sabemos que serão obras que terão grandes dificuldades e que aqueles prazos podem não se realizar. Por isso, eu não vejo como um grande problema do Nordeste hoje, eventualmente, essas dificuldades encontradas. Creio que aqui vamos poder – e é importante que esta Comissão exista – acompanhar o desdobrar dessas obras e a fiscalização das mesmas. Que, acima de tudo, se reconheça a grande valia dessa obra para o Brasil e para a Bahia, para o Nordeste, em vez de ficarmos discutindo quem foi a mãe ou o pai do projeto – digo a mãe porque, em geral, o machismo é tão grande que só se discute o pai da criança. Mas que, em vez de se discutir o mérito do Governo que a iniciou, nós possamos comemorar juntos a existência da obra.

As explicações de diversas obras foram dadas aqui. Nós enfrentamos, na Bahia, a recuperação de um prédio histórico na minha cidade de Cachoeira, onde está sendo implantada a Universidade do Recôncavo, pelo Programa Monumenta, que recuperou diversos prédios históricos da minha querida cidade. Nem todos a conhecem, mas é tão valiosa ou mais valiosa na sua arquitetura histórica do que a cidade de Ouro Preto. E a empreiteira abandonou a obra. Isso levou meses para ser resolvido. Era possível o planejamento prever isso, que a empresa ia abandonar a obra? Acho muito difícil.

Podemos até, a partir de agora, fazer um planejamento prevendo esse tipo de coisa, já que conhecemos as dificuldades burocráticas das leis de licitação no Brasil. E acho que esta é uma grande discussão que o Congresso precisa travar.

Eu creio, acima de tudo, Ministro, que nós temos de comemorar certamente a sua presença nesta Comissão. Eu sou uma das Senadoras que têm muito usado da palavra, acompanhado, solicitado e exigido mesmo do Governo Federal ações no que diz respeito ao tratamento emergencial da seca, mas não apenas ações emergenciais. Na semana passada, falei sobre isso e também quando falei da conferência nacional que está sendo preparada sobre o planejamento da política de integração nacional.

A seca. Nós estamos vivendo no Nordeste um momento de extrema gravidade. Não há nem como discutir essa questão. A Presidente da República se reuniu na Sudene no mês passado, na Bahia – eu estava presente, o Senador Humberto Costa também –, e a unanimidade dos senhores governadores, presentes àquela reunião, por reconhecimento dessa questão...

A questão do milho também foi tratada lá. Há um requerimento na Comissão de Desenvolvimento Regional, já aprovado, para que possamos debater de forma mais profunda essa questão do milho. Eu concordo que medidas possam ser tomadas, inclusive esta da decretação do estado de emergência para toda a Região Nordeste, para que possamos ter facilidades no tratamento dessas questões. Acho extremamente indispensável.

Os governadores foram unânimes em reconhecer a prioridade que o Governo da Presidente Dilma tem dado às respostas emergenciais que o Nordeste tem solicitado, por exemplo, em aumento de recursos para contratação de carros-pipa. São R\$44 milhões/mês gastos em carros-pipa no Nordeste, e nós, nordestinos, sempre temos a ideia de que um dia não vamos mais precisar de carro-pipa. Eu não sei se um dia vamos nos livrar do carro-pipa no Nordeste brasileiro, mas sei que precisamos nos livrar da forma como temos de lidar com o carro-pipa, sempre emergencialmente, nas nossas ações. Mas lá, a Presidente autorizou a contratação de mais de mil carros-pipa, além dos 4 mil já em funcionamento, dando socorro, por intermédio do Exército, para o atendimento. Certamente, se necessário, vamos ter de reivindicar 2 mil, 3 mil mais. Não importa.

Acho que devemos centrar nas ações perenes que estamos planejando e executando para uma convivência melhor com a seca, porque nós já temos clareza de que não é possível combater-la; é preciso, sim, conviver com ela e, sim, tomar medidas para que

essa convivência do homem com a seca seja a menos sofrida possível.

Estive, nesse fim de semana, em Canudos, no nordeste baiano, um símbolo da vida do nordestino lá no local, inclusive, no Parque Nacional da Guerra de Canudos, onde, por emenda parlamentar minha, nós estamos implantando uma espécie de cenário da guerra. É o nosso sonho, o sonho da região, ali poder fazer uma cidade cenográfica com todo o cenário da Guerra de Canudos. Lá nós estivemos discutindo, meu caro Ministro, justamente a situação da seca que se abate naquela região, que é símbolo do Semiárido baiano e nordestino. É outra guerra, mas só que pela vida; não é guerra armada. E lá está instalado um núcleo de pesquisa da Universidade do Estado da Bahia. Lá nós temos o fórum de desenvolvimento sustentável, com 43 entidades participando. É claro que há algumas questões que realmente demoram. E eu quero destacar aqui a questão do crédito do Banco do Nordeste. É um inferno!

Para o nosso Fórum de Desenvolvimento Sustentável, que eu acompanho há 1 ano e alguns meses, nós estamos tentando viabilizar o crédito para aquelas entidades que participam dele. Não conseguimos até então. O máximo que conseguimos foi 10, 12 produtores terem viabilizados os seus contratos de financiamento. Essa é uma questão central que nós estamos a debater e que temos novamente.

O Senador Cássio Cunha Lima trouxe os produtores endividados da Paraíba, que representam os produtores endividados de todo o Nordeste. Tivemos uma audiência pública sobre essa questão com o Banco do Nordeste. Votamos aqui medidas provisórias que pudessem minorar essa questão, mas ela ainda continua sendo um nó, claro, nessa questão do socorro aos produtores do Nordeste brasileiro.

Quando nós falamos nos rebanhos – bovinos no caso do meu Estado, mas também caprinos –, no sofrimento com as perdas que nós estamos tendo, isso tem repercussão para o Brasil, não só para o Nordeste. Significa uma diminuição do rebanho bovino do Brasil. Há necessidade da sua recomposição. E isso exige imediatamente ações para que nós possamos dar um atendimento real à situação da seca do Nordeste.

Vou terminar, pedindo desculpas por este desafo, Sr. Presidente e caro Ministro, reafirmando que a transposição do Rio São Francisco tem uma enorme importância para a nossa região, mas tem que ser acompanhada, principalmente neste momento, por outras ações imediatas, fundamentais e que sejam ações emergenciais, mas também ações permanentes para que nós possamos dar uma virada na drástica e na grave situação em que o Nordeste se encontra neste

momento. Não falamos apenas de agricultores familiares, mas também de todos os produtores do Nordeste, inclusive grandes produtores, porque, sem eles, a nossa economia não pode sobreviver.

Então, vou aproveitar esta reunião de nordestinos quase, tendo aqui a solidariedade do Norte, para novamente apelar, e que o Ministro aqui presente possa também nos ajudar nessa situação.

E assim, Ministro, aproveito para lhe fazer uma última pergunta, dizendo que eu creio que a Codevasf tem desenvolvido tão bem a sua função que não faltam projetos no Senado e na Câmara buscando ampliar sua área de atuação. Eu e o Senador Antonio Carlos Valadares somos autores de um, que é a incorporação da bacia do Vaza-Barris, já em discussão nesta Casa, extremamente importante para a nossa região. Temos a situação do Rio Paraguaçu também, que é um rio da minha terra, outro projeto do Ministro Afonso Florence, para também ser incorporado. E eu creio que isso está sendo feito pelo desempenho correto que a Codevasf tem tido na nossa região, que faz com que o nosso povo deseje a sua ampliação. E eu gostaria de ouvir V. Ex^a falar sobre o Dnocs, que, infelizmente, se encontra em um estado muito precário para desenvolver sua atividade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Valadares com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo; Senador Humberto Costa, nosso Relator; Ministro de Estado da Integração, Fernando Bezerra; General do Exército, Brandão; Chefe do Departamento de Engenharia, Dr. Roberto Garibe Filho, representando o PAC; Sr^{as} e Srs. Senadores; o projeto de transposição do Rio São Francisco sempre foi, ao longo do tempo, polêmico. Alguns Estados queriam a sua execução; outros, por motivos ambientais, de preocupação com a vazão do Rio São Francisco, se posicionaram contra, como foi o caso do Estado de Sergipe, que eu represento, e também, sem dúvida alguma, do Estado da Bahia. Entretanto, depois que o Governo conseguiu convencer a maioria e mostrar que os Eixos Norte e Leste seriam viáveis na sua execução para o atendimento das necessidades hídricas de irrigação de outros Estados, essa divergência praticamente ficou na tranquilidade, aguardando que o Poder Executivo fizesse a transformação projetada: jogar a água do Rio São Francisco no Ceará e em parte de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, em cuja falta d'água, principalmente para beber, redundava em sofrimento para a população ali vivente.

Eu quero enaltecer, inclusive, o General pela forma eficiente como realizou, de sua parte, as obras que lhe foram entregues. Já foram realizadas, pelas informações que recebemos, na sua totalidade, faltando a parte que foi ou será entregue à iniciativa privada, pelo processo de licitação. E tenho certeza absoluta de que, pela desenvoltura como sempre se comportou nosso Ministro Fernando Bezerra à frente dos vários órgãos do Executivo, seja no Estado ou aqui no Governo Federal, ele haverá de levar a contento a tarefa hercúlea de entregar aos Estados essa obra totalmente pronta para ser utilizada em benefício da nossa região.

O nosso Rio São Francisco, tão castigado ao longo de tantos períodos da nossa história, desde a sua descoberta por Américo Vespúcio, com a degradação do seu leito, com a utilização indevida de suas águas, inclusive com mais de 500 cidades jogando diretamente o esgoto no seu leito, fazendo com que obras de revitalização tivessem de ser feitas, e, lamentavelmente, devido à falta de recursos, isso ainda não foi possível, temos certeza de que sua revitalização tão desejada terá que ser prioridade. Do contrário, o nosso Rio São Francisco não poderá fornecer as águas tão desejadas pelos Estados que sofrem com as secas.

Eu gostaria de fazer, a esse propósito, uma pergunta ao nosso Ministro, Dr. Fernando Bezerra: como está a realização de obras no setor de revitalização, já que isso é vital para a consecução dos objetivos da transposição?

Há também algum movimento por parte do Governo no intuito de acelerar, no âmbito do Congresso Nacional, uma proposta que foi aprovada no Senado e passou por todas as Comissões da Câmara dos Deputados? O Deputado de Pernambuco Fernando Ferro é o Relator de uma PEC que prevê, por um período de 20 anos, a aplicação de recursos maciços visando à revitalização. Eu gostaria de saber também do nosso Ministro como V. Ex^a vê a tramitação dessa PEC no âmbito do Congresso Nacional, uma vez que o próprio Senado já se posicionou a respeito. Faltou apenas um “aprove-se” da equipe econômica do Governo no intuito de acelerar sua tramitação no Congresso Nacional.

Aliás, o Senador do Piauí, Ciro Nogueira, apresentou também uma proposta, já incluindo o Vale do Parnaíba. Naquela época, apresentei-a no intuito de revitalizar o Rio São Francisco, exclusivamente o Rio São Francisco – sou Relator, agora, no Senado, dessa proposta do Senador Ciro Nogueira.

Sr. Ministro, sobre o custo da obra, esse assunto já foi tocado, portanto não vou falar sobre isso.

Sobre a revitalização, estou falando neste momento.

Segundo informações obtidas junto à Consultoria de Orçamento, há lentidão na execução das atividades de revitalização da bacia do Rio São Francisco. As dotações destinadas a essa atividade, no período de 2009 a 2012, alcançaram a cifra de R\$1,8 bilhão, com o montante médio anual de R\$457 milhões para a revitalização. No período, 19,6% das dotações autorizadas foram executadas. Esse desempenho melhorou nos últimos dois exercícios. Parabéns V. Ex^a porque 24,5% dos recursos autorizados foram pagos.

Como representante do Estado de Sergipe, eu gostaria de conhecer a opinião de cada um dos debatedores sobre os seguintes pontos: estão corretos os números indicados quanto à execução das atividades de revitalização da Bacia do Rio Francisco? Em toda a Bacia, qual é o padrão esperado para a realização efetiva dos investimentos constantes dos orçamentos de 2013 a 2015? No que diz respeito ao Estado de Sergipe, há alguma informação acerca do padrão esperado para a realização efetiva dos investimentos constantes dos orçamentos anuais, no período já mencionado, no tocante à revitalização da Bacia do Rio São Francisco?

Essa é a minha participação, com os devidos parabéns ao Dr. Vital do Rêgo, nosso Senador, prestigioso Senador do Nordeste, ao lado deste grande Senador Humberto Costa, ambos conhecedores profundos do sofrimento da nossa região.

Esta Comissão exerce um papel preponderante no fortalecimento dos nossos projetos em favor da redução da desigualdade social que ocorre na nossa região e do fortalecimento de projetos de recursos hídricos para as nossas populações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço, Senador Valadares. V. Ex^a nos honra com a sua presença nesta Comissão.

Sr. Ministro, sua presença era muito aguardada para abrir os nossos debates no esforço que estamos fazendo, neste Senado, para, com os ministérios envolvidos, sob o comando do Ministério da Integração, dar a nossa parcela efetiva de contribuição a essa obra que, para nós, nordestinos, principalmente dos quatro Estados atingidos violentamente pela seca, nos parece de imperiosa salvação.

Quero rapidamente comentar a fala do Senador Cássio no que diz respeito à necessidade de uma medida que ele classificou em boa hora como emergencial, sob o ponto de vista burocrático. Esse apelo ninguém melhor do que V. Ex^a para levar à Presidente Dilma, como nós já na tribuna do Senado. Os entraves que hoje, pela própria disposição legal, são feitos, são exigidos tornam, de forma muito clara, a impossibilidade de se chegar à ponta ou exatamente àqueles

que mais necessitam das ações que, muitas vezes, a Presidente quer aportar e não consegue. Uma medida como essa deve ser estudada pela Casa Civil, pela assessoria jurídica – nós já o fizemos, como Bancada paraibana, já há um sentimento comum da Bancada Nordestina. Peço que V. Ex^a leve esse apelo, o apelo da Comissão para que haja um sentimento de observância dessa necessidade. Se não tomarmos uma posição rápida de decretarmos situação de emergência na Região Nordeste para facilitar ou destravar burocraticamente determinadas medidas, vamos ficar podendo e não fazendo.

Quero também dizer que hoje o principal pilar do relacionamento do produtor, do agricultor, através da sua representação financeira, da sua instância dentro do sistema financeiro nacional é o Banco do Nordeste. E o Banco do Nordeste, Senador Humberto Costa, Sr^{as} e Srs. Senadores, em qualquer pesquisa que possa ser feita em qualquer Estado da Federação da abrangência do Banco do Nordeste, é o principal adversário do produtor, do pequeno ao médio e grande produtor nacional. É impressionante como há um fosso, uma abismo de relacionamento entre o Banco do Nordeste e esse produtor. Criou-se, Ministro, uma dificuldade que nós precisamos diminuir, nós precisamos resolver, porque o Banco do Nordeste passou a ser, como bem disse o Senador Cícero Lucena agora há pouco, pelas medidas que muitas vezes a frieza da legislação impõe, pois essa legislação não passa pela sensibilidade humanista daqueles que legislam e não estão aqui, mas muitas vezes o Banco do Nordeste impõe penhoras que simplesmente levam homens e mulheres a perder todo o seu patrimônio. E o Congresso Nacional está procurando, com projetos como este 688, evitar males cada vez maiores.

Esses são dois comentários para dizer a V. Ex^a que estamos muito preocupados, mas entendendo que o comando do projeto de integração está muito bem posto na mão de V. Ex^a.

V. Ex^a esteve aqui, durante mais de uma hora, falando sobre um projeto, suas deficiências, seus problemas. Estou vendo isso. E neste Senado encontramos gestores que participaram das mesmas angústias de V. Ex^a. Quem desses gestores não teve problemas com desapropriação, problemas com Tribunais, ou de Contas ou da União, problemas que o planejamento impõe? Ou seja, a falta de planejamento parecia não existir quando da elaboração de um projeto básico. Na elaboração de um projeto básico, parecia, aos olhos daqueles que estavam entusiastas da obra, tudo certo, tudo pronto e acabado, mas sobrevém uma série de problemas. Acho que, na transposição, quero me

acostar a V. Ex^a, a multiplicidade de lotes – 14 lotes, 57 contratos – para administrar não é fácil.

Adentrando às perguntas, depois de toda dissecação que V. Ex^a fez sobre o projeto, ficou claro uma questão. Ficou claro. Parecia indagação, a princípio, do Relator, mas depois foi sequenciada por todos nossos Senadores. O Eixo Leste tem 53%, V. Ex^a colocou, e o Eixo Norte, 33% executado. Há uma diferença. Queria me associar, repetindo todos eles, talvez na ansiedade dos que estão sofrendo, em nome daqueles que estão sofrendo, à pergunta: quanto a essa obra do Eixo Leste e do Eixo Norte, há previsão? Há lotes que estão sendo licitados agora nessa multiplicidade de lotes. Quando eles serão efetivamente concluídos dentro das suas previsões?

E quero falar um pouco do programa Mais Irrigação, Ministro. É um programa por que temos, eu tenho um carinho especial, porque em São Gonçalo, em Sousa temos várzeas, a várzea de Souza. São programas importantes. Temos várzeas importantes na Paraíba. No perímetro de São Gonçalo, conseguimos incluí-lo, graças a uma iniciativa do seu Ministério, para ser pioneiro na Paraíba. Gostaria que V. Ex^a falasse um pouco mais sobre o programa Mais Irrigação. Temos um projeto também importante nas várzeas de Sumé.

O que o Ministério tem feito, em interação, em integração com os outros Ministérios, para restaurar essa cadeia produtiva dos vitimados da seca, para não deixar muitas vítimas? São vítimas econômicas, vítimas produtivas. São os pequenos produtores que muitas vezes não vão encontrar no Banco do Nordeste a salvaguarda para os seus reinvestimentos. Como o Ministério está tratando disso?

Gostaria que o senhor falasse um pouco sobre se há estudos com o Insa sobre um fenômeno que, no caso nosso, na Paraíba, temos, no nosso semiárido, de forma muito grave, o fenômeno da desertificação. A nossa seca está produzindo isso como um elemento novo nos últimos 2 anos. Há estudos mais atualizados nesse sentido?

A Senadora baiana Lídice perguntou, e gostaria de repetir, sobre o processo de restauração ou reestruturação funcional do DNOCS. Durante os últimos anos, tivemos esse órgão semiparalisado.

Ao Dr. Roberto Garibe Filho, o que já foi também questionado, por ser uma obra do PAC, pergunto: como está o fluxo orçamentário dessa obra?

São essas as perguntas.

Gostaria de pedir licença a V. Ex^a para passar a palavra ao Dr. Roberto Garibe, porque ainda não falou. Deve estar com vontade de falar. Então, fale.

Com a palavra o Dr. Garibe. Depois, devolvo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. ROBERTO NAMI GARIBE FILHO – Obrigado, Senador.

Como é a primeira vez que falo, queria dizer do prazer de estar aqui participando deste debate, agradecer o convite e saudar a todos, Senadores, Senadora, todos os presentes, meus companheiros de trabalho, Ministro.

Eu queria comentar alguns pontos, antes de responder diretamente à sua pergunta sobre o orçamento, algumas coisas que foram tratadas e que eu acho da maior riqueza até para podermos envolver aqui esta Casa numa parte dos debates que nós temos, o que ajuda muito à execução do PAC.

Como todos sabem, o esforço do PAC foi de tentarmos mover uma variável neste País que é muito complexa, muito pesada, que é a variável do investimento, seja ele público ou privado. Sabemos, observando a economia, que as variáveis respondem muito rapidamente a alguns comandos, mas a variável do investimento se move sempre muito lentamente, porque ela depende de um conjunto de expectativas de longo prazo que, para alterar, sempre se requer muito esforço e muita determinação. Eu acho que esta Casa pode nos ajudar em alguns entraves e era importante comentar algumas coisas.

O primeiro aspecto é que eu queria saudar como a palavra e o questionamento do planejamento foi colocado aqui. A primeira questão com que nos deparamos ao tentar montar um plano de investimento para o País foi tentar recuperar as estruturas de planejamento do País. Sabemos que, numa época não muito longínqua aqui, os defensores do planejamento, não querendo aqui fazer um dualismo, não é isso, foram até achincalhados, chamados de “neobobos” ou viúvas do planejamento, esse tipo de coisa. E eu acho que o País perdeu um pouco com esse debate. Sentimos isso hoje, o esforço que nós temos para tentar recuperar aqui essas estruturas. Cito aqui coisas que não têm a ver necessariamente com o tema do semiárido, mas o Geipot, mesmo as estruturas dos Ministérios, os planos, os planos decenais foram abandonados ou feitos com uma má qualidade. E acho que, aos poucos, estamos até tentando recuperar uma equipe gestora que possa pensar o futuro, possa se debruçar sobre um horizonte de mais longo prazo. Isso realmente impacta o PAC, impacta nessas carteiras consecutivas. Hoje é o PAC2, daqui a pouco vamos fechar, acho, uma proposta para o PAC3 e temos que recuperar esses planejamentos e entender os gargalos do País para poder montar essa carteira.

Eu acho que esta Casa tem uma contribuição muito forte a dar em relação a isso, porque, além desse obstáculo, temos uma institucionalidade para o não crescimento. Infelizmente, não temos uma institucio-

nalidade voltada para aquecer as turbinas para que a gente cresça. Em muitos aspectos que aqui foram citados, das obras ou em questões até pequenas, que é como parecem, porque são desapropriações, a nossa legislação ambiental e tudo o mais colocam todas as obras desse plano quase que como uma corrida de obstáculos que tem que ser vencida. O PAC tenta se esforçar um pouco nisso.

O Ministro Fernando Bezerra é vítima do nosso monitoramento muitas vezes nessa associação que nós temos para nos juntar e tentar sempre ir superando os obstáculos consecutivos das obras. Mas eu acho que nós deveríamos pensar um pouco o que nós poderíamos alterar nessa institucionalidade para soltar algumas amarras. Eu costumo brincar, até numa discussão que estávamos tendo com o Ministério Público, que, no País do futebol e que preza tanto o gol, nós somos quase um país de zagueiros muitas vezes. Cultivamos certos entraves que não fazem, muitas vezes, muito sentido. E aqui foi citado o RDC, um gol gigantesco que foi feito e eu acho que a gente não mostrou todos os seus frutos. Já notamos onde ele foi mais bem usado, ou mais intensamente usado, que foi no Ministério, que nós usamos quase como cobaia desse processo, porque é um aprendizado muito forte você usar um regramento como esse.

A Infraero e o próprio DNIT têm apresentado resultados muito satisfatórios no uso dessa regra. No DNIT, praticamente as licitações estão utilizando RDC com uma simples inversão de fases. Está caindo de 250 dias para quase 50 dias o processo licitatório. O número de recursos caiu muito, os descontos oferecidos pelos empresários têm aumentado, até barateando algumas obras. Então, acho que foi uma medida que não vou dizer que é simples, porque ela tem um acúmulo bastante grande em relação à revisão da 866, que estava acumulado tanto no Poder Executivo como nesta Casa, mas que ajudou sobremaneira as obras do PAC.

Respondendo à indagação de um Senador de cujo nome não me lembro se a gente usaria o RDC nesta hora, estamos fazendo essa discussão junto com o Ministério da Integração. Recentemente, junto com a Enap, organizamos um curso, para o qual trouxemos gente de todos os Estados e de todos os Ministérios, para debater um pouco o que é essa lei e como aplicá-la corretamente. O próprio TCU tem-nos ajudado nessa tarefa. Eu acho que é um exemplo de amarras que conseguimos soltar, mas há um conjunto de outras que precisamos debater.

Outro ponto que eu queria comentar é em relação aos programas. Acho que o Semiárido... Pelo sotaque, os senhores estão vendo que eu careço de alguma nordestinidade, mas tentei recorrer ao Celso Furtado, cuja

obra li um pouco para entender o que ele fala sobre complexo nordestino. Ele mostra que a cana, a primeira grande empreitada que podemos chamar capitalista no País, gerou exclusão e o complexo nordestino, que até hoje é um novelo que tentamos desamarar.

Aceito a crítica que os Senadores fizeram de que muitos programas não conseguem resolver, mas acho que a palavra que tentamos buscar com todos esses programas – cito o Bolsa Família, o Água para Todos, nosso programa de cisternas, toda a logística para distribuição do milho, o Seguro Safra, os R\$30 bilhões que o Ministro citou aqui para as barragens, o Programa Mais Irrigação, enfim um conjunto de ações – é nos ajudar na questão do convívio. Se perguntássemos a todos qual é a solução, a resposta seria difícil. Jamais haverá um plano único e acabado em relação a isso. Acho que estamos nos aproximando cada vez mais. Eu tenho certeza de que o que os Ministros tentaram dizer na visita ao Nordeste – não que haja uma solução, que ela tenha sido encontrada – é que, hoje, esse convívio está minorado no seu sofrimento. É claro que ele é bastante grande, mas tentamos com todos esses programas minorá-lo cada vez mais. Acho que uma obra, como a do Rio São Francisco, que é estruturante, pode dar um resultado bastante grande no longo prazo.

Em relação ao orçamento, é bom que se diga que uma das frentes sobre a qual o PAC tenta se debruçar é na questão do avanço institucional. E um dos avanços que aprovamos, logo no início do PAC, foi dar um caráter de transferência obrigatória a todas as obras do PAC. Portanto, ele não está regido pelas regras normais do Orçamento, ele não sofre contingenciamento, e isso dá uma segurança de longo prazo para todas as obras, no sentido de que não haverá carência orçamentária para as obras do PAC. É isso que estou tentando dizer. Isso é importante para o privado, que é contratado para uma obra e que não precifica o risco de não receber os recursos. Sendo o orçamento uma transferência obrigatória, isso significa que há disponibilidade orçamentária e que ele é ditado pelo ritmo da obra, ou seja, acho que relativamente às obras citadas do PAC não há preocupação em relação a haver alguma restrição orçamentária. Se houver amanhã, digamos, uma mobilização gigantesca do São Francisco, vai haver recursos à disposição, isso não será entrave ao andamento da obra.

Eram esses os pontos em que queria tocar. Quero terminar agradecendo. Acho que seria interessante fazermos o debate dessas amarras que não envolvem só o São Francisco, mas toda a carteira de investimento do País, que, acho, é a preocupação atual da Presidenta Dilma. E acho que temos de trazer este debate para esta Casa, o que pode nos ajudar muito.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao Dr. Roberto, Secretário do Ministério do Planejamento.

Devolvo a palavra, para as respostas às indagações das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, ao Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou tentar responder em rápidas palavras, depois me comprometo a encaminhar de forma mais detalhada as respostas às indagações que foram aqui levantadas pelos Srs. Parlamentares, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras.

Inicialmente, respondo às indagações colocadas pelo Senador Humberto Costa. A primeira delas sobre a ocorrência de mergulho nas obras. Acho que lá atrás, na fase da contratação inicial, quem mergulhou desistiu dos contratos e o segundo colocado foi chamado. Então, acho que não houve benefício em relação a isso.

Depois, os aditivos que foram feitos, ao longo desse processo, respeitaram o limite de 25%, que é imposto pela legislação. Só que eu me recorde, com algumas poucas exceções, dois ou três contratos tiveram aditivos superiores a 25%, mas esses preenchem os requisitos que estão colocados pelo Tribunal de Contas da União.

Cito aqui um exemplo: o contrato para execução das obras dos túneis Cuncas I e Cuncas II, de fato, vai ter um aditivo superior a 25%, porque não faz sentido desmobilizar os equipamentos e, depois, remobilizar, porque o custo desmobilização e remobilização é muito grande para uma obra como essa.

Em relação à deterioração das obras, na realidade, todos os contratados têm responsabilidade de entregar as obras ao Ministério da Integração da forma como foi pactuado. E nós estamos, agora, nessa fase de recepção de obras de diversos trechos...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Só um minuto. E nas novas licitações, quem fica com essa responsabilidade? Digamos que houve o abandono de um lote e está se fazendo...

O SR. FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO – Não. É isso que eu estou explicando. Vamos tratar aqui. Talvez o que fique mais evidente é o lote, se não me engano, nº 9, que está em processo de rescisão, porque a empresa não apresentou a garantia. Fizemos a negociação, íamos assinar o contrato de rescisão parcial para dar sequência às obras, e a empresa, no momento da assinatura do contrato, não apresentou as garantias.

Então, a partir daí, o Ministério teve que promover a rescisão unilateral. Vamos receber as obras que ela fez. As equipes do Ministério estão indo para ver

o que ela executou e se está em conformidade. O que não estiver em conformidade é responsabilidade dela refazer trechos e entregar. Só quando o Ministério dá o recebimento da obra é que essa responsabilidade da manutenção da obra recebida passa a ser da Codevasf.

Na realidade, como a obra ficou, digamos assim, descasada, ela não terá concluído em um só momento todos os trechos, haverá trechos que serão entregues e que terão um custo de manutenção que será bancado pela Codevasf ou pelo Governo Federal até a obra estar em toda sua operação. Então, vai haver um custo de manutenção de obra que não estava previsto no início em função da entrega de trechos antes da obra entrar em operação. Mas já nos contratos antigos e nos novos, o contratado é responsável por entregar a obra em perfeita condição. Ou seja, não haverá pagamento em duplicidade da mesma obra. Isso é verdade. Nós não vamos fazer pagamento em duplicidade...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – E em relação ao trecho do Exército?

O SR. FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO – Como?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – A manutenção dos trechos executados do Exército?

O SR. FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO – Nós já recebemos o trecho do Eixo Norte e a Codevasf já está assumindo a responsabilidade pela manutenção daquele conjunto de obras que já foi recebido pelo Ministério e que está agora sob a responsabilidade da Codevasf. E agora estamos iniciando o processo de recebimento do trecho feito pelo Exército no Eixo Leste.

Cronograma. Diversos Srs. Senadores fizeram esta pergunta: e quando é que a obra termina? Na realidade, nós queremos apresentar um cronograma de entrega da obra quando concluirmos a licitação dos saldos remanescentes, porque, a partir daí, teremos segurança para saber qual é o prazo de execução para aqueles serviços contratados. Então, o preço novo ou custo novo da obra e um cronograma revisto da entrega da obra nós iremos fazer no mês de março. Agora, eu posso dizer a esta Comissão que estamos trabalhando com o seguinte: em 2014 teremos água correndo nos dois Eixos. Estamos esperando ter água no mínimo até Jati, no Ceará, no ano de 2014, e estamos esperando ter água pelo menos até a quarta estação elevatória no Eixo Leste, que vai ficar ali na proximidade de Custódia, antes de Custódia, entre Ibimirim e Custódia.

Ou seja, qual é o fator limitante para a entrega dessas obras? É concluir as estações elevatórias. Aí, apesar de o Eixo Leste ter cinquenta e poucos por cento de execução já feita, o Eixo Norte tem uma vantagem em relação ao Eixo Leste: é que hoje estamos com as três estações elevatórias do Eixo Norte contratadas,

em execução e trabalhando em turnos de 24 horas. É por isso que hoje eu tenho muito mais segurança, eu, minha equipe e todos que estão empenhados na conclusão da obra, de que vai haver água no Ceará em 2014.

Agora, nós estamos certos de que, em relação ao Eixo Leste, nós vamos concluir, em 2013, uma estação elevatória que vai permitir a operação daquela etapa piloto. Então, em 2013, começa a haver água no Eixo Leste. Depois, à medida que as estações elevatórias forem sendo concluídas – e uma das licitações que falta é justamente essa Meta 2 do Eixo Leste, que vamos lançar até 30 de dezembro, essa que é crítica, que é crucial, porque o resto é canal – o restante é botar para moer, trabalhar 24 horas e ir empurrando a água para chegar a Monteiro, na Paraíba.

Então, para dar uma posição segura, como entendendo que esta Comissão continuará vigilante para poder nos ajudar a criar o melhor ambiente de supervisão e de acompanhamento da obra da transposição, nós remeteremos a esta Comissão, em março, um cronograma, digamos assim, mais firme...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Consolidado.

O SR. FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO – ... tendo em vista a conclusão dos procedimentos licitatórios.

Quanto à pergunta, à indagação do Senador Humberto Costa sobre que papel o Congresso Nacional poderia cumprir, acho que o Roberto Garibe trabalhou bem esse tema quando da sua fala. Creio que o RDC foi um grande avanço. Nós vamos utilizar o RDC nas obras de transposição, mas vamos usá-lo no Ramal do Agreste, vamos utilizá-lo na Meta 2L, 3L e 3N. E, pela inversão de fase, e acho que os Srs. Senadores compreendem isso, não estaremos analisando a habilitação técnica, vamos direto para o preço, e depois é que analisaremos se a proposta vencedora cumpriu as exigências técnicas formuladas no edital. Nós estamos trabalhando com essa expectativa de redução do tempo no processo licitatório para que possamos ter mais prazo para a execução e poder trabalhar com esse horizonte de que a obra toda estaria concluída até final de 2015.

Em relação à Codevasf ser a operadora federal, de fato, Senador Humberto Costa, houve uma ampla discussão, que veio desde a época, ainda, do Ministro Ciro Gomes, sobre qual deveria ser o ente federal a operar a transposição. Quando cheguei ao Governo Federal, a proposta que havia na mesa da Presidenta Dilma era de criação da agência, de um novo ente federal para operar a transposição. A minha opinião, que a Presidenta terminou por acatar, foi não criar mais uma instituição federal e fazer uma escolha entre Chesf

e Codevasf, que foi o debate que levamos no comitê gestor, e decidimos pela opção da Codevasf para ser o ente operador, pelo menos até a fase de conclusão do empreendimento. Mas para que possamos dar a segurança, também, de armar todo o arcabouço com os Estados, como eu acabei de apresentar, o Governo Federal banca a obra, mas os Estados vão bancar o custo de operação da transposição. E o custo está estimado em torno de R\$130 milhões por ano. Isso vai ser rateado com os Estados.

Nós já estamos definindo, de forma clara, como se dará a operação, para que possamos pactuar as responsabilidades com os governos estaduais e com as operadoras estaduais, que vão receber água bruta e em muitas situações vão tratar essa água para comercializá-la no âmbito dos seus respectivos territórios.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Só uma pergunta: existe algum estudo que diga da autossustentabilidade desse processo, dessa gestão da água? Ou seja, os Estados vão garantir essa manutenção, mas existe algum estudo que demonstre que a tarifa ou as tarifas da água vão cumprir um percentual ou vão superar isso?

O SR. FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO – Sim. A obra, no seu estudo de viabilidade econômica, demonstrou ser viável, sustentável. Agora, repito aqui o que os governos estaduais irão fazer. Eles não vão transpor o custo da operação para aquelas famílias que vivem no semiárido, eles vão trabalhar com a política de subsídios cruzados, com a qual hoje eles já trabalham.

Se pegarmos uma empresa estadual, por exemplo, a nossa Compesa, em Pernambuco, veremos que ela tem um preço para fornecimento ao setor industrial, à área urbana do Recife, na região de Boa Viagem e Casa Forte, e tem outro preço de água, de tarifa social, na periferia da cidade. Então, a política tarifária das empresas estaduais vai permanecer, mantendo a estrutura de subsídio cruzado, que será utilizado também quando da chegada da transposição. O que essas empresas vão ter é água, que elas não têm; e quando vem a seca, diversos sistemas de abastecimento entram em colapso e elas perdem receita, deixam de faturar. Elas terão segurança hídrica e consequentemente terão segurança de faturamento.

Por exemplo, lá discutimos muito isso, eu acho que a água do São Francisco que vai para o Ceará, num primeiro momento, vai toda... A Cagece, uma grande referência entre todas as operadoras estaduais, porque as do Ceará estão mais à frente em termos de legislação, de marco regulatório, venderá essa água em Pecém. E as outras águas, a água de chuva, a água das barragens a Cagece venderá nas comunidades do interior, porque é uma água mais barata.

Então, ela fará o jogo da venda da água porque terá água para ofertar a um preço mais nobre. Com isso, cada empresa estadual terá a sua política.

Respondendo afirmativamente, a obra da transposição é um empreendimento sustentável do ponto de vista econômico e sobretudo do ponto de vista social.

Em relação à mobilização, eu cheguei a apresentar, durante a colocação das transparências, que no pico da mobilização, que se deu aí por volta de junho de 2010, nós chegamos a pouco mais de 9 mil pessoas mobilizadas na obra. Hoje, nós temos pouco mais de 4 mil pessoas mobilizadas. Nós estamos trabalhando com a expectativa de que entre junho e julho devemos chegar a 6 mil pessoas mobilizadas na obra; agora, não vai voltar esse pico de 9 mil. Por quê? Porque algumas fases vão sendo entregues. Então, acreditamos que o máximo a atingir será em torno de umas 7 mil pessoas mobilizadas.

O Senador Cássio Cunha Lima fez aqui duas colocações que foram inclusive referendadas e apoiadas pelo Senador Cícero Lucena e pelo Senador Vital do Rêgo. Uma é em relação ao decreto de emergência da Região Nordeste, isso para viabilizar a questão da melhor logística na distribuição do milho, e a outra para haver mais sensibilidade por parte do Banco do Nordeste na renegociação das dívidas, sobretudo com o setor rural.

Eu queria fazer duas breves colocações. Em relação ao milho, o Governo Federal reconhece que é preciso fazer um esforço ainda maior para resolver essa questão. Até aqui os esforços foram claramente insuficientes, mas é importante que esta Comissão, que está acompanhando esse esforço, possa ter esta informação: até outubro, a Conab conseguia colocar no Nordeste aproximadamente 5,4 mil toneladas, efetivamente entregues aos pequenos produtores. Os dados do mês de novembro já melhoraram. Nós já estamos colocando 13 mil toneladas por semana. Estou falando dados de oferta de milho por semana. Nós precisamos trabalhar isso para ir para 30 por semana. Nós temos que ter, entre dezembro e janeiro, pelo menos 200 mil toneladas de milho. Não é que esse milho vá resolver a situação – não vai –, mas esse milho é importante para minimizar as perdas do rebanho. Então, existe todo um trabalho coordenado pela Casa Civil, com a participação do Ministério da Agricultura, direção da Conab, Ministério da Integração, nossa Secretaria de Defesa Civil – o Coronel Humberto está presente aqui nesta audiência –, no sentido de que possamos todos, unidos, trabalhar para melhorar a questão do maior volume de milho que precisa chegar ao Nordeste.

Mas quero aqui, me permita, Senador Cássio Cunha Lima, dizer que o crédito emergencial do Banco do Nordeste tem sido um instrumento importantíssimo

também em relação a essa questão, porque o animal precisa da torta de algodão, de outros volumosos, do bagaço de cana, precisa de tudo a que ele puder ter acesso, de palma, precisa comprar o que for possível para tentar salvar o rebanho. Mas ele está sem dinheiro. Ele não teve safra. Ele está perdendo a produção de leite. Em Pernambuco, para lhe dar uma ideia, eram 3 milhões de litros de leite por dia e está menos que 900 mil litros de leite. Então, esse pequeno produtor não tem a receita que tinha. E, através do crédito emergencial, já aplicamos, já liberamos 1,5 bilhão para pequenos e médios produtores e pecuaristas, na faixa média de 6 a 8 mil para cada pequeno produtor. E ele tem utilizado esse recurso na sua grande maioria, seja para sua sobrevivência, seja para a manutenção do seu rebanho.

Portanto, o anúncio que acabo de fazer, por orientação da Presidenta Dilma, vai dar outro alento. Mais R\$400 milhões serão oferecidos para os pecuaristas, criadores no sentido de melhorar acesso a recursos para compra de ração animal para preservar o rebanho.

Agora, eu concordo com a observação do Senador Cícero Lucena de que existem alguns entraves, algumas regras dentro do Banco do Nordeste, porque, às vezes, esses recursos não chegam a determinados criadores, médios criadores, que também precisam ter acesso a esses recursos. E não é nenhuma norma do âmbito do Governo Federal. É norma interna do banco. Nós já identificamos isso. Nós tivemos as reclamações proferidas pelas Federações de Agricultura do Ceará e de Pernambuco em relação a isso. Falei com a Presidente Dilma. Ela autorizou. O Dr. Gilson Bittencourt, Subsecretário da Casa Civil, está reunido com a Fazenda, o Ministério da Integração e o Banco do Nordeste para desburocratizarmos as normas internas para que permitam esse crédito emergencial chegar ao médio criador, que precisa também salvar o seu rebanho. Não faz sentido uma operação de 100 ou 200 mil ter a necessidade da apresentação de um projeto. É isso que está travando a chegada do acesso ao médio criador na região.

A outra questão colocada aqui pelo Senador Cássio Cunha Lima foi a renegociação das dívidas do Banco do Nordeste. Aqui é importante distinguir duas coisas: a recomposição de dívidas que têm como *funding* os recursos do FNE foi resolvida. Só não estão resolvidas aquelas referentes aos grandes devedores, que estão ainda em exame por parte do Condel, mas 90% das dívidas cujo *funding* é recurso do FNE foram resolvidas com a aprovação de ato do Condel, que regula a aplicação dos recursos do FNE, no mês de julho, na reunião do órgão, em Fortaleza.

O que ainda está ocorrendo e levando a essas execuções? Outras dívidas do setor rural que tiveram como *funding* outras fontes de financiamento é que

estão gerando todo esse constrangimento, porque os órgãos de controle, no caso a CGU e o TCU, obrigaram o Banco do Nordeste a promover a execução das dívidas. Então, nós estamos trabalhando para ver como o Fundo Constitucional assume as perdas decorrentes dessas renegociações.

Eu disse para a Presidenta Dilma, antes de sua viagem, que isso era muito importante, até para permitir que esses que estão atingidos por esse tipo de ação do Banco do Nordeste possam também ter acesso aos créditos para poder enfrentar esse momento de maior dificuldade.

E, finalmente, as duas últimas questões do Senador Cássio Cunha Lima foram sobre quando a obra estará concluída, que creio já ter respondido, e sobre a frustração da expectativa da conclusão para 2012. Eu concordo com o Senador Cássio Cunha Lima que, quando você fala uma data, você tem que ter os argumentos que comprovem, depois, porque você afirmou ou anunciou aquilo, sobretudo do ponto de vista da conclusão de uma obra tão importante como a transposição.

Mas eu queria dar aqui o testemunho de quem foi Prefeito três vezes, foi Deputado Estadual, Deputado Federal e já travou muitas lutas em favor do Nordeste. Se não fosse a coragem política do Presidente Lula para tirar essa obra do papel, ainda hoje estaríamos brigando para a obra ser feita.

Então, eu quero que esta Comissão tenha o reconhecimento de quem sabe da dimensão de uma obra dessa, com o debate que teve que ser enfrentado, desde greve de fome de bispo a movimento de artistas, à mobilização de Estados, de quem conhece a realidade do semiárido e a importância que a obra tem para enfrentar todas as dificuldades para poder materializar o sonho de tantos nordestinos e de tantos brasileiros.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Ministro, permite-me...

O SR. FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO – Então, eu acho que, se houve excesso, digamos assim, de otimismo pela conclusão da obra, isso não desmerece a iniciativa, a coragem, a decisão de estarmos aqui, hoje, prestando contas a esta importante Comissão do Senado da República, para dizer que a obra vai ficar pronta, para dizer que essa obra não é um “elefante branco”, não, que essa obra tem começo, meio e fim, que nós vamos ver a água chegar e que nós vamos ver não só essa obra, mas um conjunto de outras obras, e nós queremos o testemunho dos que conhecem a realidade do Nordeste e sabem que nós não estamos aqui falando por falar. Há muitas outras obras sendo feitas. É uma obra que tem a ver com outra obra, e, portanto, nós estamos precisando, sim, de ajuda, de compreensão, de apoio.

É evidente que podemos ter falhas, quem é humano erra, e num empreendimento dessa dimensão as falhas ocorrem, mas eu quero aqui dar um testemunho sobretudo da dedicação, do comprometimento de mais de 122 servidores do Ministério da Integração Nacional que chegaram antes de mim, que ingressaram a partir de 2007, que abraçaram o desafio dessa obra e que, apesar de todas as dificuldades, apesar de todos os contratemplos, estão lá se dedicando, animados, dando a mim, hoje, a certeza de poder estar aqui prestando este depoimento para dizer que o Brasil vai ver essa obra concluída dentro de muito pouco tempo.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB)

– Deixa-me fazer um adendo só por justiça à memória do Vice-Presidente José Alencar...

O SR. FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO – Pois não.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – ...que foi fundamental numa das mais difíceis etapas da obra, que era exatamente a engenharia política. Quero deixar registrado esse reconhecimento do Nordeste à memória do Vice-Presidente José Alencar pelo belíssimo trabalho de engenharia política que fez para que pudéssemos chegar até aqui, sequenciado, é claro, pelo trabalho do Ministro Ciro Gomes.

O SR. FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO – É verdade.

Eu quero dar o testemunho. Eu era Prefeito e recebi o Vice-Presidente da República José Alencar no meu gabinete, para fazer o trabalho de convencimento de Pernambuco no apoio a esse empreendimento.

E também quero prestar essa justiça que você fez – e eu gostaria de sublinhar – à coragem do Ministro Ciro Gomes. Essa obra teve determinados momentos em que poderia não acontecer. A coragem cívica de levar o debate, de travar o debate, de vir ao Senado da República para defender a obra no momento importante dela, isso o Nordeste e o Brasil devem a Ciro Gomes.

O Senador Cícero Lucena fez uma série de indagações. Primeiro falou de carro-pipa. Quanto à renegociação das dívidas do banco, acho que já respondi. Em relação a carro-pipa, de fato, o nosso esforço é para não faltarem recursos para essa questão emergencial. Temos hoje 4,2 mil carros-pipa contratados. Podemos chegar a até 5 mil carros-pipa, mas a Secretaria de Defesa Civil tem orientação da Presidenta da República no sentido de nenhum pedido de nenhum Município chegar para não ser atendido, evidentemente checando com os governos estaduais, para evitar o sombreamento de ações do governo estadual com o Governo Federal. Então estamos buscando essa integração. Mas a ordem da Presidenta Dilma é não faltarem recursos para custear a operação carro-pipa,

no sentido de levar um alívio para essas populações que precisam de água para se manter.

Falta de recursos. Acho que o Dr. Garibe já respondeu. Na realidade, quero dar um testemunho, como Ministro durante quase 2 anos: eu nunca fiz um pedido de liberação de recursos do PAC que não chegasse em 48 horas. É só colocar a fatura e chega. E tenho tido a alegria de ver testemunhos de muitos prestadores de serviços do Ministério da Integração que prestam serviços em outras esferas do Governo Federal, que dizem que ninguém paga melhor do que o Ministério da Integração. E não paga mesmo, não. Processo de medição e de pagamento não tem enrolação. Apresentou a fatura, mediu, estamos pagando. E não tem restrição alguma, nem de ordem orçamentária nem de ordem financeira.

Há um pleito da Paraíba e do Ceará no sentido de incluir na revitalização os Municípios que serão beneficiados pela transposição. Esse assunto já está com a Ministra Miriam e com a Presidenta da República. No primeiro momento, estão sendo atendidos no âmbito do PAC Saneamento os pedidos para investimentos de saneamento através da Funasa e do Ministério das Cidades, mas a Presidenta Dilma já determinou que nenhum Município na calha do São Francisco deixe de ser saneado até o final do governo dela. Então essa é uma diretriz de prioridade.

A outra são os levantamentos que estão sendo feitos, porque muitas cidades banhadas pela transposição não têm ainda projetos, mas têm um PBA. Um dos PBAs da transposição é fazer projetos para esses Municípios. E nós estamos fazendo de muitos Municípios. Mas creio que o Senador Cícero quer é não só o projeto, mas a obra. Depois do projeto materializado é que se encontra espaço dentro do PAC para o financiamento da obra.

Quanto ao Eixo Leste e ao Eixo Norte, acho que também respondi, em função da construção das estações elevatórias.

A Senadora Lídice da Mata fala dos prazos para a desapropriação. Eu queria reforçar a fala da Senadora, porque existe muita crítica: “Não tem planejamento, não tem gestão e tal”.

Quero me lembrar do nome do jornalista do **Jornal do Comércio**, de Pernambuco, que fez um levantamento sobre as grandes obras de transposição no mundo afora. Não há nenhuma obra feita com menos de 6 anos. As obras demoram mesmo! Essas obras são complicadas do ponto de vista da engenharia, do ponto de vista social, do ponto de vista da articulação institucional, ou seja, não são obras de fácil execução. Há casos de transposição, feitos na Índia e na China,

que levaram mais de 8 anos para serem complementados. Então, isso é próprio de uma obra como essa.

Então, não compartilho das críticas que são feitas de que faltou planejamento, de que faltou gestão. É complicado, mesmo com gerenciadora, supervisora, com projetistas. E são projetistas do mais alto quilate técnico, são as firmas de projetistas de ponta do nosso País. Então, não posso achar que seja desleixo, má-vontade; é porque, numa obra como essa, de fato, surgem muitos imprevistos.

Sobre o crédito do Banco do Nordeste já comentei.

Sobre a recomposição do rebanho, é importante frisar que, agora, a preocupação é manter o rebanho. Não adianta virmos agora com medidas para recompor o rebanho porque não há comida. Se você tiver dinheiro para comprar uma nova vaca para colocar no lugar daquela que você perdeu, você vai perder a vaca nova, pois não há comida. Você tem, então, de aguardar cair a chuva de novo, recompor o pasto e, então, pensar – e aí eu concordo...

O nosso grande desafio é ter medidas e instrumentos financeiros, programas de governo que possam permitir a reconstrução e a recomposição do rebanho e das atividades produtivas de base local na economia do semiárido. Isso para que não joguemos o Nordeste no ciclo da miséria e da pobreza. Nós estamos saindo dele. Na realidade, o Nordeste está crescendo mais do que o Brasil; a renda *per capita* está crescendo mais que a do Brasil; nós estamos diminuindo a desigualdade e, portanto, esta seca não vai nos jogar para trás. A Presidenta Dilma tem dito isso. O Nordeste pode contar com ela para que os necessários instrumentos de ação de governo sejam viabilizados de modo a que a economia nordestina seja reanimada após a ocorrência desse desastre natural: essa grave seca que estamos enfrentando.

Depois nós temos uma pergunta sobre o DNOCS, formulada também pelo Senador Vital do Rêgo.

Nós estamos promovendo um amplo debate no Brasil. Realizamos as conferências estaduais de desenvolvimento regional, as macroconferências regionais nas cinco Regiões brasileiras – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste – e vamos realizar a Conferência Nacional do Desenvolvimento Regional. Nesta conferência nacional, nós vamos discutir a nova política nacional de desenvolvimento regional, que vai vir aqui para o Congresso Nacional.

No debate em Salvador, em Recife, em Fortaleza, tem aflorado a questão do papel do DNOCS e do papel da Codevasf. Há dois grandes eixos de discussão: um é no sentido de que possamos deixar os dois com missão ainda regional, trabalhando dentro do Nordeste; porém, dividindo melhor as suas atribuições. Caberia

ao DNOCS cuidar da infraestrutura hídrica. O DNOCS cuidaria de barragens, de adutoras, de poços; enfim, cuidaria daquilo que for infraestrutura hídrica no âmbito de todo o território do Nordeste. A Codevasf cuidaria de irrigação e drenagem. Por essa proposta, ela só cuidaria de irrigação. Portanto, o DNOCS sai de irrigação, a Codevasf entra. A Codevasf sai de água e entra o DNOCS. Essa é uma proposta que nós queremos amadurecer até a conferência nacional.

Mas há outra proposta, ainda mais ousada, que vem sendo provocada até pelos debates e projetos de lei que tramitam aqui no Congresso Nacional. Há bancadas – Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás – que defendem que a Codevasf e o DNOCS tenham missões em todo o Território Nacional. E, assim, a proposta é no sentido de que a Codevasf se transforme na “Empresa Brasileira de Irrigação e Drenagem” e o DNOCS se transformaria na “Empresa Brasileira de Infraestrutura Hídrica”. Então, nós teríamos duas grandes instituições para atuar no âmbito do Território nacional. É óbvio que isso tem prós e isso tem contras.

O Ministério da Integração é um ministério que tem hoje uma atuação quase exclusivamente no Nordeste ou fortemente concentrada no Nordeste e nós estamos fazendo uma releitura do Ministério da Integração para que seja um órgão de atuação nacional, que ele possa estar mais presente no Norte, no Centro-Oeste, no Sul e no Sudeste. Então, acredito que nós estamos precisando trazer esse debate para esta Casa, e este debate virá, porque, segundo a PNDR, a Presidenta Dilma deve encaminhá-lo até abril para o Congresso Nacional. E vale a pena aprofundar a discussão para ver qual é o melhor encaminhamento do ponto de vista de termos instrumentos de políticas públicas que permitam o desenvolvimento mais equilibrado do País.

Eu lembro apenas que a desigualdade não está só no Nordeste. Nós podemos ser a Região mais desigual, mas existem também desigualdades aberrantes em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em outros Estados da Federação.

Portanto, aí está a discussão sobre qual Ministério de Integração nós desejamos. É um Ministério para ter a atuação exclusivamente regional, focada para uma ou duas Regiões do País, ou esse é um Ministério que tem de ter um caráter, uma visão nacional? Esse é um debate que vai chegar para apreciação do Congresso Nacional.

Finalmente, o Senador Antonio Carlos Valadares falou sobre a PEC que tramita aqui no Congresso Nacional. Vou dar a minha opinião. Essa não é a opinião do Governo, é a minha opinião. Participei da Assembleia Nacional Constituinte, durante a qual houve sempre

movimentos de vinculação da receita a determinadas áreas – foi o caso da educação, foi o caso da saúde. Essa PEC, então, procura vincular receitas a um programa de revitalização. Eu não creio que essa seja a melhor iniciativa e a melhor atitude. Isso é engessar o orçamento federal. Quanto mais vinculações ocorrerem mais se estreita a ação do Governo Federal. Acho que temos que resolver os nossos problemas, os desafios que se colocam à nossa infraestrutura com planejamento. Como o Garibe falou, estamos resgatando os instrumentos de planejamento de médio e longo prazo.

Posso dar aqui um testemunho. Muito foi feito nesses 2 anos para recuperar a capacidade de operação da Sudene, da Sudam, da Sudeco, que foi implantada com o concurso do Congresso Nacional, que aprovou a criação de cargos, a realização de concursos públicos, a “financeirização” dos fundos regionais. Portanto, estamos dando musculatura aos órgãos de formulação de políticas públicas regionais, mas não penso que o caminho para enfrentarmos os nossos desafios seja vincular receita pública.

Para concluir, acho que o Senador Vital do Rêgo fez algumas outras colocações sobre desertificação. O Ministério da Integração, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério do Meio Ambiente estão apoiando um dos maiores congressos internacionais sobre desertificação, que vai ocorrer em Fortaleza, em fevereiro, reunindo os maiores especialistas do mundo para trazer, digamos assim, iniciativas e experiências que ocorrem, sobretudo na África e em alguns outros países, sobre a questão da desertificação. No âmbito da transposição, existe um PBA voltado para estudar as áreas sujeitas à desertificação, sobretudo no Município de Cabrobó. E essa questão da desertificação não está bem definida dentro do Governo Federal. Hoje a atribuição está colocada no Ministério do Meio Ambiente, mas o Ministério da Integração vem buscando um protagonismo maior em relação a esse tema.

Já falei da recuperação das atividades, do DNOCS também.

O Programa Mais Irrigação é um belíssimo programa, foi lançado recentemente pela Presidenta Dilma, lá na Paraíba, em Sumé e Várzea do Souza, São Gonçalo são projetos que serão contemplados nesta primeira fase.

Nós estamos agilizando, através do DNOCS e da Codevasf, o lançamento de projetos, de editais de licitação, e estamos inaugurando um instrumento novo, que é a Parceria Público-Privada, para a viabilização de determinados perímetros públicos. Estamos começando com cinco projetos, mas a Presidenta Dilma foi muito clara na sua fala. Na rea-

lidade, ali é o começo do programa. Outros projetos serão autorizados a se viabilizar ou a ser incluídos na carteira das PPPs.

Finalmente, só para concluir, eu queria, Senador Vital do Rêgo, Senador Humberto Costa, agradecer pela oportunidade que tivemos de vir a esta Casa e a esta Comissão para trazer essas informações, essas explicações sobre o andamento da obra da transposição. E também nos colocar à disposição desta Comissão para encaminhar novas informações ou detalhar as informações que aqui foram trazidas à consideração e à apreciação dos Srs. Parlamentares.

Entendemos que esta Comissão é uma parceira. Na realidade, contamos com o apoio e o trabalho do Congresso Nacional e, de forma particular, do Senado da República, para poder ajudar a destravar os problemas que surgem no caminho de uma obra como essa. Eu tenho absoluta certeza, pelos membros que integram esta Comissão e pela liderança desta Comissão, na pessoa do Senador Vital do Rêgo e do Senador Humberto Costa, que nós iremos caminhar juntos para que essa obra seja concluída no menor prazo possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Quero registrar a presença do Senador Inácio Arruda e do nosso queridíssimo Deputado Aníbal Gomes, dois grandes homens públicos do Ceará, também castigado pela seca.

Ministro, a presença de V. Ex^a nos honra. Bem disse V. Ex^a, esta Comissão será uma parceira dessa obra, que, certamente, será redentora dos sonhos, das esperanças e da vida do nordestino.

Tenham todos uma boa noite!

Antes de encerrar, quero citar os convidados para amanhã, sessão no dia 12, quarta-feira, às 10 horas: Luiz Cláudio de Freitas, Diretor de Auditoria de Programas de Áreas de Infraestrutura, representando a Controladoria-Geral da União, que vem tratar desse assunto; e Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Secretária de Fiscalização de Obras, representando o Tribunal de Contas, na forma do plano de trabalho aprovado pelo Sr. Relator Humberto Costa.

Agradecimentos ao Sr. General, ao senhor representante do Ministério do Planejamento, agradecimentos a todos.

Tenham todos uma boa noite!

Fiquem com Deus!

(Iniciada às 16 horas e 7 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 40 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

COMISSÃO TEMPORÁRIA, CRIADA PELO RQS Nº 514 DE 2011, DESTINADA A ACOMPANHAR TODOS OS ATOS, FATOS RELEVANTE, NORMAS E PROCEDIMENTOS REFERENTES ÀS OBRAS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL, POPULARMENTE CONHECIDA COMO “TRANSPosição DO RIO SÃO FRANCISCO”, BEM COMO O PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO.

ATA DA 6ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião da Comissão, realizada em 19 de fevereiro de 2013, às quinze horas e dois minutos, na Sala nº 2 da Ala

Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB) e com a presença dos(as) Senadores(as): Humberto Costa (PT/PE), Lídice da Mata (PSB/BA), Paulo Davim (PV/RN), Cícero Lucena (PSDB/PB), Inácio Arruda (PCdoB/CE), Benedito de Lira (PP/AL) e Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). Compareceram, ainda, os parlamentares não membros Senador José Pimentel (PT/CE) e o Deputado Federal Raimundo Gomes De Matos (PSDB/CE). Na ocasião foi realizada Audiência Pública com a presença dos convidados: Adriano Fernandez (representante da Carioca Engenharia), Willian Tannus (representante do GRUPO SERVENG), Cassio Vitorri (representante da S/A Paulista Construções e Comércio) e Elmar Varjão (representante da Construtora OAS, Coesa e Barbosa Mello). Foi aprovado, também, o seguinte requerimento:

Nº	Ementa	Autoria
005/13	Requer seja encaminhada a essa Comissão cópia dos contratos e aditivos referentes a todos os lotes do projeto de transposição do Rio São Francisco.	Senador Cássio Cunha Lima

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Boa tarde a todos. São 15 horas e 2 minutos.

Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 514, de 2011, de autoria do Senador Cícero Lucena e outros, destinada a acompanhar todos os fatos, atos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras de transposição do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como transposição do Rio São Francisco, bem como o programa de revitalização da referida bacia.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a presença dos seguintes convidados confirmados.

Sr. Adriano Fernandes, representante da Carioca Engenharia.

Convido V. Sª para se fazer presente à Mesa.

Sr. William Tannus, representante do Grupo Serveng. Convido-o para fazer parte da nossa Mesa.

Convidamos o Sr. Cássio Vittori, representante da S.A. Paulista Construções e Comércio.

Seja bem-vindo.

Sr. Elmar Varjão, Diretor Superintendente do Nordeste da Construtora OAS e, nesta audiência pública, representando também o grupo Coesa.

Faz favor.

Sr. Alfredo Moreira Filho, representante da Construtora Barbosa Mello.

Com a presença dos Srs. Senadores Paulo Davim, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e do Relator Humberto Costa, vamos dar início à participação de V. Sªs por ordem de convite da Mesa, com tempo previsto de 15 minutos para as considerações de cada um enquanto grupo gestor do consórcio que administra os lotes respectivos da transposição.

Passo a palavra ao representante da Carioca Engenharia, Sr. Adriano Fernandes. V. Sª terá 15 minutos.

O SR. ADRIANO FERNANDES – Nós preparamos uma apresentação sobre as questões repassadas a nós.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Pois não.

O SR. ADRIANO FERNANDES – Podemos colocar?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sim. Pode colocar.

O SR. ADRIANO FERNANDES – É um consórcio entre a Carioca Engenharia, a Serveng e a S.A. Paulista. A gente fez uma apresentação em cima de todo o nosso consórcio.

O CCASF, que é o Consórcio Construtor Águas do São Francisco, foi contratado para a execução dos

Lotes 1 e 2 do Eixo Norte. As gerenciadoras eram Logos/Concremat, e nós tínhamos na supervisão a Sondotécnica, até dezembro de 2011. Entre janeiro e fevereiro de 2013, o Ministério da Integração Nacional. E a Engevix, a partir de fevereiro de 2013.

Dificuldades enfrentadas. Nós tivemos um projeto básico inconsistente que gerou planilhas orçamentárias discrepantes com a realidade da obra. Ausência de preços na planilha orçamentária, não permitindo a remuneração dos serviços constantes no projeto executivo. Atraso nas liberações dos projetos executivos. Pendências de ordens fundiárias, limitando ou fracionando a execução da obra, o que ainda persiste. Pendências de ordem ambiental. Falta de ASV, que é a liberação de supressão vegetal, limitando ou fracionando a execução da obra. E interferências concessionárias limitando ou fracionando também a execução da obra, o que ainda persiste.

Uma cronologia das intercorrências. Em 2008 foi quando nós nos mobilizamos, em janeiro. Havia uma liberação apenas do projeto do canal do cn1 e essa indefinição da cota de fundos só foi resolvida em agosto de 2008. Inconsistência na largura da berma do canal. Resolvidos também em junho de 2009.

Áreas não desapropriadas. Canal Angico. Região do canal do Angico e do Incra. E áreas não liberadas para desmatamento: sítios arqueológicos, aqui na telinha.

Em 2009 foi quando nós começamos o Lote 2. Tivemos em torno de 2.500 homens tocando o Lote 1 e o Lote 2. Tivemos atraso nos projetos executivos e projetos de pontes, aquedutos; e problemas com aprovação de preços e novos replanilhamentos. Problemas fundiários não resolvidos ainda persistindo e áreas não liberadas para desmatamento.

Em 2010 e 2011, com as pendências de ordem fundiária não resolvidas mais os projetos executivos sendo liberados parcialmente e medições e preços novos de planilhamentos não aprovados, nós tivemos uma diminuição do ritmo da obra. E agora, em março de 2012, quando a gente regularizou as medições e com os preços novos de replanilhamento sendo aprovados, nós tivemos de novo a aceleração da obra e alguns problemas fundiários ainda persistem, mas estão sendo resolvidos. Projetos executivos totalmente liberados. Pendências ambientais praticamente solucionadas.

Hoje, nos Lotes 1 e 2, nós contamos com 1.200 pessoas e 250 equipamentos.

No Lote 1, o valor original do contrato era em torno de R\$238 milhões. O valor atual é R\$297 milhões. Já foram executados R\$220 milhões e nós temos a executar R\$77 milhões. Com os R\$77 milhões, nós ainda temos para fazer a ponte da BR, a transição dos aque-

duto e 5km de canal. O prazo original era 40 meses, hoje temos o prazo atual de 76 meses, já transcorridos os 61 e mais 15, a partir agora de março. É um contrato celebrado em 31/12/2007 com ordem de serviço em 21/01/2008. Nós tivemos oito aditivos celebrados; três deles eram de prazo, dois de alteração de formas de reajuste e de medição, dois de revisão de quantitativos e de preço por percentual e um de revisão de quantitativo sem alteração de valor.

Já no Lote 2, era um contrato de R\$212 milhões, o valor atual está em torno de R\$263 milhões, já executados R\$129 milhões e tendo a executar R\$134 milhões. Dentro desses R\$134 milhões, nós temos a Barragem de Serra do Livramento e a Barragem de Mangueira, os dois aquedutos Salgueiro, alguns bueiros – poucos – e 7km de canal. Era um contrato também de 40 meses, estamos hoje com 76 meses de prazo atual, já transcorridos 55 e mais 21 até a conclusão.

O contrato foi celebrado em agosto de 2008; a ordem de serviço, em 16/01/2009, quando iniciamos os serviços, e a liberação dos serviços restantes em final de março de 2009. Tivemos cinco aditivos celebrados, dois reajustes de prazo contratual, um de alteração de forma de reajuste e duas revisões de quantitativo de preço e percentual.

Essa é uma das obras hoje em andamento. Esse é um dos canais que está sendo terminado, a parte de regularização deles, detonação de material de terceira para abrir o canal, execução de fundações para aquedutos, execução de uma das barragens, a outra está começando agora, e mais uma execução de canal. Canal pronto, temos quase 70%, 60% da obra já executada, faltando mais a parte de aquedutos mesmo, que estão sendo interligadas às duas barragens.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradecemos a V. S^a, Sr. Adriano Fernandes, pela exposição.

Passamos a palavra ao Sr. William Tannus.

O SR. WILLIAM TANNUS – Boa tarde a todos.

A Serveng faz parte desse consórcio que já foi representado e dos Lotes 1 e 2. Estamos no Lote 5, cujo contrato foi celebrado em agosto do ano passado. A ordem de serviço veio dia 21/12. É um contrato de R\$518 milhões aproximadamente, com um prazo de 36 meses. Estamos hoje na fase ainda de desmatamento e construção de canteiros, ou seja, tem um mês e pouco de obra, é muito recente. Então estou só explanando, mas ainda está bem início. Ainda não temos nenhum problema de ordem de execução ou qualquer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao Sr. William Tannus.

Passo a palavra ao Sr. Cássio Vittori, representante da S. A. Paulista Construção e Comércio.

O SR. CÁSSIO VITTORI – Boa tarde a todos.

A S. A. Paulista faz parte do consórcio junto com a Carioca e Serveng e já foi explanado, na apresentação do Adriano, o Lote 1 e 2, do qual a gente faz parte.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço ao Sr. Cássio.

Com a palavra o Sr. Elmar Varjão, em nome da Construtora OAS e Coesa.

O SR. ELMAR VARJÃO – Boa tarde a todos.

Nós fazemos parte, a Construtora OAS, Coesa, Barbosa Mello e Galvão, do consórcio do Lote 11, contrato 029, de 1988. Nós fomos contratados para fazer uma obra que hoje tem R\$250 milhões, em um prazo de 36 meses, e o escopo da obra se encontra, neste momento, concluso, só faltando, estamos na fase de *check list*, a entrega ao cliente.

Então, basicamente, é isso. Estou à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. S^a.

O Sr. Alfredo Moreira Filho se sinta representado pelo Sr. Elmar Varjão, já que ambos pertencem ao mesmo consórcio.

Com a palavra o Sr. Relator para as indagações aos nossos convidados.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de indagar do Presidente se todas as empresas que compõem todos os lotes foram efetivamente convidadas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo a V. Ex^a que todas as empresas oficiadas pelo Ministério da Integração, respondendo à consulta desta Presidência, foram convidadas.

Quero, para deixar público, citar o nome dessas pessoas jurídicas: CCPS Engenharia e Comércio, que foi convidada e encaminhou justificativa dizendo que não encaminhará representante, EMSA Empresa Sul Americana de Montagens, GDK Construtora e Terraplanagem Brasil, Construtora Ferreira Guedes, Tonilo Busnello S. A e Galvão Construtora.

São essas as empresas que convidamos, em virtude de resposta ao ofício que enviamos ao Sr. Ministro Fernando Bezerra, representante do Ministério da Integração.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sugeriria a V. Ex^a e à Comissão que pudesse reiterar esse convite às empresas que aqui não compareceram para que possamos ter a visão de todas elas acerca desse processo.

Como dissemos desde o início, o papel da Comissão aqui é fundamentalmente o de trabalhar no sentido

de garantir que essa obra tenha continuidade, que os problemas sejam solucionados, enfrentados e que o Parlamento, naquilo que lhe couber, possa também ser um agente facilitador. Ele executa também um papel, que lhe é constitucional, de fiscalizar.

Seria interessante. Naturalmente não temos o poder de convocar ninguém, mas é um gesto de boa-fé muito bem recebido que as empresas aqui estejam para poder nos relatar essa questão.

O segundo aspecto, que certamente vai ser motivo de manifestações da imprensa, questionamentos quando a gente terminar aqui esta reunião de hoje, é sobre matérias que foram veiculadas ao longo da semana passada e que davam conta de que havia um processo desencadeado pelo Ministério da Integração em relação a cinco lotes. Estava sendo feita uma auditoria. Havia sido constatado algum tipo de irregularidade. Chegou-se a falar em fraude.

Acho que, sobre esse assunto, na verdade, no meu ponto de vista, deveríamos cobrar do Ministério da Integração que pudéssemos ter, o mais rápido possível, acesso a essas informações. É verdade que o Ministro Fernando Bezerra, quando aqui esteve, fez referência a esse trabalho de auditoria, de levantamento que estava sendo feito e que seria depois encaminhado, segundo ele, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, enfim.

Na verdade, não vou fazer nenhuma inquirição às empresas que aqui estão, até porque algumas delas não são responsáveis por esses lotes, mas gostaria de dar a elas a oportunidade, àquelas que estivessem citadas nesses lotes, de alguma forma dizer do seu conhecimento ou não sobre essas investigações. Se for o caso, mais para frente, como também dissemos que a Comissão aqui também tem o papel de fiscalização, nós podemos nos debruçar sobre esse relatório e discutirmos aí também que iniciativas tomarmos.

Bom, acho que todas as empresas que aqui se manifestaram, de certa forma, responderam ao que eu ia indagar, as razões pelas quais nós tivemos um processo bastante lento de andamento de alguns lotes, por que alguns foram paralisados. Tivemos aqui o Ministro Fernando Bezerra fazendo uma previsão de que em 2015 nós teríamos efetivamente essa obra concluída. Acho que seria interessante ouvir de quem está à frente desse processo – alguns já com boa parte dos lotes sendo concluída – se há uma concordância com essa previsão que o Ministério da Integração Nacional faz da conclusão dessas obras e se identificam algo que ainda possa, de alguma maneira, causar qualquer tipo de obstáculo a esse andamento que se pressupõe tenha agora uma velocidade maior.

Então, em princípio, era o que eu queria perguntar, porque, na verdade, várias das questões que eu levantei já foram previamente colocadas pelas empresas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu vou solicitar a V. S^{as} que anotem as indagações dos Srs. Senadores, a começar do Senador Relator Humberto Costa, que questiona se coincide com as informações do Ministro Fernando Bezerra o prazo de conclusão da obra, de acordo com os respectivos lotes que V. S^{as} administram. Não é isso, Humberto?

E a outra foi...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Se alguma das empresas tem conhecimento dessa auditoria que está sendo feita, se há alguma posição a externar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Já para uma questão de esclarecimento, Senador Humberto Costa, V. Ex^a, hoje pela manhã, falava comigo, e quero transmitir aos Srs. Senadores, a respeito das notícias que foram veiculadas pela imprensa em que consta a instauração de inquérito de procedimento administrativo para apurar desvios ou inconformidades nas medições das obras do projeto de integração do Rio São Francisco, o Ministério da Integração nos informa – e pedi para oficialar isso rapidamente – que, por se tratar de matéria que ainda se encontra na Consultoria Jurídica da Pasta, este inquérito será concluído em abril deste ano. E, tão logo seja concluído, a Comissão receberá as informações necessárias.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Cícero Lucena. Foi Cássio que inscreveu o senhor.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Ele foi anunciado como autor do requerimento, tem precedência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Tem precedência, exatamente.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – E por idade também...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – E competência e todos os critérios também. Cássio inscreveu e eu avalizei.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, senhores participantes da Mesa, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Senadores, das audiências públicas de que participei até hoje nesta Casa, nunca vi expositores tão econômicos em palavras.

Eu garanto a vocês que essa economia eu gostaria de ver em favor do custo da obra, porque o que nós temos, pelo menos por parte do Tribunal de Contas, no relatório do Ministro Carreiro, é que há um superfaturamento e reajustes bem acima do valor citado pelo representante do consórcio, Dr. Adriano, que faz

referência a um reajuste médio sobre o preço da licitação, nos seus dois lotes, da ordem de 28%. Enquanto todas as informações da imprensa dos relatórios dos tribunais de conta – não estou, em absoluto, duvidando da afirmação de V. S^a – levam a crer que nós estamos tendo um custo muito mais elevado do que esse percentual em relação aos valores projetados inicialmente.

Também, para mim, ficou muito clara a questão até assumida pelo Ministro Fernando Bezerra, que aqui esteve, quando ele, de uma forma clara, transparente, na audiência de que aqui nós tivemos a oportunidade de participar, assumiu, de uma forma muito clara, a incompetência do Governo em termos de planejamento dessa obra.

O Governo disse – e aqui os senhores estão todos confirmando – da necessidade de aditivos contratuais para dilatação de prazos; e só o senhor, que gastou um pouquinho mais de tempo em explicações e informações, falou de uma forma clara que parte desses serviços foi exatamente pela inoperância do Governo, pela incapacidade do Governo de ter um projeto executivo compatível com o tamanho, a dimensão e a necessidade da obra para aquele povo nordestino.

Então, isso está mais uma vez reafirmado e assumido por parte do Governo e agora consolidado pelas declarações dos senhores nesse breve e econômico posicionamento.

Eu gostaria, também, de dizer que senti falta da explicação dos demais, principalmente do representante da Serveng, quando ele não deu prazo previsto para conclusão de sua obra. O senhor irá responder? A gente vai só... O senhor terá oportunidade a seguir, para não quebrarmos o raciocínio.

Então, o prazo... porque o senhor disse que iniciou há pouco tempo, mas não afirmou isso.

Eu gostaria, também, de saber da Coesa, da OAS e da Galvão, do representante Dr. Elmar, se a obra foi cumprida no prazo previsto. Como será – e aí fica também para todos – e como está sendo feita a manutenção das obras executadas, se isso está sendo entregue ao Ministério e quem passa a ter a responsabilidade sobre elas. Porque nós, aqui, somos a Casa que é um eco deste País e do povo. Não poderia ser diferente, porque nós somos representantes deles.

As reportagens que estão sendo mostradas, quer sejam nas televisões, quer sejam em programas de rádio ou em jornais, dizem e mostram que nós já estamos tendo prejuízos em termos de obras que foram executadas e começam a oferecer problemas.

Na fotografia aqui mostrada pelo Dr. Adriano está um canal bonito, com um pouco de água; e, consequentemente, não é o retrato de toda a ação das obras que com certeza estão acontecendo, até por-

que nós temos... E aí haverá a oportunidade para esta Comissão, já conversamos com o Presidente Vital do Rêgo e também com o Relator sobre essa disposição, de fazermos visitas *in loco* em cada dez lotes desses, para que possamos ter a realidade, como bem disse o Senador Humberto Costa, porque o nosso papel aqui é de colaborar, acompanhar, cobrar para que essa obra, pela sua magnitude e importância, pelo que representa para o povo nordestino, possa ser cumprida da forma que nós todos precisamos e devemos ter como resultado.

Então, eu pergunto também à Coesa se está dentro do prazo, se houve prorrogação. Pergunto sobre o prazo da Serveng. Quanto à questão do preço da OAS e da Coesa, qual foi o reajuste? E também como serão mantidas essas obras, já que hoje a realidade é de que nenhum copo de água está podendo ser usado dessa transposição? Até porque no planejamento que existe, estamos vendo aqui representantes do Lote 1, do Lote 2; aí pula para o Lote 5 e para o Lote 11. Então, estão faltando os Lotes 3, 4, 6, 7, 8, 9 e 10, que aqui não estão representados.

É importante, Presidente, que busquemos essas informações para aqui tê-las, até porque a opinião pública quer o esclarecimento. Aqueles que não vão usar a transposição querem o esclarecimento da aplicação desses recursos. E para aqueles que precisam dessa água urge a necessidade dessa informação, a fim de que possam ser beneficiados.

Não cabe aos senhores responder, mas mais uma vez alerta para a minha preocupação com a questão das obras complementares da transposição, que vão deixar para fazer depois que terminar a transposição, que estão prometendo para o ano seguinte da eleição de 2014, e não antes de 2014, infelizmente. Mas já estão prometendo terminar em 2014. Consequentemente, vamos ter a repetição de outras eleições passadas, quando o Governo usou a transposição para, mais uma vez, enganar o povo pobre, humilde e sofrido do Nordeste brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores convidados, Srs. Senadores, é importante deixar claro, na reafirmação do que foi dito pelo Presidente Vital do Rêgo e pelo próprio Senador Humberto Costa, Relator desta Comissão, que o nosso objetivo aqui não é uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Não estamos aqui para fazer uma investigação sob o cunho inquisitório, mas estamos todos muito perplexos com a economicidade das informações. Esperávamos que o relato pudesse ser um tanto quanto mais detalhado.

É visível que os senhores jogaram na retaguarda. Paira um conjunto de dúvidas sobre as obras, em todos os seus lotes, matérias são renovadas a cada dia na imprensa sobre o próprio ritmo de andamento das obras, manifestações feitas por ministros do Tribunal de Contas da União e, de certa forma, essa postura defensiva que os senhores assumem neste instante só faz acender a luz amarela.

Eu tenho alguma experiência, assim como o Senador Cícero, em funções executivas. Fui prefeito três vezes, fui governador do meu Estado duas vezes. Aqui queremos tão somente que a obra seja feita no menor espaço de tempo possível, com a maior qualidade desejada e com um preço justo, dentro das regras de mercado, em que as empresas sejam remuneradas de forma lícita pelo trabalho executado e todos os contribuintes possam pagar por uma obra que é fundamental para o Nordeste.

Frustra, é absolutamente frustrante, a escolha que os senhores fizeram de praticamente silenciar. O Dr. Adriano ainda fez uma exposição muito embrionária, e os demais disseram: “Estamos no mesmo consórcio e está dito.” A OAS, com o seu consórcio, diz: “Nossa parte já está concluída, não tem muito o que acrescentar.” Não estamos aqui para perder tempo. Os senhores têm um tempo valioso, e respeitamos o tempo de cada um dos senhores, agradecemos o atendimento ao convite e acredito que as empresas que não compareceram, Presidente Vital, deveriam ser reconvidadas. É, no mínimo, uma descortesia a este Parlamento a ausência dessas empresas, que comumente batem às portas deste Congresso Nacional para apelar, por exemplo, por obras que estão sendo desenvolvidas e que precisam de dotações no Orçamento da União. O que nós queremos, insisto, é tão somente contribuir para que essa obra de fundamental importância para o Nordeste e para o Brasil possa ser concluída.

Compreendemos também que a origem dos problemas não cabe às empresas que executam a obra, porque foi dito aqui pelo Dr. Adriano, como já havia sido dito pelo próprio Ministro Fernando Bezerra: o primeiro problema que ocasionou todo esse atraso e a valoração quase em dobro da obra – a obra hoje está custando o dobro do que foi previsto inicialmente – diz respeito a projetos básicos inconsistentes. A nossa legislação permite a realização de licitações com projetos básicos, mas pressupõe-se que os projetos básicos tenham um mínimo de consistência. A distância do projeto básico para o que está sendo encontrado nos projetos executivos é muito larga. Pelo que o próprio Ministro Fernando Bezerra informou a esta Comissão, ainda há projetos executivos em licitação, ou seja, a

essa altura, não temos ainda sequer a integralidade do projeto executivo da obra.

Dentro disso, Presidente, encaminharei à Mesa um requerimento para que todos os contratos e seus respectivos aditivos sejam encaminhados para esta Comissão. Diante da ausência de informações mais detalhadas, caberá a nossa assessoria técnica, caberá a nós outros a análise de cada um desses contratos, com seus respectivos aditivos.

Estamos formalizando o requerimento para que esses contratos de todos os lotes, não apenas dos que estão gentilmente presentes nesta reunião, possam ser encaminhados para nossa análise; a renovação do convite para que as empresas ausentes aqui estejam presentes, para que essa luz amarela não se transforme em luz vermelha, senhores, porque o que queremos é apenas contribuir. À medida que a Comissão faz o convite e as empresas simplesmente se recusam a vir... Não vamos imaginar que teríamos que usar os instrumentos regimentais para que as empresas sejam obrigadas a vir, e o instrumento regimental é uma comissão parlamentar de inquérito, que não é o nosso desejo.

Eu, como nordestino, paraibano que sou, tenho certeza de que é desejo de todos nós de fato contribuir para que a obra deslanche, para que a obra seja concluída. Agora, temos que ter o mínimo de respeito no nosso papel de acompanhar, fiscalizar, e isso só se faz com informações. Aguardávamos de forma amistosa essas informações por parte dos senhores. Essas informações não vieram por uma estratégia que, e não sei por que razão, nitidamente foi escolhida pelas empresas. Vamos usar outros caminhos para que possamos cumprir o nosso papel e o nosso dever.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Duas informações antes de passar a palavra ao próximo inscrito, Senador Benedito de Lira.

Esta Comissão já agendou com os órgãos gestores – Ministério da Integração, Ministério do Meio Ambiente e o Comando do Exército – duas visitas à obra. A próxima será no dia 8 de março. Estamos concluindo a agenda. Sairemos no dia 7 e, no dia 8, faremos a visita com a presença dos Srs. Ministros e dos órgãos... (Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Dias 7 e 8. dia 7, à noite e dia 8, durante o dia, para o Eixo Norte. Já iniciamos a conversa com eles. O Eixo Leste, dia 22.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Dia 22, lá.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Lá.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Em Minas, dia 21.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Dia 21.

Aproveitando, para não perdermos tempo, até por certa frustração estampada na fala dos Srs. Senadores, quero pôr em votação requerimento verbal para ainda, nesta reunião, transformar...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – O requerimento consegue ser mais breve do que exposição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quero pôr em votação o requerimento do Senador do Senador Cássio Cunha Lima.

REQUERIMENTO Nº 5 DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 90, IX, do Regimento Interno do Senado, que seja encaminhada a esta Comissão cópia dos contratos e aditivos referentes a todos os lotes do projeto de transposição do Rio São Francisco.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será procedida, administrativamente, *ex officio* desta Presidência, a renovação dos convites aos senhores membros dos outros lotes.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira, das Alagoas.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, muito obrigado a V. Ex^a.

Meu caro Presidente Vital, meu caro Relator Humberto, cumprimento V. Ex^{as} pela iniciativa de mais esse encontro desta Comissão, que analisa, discute as ações que estão sendo desenvolvidas pelos consórcios, que, evidentemente, terão a responsabilidade de oferecer ao Nordeste essa obra.

Confesso a V. Ex^{as}, Senadores, que, como nordestino, não me lembrava mais dessa obra, porque nunca vi uma demora tão grande, que não vejo, por exemplo, em outros países do mundo, a não ser que haja entraves os mais diversos possíveis por parte de quem tem a responsabilidade de destravar.

Eu vi, lendo, recentemente, que na China os caras fizeram a maior ponte do mundo e, talvez, não tenha dado um ano para construírem essa ponte.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Eu fui lá. Três anos.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Três anos, foi?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Trinta e quatro quilômetros no mar.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Trinta e quatro quilômetros.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – No mar.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Trinta e quatro quilômetros! Aqui, seria um século.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – No mar.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Pois é. Então, eu faço essas observações porque, no meu Estado, e aqui há um representante de uma empresa que trabalha no Canal do Sertão... Vocês já ouviram falar muito do Canal do Sertão, que é um canal do rio São Francisco que vai levar água a até 250km.

O meu, lá, já faz 17 anos e apenas 65km foram concluídos. Eu imagino exatamente o tempo que ainda vai passar para a conclusão, Senador Cássio e meu querido companheiro da Paraíba.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Cícero.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Eu sei, Cícero! Você só não é o Padre Cícero, mas é Cícero também.

Pois bem, então, é de fundamental importância. Não precisa discutir mais nada sobre isso, porque nós estamos vivendo um dos momentos mais difíceis no semiárido e no Nordeste brasileiro, que é essa paralisação pluviométrica, porque já vai chegando perto de oito meses sem cair uma gota d'água em lugar nenhum. Nós temos assistido, tristemente, às reportagens mostrando dezenas, centenas, milhares de animais morrendo de fome e sede.

Nós vivemos uma espécie de desencontro da sociedade. Estamos, já, no século XXI e, por incrível que pareça, nós temos milhares e milhares de brasileiros que não têm um copo de água potável para beber como nós estamos bebendo aqui, porque tudo fica difícil.

Eu, então, conheço, aqui, dois representantes dos consórcios. Meu querido Elmar Varjão faz parte do consórcio do Canal do Sertão.

Há uma perspectiva de entrega dos 65km para o povo do semiárido do meu Estado agora em março, provavelmente com a presença da Presidenta da República.

Eu faria algumas indagações aos representantes dos consórcios: o Governo tem cumprindo a sua parte? A pergunta vale para todos.

O que é, qual é o gargalo, quais os gargalos, o que motivou ou motiva esse atraso considerável da construção da transposição do Rio São Francisco?

Eu vi, recentemente, uma entrevista do Ministro da Integração Nacional afirmando que não haverá mais atrasos.

Os atrasos são motivados pelas ações que o Governo deixou de desenvolver ou é alguma dificuldade que têm as empresas em tocar os seus projetos, ou seja, os trechos que são de sua responsabilidade?

Estranhável, Sr. Presidente, é que de tantos representantes apenas compareceram aqui seis, cinco, aliás, quatro. Os demais seis ou sete...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Só quatro.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Não, sete...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – É porque são 11 lotes...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Outros lotes, sete... Onze lotes...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Não, 13 lotes.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Os outros não compareceram.

Uma coisa que me chamou a atenção aqui, porque o Senador Cícero me disse, é que o Lote 5 foi iniciado recentemente, e o Lote 5 deverá ficar no meio da obra, na metade do canal da transposição, provavelmente. Se são 10 ou 11 lotes, deverá ser na metade.

Estávamos discutindo aqui que, para facilitar, se admitia que se fizessem as concorrências de obras com projetos...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Básicos.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Como é?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Básicos.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Projeto básico. Não. O básico, não.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Projeto executivo.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Projeto executivo.

Na verdade, eu observei isto quando a Presidenta tomou algumas decisões com relação ao Ministério dos Transportes: as obras eram iniciadas com projeto básico e, quando o projeto executivo chegava, havia aumento de preço. O Tribunal de Contas da União, normalmente, considera isso superpreço ou superfaturamento.

Tivemos outras reuniões com o Ministério dos Transportes, porque a BR-101, no meu Estado, está totalmente paralisada. Nós, então, fomos conversar com o pessoal do DNIT. E a informação que recebe-

mos é que a obra que se supunha que estava com aproximadamente 8 milhões de superfaturamento foi suspensa e, quando o Tribunal de Contas da União mandou reiniciá-la, o superfaturamento passou de 8 para 48. Então, alguma coisa está errada. Ou o Tribunal de Contas da União está exatamente fazendo com que as coisas possam ser travadas ou, na verdade, há uma indisposição por parte de quem faz ou de quem autoriza fazer para que as coisas aconteçam ou andem normalmente.

As obras, infelizmente, no nosso País, têm essas dificuldades, demoram demais. Você começa com dez e termina com cem. Aí vem a história do superfaturamento, porque alguma coisa atrapalha, ou muita coisa atrapalha. Então, deixo essa pergunta para os senhores.

Vem outra pergunta: o que motiva o atraso da referida obra? Projetos, meio ambiente, os órgãos de fiscalização do Governo? Enfim, o que é?

Para concluir, porque todos aqui economizaram o tempo e até para que possamos ouvir mais os representantes dos consórcios, o Nordeste precisa, consideravelmente, dessa obra, particularmente os Estados por onde ele vai passar: Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, etc.

Então, haveremos de perguntar: qual é a previsão? Porque tudo tem um começo e terá um fim. Eu não posso acreditar, por exemplo, que se sabe quando vai começar uma obra, mas não há previsão para terminá-la, porque é um contrato, que estabelece começo e fim.

Eu lembro muito bem que, quando vivíamos sob uma inflação galopante, os processos eram retardados para que as empresas pudessem fazer o reajuste dos seus contratos de prestação de serviços. Parece-me que não é o caso, até porque o processo inflacionário do País, apesar de um pouquinho destoante, ainda é absolutamente aceitável.

Então, eu gostaria de cumprimentar a Presidente, o meu eminente Relator e os demais Senadores e dizer que, dentro do mesmo raciocínio do Senador Cássio e do Senador Cícero, nós continuaremos cobrando essas ações para que, antes, como disse o Cícero, do término do mandato da atual Presidenta da República, possamos, pelo menos, entregar alguma parte, como vamos entregar, por exemplo, o Canal do Sertão, em Alagoas. Depois de 17 anos, nós receberemos, o povo receberá 65km de água – ainda não está definido exatamente qual é a função da água lá, na minha região –, mas sem nenhum projeto que diga assim: “A água vai ser para o setor A, B ou C.” Agora, estou preocupado por isso, para que não vire moda. Considerando a seca violenta, montaram lá algumas bombas para encher carro-pipa. O objetivo do Canal do Sertão não vai ser

este, não deve ser este: servir para você apanhar água com mais facilidade, para abastecer os humanos e os animais da região mais próxima.

Então, eu queria fazer um apelo aqui aos consórcios, para que as coisas pudessem realmente andar, se é que não há nenhuma dificuldade no que diz respeito ao trâmite da obra, para que os nordestinos dos Estados que serão beneficiados possam aspirar à esperança de que amanhã vai haver água para beber, o que hoje eles não têm.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a. Retorno à participação dos senhores convidados.

Com a palavra o Sr. Adriano Fernandez.

O SR. ADRIANO FERNANDES – Sr. Presidente, respondendo às perguntas em relação ao prazo de conclusão da obra, como apresentado, eu estou aqui representando os Lotes 1 e 2, que é um consórcio entre Carioca, Serveng e S.A. Paulista, em que a Carioca é a líder.

Em relação ao prazo de conclusão, conforme a apresentação, é maio de 2014 para o Lote 1 e novembro de 2014 para o Lote 2 – maio e novembro. Então, bate com as explicações do Ministro.

Em relação à investigação, nós não sabemos ainda o que é. Há uma investigação correndo, mas não temos ainda o que foi dito. Não tivemos leitura dos autos ainda. Então, não sei responder a esta pergunta.

Em relação a superfaturamento e reajuste médio de 28%, o nosso reajuste hoje é aquele que há lá, de 21%. Esse reajuste médio de 28% realmente eu não... Em relação ao preço orçado e às quantidades que foram acrescidas, é em torno daquele número que a gente apresentou mesmo. Eu não tive acesso a esse outro relatório que informa esse índice diferente. Então, não sei justificá-lo ou não justificá-lo.

Obras com problema, hoje, realmente, no Lote 1 e no Lote 2, foram solucionadas. Há coisas pontuais, porém, coisas que entendemos que serão resolvidas e estão sendo resolvidas. Faz parte da execução, mas realmente o Ministério solucionou todos aqueles problemas que apresentamos anteriormente, sobre os quais depois eu vou responder novamente.

O Governo tem cumprido a sua parte? Eu acredito que sim. Entendo que, no nosso caso, realmente, tivemos alguns problemas, como apresentado naquela época, de 2010 para 2011, quando os problemas se tornaram de difícil solução. Porém, o Governo entrou, atuou e resolveu. Tanto que fomos mobilizados em março e, em junho, nós já estávamos com quase mil homens e mais cento e tantos equipamentos. Quer dizer, o poder de mobilização rápida o consórcio teve, à

medida que o Governo nos deu as frentes novamente liberadas.

O que motivou ou motiva o atraso foram aqueles itens – pelo menos no caso dos Lotes 1 e 2 – que apresentamos, o projeto básico inconsistente. Realmente, depois, o projeto executivo, quando chegou, ocasionou toda essa paralisação de planilha que não batia, e isso ocasionou essa diferença.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Por gentileza, quais eram as principais inconsistências que o senhor identificou entre o básico e o executivo, as mais gritantes?

O SR. ADRIANO FERNANDES – Eu acho que a mais gritante seria a relação da classificação dos materiais e do próprio canal, entendeu? Nós não tínhamos os projetos de aquedutos. Isso atrasou muito o executivo. Eles são fundamentais para eu iniciar. Nós temos toda uma garantia de qualidade, para poder entregar. Então, sem ter o projeto executivo, a gente não faz a revisão para poder entregar. Então, esse foi um dos problemas na parte de estruturas.

Na parte dos canais, foi mais porque o projeto básico dizia uma coisa, e o Executivo depois disse outra, na parte de material.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Na previsão de remoção de material de terceira há muita discrepância?

O SR. ADRIANO FERNANDES – Não sei se de terceira, não tenho essa informação tão correta. Acho que, de forma geral, o canal sofreu uma variação em relação ao básico e o executivo.

Quais as ações do Governo que não foram feitas? Não sei responder a essa pergunta tão direta. Acho que o Governo tem suas soluções, tanto que solucionou no caso dos Lotes 1 e 2, para podermos entregar no prazo afirmado pelo Ministro e por nós.

Frente aos projetos básicos e executivos, as empresas não têm condições de fazer ou indisposição? De maneira nenhuma. Como eu falei, nós mobilizamos, nós tínhamos quase dois mil homens, diminuimos o ritmo, por conta desses problemas apresentados, e hoje estamos lá com mil pessoas novamente, com turno à noite, estamos realmente acelerando para poder cumprir o prazo.

Acho que o nosso grande problema em relação a esse valor que foi comentado pelo Senador Benedito de Lira é em relação aos projetos básicos, às quantidades. O nosso preço não mudou; o que mudou foram as quantidades existentes no nosso projeto. Isso é que gerou este aditivo de 21% no nosso caso, nos Lotes 1 e 2. Realmente, não houve grande variação de preço; houve grandes variações de quantidade. Isso houve realmente, no trato básico, o projeto inicial, que colo-

camos lá. Com o projeto atual, realmente houve uma variação significativa.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Dr. Adriano, quando foi essa desmobilização?

O SR. ADRIANO FERNANDES – Não houve uma desmobilização...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Você disse que tinha dois mil, caiu para mil, depois retomou...

O SR. ADRIANO FERNANDES – Nós diminuimos o ritmo – não sei ao certo quantas pessoas são, posso ver depois –, para nos adequarmos também...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Enquanto aguardava...

O SR. ADRIANO FERNANDES – Enquanto aguardava a liberação. Isso foi questão de seis ou sete meses, se não me engano.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Em que período?

O SR. CÁSSIO VITTORI – Foi de setembro de 2011 até março de 2012. Então, a obra reduziu o ritmo em setembro de 2011 e retomou o ritmo normal em março de 2012.

O SR. ADRIANO FERNANDES – Foi em relação àqueles problemas apresentados.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Questiono ao Grupo Serveng, ao Sr. William e ao Sr. Cássio, se têm algo a acrescentar.

Com a palavra o Sr. William Tannus.

O SR. WILLIAM TANNUS – Senador, desculpe-me. Na minha rápida exposição, esqueci de dizer que o prazo de execução era de 36 meses.

Eu queria fazer uma observação. A partir de dezembro agora, foi a ordem de serviço. Nós fazemos parte de um consórcio. Quer dizer, realmente ao que foi dito pelo Adriano não temos muito a acrescentar. Aceito até sua crítica...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Podia ter feito um jogral, ficaria melhor.

O SR. WILLIAM TANNUS – Mas como cada um foi convidado, fizemos questão de vir. Tenho certeza de que, como o senhor mesmo disse, seria uma falta de educação não irmos. Pelo menos educados nós fomos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Cássio.

O SR. CÁSSIO VITTORI – Na verdade, eu já tinha anotado a pergunta dos Srs. Senadores, e o Adriano, como representante do Consórcio, respondeu a todas elas aqui. Só queria fazer um acréscimo a uma informação, ser um pouquinho mais detalhado nesta questão de obras com problemas. O Adriano já falou

dos Lotes 1 e 2. Na verdade, não tivemos esse tipo de caso. Só para o senhor ter uma ideia da dimensão, nos Lotes 1 e 2, temos 70km de canal. Nós tivemos um trecho com 100m de canal com problema, o qual já foi corrigido. De 70km, tivemos um problema pontual em 100m. Então, nos Lotes 1 e 2, realmente não tivemos essa demanda. O restante, acho que o Adriano já...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Eu queria mencionar e saudar a presença do Senador José Pimentel, brilhante Senador do Ceará, e do queridíssimo Deputado Raimundo Gomes de Matos, companheiro nossa da Comissão de Orçamento, diligente e Deputado do Ceará que está aqui presente.

Com a palavra o Sr. Elmar Varjão.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Para que ele responda e fique bem esclarecido não só para mim, mas, acredito, para todos que estão nos assistindo ou que vão nos assistir, além dos demais presentes, sobre a manutenção.

Obviamente sabemos que uma obra em andamento e ainda não entregue é de total e plena responsabilidade do executor...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Do executante.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Isso é coisa clara. Após o recebimento é que passa pelo Governo. Pelo menos nos Lotes 1 e 2 é isso que está ocorrendo.

O SR. ADRIANO FERNANDES – Procede, Excelência. Conforme o contrato, enquanto o Ministério não tem o recebimento definitivo, nós fazemos a manutenção até o recebimento definitivo pelo cliente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Elmar Varjão.

O SR. ELMAR VARJÃO – Inicialmente, vou responder as perguntas do Senador Humberto Costa sobre a posição do Ministério com relação ao prazo de entrega das obras. No que diz respeito ao nosso consórcio, já estamos com a obra concluída e já estamos na fase de entrega e de correção dos possíveis problemas.

E já respondendo a pergunta do Senador Cícero Lucena, enquanto estivermos nessa etapa daremos toda a manutenção, correção e tudo que for necessário para a execução. Depois, conforme previsto em lei, seremos responsáveis. A partir da entrega, o Ministério passará a fazer esse acompanhamento, mas nós ficaremos responsáveis por tudo o que fizemos como está previsto em lei.

Conclusão do projeto: quanto à comissão, até ratificando o que já foi dito pelo outro consórcio, evidentemente não fomos ainda questionados e não houve qualquer posição do Ministério em relação a esses pro-

blemas. Sabemos que existem, mas ainda não fomos oficialmente demandados. Acredito que seremos e, no momento oportuno, daremos as respostas.

Se a obra foi concluída no prazo, também uma pergunta do Senador Cícero Lucena: a obra não foi concluída no prazo, porque essa obra foi licitada com um projeto básico. Durante o desenvolvimento do projeto básico, para torná-lo executivo, encontraram-se diversas alterações, que tiveram de ser corrigidas. Essas correções, evidentemente, demandaram tempo dentro do próprio Ministério, aprovação de replanejamento. Tivemos que fazer alguns aditivos. Esses aditivos, no nosso caso, não ultrapassam 13,58%, portanto abaixo do previsto em lei. Assim, conseguimos concluir, mas um pouco acima do prazo.

Quem ficará, eu já falei; o preço e o prazo.

Eu gostaria de falar também sobre a pergunta do Senador Benedito de Lira: se o Governo tem cumprido a sua parte com relação ao desenvolvimento da obra. No meu entendimento, sim, apesar de todas as dificuldades, por conta de se tratar de obra licitada com projeto básico. Isso atrasou, como já havia dito, mas o Ministério apressou as soluções para que tivéssemos conseguido concluir o trabalho. E tanto é verdade que a obra já está concluída.

Acho que não teria mais nada, sendo econômico, mas não teria mais nada neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Devolvo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não tenho nenhuma questão mais a levantar. Quero aqui agradecer a presença dos representantes das empresas.

Gostaria de solicitar a esses representantes que nos encaminhem, por escrito, as apresentações que têm, bem como as anteriores.

Se for possível à Comissão providenciar o encaminhamento para cada um dos membros da Comissão, isso é importante para nos prepararmos para esta visita que deve acontecer agora, no mês de março.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Esta Presidência determina à Secretaria que encaminhe.

Esse material já se encontra disponível na Internet, mas a Presidência encaminha a todos os Srs. Parlamentares todas as apresentações feitas durante as audiências que fizemos aqui, nesta sala.

Coloco em votação a Ata da 5ª Reunião, solicitada a dispensa da sua leitura pelo Senador Cícero Lucena.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A Ata está aprovada.

A Presidência tomará as providências para um novo convite aos senhores representantes dos outros consórcios que não justificaram sua ausência.

Declaro...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Senador.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Só dois esclarecimentos rápidos. E pode ser de forma informal a resposta.

O Ministro, quando aqui esteve, disse que não existia o problema de recurso para o andamento da obra.

Isso se confirma?

O SR. ADRIANO FERNANDES – De nossa parte, dos Lotes 1 e 2, sim, a princípio.

O SR. ELMAR VARJÃO – De nossa parte, também. Não houve qualquer atraso no programa.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Outro item, outra pergunta, dirigida ao consórcio dos Lotes 1 e 2...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Inscrevo V. Ex^a para reperguntas, o que é facultado.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Eu me permito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – É-lhe facultado.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Para os Lotes 1 e 2, se, após o término previsto, mesmo do Lote 1, daqui a 15 meses, e do outro, daqui a 25 meses, haverá condição de ter a população algum benefício direto, após a conclusão desses lotes ou se é preciso haver a conclusão de todos os lotes.

O SR. ADRIANO FERNANDES – Essa resposta referente ao nosso lote, acho que ela depende... Antes dos nossos Lotes 1 e 2, há o Exército antes, e ainda há umas estações de bombeamento que fazem a elevação da água para percorrer o nosso lote. Porém, concluindo-se a parte anterior e a de bombeamentos, vai-se ter o canal funcionando – talvez, não na sua plenitude, mas pelo menos até aquela parte aonde nosso canal chegou, sim.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, só para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Fique à vontade, Senador.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Então, Presidente, quero agradecer também a presença de todos aqui.

E, no nosso papel como representante – no meu, dos demais Senadores e do nosso Deputado –, quero

dizer que estamos aqui, nada mais, nada menos, cumprindo nosso papel e trazendo a nossa preocupação de quem vive e conhece essa dura realidade do Nordeste, em particular da nossa querida Paraíba.

Aqui há três Senadores da Paraíba, como há de Alagoas e de Pernambuco, do Ceará, do Rio Grande do Norte, porque nós vivemos esse drama. Nós sofremos e sentimos esse drama.

A Assembleia do Estado da Paraíba fez uma caravana, visitando 192 Municípios dos 223 Municípios que estão no período de estiagem, de seca, na Paraíba. Isso demonstra, de forma clara, não que a transposição vai resolver o todo disso, mas que sem dúvida ajudará a amenizar, porque ela representa seguridade hídrica no mínimo para o abastecimento humano. Daí a nossa preocupação.

O Senador Cássio se recorda de que tivemos a oportunidade... No início desse projeto da transposição das águas do Rio São Francisco, só havia o Eixo Norte, e a Paraíba servia de passagem para o Rio Grande do Norte. Por esforço nosso, iniciamos o projeto para fazer o Eixo Leste, exatamente para garantir água a uma das cidades que é, talvez, a mais importante do interior do Nordeste, Campina Grande, que, já naquela oportunidade, em 1994, sofria o racionamento de água, dia sim, dia não. Isso, para abastecer aquela cidade, que era um polo de desenvolvimento, de crescimento econômico e de geração de riqueza no nosso Estado.

Então, essa preocupação vem de muito tempo atrás, até porque sabemos, por exemplo, no caso da Paraíba, que a nossa capital, João Pessoa, no futuro, irá também beber água da transposição do Rio São Francisco. Daí a gravidade e a preocupação que nós temos e, sem dúvida, a repercussão que essa preocupação está tendo na imprensa, como eu já disse, seja rádio, televisão, jornal, revista.

Ontem mesmo, fiz um pronunciamento no plenário, onde pedi fosse transcrito nos Anais desta Casa o artigo do jornalista Elio Gaspari em que, entre outras referências – essa é a nossa preocupação, acho que esse é o nosso dever, de cobrar e demonstrar essa preocupação –, entre outras coisas que diz no seu artigo, ele diz – abro aspas:

A mais vistosa ação do governo federal tem sido um filme de um minuto que a Secom botou nas televisões da região. Nele, “Chambinho do Acordeon”, feliz e sorridente, anda pela caatinga informando que “a seca sempre vai existir, mas o sertanejo vai poder se defender cada vez mais dela”. Cantando louvores aos investimentos feitos pelo governo, informa que “o sertanejo é um cabra forte, só precisa de apoio, e vai ter cada vez mais”.

Continua o jornalista Elio Gaspari:

Os sertanejos que estão sem o abastecimento de carros-pipa não precisam de propaganda. O que lhes falta é água. Esse tipo de marquetagem no meio de uma seca chega a ser deboche. Para falar sério, o aparelho de autoglorificação da doutora Dilma deveria anunciar, ao fim de cada clipe, quanto gastou na marquetagem e quantos carros-pipa ela pagaria [com esse custo].

E aí tem o artigo para quem quiser ler.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença dos senhores convidados. Tenham todos uma boa tarde e fiquem com Deus.

Declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 15 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 12 minutos.)

Senador **Vital do Rêgo**, Presidente

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA
PARA REALIZAR ESTUDOS E PROPOR A
ATUALIZAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIS -
LEP (LEI Nº 7.210, DE 1984)

ATA DA 4ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião, realizada em 10 de maio de 2013, às dez horas e oito minutos, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Ministro Sidnei Agostinho Beneti e com a presença dos senhores juristas: Carlos Pessoa de Aquino, Edemundo Dias de Oliveira Filho, Denis de Oliveira Praça, Gamil Fopel El Hireche, Maria Tereza Uille Gomes, Marcellus Ugietto, Roberto Charles de Menezes Dias, Tércio Lins e Silva e Luís Alexandre Rassi. Deixou de comparecer o membro Sérgio Alexandre Meneses Habib. Na oportunidade foi designada relatora a Drª Maria Tereza Uille Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Bom dia a todos os senhores integrantes da Comissão, aos senhores presentes. Tenho a honra de declarar aberta a 4ª Reunião da Comissão de Juristas com a finalidade de realizar estudos e propor atualização da Lei de Execução Penal, Comissão criada pelo Requerimento nº 848, de 2012.

Antes de iniciarmos os trabalhos, coloco em votação a Ata da 3ª Reunião, solicitando, se os eminentes integrantes da Comissão concordarem, a dispensa da sua leitura, vez que já foi disponibilizada.

Todos de acordo com a ata? (Pausa.) Estando de acordo, está aprovada a ata dos trabalhos.

Prosseguindo como fizemos nas reuniões anteriores, nesses trabalhos de preparação dos temas que serão depois debatidos pelos membros da Comissão na Lei de Execução Penal, vou solicitar aos novos membros da Comissão ou aos que não tiveram oportunidade de estar presentes na reunião anterior que venham a salientar os tópicos que julgam importantes que sejam considerados na reforma da Lei de Execução Penal.

Na reunião anterior, não puderam estar presentes o Dr. Denis e o Dr. Gamil.

Vou solicitar, em primeiro lugar, a manifestação do Dr. Denis, esclarecendo que os tópicos mandados por S. Exª foram por mim lidos na reunião anterior, de forma que poderia resumir no sentido geral de uma síntese desses tópicos.

Dr. Denis, por favor.

O SR. DENIS DE OLIVEIRA PRAÇA – Sr. Presidente, demais colegas de Comissão, para tentar ser o mais breve possível e fazer uma síntese do que entendo fundamental numa reforma da Lei de Execução Penal, vou colocar em linhas gerais o que eu disse no nosso primeiro encontro logo no dia da instalação desta Comissão.

Minha maior preocupação é com a efetividade da futura Lei de Execução Penal. Sabemos hoje que, passados quase 30 anos da vigência da lei, em muitos aspectos ela não é efetiva. Isso causa enorme prejuízo, sobretudo às pessoas privadas da liberdade, e em algumas oportunidades também à sociedade como um todo.

É importante que a nova lei contenha mecanismos que visem driblar essa falta de efetividade que muitas vezes nós vivenciamos na prática. Não é raro que nós possamos observar condenados, apenados a cumprir pena privativa de liberdade em regime aberto que passam toda a pena em regime fechado, ou uma grande parte dela submetidos à prisão provisória e, posteriormente, no regime fechado por falta de vaga no estabelecimento prisional adequado.

Não é raro que o apenado queira exercer seu direito ao trabalho e que não haja trabalho disponível para que ele possa exercer esse direito.

Não é raro que o apenado tenha direito a vestuário e alimentação, e a alimentação seja de má qualidade, o vestuário não seja fornecido.

É preciso que a lei crie mecanismos para que consigamos fazer com que esses direitos sejam direitos realmente efetivos, pensando, por exemplo, numa detração diferenciada para o caso do apenado que permaneceu em regime fechado e foi condenado a regime aberto, pensando na possibilidade da remição ficta quando a administração penitenciária não forne-

ce ao apenado a possibilidade de exercer seu direito ao trabalho.

Isso, para mim, é o mais importante na nova lei, sob pena de novamente colaborarmos com a produção de um diploma legal que vai também deixar de ser efetivo na sua totalidade. É isso que mais me preocupa, para ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Agradeço ao Prof. Denis de Oliveira Praça, pela sua manifestação, voltando a dizer que S. Ex^a apresentou todos os tópicos numerados, como é da forma de nossos trabalhos, e esses tópicos serão, em seguida, levantados nos debates para as reformas de cada um dos textos da Lei de Execução Penal.

Tenho satisfação de passar a palavra ao Prof. Gamil Föppel, lembrando que S. Ex^a, na reunião anterior, não pôde vir por imprevisto devido à mudança na data da reunião, o que foi devidamente justificado pela Presidência, de público, aos presentes.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Inicialmente, cumprimento o Sr. Ministro e os demais colegas de Comissão. Realmente, não pude comparecer à última reunião. Tentei mandar, da forma como foi requerida, de maneira objetiva e com proposições concretas, algumas sugestões em relação à Lei de Execução Penal que entendo pertinentes e necessárias.

Fazendo uma brevíssima análise, minha primeira sugestão é para que as medidas de segurança passem a ter um prazo máximo, como foi previsto no anteprojeto de reforma penal e também como já é estabelecido em jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Não podemos aqui tratar a respeito de matéria de prescrição, mas, se estabelecermos prazos máximos para medida de segurança, indiretamente, estaremos também tratando aqui da questão do prazo da prescrição, sobretudo da prescrição da pretensão executória das medidas de segurança, haja vista que a medida de segurança não tem somente finalidade terapêutica, ela tem, sim, uma carga de privação de liberdade que representa uma carga de sanção.

Outra sugestão, Ministro, a de número dois, é para tentar objetivar ao máximo os fundamentos e requisitos para concessão dos incidentes de execução. Li a sugestão de alguns colegas, mandadas por *e-mail*, e peço vênia, inclusive, para discordar de algumas delas, porque não entendo que haja mais campo nem espaço para análises e mais análises subjetivas, psicológicas, psiquiátricas, sociais, etc., pois, ao fim e ao cabo, elas nada provam e somente servem para retardar o andamento da execução penal. Então, muito embora tenha havido uma alteração legislativa na década passada, ainda assim, em n casos pontuais, os juízes continu-

am a exigir a realização de exame criminológico, o que vem retardando a apreciação de diversos incidentes.

Também sugeri aqui, no item 3, uma ideia de buscar uma compensação para o sentenciado que for prejudicado pela inércia do Estado. Tentei criar um parâmetro objetivo que coloca em discussão – talvez não seja o melhor, mas foi o que tentei imaginar – que o sentenciado que fosse prejudicado pela inércia do Estado, seja porque ele não pôde progredir de regime, seja porque a ele não foi dado trabalho, enfim, aquele que for prejudicado pela inércia do Estado, que ele fosse beneficiado com o dobro do tempo que seria possível em relação à remição de pena, com até o dobro do tempo de remição de pena.

Outra coisa que me preocupa sobremaneira é a questão do trabalho do preso, que é o item 4, que eu subdividi em alguns tópicos. Foi feita alteração recente, que permite remição de pena pelo estudo expressamente. Há uma resolução que permite a remição de pena pela leitura de livros, mas penso que é o momento de sistematizar e organizar isso de forma objetiva, não só pelo trabalho, não só pelo estudo, não só pela leitura, mas pela prática de quaisquer atividades que facilitem a reinserção social dos sentenciados, até mesmo atividades culturais, como, por exemplo, participar de coral, e atividades esportivas, que são atividades importantes.

Outra sugestão ainda em relação ao trabalho do preso é que penso eu...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Apenas peço que destaque sempre, seria 4-B, não?

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Sim, 4-B. A sugestão 4-B é no sentido de que, na minha opinião, não deve haver perda de dias remidos em qualquer tipo de grau, ainda que essa perda seja parcial, como foi aprovado recentemente. Na minha opinião, na remição, os dias de trabalho se incorporam ao patrimônio jurídico do sentenciado, de forma que representam um direito subjetivo dele, é ato jurídico perfeito. Então, na minha modesta opinião, é inconstitucional a perda de qualquer dia de trabalho de preso, ainda que eventualmente ele pratique uma falta grave.

Na esteira do que já foi falado pelo colega Denis, entendo que é hora de sistematizar e prever expressamente a ideia de remição ficta, estabelecendo isso expressamente na Lei de Execução Penal.

Sugiro também estabelecer incentivos de natureza previdenciária e tributária, por óbvio, dos tributos federais...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – É a 4-D, não é?

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Sim, 4-D agora. Incentivos para as empresas que estimularem o trabalho dos presos, o trabalho e o estudo dos presos.

A sugestão 4-E é para prever expressamente a possibilidade de remição de pena para o condenado em regime semiaberto. Não tem por que não remir pena se ele está trabalhando.

A sugestão 6 na verdade é a 5, porque terminei numerando erradamente aqui; então, a sugestão 5: na minha opinião, a lei precisa facilitar a oferta de trabalho e de estudo, mesmo que de estudo à distância, para as pessoas que cumprem pena. O ensino à distância é uma realidade. O ensino à distância, inclusive de nível superior, é uma realidade. Penso eu que a Lei de Execução Penal precisa facilitar esse tipo de atividade.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Professor Gammil, embora V. Ex^a tenha renumerado, peço que observe como consta aqui.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Depois, fica mais fácil tabular.

O SR. GAMIL FÖPPEL EL HIRECHE – Perfeitamente.

Então, item 7. É necessário repensar a execução da pena em relação à mulher presidiária. Não é possível tratar a execução da pena do homem e da mulher exatamente da mesma forma, porque há necessidades diferentes, há um regramento diferente.

Coloquei aqui no item 8 algo que me preocupa sobremaneira: que é necessário velar não só pela integridade física, como pela dignidade moral dos sentenciados e dos presos provisórios, evitando qualquer tipo de sensacionalismo. Penso que a lei deve vedar expressamente qualquer tipo de retrato, filmagem, captação de som da pessoa presa, ainda que eventualmente seja com seu consentimento, salvo se para denunciar e noticiar a violação a direitos humanos. Então, não é possível que permitamos que continue a haver filmagem dentro de delegacias, dentro de estabelecimentos prisionais, feitas em algum grau com uma dose de chacota, com alguma dose de brincadeira. Muito embora a Lei de Execução Penal preveja que cabe às autoridades velar contra qualquer forma de sensacionalismo, penso que é necessário, de forma expressa, estabelecer isso. Não que isso aqui seja uma censura, por óbvio, mas é necessário resguardar não só a integridade física, como também a dignidade moral da pessoa presa.

Uma outra coisa que eu tinha exposto da primeira vez: é importante adequar o anteprojeto da reforma da Lei de Execução Penal à reforma do Código Penal, ao anteprojeto de reforma do sistema penal, porque

houve regras específicas lá pensadas para efeito de progressão de regime.

A sugestão 10 é outra que me preocupa bastante, buscando deixar da forma mais clara possível. Apenas e tão somente quando não for possível aguardar o julgamento em liberdade – porque, havendo a possibilidade de aguardar o julgamento em liberdade, se não for hipótese de prisão preventiva, o sujeito tem de ficar solto –, mas, para aquelas hipóteses em que o sujeito estiver preso, eu penso que a Comissão precisa elastecer o alcance da Súmula nº 716 do Supremo Tribunal Federal, que permite a progressão de regime durante a chamada execução penal provisória. Entendo eu que a execução penal provisória deveria contemplar todos os incidentes de execução da pena, a exemplo de remissão. Enfim, todos os outros direitos no curso da execução da pena.

A sugestão 11 é vedar expressamente a regressão do regime aberto para o fechado de forma direta. Então, o sujeito que estivesse cumprindo pena em regime aberto ou, como o anteprojeto de reforma penal prevê, em regime de liberdade, não poderia regredir diretamente para o regime fechado. Entendo eu que isso é desproporcional.

Em contrapartida, na sugestão 12, desde que o sujeito já tenha tempo suficiente para progredir, não vejo por que não se admitir a chamada progressão em saltos. Se ele já teria tempo suficiente para estar no regime aberto, penso eu que a Comissão deveria prever isso expressamente na lei.

A sugestão 13 é uma análise em relação ao cumprimento da pena de multa também na esteira do que foi pensado na Comissão de Reforma do Código Penal, porque não é possível que a pena de multa seja algo para inglês ver. A pena de multa precisa ser cumprida. Não que passemos aqui a fazer mercantilização do Direito Penal, não que o condenado que não pagar a multa seja preso. Não é isso. Mas que a pena de multa não paga seja convertida numa pena alternativa, a exemplo de prestação de serviços à comunidade, porque qualquer pessoa pode prestar serviços à comunidade.

A sugestão 14, Ministro e demais colegas, também é algo que me preocupa. Trata-se de rever o entendimento da jurisprudência dominante no que diz respeito à contagem dos incidentes em relação ao total das penas unificadas. O Supremo Tribunal Federal tem a Súmula nº 315, que estabelece que, na contagem dos incidentes, não se leve em consideração o limite dos 30 anos, mais, sim, o total das penas unificadas. Ao fim e ao cabo, essa súmula termina por inviabilizar a obtenção de qualquer incidente quando o condenado tiver uma pena elevada. Então, o sujeito condenado

a uma pena, por exemplo, de 60 anos, terminaria não tendo direito à progressão de regime. Interessante notar que o fundamento da súmula é respeitar a proporcionalidade e a isonomia, porque haveria situações diferentes com condenados com penas diferentes, mas penso que um dos objetivos da execução penal é permitir gradualmente que o sujeito se vá readaptando ao convívio social. Então, de nada adianta simplesmente dizer que ele não tem direito à progressão, ou – ainda hoje existe livramento condicional – que ele não tem direito a livramento condicional se, ao final dos 30 anos, ele vai ter direito à liberdade.

Então, penso que a gente precisaria rever isso, estabelecer parâmetros objetivos para efeito de concessão dos incidentes mesmo, quando o limite da unificação passe dos 30 anos.

Aqui, a sugestão 15 eu sei que vai gerar bastante polêmica, vai gerar grandes discussões, mas é o que eu penso. Penso que a Comissão deve propor a revogação do regime disciplinar diferenciado, porque isso é uma violação, na minha opinião, manifesta ao princípio da humanidade das penas. Não é possível, não é concebível que ainda pensemos num regime que foi criado para ser um regime de exceção e que se incorporou e que, cada vez mais, passa a ser um regime, eu diria, de regra.

Mas, se não for possível, caso se entenda que não é possível revogar o Regime Disciplinar Diferenciado, penso que ele deve ser reduzido para um máximo de 180 dias, e também revogada a hipótese de poder ser colocada no RDD (Regime Disciplinar Diferenciado) a pessoa sobre a qual recaiam suspeitas de envolvimento com a organização criminosa. Ali, além de haver a inconstitucionalidade da violação à humanidade das penas, existe também, a meu ver, uma inconstitucionalidade manifesta em relação à violação à presunção de inocência, porque já vai haver a prisão cautelar, que não ofende a presunção de inocência, de acordo com a jurisprudência dominante. E colocar o sujeito preso cautelarmente num Regime Disciplinar Diferenciado, porque ele é suspeito de envolvimento com a organização criminosa, me parece que é realmente fazer tábula rasa da garantia constitucional da presunção de inocência.

A sugestão 16 é de estabelecer regras para a quantidade dos presos em cela. A atual lei prevê que a cela deve ser individual, dotada de seis metros quadrados, aparelho sanitário, aeração, salubridade e ventilação. Talvez seja o caso de prever – não sei – uma cela para duas pessoas ou para três pessoas, mas dar cumprimento a essa regra, porque não é possível que, em celas projetadas para uma ou duas pessoas,

haja 20 ou 30 pessoas amontoadas, presas e amarradas, enfim.

E a sugestão 17, Sr. Ministro, é tornar indispensável a presença de defesa técnica para efeito de processo disciplinar.

Então, essas eram as sugestões. Analisei também as sugestões que os colegas mandaram e aguardo o momento dos debates.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Pois não.

Agradeço ao Dr. Gammil Föppel pelas suas percutientes sugestões, apresentadas em tópicos, o que é importante para o nosso controle de cotejo das sugestões apresentadas.

Aos novos membros da Comissão, dirijo minha especial saudação. Estão, agora, a enriquecer os nossos trabalhos. São juristas, profissionais, que vêm a trazer sua experiência pessoal, o brilho do seu intelecto e que vêm engrandecer sobremaneira a nossa Comissão. Falo em nome, seguramente, de toda a Comissão, dirigindo a cada um dos novos membros as saudações mais entusiásticas a respeito da presença de S. Ex^{as}.

Dos novos membros, vou passar a palavra ao Dr. Luís Alexandre Rassi, para manifestar-se em primeiro lugar, solicitando a S. Ex^a que o faça também por tópicos, dizendo 1, 2, 3 no decorrer da exposição.

Por favor.

O SR. LUÍS ALEXANDRE RASSI – Sr. Presidente, agradeço a saudação à Comissão.

Pelo que tenho visto nas propostas, há quase um consenso quanto às situações que precisam modificar-se, mas gostaria de trazer algumas considerações sobre a regulação dos presídios e principalmente da relação entre o acesso a advogado e presidiário.

Como tópico 1, observo que, no exercício da advocacia, a maior dificuldade que se encontra é a comunicação com o próprio preso – entre advogado e preso. Daí porque acho que é necessário fazer constar na própria lei a estipulação de um espaço de ambiente privado, com acesso até mesmo a equipamentos eletrônicos, para que possa o advogado exercer com bom aproveitamento o seu trabalho, inclusive, ouvindo o preso e eventualmente passando uma gravação, em que o preso se tenha envolvido, ou não.

Há também uma necessidade, pelo que a gente vê nas penitenciárias, de assegurar novos instrumentos, ou de reforçar os instrumentos já existentes, até mesmo para desconstituir o título executivo. Hoje, os tribunais superiores têm feito uma reviravolta na jurisprudência, diminuindo o *habeas corpus*, colocando o *habeas corpus* como uma situação excepcionalíssima. Acho que, pelo que se vê nas penitenciárias, há que se restabelecer a tradição do *habeas corpus* mesmo

que seja por lei, por lei de execução penal, colocando-se expressamente que conste o *habeas corpus* como um meio hábil a desconstituir o título executivo. Temos penas de dez anos, quando deveria ser de dois anos. Exigir disso a interposição de uma revisão criminal parece que é um pouco cruel. Alguns dos julgamentos mais interessantes do Supremo forma realizados por meio de *habeas corpus* impetrados por presos, no caso da progressão de regime para crime hediondo. Quem efetivou aquela mudança na posição jurisprudencial foi um *habeas corpus*, e um *habeas corpus* de preso. Acho que precisamos restabelecer esse controle jurisdicional por via do *habeas corpus*, e ceifar essa mudança legislativa.

Quanto à necessidade de garantia de dignidade, o Gamil já fez uma proposta, todos já fizeram uma proposta. Acho muito cruel e acho que deveria ser vedada também na Lei de Execução Penal a obrigação, imposta pelo presídio, de o encarcerado raspar seus cabelos, raspar a barba, vestir determinadas roupas, inclusive em audiência, momento em que vão ser postos para serem vistos inclusive por seus familiares.

O quarto tópico que eu gostaria de pôr a V. Ex^a é a regulamentação do direito de comunicação do sentenciado. O que acontece? Hoje, há vedação do uso de telefones celulares em presídio, e acho que isso é correto, mas há a impossibilidade de o sentenciado comunicar-se, principalmente no Estado de São Paulo, onde todos os presos ficam a 200km de distância de sua família. Acho que esta Comissão deveria regulamentar esse direito de comunicação, mesmo que seja por um telefone pré-determinado, que pode até ser monitorado, desde que o preso saiba, para que se possa garantir a segurança, ou seja, compatibilizar esses interesses. Deve-se inclusive viabilizar essa comunicação telefônica ou como quer que seja com os advogados. Aí, assegurando-se um sigilo. Seriam essas as proposições iniciais que eu acho que poderiam enriquecer a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Pois não. Agradeço ao Dr. Luís Alexandre Rassi pelas sugestões bem concretas, o que é muito importante para este trabalho da Comissão, que, como sabemos, visa a uma execução penal de resultados. Isso é muito importante. Muito obrigado.

Dr. Roberto Charles de Menezes, por favor.

O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS – Início a minha fala cumprimentando o eminente Ministro e manifestando a minha satisfação, alegria e, sobretudo, honra em participar de uma Comissão com tão altas autoridades do mundo jurídico e intelectual. Para mim, é uma satisfação muito grande.

Aproveito e cumprimento todos os eminentes pares da Comissão nesse início de fala. Com relação às proposições, eu pelo vênio ao membro Gamil para subscrever, **in totum**, para não me delongar sobre tema já batido, as proposições aqui feitas de forma, entendo, muito pertinentes. Trago e acrescento ainda, como item um das minhas proposições, a sugestão de repensarmos o papel do juiz da execução.

O juiz da execução precisa ter, sem dúvida nenhuma, a chave de entrada. A de saída ele já tem, mas precisa ter a chave de entrada do presídio.

Nós temos, no presídio, hoje, uma situação de realidade onde, em presídios que comportam 100 aprisionados, você tem, não raro, 900, um mil, 1.100 presos. E ao juiz da execução nada é possível fazer, porque quem determina o início do cumprimento da pena e a forma como essa pena será cumprida é o juiz sentenciante.

Parece-me uma distorção do papel do juízo da execução. Não cabe ao juiz sentenciante dizer onde o preso vai cumprir a pena, como vai cumprir, quando iniciar e de que forma iniciar, se ele não tem a menor idéia do que acontece nos presídios.

Eu desafio, dos juízes penais, por exemplo, do Maranhão, Ministro, algum que tenha visitado um presídio. Eles não conhecem o presídio, não sabem da realidade do presídio, no entanto se põem a decidir cumprir pena no presídio de Pedrinhas, inicialmente no regime tal, a partir de data tal, não dando ao juiz da execução a possibilidade de deter na sua mão a chave da porta da entrada do presídio.

Talvez, por esta razão nós tenhamos uma situação tão gravosa nos cumprimentos de pena no nosso País, e, sobretudo – entendo dessa forma – um descrédito, o que leva à sensação da impunidade, porque ao invés de darmos, senhores, ao juiz da execução a chave da porta, por um mecanismo tosco, ele interdita o presídio. Como ele não tem mais como colocar ninguém, interdita o presídio e manda todos os presos para casa. Isso aconteceu em vários presídios no Maranhão. Não sei se em outros Estados. Então, como ele não controla a entrada, o que ele faz? Ele interdita o presídio. E aí, de forma indiscriminada ele coloca todos os presos em regime de cumprimento de pena domiciliar.

Então, penso, Ministro, humildemente, que se nós, nesta Comissão, formos capazes de rever o papel do juiz da execução e, dentro deste papel, estabelecermos condições absolutamente objetivas de início de cumprimento, forma de cumprimento, mudança de regime, substituição de regime de cumprimento e etc., nós permitiríamos uma evolução muito grande na Lei de Execução Penal. E falo isso, assim, com toda a humildade, não querendo achar que detenho a verdade

dos fatos, mas me incomoda sobremaneira essa situação. E trago este tema à discussão.

Esse seria o ponto um das minhas proposições, Ministro, evidentemente acrescidas – e aí não sei como se numeraria – as proposições do colega Gamil, que as subscrevo *in totum* no que se refere à lei de execuções.

Como sugestão para a Comissão, ou apenas como referência, gostaria de registrar que o Conselho Nacional de Justiça, nesses últimos anos, tem realizado um trabalho fenomenal, amplo, profundo no que se refere à execução de pena, inclusive com mutirões, com levantamento de perfil de presos, com demonstração de qual tipo de preso hoje é – digamos assim – cliente do nosso sistema prisional. E apenas a título de sugestão para a Comissão, acho que seria bastante produtiva – já conversamos a respeito disso, o Ministro até fez referência a esse fato, mas apenas para que se registre para os anais da Comissão – uma interlocução com o CNJ, para que ele possa nesta Comissão nos trazer contribuição que tenho certeza será de grande valor para o trabalho que nós aqui estamos desenvolvendo.

Por enquanto, seriam essas as minhas considerações. Evidentemente, me debruçarei de forma mais detida sobre elas até a próxima reunião. E, agora, como já falei para alguns colegas na reunião informal, por mais honroso que seja participar de uma Comissão como esta, como já me referi antes, com tão altas autoridades do mundo jurídico e intelectual, não chega sequer a arranhar a satisfação e a honra que eu tive essa semana de me tornar pai pela primeira vez, um pai temporão, com 51 anos de idade, pai de uma filha que nasceu perfeita, nasceu linda, graças a Deus, como bem registrou o Aquino, puxou para a mãe. Então, me perdoem, mas eu tive que me dedicar a essa condição e não tive tempo de me dedicar à elaboração das propostas previamente, como havia sugerido o ministro.

Mas, basicamente, Ministro, eu entendo que se nós conseguirmos rever... Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Assim que terminar a exposição de V. Ex^a, se pudesse dar uma informação a título de mais uma sugestão numerada, que se seguisse aquele esquema que V. Ex^a nos mostrou com relação àquilo que se está fazendo de reorganização do sistema dos presídios do Maranhão, com base no programa do CNJ. É um programa naturalmente nacional.

O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Mas a ilustração desse programa é importante para o nosso registro, inclusive para que possamos trilhar a sugestão concreta. V. Ex^a poderia dar essa informação?

O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS – Pois não, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Já existe o campo no sistema de cumprimento da pena para previsão das progressões? E assim V. Ex^a explicará.

O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS – Pois não, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Não sei se é possível transferir para a tela o que o Dr. Charles Dias tem no seu iPad.

Pois não, Dr. Charles. Por favor.

O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS – Esse preso que por acaso eu peguei o processo dele para que fazer a demonstração...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – O dado é público? Não há problema de se colocar?

O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS – Nenhum problema. Está exposto na rede mundial de computadores. Qualquer pessoa pode acessar. Basta que você tenha... Você não precisa ter CPF, não precisa ter nome, número de processo nada. Basta que você conheça o preso e tenha um nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Mas embora público, acho que era melhor não projetar.

O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS – Contanto que se borre o nome...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Mas V. Ex^a poderia relatar o caso.

O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS – Existe no Maranhão um projeto suponho piloto até por conta da surpresa de alguns colegas quando conversávamos ali no espaço reservado, um projeto-piloto que funciona dentro da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, que chama VEP/CNJ. E aí seria uma sugestão de número 2, Ministro. Como o Ministro fez a referência, esse sistema permite o cadastramento do preso, em que você tem de forma clara ao toque de um dedo em janelas a data de início de cumprimento de pena, inclusive se provisória ou definitiva, a situação do julgamento dele lá na Vara, as datas previstas, se nenhum fato ocorrer de progressão de regime para regime semiaberto, aberto e livramento condicional. E, ao toque de um dedo, você tem todas as informações processuais dentro da Vara de Execuções.

Está aberto aqui por acaso em um cliente que já está em livramento condicional. E vejamos. Eu acho que isso é importante registrar, porque ele vem de encontro à sua sugestão, Gamil, que é a progressão de regime ainda na execução provisória da pena. Ele recebeu... Peço perdão se por um acaso passar alguma informação não absolutamente correta.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Poder falar sempre em tese, que é melhor.

O SR. ROBERTO CHARLES MENEZES DIAS

– Mas, neste caso, me parece que ele teria recebido o livramento condicional antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, porque não houve recurso do Ministério Público. Então, isso já, de alguma forma, caminha nessa direção.

Eu vou passar aos colegas se quiserem manusear, para aqueles que não viram ainda. Mas, como sugestão então, que se conhecêssemos essa situação e que chamássemos aqui o juiz da execução da 2ª Vara de Execução, que é quem trabalha com isso no Estado do Maranhão, para que conversasse conosco a respeito e pudesse discorrer sobre este tema de forma técnica.

Então, esse sistema apresenta, Ministro, conforme sugestão de vários colegas, que me parece já é consenso na Comissão, de forma extremamente objetiva os critérios de cumprimento da pena do sentenciado. Com essas considerações, eu encerro a minha fala por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Pois não.

Eu agradeço ao Dr. Charles a exposição. E me perdoe V. Ex^a, mas eu fiz questão de solicitar a V. Ex^a que expusesse esse sistema, embora seja um sistema naturalmente nacional, implantado pelo CNJ.

O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Mas V. Ex^a viveu e está vivendo isso nos casos dos seus clientes no Estado. Então, era importante para ficar essa informação a respeito do sistema.

Tenho a impressão de que, em uma outra manifestação, talvez se possa informar da implantação em outros Estados desse sistema, mas aí me parece exatamente o caminho certo para tornar bem objetivo este elemento que é essencial para as pessoas que se encontram presas: que é saber as datas precisas em que haverá condições de chegarem a benefícios, de chegarem mesmo ao cumprimento da pena. Isso entrosa muito com aquilo que vínhamos falando desde o começo, que é no momento em que chegar ao término da pena, anotado o dia da pena, ele seja realmente posto em liberdade. Isso eliminaria o problema sério nosso que é o problema das penas vencidas, em que só falta a pessoa ser colocada em liberdade.

Eu agradeço muito.

Vou passar a palavra agora, pedindo a S. Ex^a que se manifeste também se possível colocando os números das manifestações de tópicos, ao Dr. Tércio Lins e Silva.

Em seguida, vou franquear a palavra, para algumas observações complementares de membros da Comissão que vieram da reunião anterior. Alguns acrescentaram tópicos e outros têm comentários a respeito dos tópicos. Com relação a essa viabilidade do sistema nacional, eu ia pedir à Dr^a Tereza, que está muito sintonizada em razão da entidade nacional que dirige, para dar uma informação também a esse respeito.

Dr. Tércio.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Presidente, muito obrigado pelas palavras generosas em relação aos que chegam como eu. Por razões óbvias da exiguidade do tempo entre a minha designação para integrar esta Comissão, eu não preparei nenhum documento nem me debrucei. Não houve absolutamente espaço físico nas minhas atividades para essa contribuição, o que espero fazer doravante.

Eu creio, Sr. Presidente, que apenas teremos uma oportunidade extraordinária num tema que é um tema da maior importância, como V. Ex^a ressaltou no seu discurso no dia da instalação da Comissão, a que eu tive acesso, pela publicação do *Diário*. É poder chamar atenção da Nação para essa questão da execução penal que é o pato feio da administração pública. É sempre desprezado. Há razões históricas, sociológicas, psicológicas e psiquiátricas para o fato que representa o abandono do Poder Público em relação ao sistema previdenciário e, portanto, tem a ver com a execução penal.

Essa extraordinária lei foi feita há muitos anos sob a inspiração do saudosíssimo Francisco de Assis Toledo e a Comissão que ele dirigiu. Eles produziram uma lei que, no seu tempo e ainda hoje, como foi consignado por V. Ex^a no seu discurso, é uma lei boa. E todos ressaltaram isso. Enfim, ela tem todas as dificuldades de aplicação, e eu creio, Sr. Presidente, que nós temos duas tarefas que se nos impõem: em primeiro lugar, por intermédio de audiências públicas, por intermédio da mobilização que nós pudermos fazer, chamar a atenção da sociedade brasileira, das autoridades, da Justiça para a questão da execução penal e para o que nós vamos propor. Segundo, resistir à tentação das pressões que vamos enfrentar em virtude do preconceito que existe em relação à execução penal, em relação aos presos, em relação ao sistema penitenciário. Então, é resistir, é nós assumirmos não nos deixar levar por esse canto da sereia de que é preciso, enfim, endurecer o sistema de execução penal, endurecer as penas, criar mecanismos de endurecimento penal, como se isso fosse a solução para os problemas desse tema.

Vejo com grande prazer, Sr. Presidente, tê-lo como Presidente, já que não o temos na área penal no STJ, lamentavelmente, e V. Ex^a que é doutor na

tese de execução penal. Então, não há ninguém mais indicado para presidir a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Mas eu venho com o vício redibitório. (*Risos.*) O Prof. Barbosa Moreira tem uma frase muito interessante: que as pessoas vivem no próprio lar, mas admirando as belezas do jardim do vizinho.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Eu venho de novo à execução penal com muita honra.

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Enfim, eu creio que não podia estar em melhores mãos a presidência desta Comissão nesse tema, já que V. Ex^a é alguém que é do ramo, embora eu registre novamente o lamento da advocacia criminal de não o ter numa turma especializada no STJ, de tê-lo desgarrado noutros setores do tribunal, prestando jurisdição de forma brilhante, mas eu creio que os advogados criminais prefeririam que V. Ex^a estivesse na nossa área.

Dito isso, Sr. Presidente, eu quero apenas dizer que serei um soldado, serei um colaborador disciplinado e obediente, seguindo sua orientação e procurando contribuir, da melhor maneira possível, com a minha modestíssima capacidade.

Eu já fui um pouco demolidor dessa questão. Fui Secretário de Justiça nos anos 1987/1990, e fui autor de uma proposta no Rio de Janeiro de extinção da Vara de Execução Penal. A Vara foi extinta por lei estadual, o que gerou, naquela ocasião, uma perplexidade enorme, porque... Enfim, eu entendia que a multiplicação da execução penal – na época, eram cem juízes criminais, cem promotores, cem defensores – seria muito melhor do que uma Vara que, na época, não funcionava, que não tinha recursos, que era o símbolo do abandono da administração judiciária. E o tribunal não cumpriu a lei. Por um parecer com caráter normativo, deixou-se de dar cumprimento à lei. A Defensoria Pública exigia, entrava com *habeas corpus*, e houve um conflito, e aí há um fenômeno histórico que foi o seguinte: a Vara de Execuções Penais do meu Estado, o Rio de Janeiro, está criada em sede constitucional. Havia a reforma da Constituição em 1988/1989 – em 1989, a adaptação depois da Constituinte –, e aí incluíram na Constituição do Estado a Vara de Execuções Penais como um ente que não pode ser extinto como reação do Poder Judiciário local. Vi apenas por curiosidade, porque ninguém entende que a Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro esteja criada na Constituição, ou seja, só uma emenda constitucional pode extingui-la e não o Código de Organização Judiciária.

Mas, enfim, isso era um pouco da reação do caos que era e ainda é, em certos sentidos, a execução penal no Brasil. Creio que temos uma responsabilidade

dupla no sentido de mobilizar, de chamar a atenção mesmo para essa questão, como o CNJ fez com os seus mutirões, mostrando à Nação a quantidade de penas vencidas, de gente presa injustamente. Quer dizer, teve a coragem de tocar nesse ponto sensível de uma maneira tão eficiente, creio que temos essa responsabilidade. E, mais do que isso, também produzir um documento que seja compatível com o seu tempo e que atenda àquilo que nós todos, idealisticamente, vemos em relação ao Direito Penal e à execução penal, etc.

Então, quero só dizer com muita honra que eu estarei sob a sua batuta e darei o máximo, o maior esforço que me for possível para que possamos ter um trabalho digno da sua presidência.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Pois não. Eu agradeço ao Dr. Tércio as palavras dirigidas à minha pessoa, vindo de uma autoridade nacional notória, com uma folha de serviços prestados dessa natureza...

O SR. TÉCIO LINS E SILVA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – ... isso realmente me emociona, além de me envaidecer. Muito obrigado.

Vou agora dar a palavra aos integrantes da Comissão que já se manifestaram, mas que vieram depois acrescentar mais tópicos ou comentários,

Então, pela ordem, o Dr. Carlos de Aquino, em primeiro lugar, por favor.

O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO – Ex^{mo} Sr. Presidente Sidnei Agostinho Beneti, a renovação do meu apreço e o privilégio e a honra de estar sob sua condução.

Saúdo V. Ex^a e o fazendo saúdo todos os colegas aqui presentes, em especial os que aqui chegam, que contribuem para os trabalhos desta Comissão. Um abraço aos novos componentes que nos privilegiam com as suas presenças e com o trabalho a ser desenvolvido por este colegiado.

Eu trago aqui no dia de hoje, meus amigos, dois outros tópicos além daqueles que eu já explicitiei e já entreguei à Presidência com cópia para os senhores e para a eminente colega Tereza.

Então, seria o 11º, Sr. Presidente, respectivamente, e o 12º tópico para fins de anotações nos assentamentos.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Pois não.

O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO – O primeiro colegas, um aspecto que trago à baila para discussão é acerca do art. 199 da nossa Lei da Execução Penal, que trata da utilização de algemas: “O emprego de algemas será disciplinado por decreto federal.” Então, se lançou para o decreto federal regulamentar

e disciplinar essa utilização e deixou, como sempre, uma coisa em aberto e se delegou a um decreto para que este pudesse disciplinar sua utilização.

Então, acho que poderíamos disciplinar e estabelecer o emprego de algemas como forma de sanção ou coação, que deve compreender o uso abusivo e vexatório com excessiva exposição pública, com intenção de constranger e não de cumprir a lei. O uso de algemas passaria a ser excepcional e obrigaria o registro em livro especial com a indicação do motivo de seu uso, lavratura de termo, assinatura da autoridade e juntada ao assentamento do preso. Estou trazendo aqui em tese, obviamente...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– À discussão.

O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO – ... à discussão.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Pois não.

O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO – E não se pode admitir, Sr. Presidente, esse recurso sendo utilizado de forma aética, com o vilipêndio da pessoa humana e o completo desvirtuamento da sua finalidade como instrumento de imobilização do conduzido, preso ou condenado, sem que esse ofereça resistência ou tente fugir, ofendendo, assim, a imagem e a honra do conduzido, do preso, que deve se submeter à jurisdição do Estado-juiz, sem excessos ou execração pública, mas apenas sendo um instrumento para inibir a ação evasiva e atos irracionais no momento de desespero.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, o Pacto de São José da Costa Rica, a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem bem como a Resolução da ONU, de 30 de agosto de 1955, não abnegam o uso de algemas, mas o tratamento indigno ao preso e o uso transversal de algemas com fins de constrangimento ou antecipação da pena.

De forma que eu penso que o emprego de algemas deve ser evitado, desde que não haja perigo de fuga ou de agressão por parte do preso.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Pois não.

O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO – Esse é o primeiro tópico, brevemente.

O segundo, para debate, à guisa também...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Décimo segundo.

O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO – Décimo segundo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Pois não.

O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO – ... à guisa de sugestão e mercê da sua percutiente de-

liberação e, obviamente, submetendo à reflexão do colegas, seria a evasão – nós inclusive já tratamos do assunto em discussões informais, mas aqui oficializo – que acontece quando um condenado cumpre parte da pena, recebe o benefício da progressão de regime, como é sabido, com um sexto da pena, conforme o art. 112 da nossa Lei de Execução Penal, e o preso passa do regime fechado para o semiaberto e ganha o direito de trabalhar, visitar a família.

A Lei 11.464, de 2007, alterou esse tempo para quem comete crimes hediondos – Lei dos Crimes Hediondos. De acordo com a Lei dos Crimes Hediondos, a 8.072, de 1990, o regime deveria ser integralmente fechado e agora é de dois quintos para quem comete esse crime e de três quintos para os reincidentes.

Esse critério é objetivo e prevalece sobre o critério subjetivo. Esse é outro assunto polêmico, uma vez que o preso é liberado por ordem judicial e a administração cumpre essa decisão.

Para finalizar, eu queria trazer um dado aqui do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão do Ministério da Justiça, que contabilizou apenas seis fugas, e houve 1,4 mil abandonos e evasões em 2009.

Vejam que se dá a fuga pela porta da frente, com autorização judicial, com o cumprimento da lei. Simplesmente após esse privilégio, esse benefício, que a lei concede, o interno vai embora. Isso é um assunto palpitante, que entendo não poderia passar à margem das nossas reflexões e das nossas discussões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) –

Eu agradeço ao Dr. Carlos Pessoa de Aquino, eminente Professor, a sua sugestão complementar aos tópicos.

Muito obrigado.

O Dr. Edemundo Dias de Oliveira tem também uma informação a trazer. S. Ex^a, pelo que me consta, até preparou um material para distribuir aos integrantes da Comissão.

Tem a palavra S. Ex^a.

O SR. EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO

– Bom dia a todos e a todas.

Quero saudar aqui o nosso Ministro Sidnei Beneti...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Muito obrigado.

O SR. EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO

– ... que tem conduzido esta Comissão de forma magistral. Quero saudar os colegas, os companheiros com os quais estamos na estrada trabalhando essa reformulação da Lei de Execução Penal. Cumprimento especialmente os que chegam agora para compor co-

nosco essa árdua missão de debatermos, discutirmos e propormos uma atualização à Lei de Execução Penal.

Ministro, para ser bem objetivo, eu dividi a minha parte em duas. Primeiro, trago aqui as nossas propostas, de forma bem genérica, ampla, à Lei de Execução Penal como um todo, inclusive como o senhor sugeriu, por tópicos – e já passo às mãos de cada membro da Comissão.

Só para deixar consignado – e novo membro Dr. Tércio nos trouxe aqui –, a situação do sistema prisional brasileiro é tão caótica que nunca é demais lembrar que o próprio Ministro da Justiça deu uma declaração recente – que acho que tem ficar na memória de todo o Brasil, deve chamar a atenção, não deve cair no ostracismo, no esquecimento, na leniência de todos nós – dizendo que se fosse condenado a um presídio brasileiro, ele preferiria morrer.

Então, o próprio Ministro da Justiça, a maior autoridade do Poder Executivo na área, traz um paradigma de como está o sistema prisional brasileiro. Eu sou um gestor do sistema prisional brasileiro. Fiquei cinco anos e meio um tempo atrás e agora voltei. Quando eu voltei, todos me disseram: “o senhor voltou para o inferno”. A situação é uma situação absolutamente caótica. E nós que militamos no sistema prisional, gestores do sistema prisional, Ministro, vivemos esse caos diariamente. Porque somos nós que ouvimos os gritos, os clamores dos custodiados brasileiros acumulados. Nós ainda temos presos morcegos, que se amarram, porque não há local nem para repousarem o corpo, dado o acúmulo de presos nas celas. Isso nós vemos cotidianamente. Esse é o retrato, e precisamos mudá-lo.

Mas vemos que o grande culpado de tudo isso é o próprio Estado. O Estado, como eu tenho dito aqui, é um Estado infrator, porque ele não possibilita. Daí a nossa preocupação quase unânime de que para o que nós propusermos aqui temos que ter alguma garantia na lei de responsabilização. Como temos aí a responsabilização fiscal, algum mecanismo de garantir, na própria lei, que ela será aplicada. Acho que, se conseguirmos isso, vamos avançar.

Então, Ministro – até passei para todos os membros da Comissão e vou entregar para o senhor –, aqui já estão as propostas e, na própria LEP, as mudanças cabíveis, destacadas em letra colorida. E vou ler rapidamente os tópicos.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Eu gostaria que V. S^a lesse os tópicos, só que vou pedir uma gentileza a V. S^a.

O SR. EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO

– Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– V. S^a apresentou com letras. Se puder rapidamente

colocar em números, ficará mais fácil depois para tabularmos esses tópicos.

O SR. EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO

– Eu fiz aqui um intróito. Do item 4 para frente... Então vamos considerar A como 1; B, 2.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) –

Acho que poderia ser: 1. Supressão; 2. Inclusão. Se V. S^a pudesse fazer à mão, rapidamente, e segue toda a numeração. E eu acompanho também, porque já numerei aqui. Então, o número 1: Supressão dos poderes.

O SR. EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO

– Número 1. Supressão dos poderes do juiz para agir de ofício. Estão todas as discussões aí. É claro que isso aqui é para discussão da Comissão.

2. Inclusão da advocacia entre os órgãos da execução penal.

3. Progressão de regime motivada por superlotação ou insuficiência de prestação de serviços previstos na LEP. Inclusive a respeito disso já há até decisões transitadas em julgado.

4. Trabalho obrigatório para presos provisórios. Porque a lei só fala do condenado.

5. Fixação de percentual de ressarcimento do Estado.

6. Condicionamento do ressarcimento do Estado à efetiva prestação de assistência.

7. Prestação de serviços de hotelaria por instituições privadas ou organizações sociais. Cogestão ou privatização de serviços etc;

8 – regime jurídico e gestão da hotelaria na forma privada – tudo isso está explicado lá dentro;

9 – dimensionamento do valor de indenização para vítimas ou familiares;

10 – direito de requerer mudança de local de cumprimento de pena por motivo de ameaça – porque ocorre muita morte lá dentro, e nós acreditamos que o preso teria esse direito;

11 – transferência para o ente estatal da competência de dispor sobre a fiscalização da execução da pena;

12 – alterações nos processos disciplinares, assegurando-se a atuação de advogado – porque esses processos disciplinares não têm o que a gente chama de direito de defesa...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Há uma constância em várias sugestões.

O SR. EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO

– Isso. E dispondo sobre o impedimento e suspeição de servidores.

13 – Observação das peculiaridades e distinções das áreas de segurança e assistência na formação do pessoal;

- 14 – possibilidade de contratação de profissionais por credenciamento;
- 15 – criação de capítulo dispondo sobre atuação da advocacia – a advocacia presente é sempre um controle dos excessos, é um controle externo social a mais;
- 16 – a transferência da responsabilidade pela gestão de áreas da advocacia e da defensoria para entidades correspondentes, inclusive no tocante ao custo e manutenção;
- 17 – remissão de parte da pena por atividades intelectuais – até coloquei aqui uma sugestão, doação de sangue, se for o caso, já estendendo aqui o que o próprio Gamil colocou;
- 18 – institucionalização da gestão dos recursos decorrentes de pena pecuniária;
- 19 – possibilidade de inscrição dos valores da dívida ativa, cobrança amigável ou judicial;
- 20 – disposição sobre aplicação do recurso, em sentido estrito, por instrumento na regência do agravo na execução; e
- 21 – possibilidade de cumprimento de prisão civil em regime domiciliar ou com monitoramento eletrônico.

Essas seriam as contribuições, por tópicos bem objetivos, já na lei, com as letras já coloridas, para que seja mais fácil compreender.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Pois não. Todos nós agradecemos muito ao Dr. Edemundo pela pormenorização de providências, que, realmente, serão de muita utilidade num sistema transparente de execução penal.

Notem os eminentes membros da Comissão como as questões típicas acabam fazendo viver, na nossa Comissão, o dia a dia dos problemas agudos que ocorrem nas prisões. Mas não só os grandes problemas, como também esses que parecem pequenos, mas que são importantíssimos, são grandes problemas para quem está padecendo da questão que deles decorrem, e também da sociedade, que quer o adequado cumprimento da pena.

Muito obrigado.

O SR. EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO

– Só para completar.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Pois não.

O SR. EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO

– É só para fazer a entrega de uma determinação que o senhor me deu...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Eu estava vendo na mesa de V. Ex^a.

O SR. EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO

–...que recebi, com muita honra, sobre a discussão

da questão do semiaberto. Eu tenho proposto que a gente, pelo menos, rediscuta isso. Não sei se isso vai caber agora...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Terá que ser discutido.

O SR. EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO

–...mas, em determinado momento, nós, o Brasil, vamos ter que discutir o regime semiaberto. Fiz um estudo, ainda muito rápido, ele pode ser aprofundado. Na terceira folha, há, como senhor me pediu, um estudo de como isso é no mundo. Então, vou pedir que o Enilson distribua. Fiz aqui para os colegas e ainda requer alguma revisão ortográfica etc., porque foi muito rápido. Peço desculpas. Utilizei minha assessoria da secretaria.

Por exemplo, aqui mostra como funciona no Brasil. Nos Estados Unidos é o seguinte: segurança mínima, média e máxima, dependendo do grau, do potencial ofensivo do crime. No Chile, menos de 1% de todos os presos estão no regime semiaberto. Lá, existe o regime semiaberto, mas há um controle do Estado e o percentual é mínimo, mínimo, mínimo.

Há o exemplo da Comunidade Europeia, Reino Unido, junto com Inglaterra, Irlanda e País de Gales; na China, para a gente exemplificar outros continentes, na Rússia, no Japão – no Japão, é muito interessante, pois, se o sujeito comete um crime leve, pena alternativa; crime médio, três anos de prisão; crime grave, pode chegar à pena máxima, pena de morte, pena capital; mas inexistente lá a questão do semiaberto –, no Timor Leste, para termos a idéia de um país menos desenvolvido, em alguns países da África e no Oriente Médio.

Eu vou dispensar fazer mais qualquer tipo de comentário, porque já fiz aqui por escrito, o que passo às mãos dos colegas. Aqui, coloco algumas decisões do STF, progredindo para o regime menos gravoso, por causa da situação do próprio semiaberto no Brasil. Isso traz um sentimento de impunidade muito grande ao povo brasileiro. Não sei se agora ou depois, mas isso tem de ser reavaliado e reanalisado.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Eu agradeço a pesquisa e as informações. Vamos discutir, no decorrer dos trabalhos, esta questão extremamente sensível do semiaberto, que é um ensejo de dificuldades na execução penal, um momento de dificuldades.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Ministro, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Pois não, Prof. Marcellus.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Eu não havia me inscrito para tecer alguns comentários, mas tenho algumas proposições ainda a fazer. Se tiver algum espaço, eu gostar de me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Pois não, em seguida à manifestação da Dr^a Maria Tereza, a quem vou fazer um pedido especial. Dr^a Maria Tereza, houve uma informação importante daquilo que está sendo implantado já pelo CNJ e, como V. Ex^a tem a visão nacional, talvez pudesse dar uma informação a respeito disso ou daquilo que julgar interessante oferecer à Comissão.

A SR^a MARIA TEREZA UILLE GOMES – Quero, inicialmente, saudar o eminente Ministro Sidnei Beneti, que tem presidido os trabalhos desta Comissão com tanto brilhantismo.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Obrigado.

A SR^a MARIA TEREZA UILLE GOMES – Quero saudar cada um dos integrantes da Comissão, especialmente o Dr. Edemundo. Compartilho com ele essas angústias em relação à forma de funcionamento do regime semiaberto. Eu acho que é um tópico bem importante realmente a ser repensado.

Eu acho que uma das questões mais importantes em relação às alterações da Lei de Execução Penal diz respeito à gestão da execução penal, e gestão com controle externo da gestão da execução penal, de maneira que qualquer advogado, promotor, juiz, gestor consiga, numa mesma linguagem, enxergar quais são os problemas mais graves.

Daí o problema da necessidade de controle da superlotação, em que, com base nos princípios constitucionais da publicidade e da eficiência, deve-se saber qual a capacidade e quantos presos estão recolhidos em cada um dos estabelecimentos do Estado, de forma pública. Para que isso aconteça, para a implantação de um sistema de gerenciamento dessa informação do BI, a condição fundamental é que todos os presos tenham RG.

Então, no primeiro momento, a proposta é que sejam obrigatórios, pela Lei de Execução Penal, logo no início, a partir do momento em que a pessoa é presa, que imediatamente seja providenciado o RG do Estado e que, num segundo momento, também seja agilizado o RG nacional. Daí os próprios sistemas de informação entre os diversos Estados conseguem conversar. O RG é o ponto fundamental. Além do RG, deve haver os dados referentes ao atestado de pena expedido pelo Judiciário que indica a data da progressão, do livramento e dos benefícios e também um controle de benefícios pendentes nas Varas de Execuções Penais, para que façamos o cotejo de qual é a superlotação e quantos benefícios estão pendentes na VEPs. Para isso, o sistema é muito simples de ser desenvolvido, que é esse sistema do BI, porque ele absorve as in-

formações seja do Judiciário, seja do Executivo. Não é um sistema próprio, é apenas ferramenta de gestão.

Nós estivemos com o Ministro da Justiça há poucos dias e entregamos a ele essa proposta de BI que nós estamos desenvolvendo no Estado do Paraná. Ele achou a proposta muito importante, tem todo o interesse nela e já a passou para equipe própria do Ministério da Justiça, para que seja possível avançar nesse sentido.

Eu acho que a questão seria, realmente, o Ministério de Justiça e o CNJ. Acho que são os dois órgãos fundamentais. O CNJ principalmente, por causa dos atestados de pena e dos benefícios pendentes. O Ministério da Justiça, em razão da questão do RG. Aí, com isso, acho que temos esse controle de gestão, que é controle externo da gestão da execução penal.

Com relação à preocupação com a superlotação, hoje, são 240 mil presos, além da capacidade dos estabelecimentos penais no Brasil. A preocupação é que, dos 240 mil presos, 206 mil estão condenados por seis crimes, cujas penas não excedem quatro anos – roubo simples, furto qualificado, furto simples, estelionato, receptação, porte e posse ilegal de armas.

Então, essa população também precisa ser vista de uma forma diferenciada. Até que ponto precisam realmente permanecer ou não e, na linha do que foi dito pelos Colegas que me antecederam aqui na Comissão, talvez pensar nessas hipóteses em que a pena, a condenação, for de até quatro anos – claro que, muitas vezes, eles têm outros processos e, por isso, estão ali. Mas, se você tem o tráfico e o furto, não precisa cumprir a pena do furto. Essa pena poderia ser convertida num outro tipo de pena. Aí, a necessidade da ampliação da competência do juiz da execução penal.

Então, a primeira proposta: controle externo da gestão da execução penal; segunda: maior discricionariedade de competência ao juiz da execução penal; disciplinar melhor a questão do procedimento dos incidentes de execução penal, a própria criação de câmaras especializadas de execução penal, que foi uma proposta do Ministro Sidnei Beneti. Acho que em relação à estrutura do Judiciário são questões centrais.

A terceira questão, abordada aqui, de uma revisão conceitual da arquitetura penal do que é o regime semiaberto, o que são as colônias penais ou não são, porque muitas não existem. Colônias penais ou similares, que poderiam ter um formato de centro de integração social, em que o preso efetivamente trabalhe. Esse é um ponto em que todos têm insistido aqui: a necessidade de inclusão através do trabalho.

Faço até uma proposta que vai um pouco além, mas é importante. Não deve ser apenas um trabalho aleatório. O preso custa muito para o Estado. Ele cus-

ta R\$2 mil. Ele precisa, de alguma forma, retribuir à sociedade esse gasto.

O Brasil assumiu o compromisso, com os 8 objetivos de desenvolvimento do milênio, com a ONU. São 178 países que se comprometeram. A meta que o Brasil não consegue atingir é saneamento básico e reciclagem de resíduos sólidos. Então, esses dois itens, na verdade, hoje, têm causado a morte de muitas pessoas por falta de saneamento. O Brasil só tem 29% de saneamento.

A reciclagem é algo muito simples de ser trabalhado, até num nível mais elevado em relação ao que está sendo feito hoje. Os municípios têm obrigação de ter planos municipais de saneamento, e todos os municípios são obrigados, até o próximo ano, de ter planos municipais de reciclagem de resíduos sólidos.

Assim, poderíamos até pensar em algum trabalho conjunto, na medida em que os municípios poderiam dar emprego, dar trabalho a esses apenados, seja no presídio, seja em regime semiaberto, até mesmo através de algumas alternativas penais, buscando contribuir com um dos maiores problemas que hoje nós temos, já que o sistema custa tão caro.

Ontem, ainda fazia uma reflexão sobre isso. A análise feita de que, para resolver parcialmente a questão do saneamento, pelo menos para atingir as metas, seriam necessários R\$50 bilhões num fundo. A perspectiva que fizemos aqui, com essa explosão carcerária, dos próximos 10 anos, é a de que o custo de gestão será de R\$14 bilhões por mês.

Então, acho que teremos de fazer algumas contas para equilibrar um pouco melhor a finalidade do trabalho do preso. Que ele é essencial, não há dúvida, mas que tipo de trabalho com algum projeto específico nesse sentido.

Além do que, acho que outro ponto fundamental também, que é o quarto ponto, é o da municipalização da execução penal – fazer com que esses patronatos, que estão previstos na lei de execução penal para fiscalização de penas alternativas, efetivamente passem a funcionar, porque, até hoje, ainda existem várias ações positivas da criação de centrais de penas e medidas alternativas, mas o patronato, como órgão da execução penal, até hoje, ainda deixa a desejar, e a não fiscalização das penas e medidas alternativas também levam a uma sensação de impunidade.

Acho que a participação do município aí é fundamental, porque as pessoas estão em liberdade, elas estão em meio aberto; e o município é o que mais tem condição de ter ali uma assistente social, um psicólogo, para os encaminhamentos necessários.

A nossa proposta aqui, nos mesmos moldes em que o juiz da execução fomenta o conselho da comu-

nidade hoje, a criação do conselho da comunidade, que tem outra finalidade, é que o juiz da execução também, o Ministério Público – enfim, todos os órgãos da execução – pudessem fomentar a municipalização da execução penal, com a criação de leis municipais, institucionalizando o patronato.

Elaboramos uma discussão com vários prefeitos, e, na semana passada, foi aprovada, na Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu, lei municipal criando o patronato municipal, o primeiro Patronato Municipal do Estado.

Acho que é um caminho importante, porque o Estado fica com a preocupação maior do regime fechado e do regime semiaberto dos presos provisórios, e o meio aberto passaria, então, a um avanço de municipalização.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Pois não. Agradeço à Dr^a Maria Tereza a sua informação, sempre substancial a respeito do sistema.

O Professor, Dr. Marcellus Ugietto, pede a palavra. Por favor.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Bom dia a todos. Gostaria de saudar o Dr. Ministro Sidnei Beneti, em nome de quem saúdo todos os demais colegas, mas faço uma nova referência especial aos novos integrantes da Comissão. Tenho certeza de que vai nos ajudar muito a intelectualidade e a capacidade de cada um deles.

Dr. Sidnei, gostaria apenas de fazer algumas observações que julgo importantes, não só referentes às falas já apresentadas aqui hoje, para dizer, em primeiro lugar, que o Conselho Nacional do Ministério Público, durante a semana toda, lá em Pernambuco, esteve conosco. Fizemos inspeções, Dr^a Tereza, em todas as unidades prisionais, que já é do meu trabalho mesmo, mas foi uma forma de acompanhá-los e demonstrar a dificuldade que temos de poder fazer com que o Estado cumpra, pelo menos, 1% da Lei de Execução Penal atual.

Lembro-me muito bem, quando V. Ex^a nos recebeu, de V. Ex^a dizer que pretende fazer uma lei de execução penal... que possamos alterar, melhorar, propor uma lei de execução penal factível.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – De resultados. De resultados concretos.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – De resultados. Isso foi muito importante. Acho que o caminho que temos de abordar é esse. O Conselho Nacional do Ministério Público, na esteira do que já vem fazendo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tem feito esse trabalho de inspeção nos Estados – parece-me que o próximo é na Paraíba – e tem tentado nos ajudar.

Passei a semana toda com eles em Pernambuco nessa luta. Eles puderam ver o quanto é difícil e o quanto, inclusive, devo mandar para os membros o resultado fotográfico dessas nossas ações, lá em Pernambuco, e dizer que o Colega que falou do Maranhão, Dr. Charles, quando falou do projeto do CNJ lá em Pernambuco, já começou a ser instalado nas varas de execução penal. Tem um nomezinho diferente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Tem um nome diferente, lá em Pernambuco, que já está sendo compactado, para que possa ser utilizado nas varas de execuções penais.

Bem, dito isso, gostaria de fazer somente algumas inserções ou proposições a mais que não pude mandar por e-mail, porque passei a semana toda literalmente dentro das unidades prisionais, como disse antes.

Com referência ao art. 69, que fala do Conselho Penitenciário nos Estados, ele faz a cerimônia...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – V. Ex^a tem lembrança da numeração?

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Não. Estou fazendo agora. Seria uma nova proposição.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Pois não.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Ele faz a cerimônia do livramento condicional, e isso tem causado, porque o Conselho Penitenciário não tem tantas pernas para atender à demanda de livramento condicional das decisões judiciais nesse campo.

E o que ocorre? Por muitas vezes, o preso fica por oito dias, dez dias, já com o livramento condicional decidido, já com a decisão de livramento condicional na Internet, nas mãos da unidade prisional.

Diga, Dr. Sidnei?

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Esse vai passar a ser o de nº 28, nas proposições; nos tópicos de V. S^a, por favor.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Então, vou seguir esse Tópico nº 28. O que acontece? Esse livramento condicional não é efetivado, porque falta audiência admonitória, de admoestação ao reeducando, que, em regra, aceita. E isso me causa preocupação.

Há a possibilidade de acontecer algum problema com o preso, com o reeducando, dentro da unidade prisional, com o preso já estando com o alvará de soltura, como egresso do sistema, mas preso no regime fechado, via de regra.

Então, eu gostaria de propor essa reflexão sobre esse papel do Conselho, inclusive colocando até, se fosse o caso, objetivamente, a partir do art. 69 da atual Lei de Execução Penal, o papel importante desse

conselho, mas aprazando, vamos dizer em 48 horas, por exemplo, essa audiência admonitória, porque entendendo que seja extremamente importante que ninguém possa ficar num prazo tão longo dentro do cárcere já com o livramento condicional.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Então, é o problema do retardamento das audiências admonitórias, fixando-se os prazos para o conselho; ou outra solução.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Exatamente. É bom frisar que os conselhos penitenciários, via de regra, não são tão prestigiados pelos Governos estaduais. Pelo menos, lá em Pernambuco, é assim. Não sei em outras realidades, em outros Conselhos Penitenciários Estaduais, muito embora seja um órgão de extrema importância.

Na Proposição nº 29, temos a questão da cadeia pública. Como todos sabem – não vou alongar-me na filosofia –, há uma dificuldade muito grande. Não temos penitenciárias e presídios em todas as unidades municipais. Penso que, muito embora a atual lei diga que a cadeia pública é para sumariado, poderíamos refletir que, em algumas situações, já pegando o gancho da Dr^a Tereza, poderíamos ter os presos com pena, vamos dizer, de até 4 anos, cumprindo a pena, mesmo que fosse em regime fechado ou em regime semiaberto, criando-se uma condição de que ele cumpra na própria comarca.

Primeiro, a comunidade verá a punição. Segundo, você não desloca um homem por 300 km, um homem da roça, do interior do Estado, para cumprir uma pena distante da família; ou um jovem, quando se ele estivesse no município onde foi apenado, poderia trabalhar e ter uma nova condição.

Então, precisamos repensar essa questão da cadeia pública, que, inclusive, deu asas à Resolução do CNJ, que é uma repetição da Lei de Execução Penal, dizendo que não podem cumprir pena em cadeia pública os presos que respondem ao processo. Não podem estar nas cadeias públicas os presos condenados definitivamente.

Por fim, a questão da fuga como falta grave, as faltas graves, e a questão das penas remanescentes para novas progressões. Está-se falando... e o Dr. Edmundo tem uma preocupação muito grande quando à questão do semiaberto, que é uma preocupação dele, minha, de todos nós, da Dr^a Tereza, que mais uma vez falou nesse sentido. Mas não temos, na Lei de Execução Penal, professor Gamil, objetivamente um dispositivo que possa dizer: “Bem, o sujeito fugiu uma vez do semiaberto, ele regride; e depois, com um sexto ou dois quintos da pena remanescente, se não for reincidente, ele retorna ao semiaberto. Mas ele foge de novo. E isso

tem sido recorrente, pelo menos no meu Estado, até porque o semiaberto lá é um fechado mal-encarado.

Muito bem, precisamos definir objetivamente: se continuarmos com o semiaberto, pelo menos que o preso perca esse direito ao semiaberto em duas situações de falta grave, por exemplo, para que a Justiça e o Estado não fiquem recorrentemente concedendo o semiaberto a alguém que não se adequou a esse modelo de cumprimento de pena, porque já fugiu uma vez, já cometeu falta grave num outro momento, não é?

Evidentemente, para isso, o Estado tem de dar a condição que bem falou a Dr.^a Tereza na questão da gestão desse modelo de semiaberto que temos hoje, ou modificar essa situação.

Por fim, já era uma ideia minha, mas que foi reforçada pela Dr.^a Tereza. Creio eu que a gente precisa municipalizar ou pelo menos envolver o Município na questão da execução penal. Não só na questão da cadeia pública, mas na questão, inclusive, dos serviços que são destinados aos presos nas unidades prisionais dos Municípios.

Para se ter uma ideia, quando é para o Censo do Município e por isso para receber mais verbas, por exemplo, para a saúde, a educação, a segurança pública, os gestores municipais batem às portas das unidades prisionais para saber a quantidade de presos, a capacidade, a quantidade. Mas, na prática, quando se precisa do Município nessas questões de saúde, de educação, de segurança nas unidades prisionais daquela localidade, não se tem o aporte.

Acho que a gente precisa repensar isso e colocar, inclusive, um dispositivo – isso evidentemente a gente está colocando para debate – para essa questão do envolvimento do Município na execução da pena, o que eu acho não só bom para a sociedade, para a comunidade, para que se veja o cumprimento da pena, mas bom também... E o Município não está fazendo nada além de cumprir a sua obrigação constitucional, já que recebe verbas federais...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Perfeito.

O SR. MARCELLUS UGIETTE - ...para esse fim.

Federais e estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Perfeito.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Bem, era isso que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Vejo isso com muito bons olhos, inclusive, porque fica perto do juiz que julgou.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Deixa de impessoalizar o juiz, naturalmente todo o

aparelhamento, o advogado, o promotor, todos que trabalharam naquele fato da condenação, e deixa de ser muitas vezes um número no sistema para ser aquela pessoa que está sendo vista diariamente nas suas atividades.

No tempo em que eu fui juiz criminal de 1º grau, a gente chamava isso de correr a grade. Eu visitava os presídios toda sexta-feira e via um por um aqueles que estavam ali. Naquele tempo eu até era muito renitente no sentido de remeter o caso, mesmo no cumprimento da pena, para a vara das execuções penais, porque eu achava que ali próximo do juiz, do promotor, da comarca, do advogado que patrocinava o caso ficava mais individualizado de fato, de fato o cumprimento da pena.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Sem dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Vejo com bons olhos esse Mas vamos evidentemente discutir e ver onde vamos chegar.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Pois não.

O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO – A propósito, gostaria que V. Ex.^a, dentro do curso dos trabalhos, pudesse correr a grade, por exemplo, aqui no Distrito Federal e, quem sabe, agendarmos uma visita à Papuda.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Converter em diligência.

O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO – Con-

verter em diligência.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Bem pensado.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Vamos considerar. Acho uma boa sugestão para se ter, inclusive na Capital ou próximo, uma visão concreta que seguramente vai trazer mais elementos para nós colocarmos depois na mesa das considerações.

Muito obrigado pelas sugestões e vamos tentar viabilizá-las.

O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO – Eu é que agradeço a V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

- Nós temos agora... Estamos próximos e eu pretendo terminar em torno de 15 minutos para o meio-dia. Mas há algumas questões organizacionais que eu pretendo tratar com os eminentes membros da Comissão.

A primeira é a próxima reunião. A próxima reunião eu estou pretendendo fazer numa quarta-feira, que me parece um dia mais conveniente para todos, inclusive, para efeito de se encontrarem mais oportunidades de verificações locais na própria Brasília. Pensamos no dia 5, numa conversa preliminar. Então, ficaria marcada para o dia 5 de junho, às 10 horas, mas pedindo, como eu fiz dessa vez, que os eminentes membros

da Comissão chegassem um pouco antes para que nós pudéssemos trocar uma ideia informalmente, não na reunião formal, mas que pudéssemos trocar uma ideia, sobretudo, a respeito da condução dos trabalhos. Então, dia 5, para começarmos, se possível, pontualmente aqui, às 10 horas, mas para já estamos todos em torno de 9 horas, para entrarmos às 10 horas e começarmos pontualmente.

A outra. Eu devo designar, a Comissão deve designar alguém que seja o Relator desses trabalhos, que é um trabalho de secretaria. Eu iria sugerir aos membros da Comissão que nós designássemos a Dr^a Maria Tereza. Ela é Presidente do Conselho Nacional de Secretários, de maneira que tem toda uma organização, também uma visão nacional, inclusive em razão da sua atividade de presidir esse órgão de caráter nacional. E depois S. Ex^a teria meios de harmonizar todas essas sugestões.

Estou solicitando a V. Ex^a que assuma um trabalho que é ingente, sem a menor dúvida. Mas eu iria sugerir à Dr^a Maria Tereza, se ela aceitasse, relatar os trabalhos e, portanto, fazer a secretaria geral desse trabalho. Se estiver de acordo em aceitar a proposta, vou consultar a Comissão formalmente sobre se aprova o nome. V. Ex^a poderia aceitar?

A SR^a MARIA TEREZA UILLE GOMES – Estou à disposição para contribuir, se houver consenso. Se não, também ficarei à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Estaria de acordo a Comissão para que ficasse com...?

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Sou o cabo eleitoral dela. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Vai receber mais trabalho.

Está, portanto, aprovada, por unanimidade, para a função de Relatora, a Dr^a Maria Tereza Uille Gomes.

A SR^a MARIA TEREZA UILLE GOMES – Muito obrigada pela confiança.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Nós é que agradecemos a V. Ex^a por aceitar esse trabalho, que é muito grande.

Devemos dividir a Lei de Execução Penal por tópicos, porque é essa a melhor maneira de depois trabalharmos e de irmos rubricando cada uma dessas proposições, as que já foram apresentadas e as que poderão vir, nos termos da Lei de Execução Penal.

Imaginei dividir a Lei de Execução Penal por títulos, mas dividir de tal maneira que chegássemos a dez. Então, teríamos dez núcleos, digamos, da divisão da Lei de Execução Penal. Imaginei que o primeiro poderia ser com os Títulos I e o II, do Objeto e da Aplicação da LEP. É uma programação genérica, muito bem feita, que geralmente não traz questões operacionais práti-

cas como tem sido o objetivo da nossa Comissão. Mas “Do Condenado e do Internado” já traz. Então, ficariam para a primeira divisão os Títulos I e II.

A segunda parte seria o Título III, “Dos Órgãos da Execução Penal”. Aqui, realmente, há muito o que pensar, o que meditar, muito o que propor e muito o que alterar. Em terceiro lugar está o Título IV, “Dos Estabelecimentos Penais”, que é um mar imenso de questões. Seria o terceiro.

No quarto, pensei que poderíamos aglutinar os Títulos V e VI, “Da Execução das Penas em Espécie”, que também é enorme, com “Da Execução das Medidas de Segurança”, que não é tão grande, mas é uma questão de uma afletividade enorme, de uma importância qualitativa enorme e humana tremenda, diante da qual todos os sistemas do mundo sempre buscaram soluções que jamais foram as ideais. Mas seria para aglutinarmos.

Por fim, o quinto, que eu acho que poderia ficar nessa parte processual “Dos incidentes de Execução” e “Do Procedimento Judicial”, e iria acompanhando “Das Disposições Finais e Transitórias”, que não são uma grande quantidade de questões. Havia sido a requisição inicial do Professor Tércio Lins e Silva, mas vai ser preciso ficar tudo junto. Entendi a brincadeira de V. Ex^a. Seria muita modéstia dizer que ficasse com aquilo que era o menor, mas V. Ex^a estará reservado para ingentes tarefas maiores. Então, seriam esses cinco grupos.

Não vou, agora, fazer a divisão, porque isso implica certa meditação. Mas vou pedir que, depois, me passem um e-mail dizendo onde gostariam de se colocar. Então, os Títulos I e II...

O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO – Sr. Presidente, antes de nós decidirmos, *data venia*...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Pois não.

O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO – Seria interessante V. Ex^a determinar a distribuição dos tópicos para que, então, nós nos debruçemos e deliberemos.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Perfeito.

O SR. CARLOS PESSOA DE AQUINO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Isso será passado por e-mail.

Gostaria de me colocar, se me aceitarem, nesse último. São os procedimentos, a parte processual. Essa é a matéria sobre a qual tenho maior quantidade de reflexões. Acho que poderia, modestamente, trazer alguma contribuição à Comissão nesse sentido.

Mas vamos deixar essa matéria. Passem-me, por favor, e-mails dizendo onde prefeririam ficar e vamos

acertar. Evidentemente, a Comissão é uma só. Todos terão participação e possibilidades de se manifestar e de decidir a respeito das matérias, quando elas chegarem a essa fase.

Quero, também, informar que nós tivemos a ausência do Dr. Sergio Alexandre Habib, que está adoentado. Inclusive, a atenção de S. Ex^a o levou a mandar o atestado médico mostrando que está adoentado, mas tenho certeza de que, para a próxima reunião da Comissão, já o teremos presente.

Por ora, seria essa a razão da nossa reunião. Terminamos... Depois de franquear a palavra, vamos terminar pontualmente, como havíamos imaginado. São 11h43. Creio que poderemos terminar às 11h45, aproximadamente. Depois, convidando todos, como se faz nas Comissões do Senado e nos informa o secretário da Comissão, a almoçar no restaurante disponibilizado pelo Senado Federal.

Pois não, Professor.

O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS

– Bom, de minha parte, eu já aceito o convite para o almoço. Mas apenas para que formalizássemos a questão do mecanismo das audiências públicas, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Eu poderia dizer o que eu pretendo. Eu iria fazer, sem dúvida, audiências públicas convocando à manifestação, aqui, de início, duas espécies de pessoas que pudessem manifestar-se, algumas da área eminentemente técnico-jurídica. Nós temos grandes juristas, pessoas que poderiam dar uma enorme contribuição, temos alguns juristas que poderiam estar sozinhos, como disse anteriormente, até fazendo a Comissão inteira. Por exemplo, a Prof^a Ada Pellegrini Grinover.

O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS

– Ada Pellegrini; sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Se ela fizesse um projeto, todos nós a subscreveríamos sem a menor dúvida. Então, seriam esses tipos de pessoas primeiro. E, segundo, seriam pessoas que vêm se dedicando, embora não sejam juristas.

Mas eu imaginava em torno de uma cinco pessoas de uma categoria, de uma classificação – digamos – da formação intelectual e profissional e umas cinco de outra, para que nós pudéssemos caminhar. Mas seria nesse sentido. Agora, com V. Ex^a.

O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS – Pois não. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– E os nomes, eu conversei depois com a Comissão.

O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS

– Eu, na realidade, não me referia a essas audiências públicas. Eu me referia a uma discussão mais ampla com a sociedade e à possibilidade – como já discutido

informalmente, apenas para formalizar a discussão – de realizarmos, nos nossos Estados de origem, nas nossas localidades, audiências públicas para colhermos também lá sugestões, proposições no sentido de que pudessem enriquecer o debate e a discussão, aqui na Comissão, com proposições trazidas também de outras pessoas, que certamente têm contribuições efetivas a dar, além de todos esses que já foram sugeridos, como o CNJ e outros órgãos vitais.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Sem dúvida. Claro.

O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS

– E, então, saber de V. Ex^a se estaríamos nós, membros da Comissão, autorizados a falar em nome da Comissão, na realização de audiências públicas no nosso Estado de origem, inclusive trazendo algum colega mais perto. Por exemplo, o Aquino está perto de mim, ali na Paraíba; o Marcellus está ali perto de mim, em Pernambuco. Se não poderíamos, por exemplo, reunir ali três, chamar uma audiência pública, ou ir a outro Estado, discutir essas questões e abrir uma discussão? Sabemos que o tempo é curto, curtíssimo, para a realização dessa tarefa que nos foi designada, mas, dentro desse tempo, se seria possível a gente se utilizar desse mecanismo importante de discussão sobre proposições, para que se possa, quem sabe, contemplar a LEP.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Eu agradeço a sugestão, a colaboração e as considerações.

Com relação ao prazo da Comissão, eu estou solicitando ao Presidente do Senado Federal que nos estenda esse prazo. Eu estou imaginando um prazo de 120 dias...

O SR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS

– Sem dúvida, bem melhor.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Além desse prazo inicial, que foi muito pequeno para que se chegue a uma meditação nacional a respeito de um assunto dessa vastidão; e que nós possamos produzir um trabalho realmente consistente. Eu tenho a impressão de que isso deverá ser concedido e nós teremos mais tempo.

Com relação às audiências públicas, o deslocamento da Comissão para os Estados traria muita dificuldade, inclusive de custos. Está, por sinal, na divulgação pública do Senado, que é bom que se evitem esses custos, que implicariam em deslocamento de toda a Comissão e mais os serviços administrativos. Mas eu tenho a impressão de que esse caminho, que eu já imaginava perfeitamente possível, factível, necessário e útil, nós podemos trilhar.

Vou submeter aos membros da Comissão se aprovariam esta proposição de que audiências públicas fossem realizadas pelos membros da Comissão, cada um nas suas regiões falando em nome da Comissão e, depois, trariam para totalizar essas sugestões que ocorressem, setoriais. Mas sempre com problema de custos. Não teríamos como franquear o custo para ...

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Ministro, Ministro

O SR. EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO

– Possibilitando – se me permite, Marcellus, um minuto só – possibilitando até...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Poderia envolver entidades.

O SR. EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO

– ... que aqueles que às suas expensas próprias puderem se deslocar para um Estado ou outro, participassem dessas audiências, como proposta evidentemente.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Pois não. Quem está falando?

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Marcellus.

Nas últimas reuniões que tivemos, havíamos discutido essa possibilidade e a Dr^a Tereza já havia feito até uma... já tinha realizado uma audiência pública nesse sentido.

A DR^a MARIA TEREZA UILLE GOMES – Eu fiz uma primeira audiência pública no Paraná com a Ordem dos Advogados, até porque a Ordem representa 45 mil advogados. Numericamente, é um número interessante. E a nossa intenção também, agora, é fazer audiências públicas: uma específica com a Magistratura, uma com o Ministério Público, uma com os servidores do sistema previdenciário, uma com a Defensoria Pública.

A única preocupação que a gente tem é que, se deixar muito aberto, as discussões são muito longas e a gente não consegue objetivar. Então, fizemos um sistemazinho simples, está no *site* da Secretaria de Justiça. E dá até para usar aquele sistema. Nós o passamos para o Ministro também, caso ele queira institucionalizar, enfim. É um sistema simples. Quem tiver sugestões, participa da audiência pública, mas, depois, vai ali em série, coloca o artigo e já faz a proposta da nova redação, porque é mais fácil para a gente filtrar depois o que vem, senão fica muito teórico e, aí, é difícil de... A sugestão é só essa.

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Eu, na verdade, já sem saber até que... mas pela conversa que havíamos tido antes na Comissão, já até aprazei uma audiência pública para o próximo dia 20.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti) – Fez muito bem, fez muito bem. Acho que a Comissão...

O SR. MARCELLUS UGIETTE – Não fiz esse modelo que a Dr^a Tereza fez. Vou congregiar muitas instituições e representações. Acho esse modelo bem interessante, porque como fiz vai ficar mais difícil. Mas já aprazei, inclusive.

A DR^a MARIA TEREZA UILLE GOMES – No final, é mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Então, está aprovada por todos a possibilidade de os membros da Comissão fazerem essas audiências. Depois, vamos fixar um prazo para fechar, dependendo do andamento, essas sugestões que possam vir dos Estados.

Eu tenho também – era a ideia inicial – a ideia de fazermos *A latere*, um seminário internacional trazendo alguns profissionais estrangeiros, não muitos, que dêem a informação muito precisa daquilo que se passa no seu sistema, de concreto; gente que realmente mexa com os trabalhos concretos.

E houve o oferecimento da Secretaria do Estado do Paraná de, talvez, hospedar esse seminário. Nesse caso, seríamos convidados e o integraríamos. Todos aqueles que tivessem a possibilidade, participariam desse seminário internacional. Mas sobre isso ainda vou conversar com a Dr^a Tereza, para aprofundar muito mais. Agora, sempre é importante que seja gente da área, gente que trabalhe efetivamente nessa matéria.

Se me permitirem contar, fui incumbido pelo Tribunal de São Paulo da criação ou de estudar o que fazer no tocante à aplicação da nova Lei de Falências, na época, e fizemos a ouvida das entidades que poderiam trazer a colaboração. Mas o que se teve muito cuidado foi de pedir às entidades que indicassem gente que trabalhava efetivamente no setor: Instituto de Advogados de São Paulo, Ordem dos Advogados, Associação dos Advogados de São Paulo – era um fenômeno que se tratava ali no Estado de São Paulo – Ministério Público de São Paulo. E foi muito importante aquela participação porque vieram advogados, promotores, juízes que realmente eram da área, eles conheciam o assunto no seu dia a dia. E tive muita emoção de ver aquele grupo de pessoas que, naquele momento, parava as suas atividades profissionais para trazer a colaboração. E conseguimos realmente criar um órgão judiciário de muita consistência no sistema.

Professor Dr. Edemundo.

O SR. EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO

– É só para dizer o seguinte: o próprio Senado criou lá um *site*...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti.)

– Um *site*.

O SR. EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO

–... para colher sugestões. Lá em Goiás, eu tomei a

iniciativa também de criar, dentro do *site* da agência prisional, um local específico para contribuições, e tem sido importante. Eu acho que os colegas aí que puderem, façam isso: divulgar o do Senado e/ou criar também, nos seus respectivos Estados, um local para contribuições, porque legitima essa consulta popular, que é muito importante para os trabalhos da Comissão.

Por último, eu queria colocar o Estado de Goiás, que é aqui próximo, à disposição. Se quiserem bater grade, nós estamos à disposição. Aqui, Ministro, o senhor sabe, o senhor mora aqui em Brasília, trabalha aqui em Brasília...

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti.)

– Exato.

O SR. EDEMUNDO DIAS DE OLIVEIRA FILHO –

O senhor sabe que nós vivemos aqui uma coisa muito interessante: Goiás circula um cinturão de miséria e de grandes dificuldades sociais, índice de desenvolvimento humano aqui no chamado entorno do Distrito Federal. Então, nós temos aqui duas realidades: Brasília, a Capital da República, com um poder centralizando toda a República, e um cinturão difícil. Já há estudos da ONU indicando que determinados locais podem se tornar lugares violentos como Filipinas, violentos como locais de grande dificuldade no mundo.

Então, o sistema prisional não é diferente. Talvez, seria uma oportunidade para esta Comissão conhecer essas contradições do capital, do mundo capitalista, em que a gente vive. Então, eu o coloco, como gestor

do sistema de execução penal do Estado, à disposição. Goiânia é aqui pertinho, mas nós temos Luziânia, Novo Gama, Valparaíso.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Que são mais perto ainda.

O SR. EDEMUNDO DIAS – Mais perto ainda.

Fica à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Sidnei Agostinho Beneti)

– Pois não. Nós aceitamos o oferecimento. Vamos ver as questões operacionais, as questões logísticas de deslocamento, mas, com toda certeza, é uma boa ideia de se fazer alguma coisa nesse sentido.

Bom. Chegamos a cerca de dez minutos do previsto, mas tenho a impressão de que conseguimos manter o nosso cronograma. Eu vou encerrar a reunião agradecendo a presença de todos.

Não havendo mais nada a tratar, seguindo a fórmula protocolar que eu recebi, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a realizar-se no dia 5 de junho, às 10h, nesta sala, mas pedindo que cheguem uma hora antes, para nós podermos acertar as ideias e começar na hora exata da nossa reunião.

Muito obrigado. Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.)

Ministro **Sidnei Agostinho Beneti**, Presidente.

Edição de hoje: 110 páginas
(OS: 13045/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

